

CARLOS ALBERTO LOPES DE SOUSA

**ONGs e Internet:
Da Ação Educativa e Política no Lugar ao
Ciberespaço**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PUC – São Paulo

2005

CARLOS ALBERTO LOPES DE SOUSA

**ONGs e Internet:
Da Ação Educativa e Política no Lugar ao
Ciberespaço**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais (Sociologia), sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Wanderley.

PUC – São Paulo

2005

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley (Orientador)

Prof. Dr. Fernando José de Almeida

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

Prof. Dr. Sérgio Haddad

Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **São Paulo,** _____

DEDICATÓRIA

À Irlene, companheira de todas as horas, que soube participar e dividir comigo idéias, alegrias e as angústias passadas na construção da tese. Às minhas filhas Marina e Júlia e ao filho Eduardo, que testemunharam o fruto do trabalho de pesquisa.

À dona Edith, minha mãe, ao “seu” Antônio Mulato, meu pai e ao Assis, meu irmão (*in memoriam*). Aos meus irmãos e irmãs, que torceram por mim desde o início do curso.

À dona Zuleica, minha sogra, e ao “seu” Zuzinha, meu sogro, às minhas cunhadas e aos seus respectivos filhos que, frente às minhas ausências em casa, apoiaram-me no decorrer da tese.

Aos dirigentes, educadores e pesquisadores das ONGs, comprometidos com as mudanças sociais fundadas nos princípios da ética, da justiça social e da solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Nessa jornada de estudos e pesquisas muitas pessoas contribuíram, diretamente ou indiretamente, para a realização dessa investigação.

Aos meus colegas professores da Universidade Católica de Brasília, em especial os do Centro Católica Virtual, pelo incentivo, apoio, troca de idéias no decorrer da pesquisa. Em especial, à equipe docente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação a Distância.

À PUC – São Paulo pela alegria de conviver, compartilhar, debater idéias em um ambiente democrático e pulsante. Aos professores e colegas do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em particular ao professor dr. Luiz Eduardo Wanderley, companheiro e orientador da pesquisa. Aos professores que participaram da banca. Aos funcionários da PUC-SP pelo pronto atendimento às minhas solicitações.

Ao amigo Edvaldo Carvalho pela contribuição na troca de idéias. Aos amigos que me acolheram e convivi em São Paulo: Osmar Júnior, Elisandro, Marcelo e Gabriel.

Às ONGs IBASE, CDI-SP e CDDHMP que me receberam por conta da realização das entrevistas e da pesquisa documental.

RESUMO

Quais condições as ONGs podem criar para implementar projetos de ação educativa e política pela Internet? Que riscos ou conseqüências as ONGs podem enfrentar em ações por meio do fluxo informacional do lugar para o ciberespaço? Essas são algumas das questões discutidas na tese. A pesquisa apresenta uma discussão teórica em Shaff, (1995), Lojkine, (1995), Castells, (1999) e Giddens (1991), sobre as visões das sociedades (sociedade da informação, sociedade informática, revolução informacional, modernidade). Assumi a concepção de Giddens (2002) de que a vida social moderna é caracterizada por processos de reorganização do tempo e do espaço, associados aos mecanismos de desencaixe que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinao-as através de grandes distâncias. A descrição das ações educativas e políticas do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (RJ); o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Memória Popular – CDDHMP (RN) e o Comitê para a Democratização da Informática – CDI (SP) permitiram-me a análise do fluxo informacional entre o lugar e o ciberespaço. A pesquisa segue uma perspectiva reflexiva, interpretativa, operacionalizando a análise bibliográfica e documental, entrevistas e visitas “in loco” às sedes das ONGs. A tese conclui que as ações das ONGs por meio da Internet fez emergir contradições que estão diretamente relacionadas, entre outros elementos, às condições das ONGs para operar esse recurso e às formas como estruturam as suas ações. Do processo de interpretação em relação às vantagens da Internet para as ONGs, idealizadas ou efetivadas em ações educativas e políticas, emergiu, como visão em relação ao risco e conseqüência para essas entidades, a perspectiva de funcionarem sob a lógica da “Economia da Presença”.

ABSTRACT

What conditions can NGOs create to implement educational and political projects through the Internet? What risks or consequences can NGOs face from their actions taken through the informational flows from a location to cyberspace? These are some of the questions discussed in the thesis. The research presents a theoretical discussion based on Shaff (1995), Lojkine (1995), Castells (1999) e Giddens' (1991) views of societies (information society, informatics society, informational revolution, modernity). The study adopts Giddens' (2002) conception that modern social life is characterized by processes of time and space reorganization, which are associated to the mechanisms of "mismatch" that shifts the social relations from their specific locations, recombining themselves after covering great distances in time and space. The description of the educational and political actions taken by the Brazilian Institute of Social and Economic Analyses - IBASE (RJ); the Centre for the Defense of Human Rights and Preservation of Indigenous Memory – CDDHMP (RN) and the Committee for Democratization of Informatics – CDI (SP) allowed me to analyse the informational flows between location and cyberspace. The research follows a reflective, interpretive perspective, performing bibliographical and documental analysis, interviews and *in loci* visits to the NGOs' headquarters. The thesis concludes that the actions taken by the NGOs through the Internet caused the emergence of contradictions directly related to, among others, the NGOs' conditions to operate the Internet and the way they structured their actions. From the process of reflection concerning the advantages Internet brought to the NGOs, idealized or implemented in educational and political actions, emerged, as a perspective from the risk and consequence to these entities, the perspective of working under the "Presence Saving" logic.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

Parte 1 - Itinerários, Objeto e Importância da Pesquisa	2
Parte 2 - O Problema da Pesquisa e Suspeitas	6
Parte 3 - Estrutura da Tese e Objetivos	10
CAPÍTULO 1 – DISCUSSÃO TEÓRICA	14
Parte 1 – A Perspectiva da Transição Contraditória e da Futurologia Sócio-Política	15
1.1 Revolução Informacional e Futuro Sócio-Político	15
1.2 Deslocamento do Trabalho Humano, Informação e Formação no Uso das Máquinas Informacionais	19
1.3 A Informação no Campo das Disputas, Hierarquias e como Fator de Discriminação Social	21
Parte 2 – As Perspectivas sobre o Espaço, o Tempo e a Reflexividade	24
2.1 A Espacialidade Sistêmica e a Reflexão no Tempo	24
2.2 O Espaço, o Tempo e o Lugar	27
2.3 Redes, Encaixes e Desencaixes	29
CAPÍTULO 2 – PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA	36
Parte 1 – O Dinamismo das Sociedades e as Recombinações das Relações Sociais	36
Parte 2 - Lugar, Ciberespaço, Fluxo Informacional e as ONGs como Sujeitos Sociais	40
Parte 3 – O Ciberespaço como Campo de Ação das ONGs	43
Parte 4 – Pesquisa Descritiva e Interpretativa	48
4.1 Os Sujeitos Sociais	49
4.2 Procedimentos e Técnicas de Pesquisa	51

CAPÍTULO 3 – A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO COMO AGENDA GLOBAL E NACIONAL E A INTERVENÇÃO DA ABONG E DA RITS	54
Parte 1 - O G-7 e a Sociedade da Informação no Brasil	54
Parte 2 - ABONG e RITS: O Programa Informação e Comunicação na Era das Redes: Uso Estratégico da Internet pelas ONGs	61
CAPÍTULO 4 – ONGs E INTERNET: O REAL, A POSSIBILIDADE CONTRADITÓRIA E A ILUSÃO	65
Parte 1 – ONGs: (Des)Atando os Nós	65
1.1 As Questões de Auto-definição	65
Parte 2 – Internet: Utopia, Ilusão, Espetáculo e Mercadorização Tecnológica	69
2.1 O Potencial da Internet: Utopia e Crítica	69
2.2 Mapeamento e Discussão de alguns Estudos e Pesquisas sobre ONGs e Internet	74
CAPÍTULO 5 – O IBASE, O CDDHMP E O CDI-SP	93
Parte 1 – O IBASE	93
1.1 O Pioneirismo do IBASE no uso da Comunicação por Computador	93
1.2 O Alternex e a Internet no IBASE	98
1.2.1 O Adeus ao Alternex	99
1.2.2 O IBASENet	102
1.3 Política e Educação na WEB	104
1.3.1 A Campanha Virtual contra o Racismo	104
1.3.2 O Curso a Distância sobre o Controle Social do Orçamento	107
1.3.3 IBASE: uma ONG “king kONG”	116
Parte 2 – O CDDHMP	120
2.1 Direitos Humanos na Internet	120
2.1.1 O CDDHMP e o CENARTE	120
2.1.2 O BBS Direitos Humanos e o Manifesto dos Sem-Tela	123
2.1.2.1 O Manifesto dos Sem-Tela: Acessar, Digital e Interagir!	127
2.1.2.2 O Assassinato de Gilson Nogueira e a Crise no CDDHMP envolvendo a DHNET	129
2.2. “Guerrilha Informacional”: a Transmissão do Julgamento do Policial Jorge “Abafador” pela Internet	136

2.3. Oficinas e Curso Virtuais de Acesso à Justiça	139
Parte 3 – O CDI – SP	148
3.1 O CDI em Rede	148
3.1.1 O Bill Gates da Favela	148
3.1.2 CDI em São Paulo: a Vinculação ao CDI Matriz e à Câmara Americana do Comércio	155
3.2 A Internet no CDI - SP	156
3.2.1 As Escolas de Informática e Cidadania	157
3.2.2 A Alfabetização Digital e a Ação Digital	159
3.2.3 A Campanha Megajuda	171
CAPÍTULO 6 – ONGs: O APETITE PELO “NOVO” É O CONECT@R-SE?	176
Parte 1 – As Sociedade vista sob a Ótica da Integração, Luta e Trânsito	176
Parte 2 - A Internet nas ONGs: Conteúdo, Projeto e Intervenção	181
Parte 3 - Regularidades na Introdução do Computador e da Intervenção por meio da Internet	186
Parte 4 - Lugar e Ciberespaço	187
Parte 5 – Condições para o uso da Internet por ONGs	195
Parte 6 – ONGs e Internet: a Economia da Presença em Ação	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
BIBLIOGRAFIA	210

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABONG – Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais

AMCHAM – Câmara Americana de Comércio

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

APC – Associação para Comunicações Progressistas

BBS – Bulletin Board Systems

CDI – Comitê para a Democratização da Informática

CDDHMP – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Memória Popular

CENARTE – Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural

CMC – Comunicação Mediada por Computador

COPPE – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia

EICs - Escolas de Informática e Cidadania

FEBEM – Fundação de Apoio e Bem-Estar do Menor

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FUST – Fundo de Universalização das Telecomunicações

G – 7 – Grupo dos Sete Países Ricos

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MEB - Movimento de Educação de Base

MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

P & D – Pesquisa e Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor

RNP – Rede Nacional de Pesquisa

RN – Rio Grande do Norte

RJ – Rio de Janeiro

SP – São Paulo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WELL – Whole Earth ‘Letronic Link

Eu acho ótimo trabalhar com net, fibra ótica, internet 2, mas ao lado disso, o nosso povo ainda tem problema da lombriga, o que fazer? (MONTE, 2002)¹.

¹ MONTE, Roberto. **Carta à Maya Mitre**. Resposta ao formulário de uma pesquisadora mineira [mar. 2002]. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2002.

INTRODUÇÃO

Parte 1 - Itinerários, Objeto e Importância da Pesquisa

Apresentar o objeto da pesquisa é também realizar a exposição do itinerário da construção desse. Nessa reconstrução do itinerário, pode-se entender o objeto da pesquisa a partir da dinâmica da sociedade e do meu percurso histórico.

Parto da visão de que o objeto de pesquisa não é algo fixo, estático no tempo e no espaço, próprio para ser capturado, em sua totalidade, pelo procedimento metodológico definido “a priori”. Penso em um objeto dinâmico, que se insere em um contexto de transformações, que adquire sentido em determinado tempo, espaço e lugar social. Esse “ter sentido” refere-se à orientação epistemológica e metodológica da construção da pesquisa e ao interesse em construir conhecimento relacionado a um campo social de forças. Nesse último aspecto, o conhecimento produzido transcende o interesse individual e inscreve-se no coletivo das tramas sociais que possam envolver ações solidárias e/ou lutas sociais das entidades da sociedade civil comprometidas com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Para chegar ao tema “ONGs e Internet: da Ação Educativa e Política no Lugar ao Ciberespaço”, parti de conhecimentos adquiridos pela experiência, fatos conhecidos sobre o uso da Internet por Organizações Não-Governamentais - ONGs, bem como de estudos teóricos prévios. O aspecto da experiência tem relação com a minha prática sistemática no uso da Internet, principalmente em âmbito educativo e, ocasionalmente, político. O elemento teórico relaciona-se ao nível de elaboração intelectual sobre o objeto em estudo a partir de áreas de conhecimento como a Política, Sociologia e Educação.

Vale ressaltar que para chegar ao nível da reflexão sobre a interrelação ONGs e Internet, tive experiências anteriores com outras mídias utilizadas nas dimensões

educativa e política que demarcaram o meu interesse pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Minha primeira aproximação da temática das tecnologias da comunicação e informação deu-se por meio do trabalho no Movimento de Educação de Base – MEB, durante a década de 90. A discussão com educadores, lideranças sindicais e comunitárias do Norte e Nordeste sobre as concepções e modos de utilização do rádio me fez pensar sobre a natureza do processo de educação, comunicação e politização de grupos específicos, bem como da sociedade em geral, para os quais eram elaborados os conteúdos dos programas radiofônicos.

Destaco que os programas radiofônicos do MEB tinham projeto global de intervenção educativa e política em determinados municípios, portanto, o rádio não era utilizado com finalidade que se esgotava em si mesmo. A emissão radiofônica era combinada à presença física do monitor em grupos e organizações comunitárias locais. As necessidades básicas da população, as denúncias, as convocações para o 1º de maio e romarias da terra, as notícias das comunidades, as campanhas pelo voto consciente e a participação das lideranças comunitárias e sindicais tinham espaço na agenda dos programas radiofônicos, evidenciando o compromisso e envolvimento do pessoal do MEB em ações de natureza educativa e política.

Dantas (2002) frisa que nos Estados Unidos, nas décadas de 1910 e 1920, muitas pessoas puseram-se a montar e a utilizar equipamentos de radiotransmissão, trocando informações sobre tudo². Esse mesmo autor, referindo-se a Bertolt Brecht, salienta que sua percepção sobre a liberdade de acesso ao espectro eletromagnético o levou a formular a “teoria do rádio”³. Tal teoria propunha dotar as residências com aparelhos emissores-receptores por meio dos quais os cidadãos poderiam manter relações culturais e políticas. Em tal proposição subjaz uma utopia democrática de movimentação do cidadão em uma arena pública mediada pela comunicação. Muitas pessoas que se envolveram com

² DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**. 2. ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2002. p.103

³ Ibid., p. 103.

as Escolas Radiofônicas no MEB foram movidas por alguma utopia, que as instigavam a romper a visão sócio-técnica dos aparelhos de rádio como meros elementos da emissão e recepção de voz.

Ao final da década de 90, egresso do MEB, tive a oportunidade de trabalhar como professor em uma Instituição de Ensino Superior, utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação no segmento educacional. A experiência com a Internet, eminentemente na educação formal, possibilitou-me deparar com afirmações e questões que ultrapassavam as fronteiras das disciplinas estanques e departamentalizadas e exigiam leitura interdisciplinar para a compreensão dos fenômenos que envolviam as práticas constitutivas no uso da Internet.

A prática cotidiana de utilização da Internet significou um processo de descoberta contínua das suas potencialidades, contradições e limites, se comparada à relação educativa vivida em âmbito presencial. Conseqüentemente, contribuiu para a aprendizagem, apreensão de novos conceitos e formas diferentes de intervenção. Foi novidade para mim pensar e utilizar certos recursos virtuais como fóruns de discussão, salas de bate-papo, listas de discussão, correio eletrônico, dentro de um projeto institucional concebido para propiciar relações interativas entre os agentes envolvidos no processo educativo. Não descarto o “encantamento” que as pessoas possam ter ao descobrir as potencialidades que a Internet oferece, podendo citar como exemplo, as possibilidades de pesquisa, estudo a distância, militância virtual etc. Essa situação de “encantamento” pode converter-se em certa ilusão, mitificação ou idolatria, do que pode ser uma imitação do real ou tentativa de converter-se no próprio real.

Na minha experiência acadêmica, as interações estabelecidas não se restringiram à esfera das relações sociais dadas pelo currículo universitário. Por correio eletrônico e salas de bate-papo foi possível estabelecer relações que ultrapassaram o currículo universitário. Essas relações se deram a partir de diferentes lugares: ambiente universitário, residencial e da “rua” (locais privados de acesso pago a Internet). O lugar, o tempo e o espaço foram tomando contornos diferenciados na minha experiência educativa

virtual, que se associava aos elementos políticos quando da adesão ao “grito virtual” de protesto ou de “silenciar”, também atitude política, diante do não envolvimento em certas causas demandadas por pessoas sem rosto que apelavam à consciência cidadã e à militância virtual a outras pessoas também sem rosto.

Para aqueles que têm contato cotidiano com a Internet, dispõem de conta de correio eletrônico, mantêm certa gama de contatos com organizações e pessoas, não é novidade o fato de já ter recebido mensagens variadas de diferentes fontes, informando ou convocando para campanhas virtuais. Tal situação não foi diferente para mim. “Atingido” por mensagens de apelo à participação em campanhas, por exemplo, contra a guerra e pela paz, vi-me envolvido em mobilizações virtuais, sem estar fisicamente em uma praça pública segurando uma faixa, cartaz ou gritando palavras de ordem.

O sentido de ser protagonista, co-protagonista ou simplesmente um ser passivo em relação às interações induzidas por mensagens eletrônicas com conteúdos voltados à educação e à política convocava-me a dar sentido ao engajamento em favor de determinadas ações na minha atuação como professor universitário (virtual) e cidadão.

Por vezes, no aspecto político, esse sentido foi atribuído sem perspectiva finalista, não antevendo uma relação de causa e efeito, mas projetando o sentido da minha participação política em dado processo.

Já o meu interesse pelo estudo das ONGs vem do mestrado, no qual tive oportunidade de analisar aspectos significativos que marcaram as construções discursivas e práticas entre o Estado e a Sociedade Civil no que se dizia ser “relação de parceria”. Estudei e identifiquei algumas das várias perspectivas de intervenção das ONGs (terra, educação, saúde, agricultura, trabalho etc). Daí, então, o interesse em estudar e discutir teoricamente as ONGs, no que se refere às ações educativas e políticas realizadas por meio da Internet. Essa discussão teórica no campo das Ciências Sociais está em consonância com a importância do papel social das ONGs no Brasil e circunscrita à dinâmica da

exclusividade de alguns segmentos sociais no que se refere à apropriação, sentido e direção política e cultural no uso da Internet.

A consolidação das ONGs no cenário nacional a partir dos anos 90, e o desenvolvimento de reflexões que passam pelo que alguns têm denominado Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade em Rede, Revolução Informacional, Alta Modernidade, entre outras denominações, têm desafiado várias áreas de conhecimento, entre elas, as Ciências Sociais, para estudos que partem de categorias e metodologias diversas. A Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS tem organizado em seu encontro anual mesas redondas, seminários temáticos e grupos de trabalho dedicados à reflexão sobre a Sociedade da Informação, focalizando temas como “espaço público virtual”, “sociabilidade no ciberespaço”, “ativismo político a distância” e “redes comunitárias”. Em termos do debate teórico essa tese levanta a discussão entre quatro autores, a saber: Schaff (1995), Lojkin (1995), Castells (1999) e Giddens (1991). Essa discussão está centrada nas perspectivas de “leitura” das transformações ocorridas nas sociedades ao final do século XX e início do XXI. Vale frisar que cerco-me da contribuição de Giddens (1999) para pensar os riscos que as ONGs correm diante das distâncias temporais e espaciais mantidas por meio da Internet.

Parte 2 - O Problema de Pesquisa e Suspeitas

As ONGs conectadas em redes eletrônicas e envolvidas com o discurso emancipatório, libertário, comprometidas com práticas que dão testemunho desse compromisso, utilizam-se das possibilidades de conexão planetária para fins diversos. A contribuição desse estudo não estaciona na constatação ou descrição desse fato. Essa constatação permite desvelar, atualizar e aprofundar a interpretação dos usos efetivos que as ONGs fazem da Internet nas dimensões educativa e política.

Entre os inúmeros fatos que identifiquei em relação às práticas constitutivas de utilização da Internet, destaco três.

O primeiro fato, ocorrido no ano de 1998, decorreu do uso da Internet pelo subcomandante Marcos, na Selva Lacandona, no interior do México, ao informar para jornais, ONGs e agências de notícias que o Exército Mexicano, por ordem do presidente Ernesto Zedillo, havia sido autorizado a reprimir aqueles índios da região dos Chiapas, organizados em um Exército Zapatista de Libertação Nacional, que lutavam e reivindicavam junto ao governo o reconhecimento dos seus direitos e a propriedade das suas terras. A ação do governo, que prometia ser um massacre contra os insurgentes, foi abortada pelo uso eficaz da Internet.

O segundo fato, ocorrido em fevereiro de 2003, aconteceu em função do propósito do presidente americano, George Bush, com o apoio do governo inglês de Tony Blair, de invadir o Iraque sob a alegação de que o então presidente iraquiano, Saddam Hussein, guardava armas químicas e biológicas. Diversas manifestações contra a guerra ocorreram no mundo. A ONG americana “MoveOn – Democracy in Action” (Mexe-se – Democracia em Ação) organizou movimento de oposição à guerra, preparando uma “Marcha Virtual a Washington” que foi divulgada em várias páginas eletrônicas e jornais do mundo. No Brasil, a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais – ABONG, divulgou em sua página eletrônica a seguinte chamada:

Envie mensagens

Vamos lotar os e-mails de Bush e Cia, com mensagens contra esta invasão militar. Envie **Urgente** sua mensagem para todos os endereços eletrônicos abaixo:

Presidente George W. Bush: president@whitehouse.gov

Vicepresidente (sic) Dick Cheney: vice.president@whitehouse.gov

Primeira Dama (sic) Laura Bush: first.lady@whitehouse.gov

Sra. Lynne Cheney: mr.cheney@whitehouse.gov. (ABONG, 2003, grifo no original).

No dia 23 de fevereiro de 2003, dos mais diferentes lugares do planeta, as pessoas “bombardearam” os endereços eletrônicos, *fax* e telefones da Casa Branca com mensagens de protesto contra a guerra.

O terceiro fato foi a iniciativa de ONGs em promoverem a chamada inclusão digital na esfera educativa. Entre essas organizações destaco o Comitê para Democratização da Informática - CDI, ONG criada em 1995 que iniciou no Brasil intenso processo de disseminação da idéia de articulação entre os conceitos de cidadania e inclusão ao mundo digital, sendo uma das vias para a participação cidadã a apropriação dos códigos derivados das novas tecnologias da informação e comunicação. Para a consecução do objetivo de inclusão digital, essa organização estimulou a criação das Escolas de Informática e Cidadania – EICs pelo Brasil, que buscam atingir, principalmente, o público jovem.

A partir desses itinerários elaborei as seguintes questões de pesquisa:

Como o Brasil se posiciona na lógica da “Sociedade da Informação”? Como as ONGs percebem, por meio dos seus integrantes, a dinâmica da sua intervenção política e social no campo das relações sociais, tendo como referência as características que essas apontam em relação à sociedade emergente? Que reações e/ou contradições foram apontadas ao tempo que as ONGs incorporaram o uso da Internet em seu processo de intervenção? Quais condições as ONGs podem criar para implementar projetos de ação educativa e política pela Internet? Que riscos ou conseqüências as ONGs podem enfrentar, face ao uso exclusivo da Internet para a sua ação educativa e política desenvolvida por meio do fluxo informacional do lugar para o ciberespaço ou vice-versa?

Pensar a relação entre ONGs e Internet e, especificamente, o fluxo informacional do lugar para o ciberespaço, de forma descontextualizada, enseja que se corra o risco de encobrir a análise do papel do Estado, das forças do mercado (empresas de informação e comunicação) e das ONGs, no que se refere ao discurso e/ou práticas relacionadas ao que pode se denominar “Sociedade da Informação”. Por isso a importância de se enfatizar, no presente estudo, a idéia da “Sociedade da Informação no Brasil”.

O sentido da não-pertinência à participação de algumas ONGs no uso educativo e político da Internet pode derivar de uma consciência impregnada das contradições sociais (negação das condições sociais e materiais) para o acesso às lógicas

comunicacionais de decisão, construção do conhecimento e intervenção em determinado campo de luta. Seja esse campo de luta marcado pela comunicação simbólica ou enfrentamento direto ante um “opositor real ou imaginário”. Quando se faz a negação das possibilidades de inserção nessas lógicas comunicacionais, pode haver o reforço das contradições existentes na sociedade, podendo provocar a paralisia nos processos de ação educativa e política no campo virtual. Mas a inserção em rede virtual não é algo que dependa da própria ONG. Tal decisão pode ter relação direta com o nível de presença das novas tecnologias da informação e comunicação em dado lugar. Também pode ser acrescida a idéia de que a Internet pode não fazer parte da estratégia de um determinado tipo de ONG pelo fato de um grupo social que assiste não ter esse aspecto como demanda ou necessidade manifestada. Esse tipo de ONG está pautada pelas demandas do seu público-alvo, que busca, primordialmente, garantir direitos às suas necessidades básicas de sobrevivência mais do que ampliar direitos sociais. Assim, a utilização da Internet por parte de uma ONG não é algo integrante da gênese conceitual e prática da interatividade com o público-alvo da ação.

Já o sentido da pertinência à utilização da Internet por parte de algumas ONGs pode partir da perspectiva do uso intensivo e estratégico para ampliar as relações sociais com um público-alvo difuso e/ou focado. Então, a inserção na lógica das conexões pela Internet deriva, entre outros aspectos, da importância atribuída às conexões que articulam o lugar ao regional e/ou nacional e/ou ao mundo.

Tenho a suspeita que as ações educativas e políticas das ONGs estudadas, desenvolvidas por meio da Internet, não têm formas puras e fazem emergir, diante da possibilidade ou do seu uso efetivo, contradições que estão diretamente relacionadas, entre outros elementos, às visões internas dos seus integrantes sobre esse sistema de comunicação e informação, provocando crises internas; à visão que as ONGs têm de sociedade, principalmente ao fazerem referência, nessa concepção, às redes de comunicação e informação e à sua extensão de uso em lugares e/ou no campo virtual; às condições tecnológicas disponíveis; à situação econômico-financeira que possuem para o uso intensivo e estratégico. No campo virtual, a estratégia de ação por meio da Internet é

ainda marcada por pretensões idealizadas e contingenciadas de uso, pois combina o paradoxo do limitado e ilimitado em termos de alcance educativo e político nas relações estabelecidas a distância, derivando daí alguns riscos ou conseqüências.

O “teste” da realidade é que poderá demonstrar a sustentabilidade ou não das suspeitas apresentadas.

Ressalto que a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa será apresentada em capítulo à parte.

Parte 3 - Estrutura da Tese e Objetivos

A estrutura da tese conta com os seguintes capítulos e respectivos objetivos.

O capítulo 1, “**Discussão Teórica**”, tem por objetivo aprofundar a discussão teórica sobre visões da sociedade nomeadas como sociedade da informação, sociedade informática, revolução informacional, modernidade e alta modernidade. Conceitos como o de encaixes, reencaixes, o virtual, tempo, espaço e lugar, relacionados a tais visões da sociedade com contornos da historicidade do desenvolvimento do capitalismo e suas implicações nos campos social e político, também são apresentados. A discussão teórica centra-se em autores como Lojkine (1995), Schaff (1995), Castells (1999) e Giddens (1991). Também são apresentados outros autores, entre esses: Touraine (1970), Levy (1996), Virilio (2000) e Bourdieu (1983).

O capítulo 2, “**Perspectiva Teórico-Metodológica**”, tem por objetivo apresentar os conceitos que assumo como orientadores da análise, bem como a perspectiva metodológica da pesquisa. A abordagem metodológica está impregnada da teoria de base da tese, isto é, esses elementos são indissociáveis na compreensão das práticas constitutivas das ONGs no que se refere ao uso da Internet. O eixo de análise toma como referencial o pensamento de Giddens (2002) em relação aos processos de reorganização do tempo e do espaço, que se associam e se descolam das relações sociais em lugares específicos,

recombinando-se em grandes distâncias. Os conceitos de “ONGs”, “fluxo informacional”, “lugar”, “campo”, dentre outros, são apresentados nessa parte da tese.

O capítulo 3, **“A Sociedade da Informação como Agenda Global e Nacional e a Intervenção da ABONG e da RITS”**, apresenta a posição da temática Sociedade da Informação no contexto internacional e nacional. No caso nacional, discuto a Sociedade da Informação como programa de ação governamental. Em outro momento, nesse mesmo capítulo, situo o posicionamento da ABONG e RITS enquanto redes disseminadoras de iniciativas cuja ênfase é a utilização estratégia da Internet por ONGs.

O capítulo 4, **“ONGs e Internet: o Real, a Possibilidade Contraditória e a Ilusão”**, tem por objetivo apresentar o “estado da arte” em relação aos estudos e pesquisas sobre as ONGs e Internet. Esse apanhado é focado dentro de uma perspectiva crítica e interdisciplinar que busca identificar avanços e lacunas nas produções realizadas até então nos âmbitos educativo e político.

O capítulo 5, **“O IBASE, o CDDHMP e o CDI-SP”**, é o mais extenso da tese e tem por objetivo descrever as práticas constitutivas de utilização educativa e política da Internet pelas três ONGs selecionadas, situando-as no lugar e espaço. No que se refere ao aspecto educativo, apresento as iniciativas no âmbito da educação a distância, quando houver. No âmbito político são apresentadas as incursões das ONGs no que se refere à contra-informação na Internet, mobilização, manifestos por meio eletrônico, campanhas virtuais (doação, voluntariado). Também busco identificar a importância dos sujeitos que contribuíram para a introdução dos recursos da informática e/ou Comunicação Mediada por Computador - CMC na ONG e as resistências, crises enfrentadas. Em suma, neste capítulo há a apresentação das ONGs enquanto organização, dos sujeitos que introduziram os recursos da informática, o fluxo informacional entre o lugar e o ciberespaço dentro de um campo de forças.

O capítulo 6, **“ONGs: o Apetite pelo “Novo” é o Conect@r-se”?**, tem por objetivo situar a discussão sobre as ONGs e Internet tendo como referências alguns

dados sobre a apropriação desigual da Internet no Brasil, tanto por ONGs quanto pelos cidadãos em geral, e, também, analiso e abstraio o posicionamento dessas organizações em relação à sociedade brasileira, à utilização da Internet no fluxo do lugar para o ciberespaço em iniciativas educativas e políticas. Alguns condicionantes, para o uso da Internet por parte das ONGs e as regularidades observadas nas três organizações pesquisadas, fazem parte da análise e contribuição teórica desse estudo às Ciências Sociais.

Por fim, na última parte da tese, realizo uma tentativa de síntese do trabalho, apresentando algumas idéias-chave e novas problematizações.

Por enquanto, o Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a designios mais amplos e escalas mais altas.(SANTOS, 1997, p. 2006)⁴.

⁴ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1997.

CAPÍTULO 1

DISCUSSÃO TEÓRICA

Defrontei-me com algumas interrogações de fundo ao situar o objeto da pesquisa no contexto sócio-histórico. Entre estas interrogações de partida surgiu a relativa ao constructo de sociedade que se edifica em termos conceituais, características e implicações políticas, econômicas e sociais e às idéias que estabelecem algum nível de relacionamento quanto às visões e aos usos efetivos da Internet como parte das práticas constitutivas dos sujeitos. A preocupação conceitual manifestou-se diante da inquietação com afirmações feitas por expositores em seminários e na literatura sobre o fato de que o final do século XX e início do XXI anunciavam a emergência de uma sociedade pós-industrial, denominada por muitos como “sociedade da informação”⁵. Discursivamente assumida em exposições orais e na literatura, na maioria das vezes de forma vaga, pouco se dizia sobre o que balizava essa “sociedade da informação”.

Dentre os teóricos que me chamaram a atenção na discussão e questionamento da temática sobre a “sociedade da informação”, destacam-se Lojkine (1995) e Schaff (1995). O primeiro trabalhando com a concepção de “revolução informacional”⁶ e o segundo com a idéia de “sociedade informática”⁷. Outros dois autores, não menos importantes, são Giddens (1991)⁸ e Castells (1999)⁹. Este centra-se no desenvolvimento do

⁵ Bemfica (2002), em tese de doutorado sobre “Estado, Mercado e Redes Transnacionais na Constituição da Sociedade da Informação”, discorre sobre a origem e a disseminação ao longo da década de 90 para o que se denomina “Sociedade da Informação”. Idéia esta já formulada na década de 70. Essa pesquisadora resgata formulações feitas pelos Estados Unidos e União Européia, em relação à concepção de Sociedade da Informação, trabalhando com a hipótese de que, sob a hegemonia americana, tal referencial de sociedade, destina-se ao aprofundamento do processo de mercadorização da sociedade, à constituição dos consumidores e à sedimentação de um quadro de internacionalização assimetricamente interdependente.

⁶ LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo : Cortez, 1995.

⁷ SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. 4.ed. São Paulo : Editora da Universidade Paulista : Brasiliense, 1995.

⁸ GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 2. ed. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

capitalismo informacional em sua intrínseca relação com o modo deste tipo de sociedade e as relações capital e trabalho¹⁰, enquanto aquele toma como foco em sua análise a questão da modernidade.

Na medida em que as concepções de sociedade de Lojkine (1995), Schaff (1995), Castells (1999) e Giddens (1991) se expressam, elas trazem consigo, de acordo com o ponto de partida de cada posicionamento teórico, visões diversificadas que apontam problemas, perigos, tendências, riscos e até reações ante o modelo de sociedade gestado ou em gestação. Estas tradições de pensamento serão apontadas em termos de perspectivas.

Parte 1 – A Perspectiva da Transição Contraditória e da Futurologia Sócio-Política

1.1 A Revolução Informacional e o Futuro Sócio-Político

Lojkine (1995) trabalha com a concepção de que o final do século XX acenou com uma mutação na nossa civilização mercantil. Trata-se de uma mutação que se caracteriza em uma revolução informacional, definida como revolução tecnológica de conjunto que é ao mesmo tempo o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização pós-mercantil inserida em um novo padrão de relação entre as classes sociais divididas entre os que produzem e os que dirigem a sociedade, entre os que têm o monopólio do pensamento e aqueles que são excluídos deste exercício¹¹. Lojkine (1995) aborda a revolução informacional sob a ótica das tendências em tal mutação e não pelo discurso de que se vive uma fase, digamos assim, pós-industrial.

⁹ CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo : Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.1).

¹⁰ Castells (1999) apresenta as transformações tanto em termos sociais quanto técnicas, acentuando aspectos como a produtividade e a competitividade.

¹¹ LOJKINE, 1995. p.11-12.

Aliás, Lojkne (1995) e Castells (1999) salientam a importância de Touraine (1970) e Bell (1973) quanto às formulações teóricas em relação à sociedade pós-industrial. Touraine (1970, p. 35) faz referência ao nascimento de uma “sociedade programada” ou “sociedade tecnocrática”¹². Na sociedade programada a tecnocracia é também uma meritocracia, controlando o acesso às suas fileiras¹³. Os conflitos que ocorrem no interior da sociedade programada derivam, entre outros, na acumulação e na concentração do poder de decisão e do conhecimento¹⁴.

Com efeito, não se trata de dizer que uma sociedade post-industrial é aquela que, tendo atingido um certo nível de produtividade e, portanto, de riqueza, pode desembaraçar-se da preocupação exclusiva da produção e tornar-se uma sociedade de consumo e de tempos livres.

Semelhante afirmação é desmentida pelos factos menos contestáveis. O nosso tipo de sociedade é, mais do que qualquer outro, ‘mobilizado’ pelo crescimento económico. Os particularismos da vida privada, das sociedades locais, dos gêneros de vida são penetrados e destruídos por uma crescente mobilidade geográfica e social, pela difusão das publicidades e das propagandas, por uma participação política mais vasta do que outro.

Esses factos, porém, são precisamente os que nos impedem de isolar mecanismos propriamente económicos dentro da organização e da acção sociais.

O crescimento é mais o resultado dum conjunto de factores sociais do que da simples acumulação do capital. (TOURAINÉ, 1970, p. 9)¹⁵.

Touraine (1970, p. 10) dá ênfase ao fato do crescimento econômico depender do papel da pesquisa científica e tecnológica da formação profissional, da capacidade de programar a mudança e de controlar as relações entre os seus elementos, de gerir organizações, de difundir atitudes favoráveis à movimentação e à transformação contínua dos fatores de produção, todos os domínios da vida social (a educação, o consumo, a informação), percebendo esses elementos de forma integrada. Com relação à

¹² TOURAINÉ, Alain. **Sociedade post-industrial**. Lisboa : Moraes Editores, 1970.

¹³ Ibid., 1970, p. 61.

¹⁴ Ibid., 1970, p. 61.

¹⁵ Esclareço que a citação apresentada segue o padrão ortográfico da edição do livro de Touraine (1970), publicado em Portugal.

ciência, Bell (1973, p. 31) destaca o aumento e a importância das atividades técnicas ou dos profissionais do campo científico e tecnológico no advento da sociedade pós-industrial¹⁶.

Os termos “segunda revolução industrial”, “revolução científica e técnica”, “revolução informática” são criticados por Lojkine (1995) por constituírem a zona de sombra quando se define a revolução tecnológica que se inicia, pois a mesma não se trata da “revolução do computador” ainda que, a revolução dos instrumentos de trabalho seja essencial. Portanto, para esse autor, tais termos não são adequados para se definir a revolução tecnológica.

Evidente na posição de Lojkine (1995) é o fato desse não assumir o termo “sociedade da informação” como referência e sim a idéia de revolução informacional em que a tecnologia tem papel importante como potencialidade contraditória em uma sociedade capitalista demarcada pela divisão das classes sociais.

A revolução informacional em Lojkine (1995) é o anúncio das potencialidades de um fenômeno que está em seus primórdios e que se manifesta, por exemplo, na cadeia das relações sociais de produção.

Schaff (1995), ao contrário de Lojkine (1995), assume em sua produção intelectual termo próximo ao da “sociedade da informação”, denominando o processo de “sociedade informática”. Schaff (1995) se refere à sociedade informática como aquela que estará coberta por processos informatizados na esfera da vida pública e por algum tipo de inteligência artificial relacionado a tipos de computadores de geração avançada.

Schaff (1995) faz referência a essas transformações nominando-as ora de “nova” ou “segunda revolução industrial”, “revolução microeletrônica” e “revolução informática”. É uma constante na exposição das suas idéias a afirmação de que vivemos um momento de “revolução” no sentido das mudanças produzidas na sociedade.

¹⁶ BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo : Cultrix, 1973.

Um ponto de discordância de fundo entre Lojkine (1995) e Schaff (1995) é que este refere-se à fase pós-industrial como uma “segunda revolução industrial” em que a informação substitui a produção. Schaff (1995, p. 22) salienta que a revolução que se opera na sociedade com a informatização em seu conjunto se expressa em uma segunda revolução industrial, definida como técnico-científica. A primeira revolução foi aquela ocorrida ao final do século XVIII e o início do século XIX, ocasionando a substituição na produção da força física do homem pela energia das máquinas (primeiro pela utilização do vapor e mais adiante pela utilização da eletricidade). A segunda revolução é situada no século XX e consiste na ampliação da capacidade intelectual humana e da substituição do trabalho humano por autômatos. Lojkine (1995, p.15), ao negar os postulados da sociedade pós-industrial, afirma que a informação não substitui a produção, assim como a indústria não é substituída pelos serviços e o que há é uma nova interpenetração entre informação e produção.

Há nas idéias de Lojkine (1995) e Schaff (1995) certa convergência ao posicionarem a sociedade como alvo das tecnologias, isto é, sendo afetadas por estas no sistema de produção e nas mudanças sócio-técnicas. Neste sentido, coloca-se o sujeito como ser quase passivo diante das alterações tecnológicas. Isso fica evidente quando Lojkine (1995) reconhece, mesmo que de forma contraditória, que os atores da revolução informacional são todos conscientes ou não, usuários das novas tecnologias da informação. Todavia, continua Lojkine (1995, p. 309-310), se se confere aos desafios dessa revolução sua significação cultural, política e ética, o movimento social que deverá realizá-la pertence ao futuro. O protagonismo dos sujeitos individuais e coletivos aparece como apelo à consciência destes em função das estruturas constitutivas e instituídas, por exemplo, na política e economia e que geram crises informacionais em função das estratégias, também informacionais, que colocam em oposição as perspectivas de ação em torno das regras do lucro e as regras do serviço aos usuários com finalidade pública. É evidente em Lojkine (1995) a ênfase de que na revolução informacional há a necessidade de se constituir um novo perfil do trabalhador que alia autonomia profissional e formação politécnica, com intervenção especial no tratamento e criação das informações.

Em Shaff (1995, p. 100-101), o indivíduo, tratado como indivíduo social, é um produto das relações sociais que torna-se o que é no processo de educação social, sendo sua gênese definida pela linguagem, valores, relações normativas correspondentes, transmissão social dos estereótipos, aquisições de um caráter social que lhe permite reagir às exigências de uma decisão rápida. O indivíduo é o que é não só em sentido genético, mas no sentido da sua existência no interior da estrutura.

1.2 Deslocamento do Trabalho Humano, a Informação e a Formação no Uso das Máquinas Informacionais

Lojkine (1995) apresenta três grandes características da “revolução informacional”.

A primeira característica diz respeito à concepção de polifuncionalidade que se expressa na cooperação entre diferentes funções sociais exercidas no âmbito da organização. A segunda característica é a flexibilidade, caracterizando-se pelo uso das máquinas informacionais em diferentes perspectivas. A terceira característica é a configuração de redes descentralizadas, inclusive, com interatividade em redes telemáticas¹⁷. Essas características circundam o elemento organizacional, sendo que a informação não se reduz à estocagem de informações mas envolve sobretudo “(...) a criação, o acesso e a **intervenção sobre informações estratégicas, de síntese, sejam elas de natureza econômica, política, científica ou ética; de qualquer forma, informações sobre a informação, que regulam o sentido das informações operatórias, particulares, que cobrem a nossa vida cotidiana**”. (LOJKINE, 1995, p.109, grifos no original).

A revolução informacional, salientada por Lojkine (1995), aponta para o deslocamento do trabalho humano da manipulação para o tratamento de símbolos abstratos, considerando a introdução das novas tecnologias da informação e comunicação no processo de trabalho. Além disso, a revolução informacional, por meio de instrumentos informáticos combinados com outras técnicas de comunicação, poderá permitir a criação, a

¹⁷ LOJKINE, 1995, p. 73.

circulação e a estocagem de uma imensa massa de informações outrora sob o domínio e, em parte, esterelizada por uma pequena elite de trabalhadores intelectuais¹⁸.

A “sociedade informática” em Schaff (1995) tem como características produzidas pela “revolução” a ampliação das capacidades intelectuais das pessoas, combinadas com o processo de automatização que eliminará com êxito o trabalho humano na produção e nos serviços. Porém, essas transformações não significarão a existência de um inevitável cataclisma social, dado que suas conseqüências poderão ser controladas¹⁹. A revolução microeletrônica e tecnológica-industrial são expressões da revolução técnico-científica que se somam à revolução da microbiologia em seu componente básico que é a engenharia genética. Schaff (1995) parte de uma abordagem claramente marxista, ficando evidente em seu pensamento a tese de que as mudanças na base social produzem inevitavelmente mudanças na superestrutura.

Para Shaff (1995), a inteligência humana pode ser condicionada pela formação escolar, especialmente durante a juventude. Isso depende muito dos programas e do conteúdo das informações de quem tem acesso e lê. A formação escolar terá sua relevância na medida em que transmite um precioso sistema de valores socialmente aceito²⁰. Complementa Schaff (1995) que quanto mais o indivíduo social ascender na esfera da superestrutura da sociedade, maior será sua participação social já que será consciente de seus objetivos e estará em condições de escolher as várias opções postas à sua frente²¹. Já Lojkine (1995) opta por enfatizar os desafios para os sistemas de ensino, salientando a importância de uma qualificação de alto nível, vinculada a uma cultura geral crítica²².

¹⁸ LOJKINE, 1995, p. 14-15.

¹⁹ O controle das conseqüências sociais da “segunda revolução industrial”, por exemplo, o desemprego estrutural, só será possível, no caso da ação dos sindicatos e, mais particularmente, aos partidos políticos, desde que esses “[...] sejam inteligentes e não se mantenham aferrados a seus velhos modelos e soluções, que não podem absolutamente ser transplantados para a nova realidade”.(SCHAFF, 1995, p. 32).

²⁰ SHAFF 1995, p. 110.

²¹ Ibid., p. 70.

²² Esclareço que Lojkine (1995, p. 268) faz menção aos sistemas de ensino dos países altamente industrializados.

Lojkine (1995) e Schaff (1995) aproximam-se da visão sobre o computador nas sociedades que designam²³. Para Lojkine (1995), o computador não é uma pura tecnologia intelectual ou um simples instrumento de representação do mundo. Ele é um instrumento de transformação do mundo material e humano, nascido da demanda do complexo militar-industrial americano²⁴. Já Schaff (1995) frisa que o computador é um produto da criação humana, portanto, parte da sua cultura²⁵ que se destina a revolucionar o próprio processo de formação da cultura, servindo a muitos fins como, por exemplo, supermemória artificial que aliviará a memória humana, realização de operações combinatórias e processo de aprendizagem mais ágil e de conhecimentos dos alunos. Salienta ainda que as possibilidades de uso das tecnologias continuam bloqueadas pela ignorância. Todavia, jovens e adolescentes têm uma maior familiaridade e maior facilidade para apreenderem novos códigos comunicacionais e informacionais.

1.3 A Informação no Campo das Disputas, Hierarquias e como Fator de Discriminação Social

Os problemas apresentados por Lojkine (1995) associam-se às diferentes abordagens feitas no tratamento da reflexão sobre o papel das Novas Tecnologias da Informação no contexto da sua inserção nas organizações de forma integrativa e interativa. Cito dois aspectos que o autor chama a atenção como problemas no que se refere à

²³ Em Lojkine (1995), a ênfase ao computador se relaciona à robotização e a automação no processo produtivo. Porém, depreende-se das idéias do autor, mesmo sem referências diretas à Internet, a alusão à informação como elemento que circula na rede mundial de computadores. Já em Schaff (1995), estão presentes os elementos relativos à automação, robotização da produção e serviços, bem como, a perspectiva de que o computador propiciará comunicação em escalas tanto no nível da cultura nacional quanto internacional. Logo, há aí uma referência ao papel da rede mundial de computadores no nível de interação entre culturas.

²⁴ LOJKINE, 1995, p. 49.

²⁵ Schaff (1995, p. 71-74), esclarece sua idéia de cultura como relacionada à totalidade dos produtos materiais e espirituais do homem em um período determinado e em determinada nação (cultura nacional), ou, no sentido amplo, englobando a totalidade do gênero humano (cultura universal), ou em escala supranacional (critério territorial estabelecido a partir de uma comunidade de língua, religião etc). A partir dessa interpretação de cultura o autor apresenta três esferas de problemas: a) difusão da cultura; b) difusão da cultura supranacional; c) difusão de novos modelos de personalidade e de um novo caráter social dos homens, que estão em conexão com os dois primeiros complexos de questões.

revolução informacional²⁶: a questão da ausência de definição rigorosa da natureza e dos tipos de informação tratados pela revolução informacional e a confusão entre a lógica econômica da rentabilidade mercantil e a lógica específica - não-mercantil - do tratamento da informação.

No aspecto da ausência da definição da natureza e dos tipos de informação, Lojkine (1995) levanta o problema de que a informação pode se manter aberta e interativa ou se manter parcelada, pontual, em um pequeno grupo informal ou na estratégia de ação de uma organização. Nessa polarização sobre informação aberta e interativa versus codificada, esconde-se a questão sobre quem e qual grupo social terá acesso às informações estratégicas.

No aspecto da confusão sobre a lógica econômica da rentabilidade e a lógica específica não mercantil - do tratamento da informação -, essas se manifestam na correlação feita com a “industrialização informação”, “industrialização da cultura”, ambas exprimindo-se em abordagens sobre o “tratamento da informação”. Essa confusão ocorre devido “(...) a ausência de uma clara análise das relações contraditórias que se desenvolvem, quando do evolver (sic) dos *mass media*, entre a lógica da rentabilidade mercantil e a especificidade não-mercantil das relações sociais fundadas na comunicação”. (LOJKINE, 1995:30, grifo no original).

É possível compreender que Lojkine (1995) situa e posiciona a informação em um campo de disputas e hierarquias ao salientar que a informação como serviço público e universal vê-se confrontada com um outro tipo de informação, produto mercantil “adaptado” a clientes específicos. Segundo o autor, esta informação particular, oriunda da segmentação de públicos a atingir, peculiariza-se por sua serialização e por seu caráter

²⁶ Vale salientar que em Lojkine (1995, p. 28-29) há o esforço teórico para apresentar e remover os obstáculos para a leitura, análise e interpretação do trabalho e suas novas questões, como às referentes às tecnologias da informação. Depreende-se do estudo do pensamento de Lojkine (1995) que os obstáculos apontados pelo autor são também problemas derivados da revolução informacional. Isto é, no seu esforço teórico Lojkine (1995) localiza tanto os problemas da revolução informacional quanto à problemática das interpretações sobre o trabalho, por exemplo, como aquelas acríticas, rituais e fundadas em conceitos como do mito do taylorismo-fordismo.

esquadrejado (seccionada para públicos especializados) e se opõe a uma informação universal, igualitária, que não escamoteia os conflitos e os desafios societários em debate²⁷.

Já Schaff (1995) ressalta que o problema da informática não reside no seu modo de ocorrência mas no processo de gerência dos resultados e de como utiliza os dados à disposição. Na medida em que esse processo se expande pode haver uma divisão entre os que possuem e os que não possuem as informações adequadas, podendo essa divisão assumir um caráter de classe²⁸.

O autor admite algumas fontes de perigo no processo da revolução informacional, dentre as quais está a produção de uma nova divisão entre as pessoas, a saber: uma divisão entre os que têm algo que é socialmente importante e as que não têm. Este “algo” é a informação no sentido mais amplo do termo, que, em certas condições, pode ser fator discriminante da nova divisão social²⁹. Para corroborar seu argumento salienta que atualmente pode-se observar uma divisão clara, parecida com a incultura das massas na ciência dos computadores, entre as que conhecem e as que desconhecem o funcionamento dos computadores. O autor não se refere à diferença entre este “conhecimento” e a “ignorância”, já que este é um fenômeno transitório que não tardará a desaparecer quando forem modificados os currículos escolares. Schaff (1995) a vincula a algo que julga que será persistente e que diz respeito à “informação”.

Schaff (1995, p.44-45) afirma no seu exercício de “futurologia” que a classe trabalhadora e a classe de capitalistas urbanos e rurais darão lugar a um estrato social

²⁷ Lojkine (1995, p. 250), ao apresentar tal consequência, parte do exemplo do processo de informatização da imprensa, bem como, da integração tecnológica de diferentes domínios da informação (imprensa, rádio, tv etc), que se traduz, a bem da verdade, em investimentos pesados em tecnologias o que provoca, citando Lepigeon e Wolton (1979), a partir dos custos de operação, a busca por lucros.

²⁸ Schaff (1995, p. 49-50) cita a reação de sindicatos nos Estados Unidos, à computadorização como consequência do registro de todas as operações do trabalhador. O ritmo, a interrupção e a produtividade eram controlados pelos donos do negócio, gerando “stress” nos trabalhadores e como fruto do processo de “observação” a ameaça de demissão pairava no ar. Por isso, a reação dos sindicatos à computadorização.

²⁹ Schaff (1995, p. 48) fala em desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção ou pelo menos na mudança de status da mesma, com mudanças na estrutura de classes da sociedade, que eliminará ou debilitará certas desigualdades sociais, principalmente as relacionadas à origem de classe. Mas poderão surgir novas diferenças, admite Schaff (1995).

integrado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços, sendo que terão lugar especial nesse estrato os especialistas na distribuição dos mais variados bens. Técnicos e administradores na qualidade de organizadores da produção e dos serviços ocuparão posição privilegiada.

Parte 2 - As Perspectivas sobre o Espaço, o Tempo e a Reflexividade

2.1 A Espacialidade Sistêmica e a Reflexão no Tempo

Diferentemente das perspectivas teóricas anteriormente apresentadas, agrupei aqui dois autores: Castells (1999) e Giddens (1991).

Castells (1999) salienta que até certo ponto é impróprio falar de sociedade informacional, todavia, frisa que poderia se dizer o mesmo de sociedade industrial. Esse autor considera - e nesse ponto é interessante seu posicionamento - que a sociedade industrial é o que é não pelo fato de ter indústrias mas por permear as formas sociais e tecnológicas de organização industrial presentes em todas as esferas de atividade (sistema econômico, tecnologia militar, objetos e hábitos de vida)³⁰.

Castells (1999) faz ressalvas em se falar em sociedade informacional no singular, o que implicaria a homogeneidade das formas sociais em todos os lugares sob o novo sistema. As sociedades são marcadas por diversidades históricas, culturais e institucionais. Castells (1999) parte da perspectiva de que existem sociedades informacionais no plural, por considerar que estas têm especificidades, ainda que possam compartilhar a visão estrutural de um paradigma econômico e tecnológico que opera em escala global frente à reestruturação do capitalismo. O que pode ser apontado, segundo o mesmo autor, são as características básicas comuns presentes nos sistemas sociotécnicos

³⁰ CASTELLS, 1999, p. 46.

das sociedades³¹. Vale ressaltar que Castells (1999) faz uma distinção analítica entre as noções de “sociedade da informação” e “sociedade informacional”. A primeira noção toma como foco o papel da informação na sociedade, sendo que a informação em seu sentido mais amplo é tomada como comunicação de conhecimento, sendo fundamental em todas as sociedades. Já a noção “informacional” se refere ao atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação se tornaram elementos importantes de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas na sociedade³². É importante esclarecer que para esse autor conhecimento é um conjunto de declarações organizadas sobre fatos ou idéias apresentando um julgamento ponderado ou resultado experimental que são transmitidos a outros por intermédio de algum meio de comunicação, de alguma forma sistemática. Já informação é concebida como dados que foram organizados e comunicados³³.

Giddens (1991, p.11-12) é também um dos autores que retoma a crítica sobre a emergência de que o final do século XX anunciou uma nova era para além da modernidade, constituidora de um novo sistema social, nomeada por muitos como “sociedade da informação ou “sociedade do consumo”. Essa nova era corresponderia a uma fase de transição para um tipo de sistema social marcado por expressões tais como “pós-modernidade”³⁴ ou “sociedade pós-industrial”. Além disso, salienta que tal debate fez emergir discursos sobre as transformações institucionais, particularmente os que sugerem o deslocamento de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro baseado na informação.

A reflexão de Giddens (1991) tem como foco a discussão sobre a modernidade, que é definida como estilo, costume de vida da organização social surgida na Europa a partir do século XVII. Esse conceito de modernidade é remetido a um dinamismo marcado

³¹ CASTELLS, 1999, p. 37-38.

³² Ibid., 1999, p. 46.

³³ Castells (1999, p. 45) toma de empréstimo a definição de conhecimento de Bell (1973), presente no livro “O Advento da Sociedade Pós-Industrial”. Já a definição de informação é advinda de Porat (1997) extraída de *The Information Economy: definition and measurement*.

³⁴ Giddens (1991, p. 12), apresenta Jean-Francois Lyotard, autor de “A Condição Pós-Moderna”, como popularizador do termo “pós-modernidade”. Lyotard apresenta a pós-modernidade como um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia e da fé no progresso planejado humanamente. Na condição da pós-modernidade os seres têm um passado definitivo e um futuro predizível.

pela separação do tempo e espaço. Giddens (1991) considera que o período vivido pela sociedade não é da pós-modernidade, mas da alta modernidade: “*Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes*”. (GIDDENS, 1991, p. 11-12). Nota-se na posição do autor uma perspectiva de interpretação “descontinuista da história”. Aspecto esse assumido pelo próprio Giddens (1991), pois considera que é necessário capturar a natureza da descontinuidade para analisar o que a modernidade é e quais as suas conseqüências. O ritmo da mudança, por exemplo, no que toca à tecnologia; o escopo das mudanças, conforme diferentes áreas, são postas em interconexão global e a natureza intrínseca das instituições modernas, na situação do sistema político do Estado-Nação na dependência por atacado da produção de fontes de energia, são elementos característicos que auxiliam na compreensão das descontinuidades. Em todas as culturas, as práticas sociais são alteradas de acordo com as novas descobertas que passam a informá-las, sendo que na modernidade, isso ocorre em todos os aspectos da vida humana, inclusive face à intervenção da tecnologia na vida material.

Giddens (1991, p. 13-16) esclarece que o termo “descontinuidade” é familiar em muitas versões do marxismo, porém, sua terminologia se distancia do materialismo histórico por não estar dirigido à história humana como um todo, vendo, como na teoria de Marx, as transições “descontinuistas” como tendo uma direção global, governada por princípios gerais. A desconstrução que realiza parte da crítica à visão da história como uma unidade ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação. Porém, na visão do autor, não se pode negar que na história tenham existido episódios de transição histórica e sobre os quais podem ser feitas generalizações. Acrescento, especificamente sobre a questão da modernidade, que Giddens (1991) critica a visão de Marx e de alguns marxistas da modernidade como se essa fosse destruidora e irreversível nos seus impactos. Segundo Giddens (1991, p. 139), a modernidade foi para Marx o que Habermas chamou de “projeto inacabado”: “*O monstro pode ser domado, na medida em que os seres humanos puderam submeter ao seu próprio controle o que eles criaram. O capitalismo, simplesmente, é uma via irracional para dirigir o mundo moderno, porque ele substituiu a satisfação controlada das necessidades humanas pelo capricho do mercado*”.

Giddens (1991) considera que talvez seja imprecisa a afirmação de que na modernidade haja um “apetite pelo novo” e esclarece: “*O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão.* (GIDDENS, 1991, p.45-46).

Tanto Castells (1999) quanto Giddens (1991) assumem posições convergentes ao não tomarem como princípio nas suas análises assertivas em direção a uma mudança no modo de produção capitalista afetando a superestrutura. Castells (1999) delinea e configura o modo de desenvolvimento informacional em espacialidades sistêmicas (redes) determinadas pela produção, experiência e poder³⁵. Giddens (1991), por sua vez, dirige suas idéias para posicionar o agente numa perspectiva de reflexividade no tempo. As práticas sociais que são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre as próprias práticas, modificando o caráter da mesma³⁶. Isto é, um agente que reflete diante das situações enfrentadas buscando controlá-las³⁷.

2.2 O Espaço, o Tempo e o Lugar

Da discussão entre Castells (1999) e Giddens (1991) é possível identificar algumas distinções entre as suas referências de tempo e espaço como a aproximação em

³⁵ A concepção de Castells (1999) tem como base os seguintes conceitos: “**Produção** é a ação da humanidade sobre a matéria (natureza) para apropriar-se dela e transformá-la em seu benefício, obtendo um produto, consumindo (de forma irregular) parte dele e acumulando o excedente para investimento conforme os vários objetivos socialmente determinados. **Experiência** é a ação dos sujeitos humanos sobre si mesmos, determinada pela interação entre as identidades biológicas e culturais desses sujeitos em relação *a seus* ambiente sociais e naturais. É construída pela eterna busca de satisfação das necessidades e desejos humanos. **Poder** é aquela relação entre os sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica. As instituições sociais são constituídas para impor o cumprimento das relações de poder existentes em cada período histórico, inclusive os controles, limites e contratos sociais conseguidos nas lutas pelo poder”.(CASTELLS, 1999, p.33, grifos no original).

³⁶ GIDDENS, 1991, p. 45.

³⁷ Associo tal idéia à reflexão que Giddens (1991) faz sobre as conseqüências da alta modernidade e a perspectiva de controle ou descontrole do carro de Jagrená, sendo que este termo significa: “O termo vem do hindu Jagannãh, ‘senhor do mundo’, e é um título de Krishna; um ídolo desta deidade era levado anualmente pelas ruas num grande carro, sob cuja rodas, conta-se, atiravam-se seus seguidores para serem esmagados”.(GIDDENS, 1991, p. 133).

relação à idéia de lugar. Castells (1999) enfatiza a predominância do espaço sobre o tempo, defendendo a tese de que este é organizado por aquele na sociedade em rede. Ao partir da idéia de que o espaço de fluxos não permeia toda a esfera da experiência humana na sociedade em rede, Castells (1999, p. 447) afirma que as pessoas percebem seu espaço com base no lugar. E o lugar é definido como sendo um local cuja forma, função e significados são independentes dentro das contigüidades físicas. Frente ao sistema de comunicação que se desenvolve rapidamente, principalmente face à comunicação mediada por computador, há uma transformação radical em relação ao tempo e espaço, sendo que localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação. Passado, presente e futuro podem interagir entre si na mesma mensagem. O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura³⁸.

Em sentido contrário, Giddens (1991) defende a tese de que o tempo é a base do controle do espaço. O esvaziamento do tempo é em grande parte pré-condição para o esvaziamento do espaço e tem assim a prioridade causal sobre ele. Giddens (1991) faz a distinção conceitual entre espaço e lugar, sendo este último conceituado por meio da idéia de localidade, que se refere ao cenário físico da ação social situado geograficamente. Este afirma que a modernidade arranca o espaço do tempo, fomentando relações entre outros ausentes, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face e o lugar se torna algo “fantasmagórico” e isto significa que os locais são penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles³⁹. E complementa: “*O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza*”. (GIDDENS, 1991, p.27).

A noção de lugar fantasmagórico em Giddens (1991) pode ser compreendida pela idéia de Santos (1997, p. 107), ao afirmar que: “*Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações*”.

³⁸ CASTELLS, 1999, p. 397-398.

³⁹GIDDENS, 1991, p. 26-27.

Das concepções de Castells (1999) e Giddens (1991) derivam as características espaço-temporais das sociedades nas fases que denominam (modo informacional e modernidade) em suas implicações, inclusive, em termos de reações.

2.3 Redes, Encaixes e Desencaixes

Castells (1999) salienta que uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. As economias passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. Ao destacar as várias transformações no cenário social da vida humana, Castells (1999) chama a atenção para o sistema de comunicação que “fala” cada vez mais uma língua universal digital e que propicia a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens da nossa cultura, personalizando-as aos moldes de cada indivíduo⁴⁰. Frisa o autor: “*As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela*”. (CASTELLS, 1999, p. 22).

Como indicador contextual do cenário mundial, a desregulamentação dos mercados e a emergência das novas tecnologias da informação, na década de 80, proporcionaram a formação de uma rede global de conexão de fluxos de capitais, com impacto dissociativo entre estes fluxos e a economia nacional de cada país, beneficiando os principais atores da transformação econômica e tecnológica: as empresas de alta tecnologia e empresas financeiras⁴¹. Isso, evidentemente, ocorrendo com o aval do Estado,

⁴⁰ CASTELLS, 1999, p. 21-22.

⁴¹ Castells (1999, p. 104), resgata dados empíricos e apresenta com propriedade a relação entre a exploração dos mercados e o significativo ganho de capitais que os capitalistas e empresas capitalistas adquiriram com a expansão dos fluxos de capital nas décadas de 80 e 90.

patrocinando a privatização dos vários setores antes sob guarda do mesmo, por exemplo, o sistema de telecomunicações⁴².

Segundo Castells (1999) a revolução tecnológica originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, para o qual foi ferramenta básica. Sendo que a “nova” sociedade emergente é capitalista e informacional, embora com características diferenciadas de país para país, considerando aspectos da sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e tecnologia da informação⁴³.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimento e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e informações para geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação em um ciclo de realimentação entre a inovação e o seu uso⁴⁴.

A sociedade informacional tem a sua estrutura básica em redes. As redes constituem a nova morfologia social das sociedades e “[...] a difusão da lógica das redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência de poder e cultura”. (CASTELLS, 1999, p.497). As redes existiram em outros tempos e espaços, todavia, as tecnologias da informação forneceram a base material para a expansão na estrutura social. Castells (1999) apresenta sua definição de rede como um conjunto de nós interconectados, sendo o nó o ponto no qual uma curva se entrecorta. O que o nó é depende do tipo de rede concreta que se fala, por exemplo: bolsa de valores, conselhos nacionais, gangues de rua etc. As redes são ainda apresentadas por Castells (1999, p. 498) como estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que haja comunicação dentro da rede, compartilhando os códigos de comunicação, como valores ou objetivos de desempenho. A visão sistêmica de

⁴² No caso brasileiro, o programa de privatização do Sistema de Telecomunicações iniciou no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

⁴³ CASTELLS, 1999, p. 31.

⁴⁴ Ibid., 1999, p. 50-51.

Castells (1999) fica evidenciada ao afirmar que uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto, dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio⁴⁵.

Giddens (1991), por sua vez, a partir da sua visão da modernidade numa perspectiva predominantemente analítica e menos descritiva e empírica do que Castells (1999), apresenta o dinamismo da vida social em características derivadas da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação na vida social; pelos desencaixes dos sistemas sociais e pela ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz da contínua entrada de conhecimento que afeta as ações dos indivíduos e grupos⁴⁶.

Ao evidenciar as rupturas trazidas pela modernidade, Giddens (1991) confere importância significativa à noção de tempo. Cita, por exemplo, que a mídia eletrônica nos dá a idéia de presença em todos os lugares de forma instantânea e a tanta distância, que o aspecto do “deslocamento”, caracterizado na inserção das pessoas em cenários culturais globalizados, significa que familiaridade e lugar estão menos consistentemente vinculados do que já estiveram. Vale salientar que a globalização é definida por Giddens (1991, p. 69-70):

[...] como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distintas de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa (sic) às relações muito distanciadas que os modelam.

Giddens (1991) frisa ainda quanto à relação entre familiaridade e lugar, que este é menos um fenômeno de estranhamento do local do que de integração no interior de comunidades globalizadas de experiência partilhada e que a mídia eletrônica acentuou os aspectos de deslocamento, na medida em que enfatiza a presença tão instantaneamente e a distância. O deslocamento tem como correlativo o reencaixe. Os mecanismos de desencaixe tiram as relações sociais e as trocas de informação de contextos espaço-temporais específicos, mas ao mesmo tempo oferecem oportunidades de reinserção, sendo um

⁴⁵ CASTELLS, 1999, p. 498.

⁴⁶ GIDDENS, 1991, p.25.

equivoco ver o mundo moderno como um mundo em que os sistemas impessoais engolem parte da vida pessoal⁴⁷.

Por “desencaixe” Giddens (1991, p.29) entende o “(...) *deslocamento das relações sociais nos contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo e espaço*”. Giddens (1991, p. 83) complementa à noção de “desencaixe”⁴⁸ a de “reencaixe”, sendo tal termo apresentado como “(...) *reapropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las (embora parcial ou transitoriamente) a condições locais de tempo e lugar*”.

Castells (1999, p. 422), ao referir-se à CMC, salienta que a mesma está se difundindo por todo o mundo em uma geografia irregular que favorece a interação entre si de alguns segmentos da sociedade concentrados nos estratos profissionais superiores, reforçando a dimensão social do espaço de fluxos. O espaço de fluxos para Castells (1999, p. 404) configura-se como a manifestação espacial predominante de poder e função em nossas sociedades onde ocorre o desenvolvimento das práticas sociais de tempo compartilhado.

A discussão sobre as condições para a ação dos sujeitos faz retomar as idéias de Giddens (1991) sobre os sistemas peritos que têm uma natureza voltada para a organização dos ambientes material e social da vida humana. A organização do ambiente se dá pela ação de agentes que têm competência profissional e sobre as quais as pessoas depositam confiança e fé. Dito de outra forma, o conhecimento dos peritos se insere no sistema sobre o qual as pessoas depositam confiança. Os sistemas peritos, como elementos de desencaixe, removem as relações sociais das imediações do contexto, fornecendo expectativas através

⁴⁷ GIDDENS, 1991, p. 142.

⁴⁸ Os mecanismos de desencaixe apontados por Giddens (1991, p.30-37) são dois: as fichas simbólicas (exemplos: meios de legitimação política, dinheiro) e os sistemas peritos (exemplo: profissionais como arquitetos e advogados que estão inseridos em um sistema técnico no qual depositam confiança). As fichas simbólicas significam meios de intercâmbio que podem ser circulados sem ter em vista as características específicas dos indivíduos e grupos. Já os sistemas peritos referem-se aos sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam o ambiente social e material em que vive a sociedade.

de tempo-espaço distanciados. O teste do conhecimento – sua aplicação prática – e a crítica pública - são elementos que auxiliam no controle do sistema perito⁴⁹.

Giddens (1991) apresenta quatro reações em relação à adaptação ao perfil de risco da modernidade⁵⁰.

Uma reação o autor denomina de “aceitação pragmática”, anunciando que se trata de uma vantagem estratégica face ao que se passa no mundo moderno e está fora de controle de qualquer pessoa de forma que tudo que possa ser planejado ou esperado constitui ganho temporário⁵¹. A aceitação pragmática é compatível com o sentimento de pessimismo ou com a esperança e pode coexistir de forma ambivalente.

Outra reação é chamada de otimismo sustentado, que é a fé contínua na razão providencial em relação a eventuais perigos. Acredita-se que podem ser encontradas soluções sociais e tecnológicas para os problemas da humanidade

Há um conjunto oposto de atitudes em relação à aceitação pragmática e ao otimismo sustentado, denominadas por Giddens (1991) de pessimismo cínico e engajamento radical.

O pessimismo cínico se contrapõe às duas primeiras reações. Este pressupõe ansiedade com os perigos de altas conseqüências. O cinismo é apresentado como modo de amortecer a ansiedade por meio de uma resposta, por exemplo, humorística. Esclarece Giddens (1991) que em alguns destes disfarces, o cinismo é destacável do pessimismo e pode coexistir com uma espécie de esperança temerária. Giddens (1991) frisa que é difícil dar um conteúdo ao pessimismo, a não ser em relação a certa nostalgia por estilos de vida e em relação a uma atitude negativa ao que está por vir. Conclui essa caracterização afirmando que o pessimismo numa forma extrema leva a uma depressão paralisante e

⁴⁹ GIDDENS, 1991, p.35-36.

⁵⁰ Ibid., p. 136-138.

⁵¹ Giddens (1991, p.136) apresenta a aceitação pragmática como perspectiva descrita pelo sociólogo norte-americano Christopher Lasch.

combinado ao cinismo possibilita perspectivas práticas. Explica que o cinismo tira a aspereza do pessimismo por causa da sua natureza emocionalmente neutralizante e o potencial para o humor.

Já o engajamento radical se caracteriza pela atitude de contestação prática para com as fontes de perigo. Reconhece que, embora cercado de graves problemas, deve reduzir o impacto da ação ou até mesmo transcendê-los. Essa é uma perspectiva otimista que se vincula aos movimentos contestatórios ao invés de uma fé e análise racional. O veículo principal dessa ação é o movimento social.

[...] como vai ficar a nossa velha realidade, a realidade de nosso espaço habitual, em permanente contato com a realidade virtual, a realidade do ciberespaço? (SANTOS, 2003, p.113)⁵².

⁵² SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo : Editora 34, 2003.

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Parte 1 – O Dinamismo das Sociedades e as Recombinações das Relações

Sociais

Diante dos posicionamentos teóricos da abordagem da transição contraditória (LOJKINE, 1995), da perspectiva da futurologia sociopolítica (SCHAFF, 1995), da reflexividade (GIDDENS, 1991) e da espacialidade sistêmica (CASTELLS, 1999), uma primeira afirmação repercute no fato de que em todos os momentos da história da humanidade a informação e o conhecimento sempre tiveram sua importância, seja moldando a realidade ou sendo moldadas por esta. Darnton (2000)⁵³ afirma que se faz tanta projeção sobre o futuro que se esquece da importância da informação no passado, principalmente, em relação à idéia de que cada era foi, à sua própria maneira, uma era da informação⁵⁴. A informação e o conhecimento são importantes em todos os modos de desenvolvimento, considerando sua inserção em um sistema de produção do conhecimento que sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação⁵⁵. Não parto, na minha visão de sociedade, de uma perspectiva de análise baseada em um certo evolucionismo linear em que, da fase do modo de produção capitalista, saltamos para o modo de produção informacional. Em qualquer situação em que os meios tecnológicos avancem, sempre haverá uma infra-estrutura material de produção que dará suporte ao que será produzido. Em suma: na minha compreensão, as novas tecnologias da informação e comunicação não significam o “renascimento” da importância da informação, considerando que esta sempre existiu como valor simbólico ou material.

⁵³ DARNTON, Robert. Rede de intrigas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2000. Mais!, p. 6-13.

⁵⁴ DARNTON (2000, p. 6-13) faz uma análise do papel das mídias no contexto da revolução francesa. O historiador discute como a fofoca, as canções populares e os folhetins movimentavam as notícias na França ao do século XVIII. Neste sentido, sua análise da história da comunicação relaciona notícia, meios de comunicação de massa e a política de modo geral.

⁵⁵ CASTELLS, 1999, p. 35; SORJ, 2003, p. 35.

Parto da concepção de Giddens (2002, p. 9)⁵⁶ ao afirmar que as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais e a seu impacto global. Nesse sentido, a modernidade altera radicalmente a vida social cotidiana e afeta aspectos sociais da nossa existência.

Wanderley (2003, p. 40) afirma, de forma procedente, que a modernidade significa a emergência de um paradigma de conhecimento baseado na racionalidade, na ciência, na secularização, na tentativa de universalizar suas verdades. Se por um lado a modernidade fez emergir uma racionalidade conotada como substantiva, compreendendo, entre outros, fins e valores, por outro lado há outra conotação com característica instrumental, prática, positivista, com a lógica dos custos e perdas, preocupada com os meios. A modernidade ainda compreende uma formação econômico-social e um modo de produção, bem como, configurou uma organização sociopolítica. Esse autor ainda enfatiza que o capitalismo incorporou a bandeira da modernidade com o desenvolvimento das forças produtivas, as novas tecnologias que foram sendo incorporadas, a industrialização, a urbanização, expandido-a para várias partes do mundo. A modernidade ainda configurou o Estado-nação, como organização sóciopolítica, com seus atributos de povo, território, soberania, direitos e cultura⁵⁷.

Em consonância com o pensamento de Giddens (2002, p. 10), tomo como eixo de análise que a vida social moderna é caracterizada por processos de reorganização do tempo e do espaço, que se associam aos mecanismos de desencaixe que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinao-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço. Nesse contexto social não se deve esquecer que a modernidade também produz diferença, exclusão e marginalização⁵⁸.

⁵⁶ GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2002.

⁵⁷ WANDERLEY, Luís Eduardo W. A particularidade da questão social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 76, p.37-57, nov. 2003.

⁵⁸ GIDDENS, 2002, p. 13.

Aspecto importante a destacar é que as tendências globalizantes da modernidade produzem a reorganização do espaço e do tempo, os mecanismos de desencaixes, que supõem propriedades universalizantes que, segundo Giddens (2002, p. 27):

[...] explicam a natureza fulgurante e expansionista da vida social moderna em seus encontros com práticas tradicionalmente estabelecidas. [...] de modo geral, o conceito de globalização é melhor compreendido como expressando aspectos fundamentais do distanciamento entre tempo e espaço. A globalização diz respeito à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais. Devemos captar a difusão global da modernidade em termos de uma relação continuada entre o distanciamento e a mutabilidade crônica das circunstâncias e compromissos locais. Como cada um dos outros processos mencionados acima, a globalização tem que ser entendida como um fenômeno dialético, em que eventos em um pólo de uma relação muitas vezes produzem resultados divergentes ou mesmo contrários em outro.

Giddens (2002) acentua que a modernidade provoca riscos globais (catástrofes, desastres ecológicos) e esses riscos não foram enfrentados por gerações anteriores. Particularmente, opto por pensar os riscos, não inerentes aos desastres e catástrofes, mas relacionados à idéia de que as crises e tensões, eventualmente enfrentadas por ONGs, ao introduzirem a CMC em seu trabalho se traduzia em visões de risco. Risco em relação aos desvios da gênese da proposta de trabalho da ONG ou desequilíbrio frente à sustentabilidade institucional da proposta ou ainda diante da visão, predominantemente pragmática, face à apropriação da linguagem informacional.

A questão da igualdade da possibilidade do acesso, sentido e apropriação social da Internet⁵⁹ e, conseqüentemente, dos vários benefícios em comparação à utilização

⁵⁹Essas categorias foram construídas pela Fundação Redes e Desenvolvimento – FUNREDES e estão na seguinte fonte: MISTICA. Trabalhando a Internet com uma visão social. Set. 2002. Disponível em: <[http://72.14.207.104/search?q=cache:Xz0jczhL-kYJ:www.redistic.org/brecha/pr/1 - CV_M%25EDstica_portugu%25E9s.html+trabalhando+a+Internet+com+uma+vis%C3%A3o+social+&hl=pt-BR](http://72.14.207.104/search?q=cache:Xz0jczhL-kYJ:www.redistic.org/brecha/pr/1-CV_M%25EDstica_portugu%25E9s.html+trabalhando+a+Internet+com+uma+vis%C3%A3o+social+&hl=pt-BR)>. Disponível em: 1 fev. 2005. A FUNREDES é uma ONG dominicana que agrega pessoas de diferentes países da América Latina e do Caribe para debater o uso das novas tecnologias da informação e comunicação - TICs na região. Ela organiza uma rede denominada Metodologias e Impacto Social das TICs na América Latina e no Caribe – Mística, nascida em 1998, reunindo cerca de 400 especialistas (ativistas, intelectuais) que discutem seu desenvolvimento na sociedade civil no âmbito da sociedade da informação, que preferem

de outros meios por parte das ONGs pode levar os sujeitos individuais e coletivos a uma percepção de corte, ruptura, entre a concepção do que é supostamente “velho” ou “novo”. Esclareço que o conceito de igualdade refere-se à possibilidade de que todas as pessoas tenham acesso aos benefícios da Internet, incorporando-se nessa categoria tanto o acesso a essa tecnologia quanto o desenvolvimento das capacidades técnicas e metodológicas para poder ter um uso efetivo das potencialidades por ela oferecida. Vale frisar que as barreiras de acesso não se restringem aos aspectos técnicos, mas também a educativos, lingüísticos e culturais. A capacitação gratuita via Internet é uma das alternativas que remove uma das barreiras de acesso. Já as ações para o uso com sentido são aquelas voltadas para a promoção da utilização da Internet, relacionadas às necessidades dos diferentes grupos sociais e a busca de alternativas para resolvê-las por esse meio. A apropriação social da Internet diz respeito ao seu significado adquirido no cotidiano dos grupos sociais, vindo a ser uma ferramenta que possibilita a construção do conhecimento que lhes permita transformar as realidades nas quais se encontram inseridos. O “velho” como representativo daquela relação com outros meios como o rádio, a tv, o jornal. O “novo” como representativo de uma nova noção de distância, configurada em novos espaços de sociabilidade e temporalidade, mas que se processa com sensações de efetividade em relação às pretensões e ao próprio uso da Internet. As dimensões de distância e tempo são tomadas como voláteis e expressões deste “novo”. Presente nestas visões pode estar um misto de alienação, glamourização e até de certa perspectiva da exigência e da atualização da sua ação política e social em redes de interação social e cultural, ampliadas pela Internet. Agora, a questão da possibilidade do acesso à Internet, o sentido e apropriação social passam pela idéia de projeto ou não que as ONGs pretendem constituir ou não com a ajuda da Internet. Projeto não no sentido de um meio para conseguir recursos mas “[...] *um esforço planejado de um grupo de pessoas para alcançar um objetivo e modificar*

chamar de “sociedade dos saberes compartilhados”. A Mística, em coordenação com a RITs, planejou aumentar sua presença no Brasil e Caribe, acentuando as articulações em rede. As informações sobre a Mística podem ser adquiridas em: MEDEIROS, Marcelo. Vários idiomas, a mesma língua. Entrevista do presidente da FUNREDES, Daniel Pimenta, a Marcelo Medeiros. **Revista RETS**, 22 out. 2004. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/notitia1/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=10&dataDoJornal=1098479099000>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

determinada situação. Neste sentido, fala-se também do projeto histórico de um povo ou classe social” (MOLLER, [s.d], p. 45)⁶⁰.

Parte 2 - Lugar, Ciberespaço, Fluxo Informacional e as ONGs como Sujeitos Sociais

Outras duas categorias são importantes para perceber o movimento que as ONGs fazem ou deixam de fazer ao utilizar a Internet. Refiro-me às categorias de lugar e ciberespaço⁶¹. Assumo aquela concepção de lugar apresentada em Giddens (1991, p. 26), em termos da idéia de localidade e cenário físico da atividade social. Já ciberespaço⁶² é o espaço por onde circulam e se manifestam palavras, sons, imagens, relações sociais, riqueza e poder dos sujeitos sociais – individuais e/ou coletivos – utilizadores da Internet, para desenvolver ações, entre outras, voltadas para a ação política e educativa. O ciberespaço funciona com base em fluxos informacionais.

Reporto-me a Castells (1999, p. 436-437) para enfatizar que os fluxos são as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, políticas e simbólica da sociedade. As práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes e essas correspondem àqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral. Nossa sociedade está construída em torno de fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de

⁶⁰ MOLLER, Alois. Organização popular e clientelismo internacional. **Cadernos CEAS**, Salvador, n. 133, p. 35-50, [ca. 1990].

⁶¹ Por vezes chamarei o ciberespaço de espaço virtual.

⁶² O termo ciberespaço foi utilizado pela primeira vez pelo escritor de ficção científica Gibson (1984), em romance intitulado “Neuromancer”. Rheingold (1996, p.18) resgata essa concepção original designando-a como “[...] o espaço conceptual onde se manifestam palavras, relações humanas, dados, riqueza e poder dos utilizadores da tecnologia da CMC”. Optei por fazer uma ampliação desse conceito, introduzindo nele a noção de sujeito social.

tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos e esses são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica⁶³.

Para analisar o fluxo informacional do lugar para o ciberespaço e vice-versa, parto de sujeitos sociais importantes: as ONGs. Particularmente, concebo as ONGs como sujeitos sociais que não mantêm, em relação ao mercado, aos governos, entidades congêneres, relação unidirecional de subordinação e não visam, egoisticamente, a acumulação de capital econômico-financeiro. As ONGs desenvolvem de forma subsidiária ou protagônica, no seu campo de atuação, em lugares e/ou no ciberespaço, junto a pessoas, grupos sociais, instituições, ações que visam mudanças em questões que afetam as condições de vida e da existência humana.

Para efeito de esclarecimento, friso que por vezes surge na literatura paralelamente ao termo ONG, Sociedade Civil e Terceiro Setor. Bobbio (1987, p. 35-36) apresenta a seguinte definição de Sociedade Civil:

[...] é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através de mediação ou através de repressão. Sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens etc⁶⁴.

Dada a heterogeneidade de organizações que se perfilam como entidades da sociedade civil, daí brotando definições e nomenclaturas variadas, aponto complementarmente à definição apresentada por Bobbio (1987), a seguinte:

⁶³ CASTELLS, 1999, p. 436.

⁶⁴ BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

[...] organização da sociedade civil (OSC) é um conjunto vasto e heterogêneo caracterizado por organizações: (i) estruturadas; (ii) localizadas fora do aparato formal do Estado; (iii) que não se destinam a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionista; (iv) autogovernadas; (v) que envolvem indivíduos num significativo esforço voluntário; (vi) que produzem bens e/ou serviços de uso coletivo. Esta definição reúne sob uma única rubrica uma variedade de tipos organizacionais de grande complexidade. Sem esgotar as possibilidades, podem-se citar as seguintes formas institucionais presentes no Brasil: organizações sem fins lucrativos, instituições filantrópicas; caridade e assistência; associações voluntárias; organizações não-governamentais (ONGs); e fundações privadas[...].(PNUD/IPEA,1996, p. 146)⁶⁵.

Instala-se, assim, a complexidade conceitual em torno do que é a própria Sociedade Civil e, por que não dizer, do ainda denominado Terceiro Setor. Fernandes (1994, p. 32) salienta que dizer Sociedade Civil supõe uma cultura democrática que ainda está por ser estabelecida e Terceiro Setor significa uma reunião, sob uma mesma classe conceitual, de atividades distintas que, no passado, eram tomadas como contraditórias ou antagônicas.

Ressalto, como já salientado no início da tese, que parto da concepção de ONGs como conceito central de análise por estar mais diretamente relacionada à natureza das organizações pesquisadas⁶⁶. Os termos Sociedade Civil, Terceiro Setor e ONG, expressam, conceitualmente, as facetas diferenciadas das organizações sociais brasileiras quando vêm à cena política. Essas facetas podem até ter o mesmo discurso, mas também apontar para intervenções diferenciadas no interior da sociedade brasileira.

As ONGs, com as características as quais me referi em passagem anterior, são sujeitos sociais. Wanderley (1992) em uma reflexão sobre os termos “sujeitos” e “atores”, reconhecendo que pode incorrer em preciosismos de linguagem, apresenta o termo sujeito como:

⁶⁵ PNUD/IPEA. Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil 1996. Brasília : PNUD: IPEA, 1996.

⁶⁶ Prossigo a discussão conceitual sobre as ONGs no capítulo 4.

[...] aquele que faz a ação ou a dirige, ou num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, constructor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade. Ao contrário de *ator*, como aquele que desempenha um papel dentro de um texto, no palco ou na tela. (WANDERLEY, 1992, p. 142, grifo no original)⁶⁷.

O termo ator é muito utilizado na bibliografia para atores políticos, compreendendo todos aqueles engajados na política, tanto nos governos quanto nos partidos políticos e movimentos sociais.

Vale ressaltar que para Touraine (1994) quando um sujeito⁶⁸ tem protagonismo político, ele se transforma em um ator. Em sentido literal às idéias desse autor: “*O Sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator (TOURAINÉ, 1994, p. 220).*”

Na tese, assumirei o termo sujeito⁶⁹ de acordo com a aceção apresentada por Wanderley (1992)⁷⁰.

Parte 3 - O Ciberespaço como Campo de Ação das ONGs

Os fluxos informacionais das ONGs, por meio da Internet, são analisadas em duas vertentes: a vertente educacional e política .

Na vertente educativa cito sua possibilidade de utilização na modalidade educacional a distância. Entendo esta modalidade como aquela cuja interatividade se dá por meio de recursos tecnológicos, como Internet ou material impresso, sendo as mídias

⁶⁷ WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Os sujeitos sociais em questão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 40, p. 141-156, dez. 1992.

⁶⁸ A existência de sujeitos individuais e coletivos propicia a discussão sobre as relações entre sujeito e estrutura, ora acentuando um lado, ora buscando a integração entre eles.

⁶⁹ Quando os termos agente e ator aparecerem no texto da tese, estarão sendo utilizados em consonância com as fontes originalmente consultadas.

⁷⁰ Ressalto que as idéias de Wanderley (1992) também foram ancoradas no pensamento de Oliveira (1990, p.43) quando esse último enfatiza que é preferível empregar a noção de sujeito como o ser individual, real, que se considera como tendo qualidades ou praticado ações, titular de um direito, ao contrário da concepção que apregoa a elevação de ator a um conceito analítico que corre o risco de se configurar em teatro já que esse muda de papel, improvisa dentro de um *script* ou elabora sua própria representação.

utilizadas ou não de modo integrado, em que pode ocorrer a presença ou não de um educador no espaço das relações de sociabilidade.

Na vertente política, entendida como aquela ação que pode se configurar como relação marcada pela solidariedade, consenso ou conflito entre diferentes sujeitos sociais a partir da estrutura e condições de participação desses. Nessas relações podem estar envolvidos o Estado, os movimentos sociais, as ONGs e as empresas capitalistas. Essas últimas do segmento de comunicação e informação (empresas de programas de computador, jornais, companhias telefônicas).

Castells (1999) enfatiza que a política tem sido crescentemente utilizada como área de intervenção por meio da Internet. O correio eletrônico tem sido utilizado largamente para a difusão de propaganda política dirigida com possibilidades de interação. O autor cita grupos fundamentalistas cristãos, a Milícia Norte-americana dos Estados Unidos e os Zapatistas no México como pioneiros dessa tecnologia na sua vertente política. Harvey (2004) também dá destaque à ação dos zapatistas:

[...] os zapatistas usam com muita proficiência modernos meios de comunicação. Deram proeminência às possibilidades de uso da Internet pelos movimentos como instrumento de mobilização de campanhas internacionais em favor dos direitos trabalhistas, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, da justiça ambiental e assim por diante. (HARVEY, 2004, p. 106)⁷¹.

O aspecto da chamada democracia local é também alvo de experimentos em situações de participação eletrônica do cidadão no debate das questões públicas⁷².

Sorj (2003) diz que o debate acerca do impacto⁷³ da Internet sobre a vida política polariza-se na visão de otimistas e pessimistas⁷⁴. Para os otimistas a Internet se

⁷¹ HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo : Edições Loyola, 2004.

⁷² Castells (1999, p.385), ao discutir o uso político da Internet, utiliza a expressão Comunicação Mediada por Computador – CMC.

⁷³ Friso ainda uma importante constatação de Sorj (2003) que abre possibilidade para estudos e pesquisas futuras: “Não existe, até o momento, elementos suficientes que confirmem qualquer suposição sobre o impacto da Internet na política, o que permite duas leituras opostas de suas conseqüências: alguns analistas imaginam que nos encontramos no alvor de uma transformação radical da democracia representativa em

constitui em um instrumento libertário. Os otimistas têm visões dispares, por exemplo, quando alguns acentuam que a Internet favorece a maior participação dos cidadãos nas decisões do governo; outros, que permite radicalizar a democracia, propiciando a criação de um espaço da sociedade civil que se organizará à margem do Estado. Os pessimistas alinham-se à visão de que a Internet destrói as relações face a face, que seria a única fonte de comunicação capaz de gerar grupos sólidos, com memória estável, ao invés do mundo atemporal das redes virtuais⁷⁵. É importante avançar para além da polarização. Evidentemente, sem desmerecer a presença de usos da Internet em um campo ou outro de posição. Porém, ficar na polarização leva-nos a um distanciamento da análise das práticas sociais concretas que podem se configurar no uso de potencialidades contraditórias da Internet com especificidades que combinam as dinâmicas das relações ocorridas no lugar com aquelas que ocorrem a distância.

Quando refiro-me ao termo campo, quero dizer que o uso da Internet se posiciona em um campo. Campo é um conceito de Bourdieu (1983) apresentado em seus tipos, propriedades, posição dos agentes, interesses⁷⁶. Para Bourdieu (1983), os campos se apresentam à apreensão como espaços estruturados de posições, cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) e os campos possuem suas leis gerais. Salienta Bourdieu (1983) que campos diferentes como a política, filosofia e religião possuem leis de funcionamento invariantes. Isso, de certa forma, permite usar algo aprendido de determinado campo específico para se interrogar e interpretar outros campos. Bourdieu (1983) acentua que campos específicos têm suas propriedades específicas e que o estudo destes faz avançar os mecanismos de conhecimento das regularidades que possuem. Segundo Bourdieu (1983), em cada campo se encontrará uma luta, demarcada por características específicas entre o novo que entra ou tenta forçar a entrada e o dominante que tenta dominar o monopólio e eliminar a concorrência. Bourdieu (1983) acrescenta que

democracia plebiscitária, enquanto para outros a nova sociabilidade virtual destrói as bases da interação que permite a construção do espaço público e aumenta a capacidade de controle da população pelo Estado [...]” (SORJ, 2003, p. 49).

⁷⁴ Ibid., p. 56-57.

⁷⁵ Ibid., p. 66-57.

⁷⁶ BOURDIEU, 1983, p. 89-93.

o campo se define em função dos objetos de disputa e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetivos de disputas e aos interesses próprios de outros campos e que não são identificados por quem não foi formado para entrar nesse campo. Afirma o autor que cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos ou nobres, desinteressados⁷⁷.

No campo há a necessidade de agentes dispostos a entrar no jogo em torno dos objetos de disputa. Trava-se no campo uma relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta que têm suas especificidades enquanto capital distribuído e acumulado em processos anteriores de luta. Tal acúmulo pode orientar as estratégias a serem desenvolvidas dentro do campo. O capital específico vale em certo campo e nos limites deste campo e é convertido em outra espécie de capital sob certas condições. Os agentes têm certo número de interesses comuns que nem sempre são identificados. Esses agentes devem reconhecer os seus antagonismos em função dos objetos de disputa. O que merece ser disputado é reconhecido previamente pelos antagonistas, fato esse escondido por trás das aparências, do óbvio. O jogo é reproduzido pelos próprios agentes que dele participam para provocar a crença no valor do que está sendo disputado. Quem é recém-chegado ao campo deve reconhecer o valor do jogo e conhecer as regras do seu funcionamento⁷⁸.

Bourdieu (1983) faz a afirmação de que as pessoas compactuam com o que é produzido no campo, tendo interesse em conservar e a se conservar conservando⁷⁹. Sobre a palavra interesse, considera que essa é muito perigosa por evocar uma noção utilitarista. De qualquer forma, Bourdieu (1983) salienta que a sociologia não pode desconsiderar o axioma do interesse, entendido como “[...] *investimento específico nos processos de luta, que é ao mesmo tempo a condição e o produto da vinculação a um campo*” (BOURDIEU, 1983, p. 93-94, grifo no original).

⁷⁷ BOURDIEU, 1983, p. 89.

⁷⁸ Ibid., p. 90-91.

⁷⁹ Ibid., p. 91-92.

Mas a qual campo me refiro no presente estudo? Refiro-me ao ciberespaço como um campo específico do virtual. Para entrar nesse campo, os sujeitos devem ter certas condições para entrar no jogo. Jogo em que, em tese, se reconhecem os objetos de disputa, ou melhor, as perspectivas de monopólio e/ou eliminação dos concorrentes. Nesse sentido, idéias, valores, capacidades cognitivas, ações, são conteúdos das mediações que envolvem significados em disputa ou que buscam afirmação no campo.

O ciberespaço é espaço também para o sujeito se apresentar e aderir, voluntariamente, a iniciativas sociais ou ainda para acumular ganhos de capital.

A crônica das aplicações da eletrônica, da informática e das telecomunicações é um registro dessa espécie de transferência que setores inteiros da produção e da vida social estão empreendendo rumo ao ciberespaço. Cada vez mais empresas e indivíduos lidam com dados, informações e imagens que circulam pelas redes e fazem disso a sua atividade principal. Mas, excluindo-se os militares, nenhum outro setor da sociedade instalou-se tão intensamente no ciberespaço quanto o setor financeiro. A própria unificação dos mercados num mercado global não poderia ter ocorrido sem o desenvolvimento das tecnologias da informação. (SANTOS, 2003, p. 114-115).

Pela Internet pode haver a circulação dos fluxos de capital, fazendo eclodir a fuga instantânea de capitais de um país para outro. Além disso, o acesso a Internet permite que se chegue, entre outras possibilidades, a espaços que propiciam a venda de produtos e a doações e ações solidárias de vários tipos. Portanto, o campo virtual é também “povoado” por perspectivas de ação que não focam, unicamente, no apelo à denúncia ou à sensação imaginária do conflito. As forças econômicas do mercado, principalmente aquelas que trabalham no segmento das tecnologias da informação e comunicação, podem, também, na vida social, abraçar causas sociais em parceria com ONGs, utilizando-se da Internet.

Assim como Levy (1996, p. 15)⁸⁰, concebo o virtual como espaço de potência que não substitui o real⁸¹. Todavia, sem perder de vista o alerta de Virilio (2000) ao enfatizar que elogiar os méritos das novas tecnologias é certamente útil à publicidade de novos produtos. Além do mais, salienta Virilio (2000, p. 12-13), o tempo real das novas tecnologias não tem relação com o tempo histórico⁸².

Por fim, ainda retomo Giddens (1991) para enfatizar que deve ser mantido o princípio marxista de que as vias para a mudança social desejada terão pouco impacto prático se não estiverem vinculadas às possibilidades institucionalmente imanentes, estabelecendo, assim, um equilíbrio entre os ideais utópicos e o realismo⁸³. Desta forma, os sujeitos – individuais ou coletivos - e a realidade das condições materiais de produção e existência em que vivem, auxiliam na compreensão dos projetos que têm a Internet como prática constitutiva das suas ações.

Parte 4 - Pesquisa Descritiva e Interpretativa

O constructo teórico da pesquisa leva-me a um desenho de investigação de características descritiva e interpretativa. Faço um movimento interpretativo de penetrar nos quadros de significados produzidos pelos sujeitos das ONGs, gerando descrições para constituir e reconstituir a interpretação do mundo social⁸⁴. Particularmente, a Internet, dentro das ONGs, exige certas condições estruturais para operar com êxito, como também, faz com que a ONG opere de certa forma estruturando a sua ação no ciberespaço. Baseio-me aqui naquela compreensão de Giddens (1978, p. 128) que entende por dualidade de estrutura as estruturas sociais tanto constituídas pela atuação humana, como também, são os próprios meios dessa constituição.

A produção da sociedade é fundada pelas qualidades ativas dos sujeitos sociais dos seus membros, mas utiliza recursos e depende de condições que eles

⁸⁰ LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo : Ed. 34, 1996. (Coleção TRANS).

⁸¹ Lévy (1996, p. 15) frisa que a palavra virtual vem do latim *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência.

⁸² VIRILIO, 2000, p. 12-13.

⁸³ Essa é uma aproximação de Giddens (1991, p. 154-155) a Marx.

⁸⁴ GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. São Paulo : Zahar Editores, 1978. p. 165.

desconhecem e apenas podem perceber confusamente⁸⁵. A constituição de determinado significado na sociedade pode ganhar corpo na medida em que é reproduzido pelas estruturas. Dessa forma, em uma perspectiva interpretativa mais ampla, guio-me por uma orientação de estudo que busca vislumbrar os riscos ou as conseqüências inesperadas para as ONGs, ao introduzirem e desenvolverem iniciativas educativas e políticas por meio da Internet.

4.1 Os Sujeitos Sociais

Estabeleci para a seleção dos sujeitos sociais institucionais, ou seja, as ONGs, a serem pesquisadas, os seguintes critérios:

- ONGs que são associadas a redes de organizações sociais como a ABONG ou a RITS;

- ONGs que atuam no segmento da educação e/ou comunicação com histórico de presença formativa e/ou política, face a face, junto a outras organizações, por exemplo: associações comunitárias, sindicatos, pastorais sociais comprometidas e engajadas nos movimentos sociais;

- ONGs que têm página eletrônica na Internet;

- ONGs que tenham pelo menos cinco anos de existência;

- ONGs que tenham feito uso estratégico da Internet, via ciberespaço, em alguma ação educativa e/ou política (denúncia, campanha virtual de solidariedade, alerta etc), ostensivamente ou esporadicamente; e

- ONGs localizadas em pelo menos três estados brasileiros.

⁸⁵ GIDDENS, 1978, p. 166.

Com base nos critérios apresentados, realizei pesquisa exploratória preliminar, principalmente, em fontes como a ABONG e RITS. Daí, então, selecionei as três ONGs apresentadas a seguir.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, foi a primeira ONG selecionada. Dentre os programas desenvolvidos pelo IBASE está o “Transparência e Responsabilidade Social”⁸⁶. Dentro desse programa é desenvolvido o curso a distância pela Internet sobre Orçamento Público, voltado para atender pessoas leigas e lideranças comunitárias, abrindo a possibilidade para a participação popular na referida temática. No nível político o IBASE, junto com outras ONGs, desenvolveu pela Internet, entre outras iniciativas, a campanha virtual “Dê um Cartão Vermelho para o Racismo”. O IBASE foi criado em 1981 é entidade associada à ABONG e está sediado no Rio de Janeiro⁸⁷.

A segunda experiência foi a do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Memória Popular – CDDHMP, ONG criada em 1986, filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH e à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG. Essa ONG está sediada em Natal (RN), atuando nas áreas de Comunicação, Cultura e Direitos Humanos. O CDDHMP tem um espaço virtual que é compartilhado por outras organizações. Esse espaço virtual denomina-se DHNET. Pela DHNET há a implementação de iniciativas sociais e políticas pela Internet⁸⁸. Dentre as iniciativas planejadas e com conteúdo disponível na Internet há o curso “Agentes da Cidadania”, bem como, ênfase ao planejamento de “Oficinas Virtuais de Acesso à Justiça”. O CDDHMP, por sua atuação em uma Rede Estadual de Direitos Humanos, desenvolveu também ações voltadas para a denúncia e a cobertura eletrônica, por meio da Internet, do julgamento de um policial acusado de uma chacina em um bairro da cidade de Natal.

⁸⁶ Em 2003, os cursos a distância aparecem no programa “Monitoramento de Políticas Públicas”.

⁸⁷ IBASE. Página eletrônica com informações diversas sobre o IBASE. Disponível em: <http://www.ibase.org.br/por_home.asp>. Acesso em: 20 de ago. 2003.

⁸⁸ DHNET. Página eletrônica com informações e serviços variados sobre direitos humanos e cidadania. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>>. Acesso em: 20 de ago. 2003.

A terceira experiência pesquisada foi a do Comitê pela Democratização da Informática – CDI (SP), ONG associada à RITS⁸⁹. Essa ONG faz parte da Rede do Comitê pela Democratização da Informática cuja matriz está no Rio de Janeiro e se organiza nacionalmente em regionais. O CDI nasceu em 1995, atuando na área da tecnologia da informação, desenvolvendo trabalhos junto às comunidades carentes, grupos e entidades diversas. O CDI enfatiza a importância da sua missão voltar-se para levar a informática e a cidadania para as comunidades em situação de exclusão social. Nessa ênfase, destaca que o seu modelo de ação pedagógica busca o envolvimento direto com as entidades parceiras no que se refere aos objetivos, estratégias e formas de trabalho. A atenção dessa ONG se dirige para a criação de Escolas de Informática e Cidadania – EICs, que beneficiem segmentos de baixo poder aquisitivo no que se refere ao acesso às técnicas e uso da informática. Há, nos conteúdos trabalhados junto ao público-alvo do CDI-SP, posicionados nas EICs, referência ao uso da Internet. O CDI-SP dispõe na Internet, de espaço para o usuário para participar de campanhas voltadas para a doação de computadores⁹⁰.

Os sujeitos individuais das ONGs foram selecionados com base nos seguintes critérios: ocupam função de coordenação geral da entidade e/ou de alguma nível de direção intelectual e de envolvimento direto no uso intensivo e estratégico da Internet no campo educativo e/ou político.

4.2 Procedimentos e Técnicas de Pesquisa

A pesquisa toma como procedimento a descrição da ação no uso da Internet. Os procedimentos de pesquisa buscam capturar, desvendar princípios ocultos de ação, desprendendo-se das aparências de “provas” circunstanciadas, inspiradoras de confiança, porém, redutoras⁹¹.

⁸⁹ A opção pelo CDI São Paulo ocorreu pelo fato das relações diretas que essa entidade mantém com os grupos e organizações locais, diferentemente do CDI Nacional que foi constituído juridicamente para arrecadar recursos, firmar convênios e viabilizar os projetos dos CDIs Regionais.

⁹⁰ CDI-SP. **Página eletrônica com informações diversas sobre o CDI-SP**. Disponível em:< <http://www.cdisaopaulo.org.br>>. Acesso em: 20 de ago. 2003.

⁹¹ Baseio-me aqui em texto introduzido por Bourdieu sob o título “Modelo e Teoria”, presente como leitura suplementar no livro “A Profissão de Sociólogo” (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1999, p.228-231). A introdução da leitura apresentada por Bourdieu é seguida da tradução das idéias de Panofsky.

As técnicas de pesquisa empregadas na tese são:

a) análise bibliográfica em dissertações, teses, artigos científicos como etapa exploratória do tema em outros estudos e pesquisas;

b) observação de algumas páginas eletrônicas das ONGs e seleção de uma ou mais experiências significativas desenvolvidas por cada entidade, utilizando a Internet para difundir no ciberespaço: campanhas virtuais (denúncia, repúdio, solidariedade, contra-informação) e/ou cursos a distância;

c) a análise documental em fontes estatísticas, relatórios das ONGs; artigos em jornal; entrevistas dos dirigentes das ONGs publicadas em meio eletrônico, destacando-se as referências feitas sobre o uso educativo e político da Internet, posição da ONG no contexto social e político mais amplo e

d) realização de entrevista estruturada com os dirigentes das ONGs e/ou os principais sujeitos (assessoria) envolvidos diretamente com o trabalho em ambiente virtual.

Devido à fugacidade de algumas fontes de pesquisa que se encontram em arquivos eletrônicos (textos, imagens, áudio) localizados no ciberespaço, adotei uma medida para que futuros pesquisadores possam acessar e fazer uso das informações levantadas. A medida aplicada foi a de organizar e disponibilizar alguns dos materiais relacionados em meio eletrônico, em minha página pessoal na Internet⁹².

Panofsky realizou estudos sobre a “A Arquitetura Gótica e Pensamento Escolástico”, associando um princípio oculto ou força formadora de hábitos, a convergência histórica.

⁹² CARLOS ALBERTO LOPES DE SOUSA. Página eletrônica pessoal. Disponível em: <http://www.catolicavirtual.br/index.htm?go=cursos/divulgacao/posgraduacao.htm> <http://lattes.cnpq.br/pl/>. Acesso em: 1 fev. 2005.

[...] Em alguns países, (sic) as ONGs fizeram o papel do setor acadêmico e desempenharam a função de agente principal de difusão da Internet.

O papel de governos foi e tem sido bastante heterogêneo no que diz respeito à própria compreensão do potencial da Internet. Em termos de apoio concreto, governos de países em desenvolvimento têm tido, em geral, reações tardias e, mesmo nestes casos, insuficientes. (BRASIL, 2000, p. 133)⁹³.

⁹³ BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação**: livro verde. Brasília, set. 2000.

CAPÍTULO 3

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO COMO AGENDA GLOBAL E NACIONAL E A INTERVENÇÃO DA ABONG E DA RITS

Parte 1 - O G-7 e a Sociedade da Informação no Brasil

No Brasil, tem se disseminado muito a idéia da Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento. O discurso, em termos de políticas públicas nacionais, tem sido centralizado no conceito de Sociedade da Informação, recebendo duas influências importantes: uma advém do paradigma europeu e a outra do paradigma norte-americano. No primeiro campo - europeu - há uma preocupação com os aspectos culturais que envolvem a utilização das novas tecnologias da comunicação e informação nos mais diversos processos sociais. No segundo campo - norte-americano - associa-se muito a idéia da Sociedade da Informação com a montagem de infra-estrutura tecnológica⁹⁴.

A síntese desses paradigmas encontrou espaço nas formulações do G-7. O G-7 foi constituído, originariamente, em 1975, por França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, Itália e Canadá. Em 1998, a Rússia tornou-se o oitavo país participante. As conclusões desse grupo de países tornaram-se diretrizes para a comunidade internacional, apontando prioridades, questões e orientando as organizações estabelecidas em bases internacionais. Em fevereiro de 1995, em Bruxelas, na Conferência sobre a Sociedade da Informação, entre os compromissos acordados pelo G-7 mais a Rússia, estavam: a) da promoção do serviço universal à informação; b) do estudo dos impactos da sociedade da informação no trabalho; c) da promoção da diversidade dos conteúdos; d) do estímulo ao setor privado no desenvolvimento de redes de informação na provisão de novos serviços relacionado à informação, com base na cooperação mundial; e) da busca de adequada educação e treinamento (como complemento aos sistemas tradicionais de

⁹⁴ BRASIL, 2000, p. 107-108.

educação e treinamento); f) da melhoria da compreensão social dos efeitos da sociedade da informação sobre a qualidade de vida e g) da obtenção de apoio público para a sociedade da informação⁹⁵.

Em 2000, o governo brasileiro organizou consulta e discussão junto a alguns segmentos da sociedade brasileira sobre um programa de ação voltado a Sociedade da Informação. O “Livro Verde”⁹⁶ sobre a Sociedade da Informação no Brasil resultou de trabalho iniciado em 1996, pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, cuja finalidade foi lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para ingressar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Essa iniciativa teve como perspectiva alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tivesse condições de competir no mercado mundial⁹⁷.

Segundo Sardenberg (2000), o advento da Sociedade da Informação é o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial⁹⁸.

A Sociedade da Informação não é um modismo e há quem a considere um novo paradigma técnico-econômico. É um fenômeno global com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas já que serão inevitavelmente afetadas pela infra-estrutura de informação disponível⁹⁹. Essa sociedade tem acentuadas as dimensões político-econômicas e a dimensão social. A dimensão político-econômica decorre da infra-estrutura de informações para que as regiões sejam atraentes em termos de negócios e empreendimentos. Já a sua dimensão social se dá em “[...] *virtude do seu*

⁹⁵ Essa passagem da tese foi pesquisada em Benfica (2002) que faz uma análise pormenorizada sobre os fundamentos da Sociedade da Informação a partir de vários documentos americanos e europeus.

⁹⁶ A denominação “Livro Verde” foi para indicar que as idéias estavam ainda em discussão. Após debatidas e aprovadas as idéias sobre a Sociedade da Informação no Brasil, essas iriam ser consolidadas em um “Livro Branco”.

⁹⁷ BRASIL, 2000. p. v.

⁹⁸ Essa idéia de Sardenberg (2000) está na apresentação do livro “Sociedade da Informação no Brasil” – Livro Verde”. Ronaldo Sardenberg foi Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).

⁹⁹ BRASIL, 2000, loc.cit.

elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar seu nível de informação”¹⁰⁰.

Esse tipo de sociedade não é livre de riscos. No “Livro Verde” ressalta-se que noventa por cento da população do planeta jamais tiveram acesso ao telefone e indaga: *“Como evitar, então, que as novas tecnologias aumentem ainda mais a disparidade social entre as pessoas, as nações e os blocos de países?”¹⁰¹*

Quanto à situação brasileira, o “Livro Verde” destaca que o Brasil necessita acelerar um programa nacional para a Sociedade da Informação e que, ao longo dos anos 90, a Internet no país teve grande impulso, havendo ainda a privatização de todo o sistema brasileiro de telecomunicações e a criação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL¹⁰². Entre as oportunidades e os desafios, em relação à Sociedade da Informação no Brasil, destaco alguns aspectos apontados pelo livro: a universalização do acesso (combatendo desigualdades e promovendo a cidadania) e a educação e o aprendizado ao longo da vida. Quanto à universalização do acesso, destaca-se que essa medida poderá conduzir a sociedade a relações sociais mais democráticas, mas também poderá gerar uma nova lógica de exclusão social tanto entre sociedades quanto no interior de cada uma. Já no aspecto educacional, enfatiza-se que não basta ter uma infra-estrutura comunicacional, é necessário competência para transformar informação em conhecimento. E ainda: a dinâmica da sociedade da informação requer educação continuada ao longo da vida que permita não só acompanhar o desenvolvimento tecnológico mas, sobretudo, inovar¹⁰³.

A execução do Programa Sociedade da Informação pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil em torno das seguintes linhas de ação: mercado de trabalho e oportunidade; universalização de serviços para a cidadania; educação na sociedade da informação;

¹⁰⁰ BRASIL, 2000, p. 5.

¹⁰¹ Ibid., p. 5.

¹⁰² Ibid., p. 5.

¹⁰³ Ibid., p. 7.

conteúdos e identidade cultural; governo ao alcance de todos; P & D, tecnologias-chave e aplicações; infra-estrutura avançada e novos serviços¹⁰⁴.

Ainda quanto à universalização do acesso ressalta que os custos do usuário com o computador, a assinatura da linha telefônica, a tarifação local ou interurbana, os serviços do provedor, em localidades distantes dos centros de maior desenvolvimento, a inexistência de provedores locais, renda *per capita*, penetração do serviço telefônico, nível de escolaridade da população, aspectos culturais, a familiaridade das pessoas para a utilização da Internet e a utilidade das informações oferecidas são condicionantes que influenciam no acesso¹⁰⁵. No aspecto educacional, destaca-se no “Livro Verde” a ênfase de que educar, na Sociedade da Informação, significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias da informação e comunicação. Educar significa investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões em relação ao conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas no trabalho, aplicar, criativamente, as novas mídias em usos simples, rotineiros e mais sofisticados¹⁰⁶. E ainda:

[...] as tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas também para a democratização dos processos sociais, para fomentar a transparência de políticas e ações de governos e para incentivar a mobilização dos cidadãos e sua participação ativa nas instâncias cabíveis. (BRASIL, 2000, p. 45).

A educação a distância é apresentada como uma alternativa complementar, substitutiva ou integrante do ensino presencial e essa modalidade educacional torna-se interessante por possibilitar o aumento considerável da audiência de um curso ou palestra, tanto no tempo quanto no espaço; compartilhamento de recursos entre instituições; oportuniza o estudo em casa ou no trabalho em qualquer horário, ampliando as possibilidades de educação continuada; permite a individualização do processo educativo

¹⁰⁴ BRASIL, 2000, p. 10-11.

¹⁰⁵ Ibid., p. 32-33.

¹⁰⁶ Ibid., p. 45.

e a organização do trabalho em equipe mesmo envolvendo pessoas geograficamente dispersas¹⁰⁷.

No “Livro Verde”, as ONGs¹⁰⁸ se destacam porque ocupam um papel de reconhecida importância no zelo para que o interesse público seja resguardado, buscando organizar-se para monitorar e influenciar de forma sistemática os poderes públicos e as organizações privadas. As ONGs cumprem papel importante na mobilização da sociedade, visando a garantia de que os objetivos sociais do Programa Sociedade da Informação sejam respeitados¹⁰⁹. Os desafios inerentes à universalização do acesso à Internet, quanto ao alcance do cidadão em geral, também atingem as ONGs nos diferentes lugares em que se situam.

O Programa Sociedade da Informação ressalta o papel do Estado em relação à universalização do acesso à Internet, a saber:

É papel do Estado dedicar especial atenção à incorporação dos segmentos sociais menos favorecidos e de baixa renda à sociedade da informação. O Estado, nesse particular, tem a responsabilidade de induzir o setor privado a se envolver no movimento de universalização e a participar ativamente das ações nesse sentido. Outra função fundamental do Estado é regulamentar as ações do setor privado. Na origem das propostas e iniciativas dos governos e de algumas organizações civis, está o reconhecimento da limitação das forças de mercado como propulsoras da incorporação à vida social dos benefícios das tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2002, p. 33).

O processo de universalização das políticas públicas de acesso à Internet no Brasil tem sido realizado por alguns governos no que tange a colocar à disposição do cidadão serviços de acesso público em pontos que costumam receber a denominação de telecentros. Também há frentes de ação governamental que valorizam a educação pública e a informação para a cidadania. Mas há também iniciativas realizadas em parceria, envolvendo governos, setor privado e ONGs. Entre essas iniciativas, o “Livro Verde”

¹⁰⁷ BRASIL, 2000, p. 45

¹⁰⁸ No “Livro Verde” há referências ao CDI e a RITS.

¹⁰⁹ BRASIL, op. cit., p. 11.

apresenta a liderança do CDI em disseminar a informática e a Internet junto às comunidades carentes¹¹⁰.

Vale salientar que a Internet no Brasil surgiu do envolvimento acadêmico e de ONGs, decolando mais tarde com o apoio governamental. As primeiras iniciativas de serviços de acesso à Internet ocorreram entre 1991 e 1993, envolvendo a Rede Nacional de Pesquisa – RNP¹¹¹. A RNP também valeu-se da ajuda oportuna do IBASE, que apresentou às Nações Unidas, no início de 1991, a proposta de divulgar a Conferência para o Meio Ambiente (ECO –92) por meio da CMC (AFONSO, 2002, p. 12)¹¹². Vale salientar que a CMC desenvolvida pelo IBASE foi “[...] a semente dos futuros provedores comerciais de acesso no Brasil, difundindo uma *expertise* na tecnologia Internet até então restrita aos departamentos de informática de algumas universidades públicas. (AFONSO, 2002, p. 13, grifo do autor).

Em junho de 1995, o Governo Federal definiu as regras para a disponibilização dos serviços de acesso à Internet no Brasil¹¹³.

O Estado brasileiro e a sociedade civil organizada vêm, de certa forma, reconhecendo, senão o direito à informatização, ao menos a legitimidade das demandas sociais, que tendem a produzir esse direito. As formas desse reconhecimento se dão, por exemplo, pela taxação das empresas de telecomunicação para fins de universalização dos serviços prestados (como o FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que incide sobre o faturamento das empresas de telefonia) e pela implantação de pontos de acesso coletivo (como o programa e-cidadania, Prefeitura Municipal de São Paulo). (CAZELOTO, 2003, p. 19)¹¹⁴.

A participação das entidades da sociedade civil quanto ao controle social das estratégias, para o que se denomina Sociedade da Informação, foi rara, e um exemplo disso

¹¹⁰ BRASIL, 2000, p. 37-38.

¹¹¹ Ibid., 2000, p. 133.

¹¹² AFONSO, Carlos Alberto. **Internet: quem governa a infra-estrutura?** [S. l], abr. 2002. Versão final para publicação pelo ILDES/FES.

¹¹³ Ibid., op. cit., p. 133.

¹¹⁴ CAZELOTO, Edilson. **A idéia de democracia nas políticas de disseminação da internet: uma análise do livro verde da sociedade da informação no Brasil.** São Paulo : PUC, 2003. Dissertação de mestrado em Comunicação e Semiótica.

foi que o processo decisório que aprovou e regulamentou o FUST não contou com a participação das entidades civis e, com isso, àquele tempo, projetos inovadores de inclusão digital não foram aprovados pelos gestores do Fundo¹¹⁵.

No “Livro Verde” convivem “um programa de uso” e um “programa de base”, sendo a disseminação das técnicas digitais uma condição para um projeto mais amplo que tem por finalidade tornar a sociedade brasileira mais competitiva no âmbito do capitalismo globalizado. Além do mais, o conteúdo do programa de ação é marcado por expressões predominantemente econômicas: competitividade, geração de renda, criação de postos de trabalho. Essas expressões eufóricas defrontam-se com as disforias, a saber: concentração de renda, perda de competitividade, desemprego e pobreza. E ainda: o “Livro Verde” manipula por sedução, oferecendo a junção a um valor positivo, mas também por intimidação, prevendo a disforia dos valores caso não haja a efetivação de ação em torno de um objeto valor: o desenvolvimento. O outro ponto é que o livro instala um anti-sujeito, os países em desenvolvimento, que competem pelo objeto-valor¹¹⁶. Segundo Cazeloto (2003, p. 90), paralelamente à visão economicista, o “Livro Verde” dá a entender que a Internet é um assunto para a iniciativa privada e que a interferência do Estado é abusiva e autoritária.

Muitas forças do mercado têm se apropriado com maior rapidez da Internet em direção aos seus propósitos do que várias ONGs. Mas essa diferenciação da velocidade com que um ou outro tipo de organização faz para se apropriar da Internet tem, entre outras razões, relação com a missão e o foco de cada segmento organizacional e as condições econômico-financeiras para esse investimento.

¹¹⁵ AFONSO, 2002, p. 14.

¹¹⁶ Esses pontos foram extraídos da análise realizada por Cazeloto (2003, p. 82).

Parte 2 - ABONG e RITS: O Programa Informação e Comunicação na Era das Redes: Uso Estratégico da Internet pelas ONGs

A ABONG e a RITS elaboraram um programa de formação intitulado Informação e Comunicação na Era das Redes: Uso Estratégico da Internet por ONGs. O programa destinou-se a dirigentes de ONGs do Nordeste, envolvidos em atividades de coordenação, comunicação e articulação de redes, oferecendo aos participantes a possibilidade de conhecer, aprofundar, utilizar e discutir aspectos importantes sobre a gestão das novas tecnologias da informação e comunicação nessas entidades. Esse processo contou com a realização de momentos presenciais em Fortaleza (Ce) e Salvador (Ba) e atividades a distância¹¹⁷ realizadas no decorrer do ano de 2002¹¹⁸.

Desse processo formativo participaram 90 gestores de mais de 50 ONGs do Nordeste¹¹⁹. Quatro temas foram abordados no processo de formação:

a) Sociedade da Informação e Exclusão Digital: informação e desenvolvimento social; importância da apropriação das tecnologias pelas ONGs; iniciativas de inclusão digital;

b) Sociedade de Redes e Redes de Organizações Sociais: estrutura e lógica das redes; trabalho colaborativo; estratégias de animação e desafios;

c) Uso Estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Ongs: apoio à elaboração de projetos e à captação de recursos; aperfeiçoando a comunicação; pesquisas eficazes, disseminação de informações, boletins “on line”, visibilidade da organização, trabalho colaborativo; e

d) Capacitação no uso de Ferramentas de Comunicação Baseadas na Internet: pesquisas eficazes, e-mail, listas de discussão, fóruns eletrônicos, sistemas de publicação de informação, ferramentas colaborativas e de apoio ao ensino a distância¹²⁰.

¹¹⁷ As atividades a distância foram realizadas por meio de um ambiente virtual chamado TelEduc. Ambiente voltado para a criação, participação e administração de cursos a distância através da Internet. Esse ambiente foi desenvolvido pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação – NIED, da Universidade de Campinas – UNICAMP.

¹¹⁸ ABONG. **Democratizar a democracia**: o trabalho da abong em 2002. São Paulo : ABONG, 2003. Relatório. p. 31.

¹¹⁹ RITS; FUNDAÇÃO KELLOG. **Articulação e fortalecimento de redes no Nordeste**. São Paulo : RITS : FUNDAÇÃO KELLOG, 2003. Relatório final.p. 25.

Em pesquisa realizada sobre Desenvolvimento Local¹²¹, junto a 1.080 organizações da sociedade civil, as quatro maiores dificuldades, entre outras, que as ONGs enfrentam para a utilização da Internet são: carência de recursos financeiros; computadores insuficientes ou inadequados e a falta de capacitação para uso. Por outro lado, a maior utilização da Internet diz respeito a: pesquisa e busca de informações; comunicação por e-mail; divulgação de informações e serviços e campanhas de mobilização¹²². O treinamento e a capacitação por meio da Internet aparecem em último lugar.

A ação da ABONG e RITS, além de se defrontar com a realidade da ONGs, quanto às suas especificidades, desafios e acesso à Internet, reproduz a temática do discurso da Sociedade da Informação como algo pragmático, naturalizando, de certa forma, seu conceito social. Evidentemente que essa reprodução e apropriação conceitual, técnica, metodológica, por parte das ONGs, pode ser aportada para estratégias de intervenção política e educativa, diferentemente de um horizonte de ação que busca reproduzir esse discurso com a finalidade de constituir consumidores de bens tecnológicos de informação e comunicação a distância. Ao colocar em prática um programa de formação que contempla atividades presenciais e a distância, a ABONG e a RITS contribuem para reproduzir, pela ação efetivamente desenvolvida, um modelo, uma possibilidade de uso da Internet pelas ONGs.

Ao constatar que as ONGs ainda utilizam pouco os recursos da Internet, sem empreender esforços para o seu uso estratégico, o programa de formação levado a cabo pela ABONG e a RITS sugere que as organizações que desejam utilizar estrategicamente a Internet podem iniciar um processo de planejamento que contemple, inicialmente, a missão, as necessidades e os recursos das organizações, para, em seguida, buscar soluções tecnológicas adequadas. No planejamento estratégico da organização deve-se indicar: possíveis caminhos para melhorar serviços, programas e operações; estratégias e ações previstas; resultados e impactos esperados; prazos, orçamento e fontes de recursos; mecanismos de avaliação. (ABONG, RITS, 2002, s.p.)

¹²⁰ RITS; FUNDAÇÃO KELLOG, 2003, p. 23-24.

¹²¹ Pesquisa realizada pela RITS, ISER e Rede DLIS.

¹²² RITS; ISER; REDE DLIS apud RITS, ABONG, 2002, s.p.

O conteúdo do programa de capacitação esteve muito articulado, conceitualmente, à noção de rede como conjunto de nós interconectados. Esse conceito de rede foi buscado em Castells (1999).

Estudos sobre o impacto das chamadas ‘novas tecnologias da informação e comunicação (que não param de se renovar aceleradamente desde o início dos anos 80) tendem a se limitar às conseqüências imediatas da adoção do aparato técnico, ora com enfoque apocalíptico (com os riscos de isolamento das pessoas e a dominação transnacional), ora com abordagem de encantamento, como se o tratamento maquínico fosse resolver as grandes dificuldades humanas frente à ‘explosão’ da informação e do conhecimento. (LOPES, 1997, p. 279)¹²³.

¹²³ LOPES, Sônia Aguiar. **A teia invisível**: informação e contra-informação nas redes das ONGs e movimentos sociais. Rio de Janeiro : UFRJ, 1997. Tese de Doutorado em Comunicação.

CAPÍTULO 4

ONGS E INTERNET: O REAL, A POSSIBILIDADE CONTRADITÓRIA E A ILUSÃO

Parte 1 - ONGs: (Des)Atando os Nós

1.1 As Questões de Auto-definição

Segundo Balbis (2001, p. 8)¹²⁴ o termo ONG aparece ao final da década de 40 em documentos da Organização das Nações Unidas – ONU, aglutinando inúmeras instituições caracterizadas pelo não pertencimento ao âmbito governamental e com caráter internacional¹²⁵.

Koga (1995, p. 1)¹²⁶ afirma que a generalização do termo ONG tem como consequência a sacralização do sujeito¹²⁷ ONG “[...] *que aparece como um ‘paraíso*

¹²⁴ BALBIS, Jorge. Ongs, gobernancia y desarrollo en América Latina y el Caribe: concept paper. Uruguai, , ago. In: SEMINARIO: ONGs, GOBERNANCIA Y DESARROLLO EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 2001, Montevideo (Uruguay). **Seminario...**Comité Nacional de Enlace. Programa MOST/UNESCO.

¹²⁵ O caráter internacional atribuído às ONGs pela ONU, adveio da necessidade dessas poderem participar das instâncias internacionais, independentes de governos, provocando, paradoxalmente, uma limitação conceitual já que há ONGs que circunscrevem sua atuação aos âmbitos nacional, regional e local (BALBIS, 2001, p. 8).

¹²⁶ KOGA, Dirce Harue Ueno. **O tecer-se das ONGs**. São Paulo : PUC/SP, 1995. Dissertação de Mestrado em Serviço Social.

¹²⁷ Koga (1995, p. 15-15) esclarece que a opção de utilizar o termo sujeito, referindo-se às ONGs, deve-se ao fato de tomá-las como protagonistas e propositivas em suas ações, superando a concepção de meras representantes de determinado papel na estrutura social. Identifiquei que a acepção de “sujeito” apresentada no trabalho de Koga (1995), tem como base Sader (1995), que também discute a relação entre os termos “ator” e “agente”, a saber: “O uso da noção exige, pois, certos cuidados. Se a mantenho é porque as ambigüidades que ela carrega impregnam também noções sucedâneas, indicando talvez a existência de problemas mais fundos no pensamento constituído. As noções de **ator** e de **agente**, que até aqui utilizei indiferenciadamente, são portadoras de uma tradição sociológica que justamente definia o primado do sistema social. O ator social, como aquele que representa um papel, designava o portador de papéis definidos no nível da estrutura social. O que acontece é que, a partir do momento em que surgiram movimentos de contestação às concepções sistêmicas, vários termos foram reconotados. Touraine retomou a noção de ator, já pensado como um elemento dotado de autonomia. Nada impediria o mesmo com a noção de agente. O fato é que no Brasil, a partir dos discursos presentes nas comunidades de base, foi a noção de sujeito que emergiu com esse novo sentido. Preferi por isso trabalhá-la usando-a no sentido que a elabora Castoriadis, quando ela pode denotar tanto a autonomia quanto a heteronomia. Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma

moderno e alternativo', receptor de altas quantias financeiras, portador de iniciativas e tecnologias capazes de solucionar os problemas sociais do país; mistura perfeita entre caridade e imunidade fiscal, e até mesmo ágil substituto da burocracia estatal em seu recente atributo de neogovernamental". Nessa acepção subjaz tanto a referência às ONGs como um sujeito social, podendo ter ou não envolvimento e compromisso com os movimentos sociais, como também, a idéia das múltiplas identidades que essas organizações podem ter em função dos seus valores e objetivos. Em outras palavras, como bem afirma Wolfe (1992, p.19), o termo ONG apresenta um problema óbvio que está na sua autodefinição, segundo a qual o que não estiver na esfera do governo é ONG. Assim, quem estiver na esfera do mercado, por não estar no âmbito do Estado, pode ser uma ONG¹²⁸. Bebbington (2001, p. 3) acentua que as ONGs têm sido conceitualizadas como organizações distintas e separadas do Estado e outras organizações, quando na prática tem havido muitas redes sociais que cruzam essas divisões institucionais¹²⁹. Por sua vez, Nerfin (1992, p. 96) frisa que o termo ONG sugere que o governo é o centro e a sociedade a periferia, e que essa concepção é politicamente inaceitável para as associações que emanam da população ou tomam seu partido¹³⁰.

Haddad (1991, p.1) afirma que as ONGs vêm ganhando crescente visibilidade na sociedade brasileira, e muitas vezes são tomadas com tanta diversidade que acabam sendo responsabilizadas por tantos aspectos da intervenção social que nem sempre correspondem ao que efetivamente fazem ou são capazes de fazer, pouco se conhecendo os

coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas". (SADER, 1995, p. 54-55). Portanto, fica claro que Koga (1994) assumiu o termo sujeito em um contexto específico que envolve as ONGs, diferente dos sujeitos apresentados por Sader (1995) que são, por exemplo, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, o Movimento de Saúde na periferia leste de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

¹²⁸ WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ONGs E O SISTEMA DE AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1, 1992, Rio de Janeiro. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro : IBASE : PNUD, 1992, p. 17-34.

¹²⁹ BEBBINGTON, Anthony. Reflexiones sobre la relación norte-sur en la construcción de conocimientos sobre las ongs en América Latina. In: SEMINARIO ESTUDIOS SOBRE LAS ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES EN AMÉRICA LATINA – SITUACIÓN Y PERSPECTIVES, 2001, São Paulo. **Seminario...PUC (SP) : ALOP : ABONG, 2001.**

¹³⁰ NERFIN, Marc. As relações entre ongs: as agências da ONU, governos – desafios, possibilidades e perspectivas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ONGs E O SISTEMA DE AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1, 1992, Rio de Janeiro. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro : IBASE : PNUD, 1992, p. 95-117.

seus limites e as potencialidades¹³¹. Ainda na mesma passagem, Haddad (1991) explicita que as ONGs nasceram durante o período militar, cresceram na década de 1980 e se tornaram visíveis e polemizadas na década de 1990 e, em 2000, sua natureza e disputa de significados se manifestaram. Essas entidades podem ser de caráter assistencial ou de promoção da cidadania, variando suas temáticas, suas formas de intervenção e de gestão.

Por sua vez, Arantes (1991, p. 4) chama a atenção para o fato de que empresas principiaram a se comportar como se fossem organizações não lucrativas¹³². A crítica aguçada de Arantes (1991) focaliza que essas organizações, ditas não lucrativas, que se autodesignam como novíssimos pioneiros e protagonistas da Era dos Direitos, acabaram descobrindo nessa arena, cheia de conflitos por natureza, uma vocação profissional. Arantes (1991) afirma que existe um mercado atraente para iniciativas cidadãs e que a cláusula sem-fins-lucrativos não é uma barreira para a entrada no mundo dos negócios, podendo representar uma senha privilegiada de ingresso. Do processo de elaboração de projetos para agências financiadoras, que não toleram amadorismo e exigem profissionalismo e previsão de retorno do investimento, o qual vem a ser a transformação do apoio recebido em serviço, as ONGs se submetem à concorrência de outras entidades que também disputam parcerias e nichos em mercados sociais inovadores *“De sorte que nem sempre é fácil perceber onde termina a utopia republicana e principia um empreendimento tocado à imagem e semelhança do mundo dos negócios”*. (ARANTES, 1991, p.6).

A reflexão de Arantes (1991, p.5-6), ao articular o encontro das perspectivas de convergência entre as empresas tipicamente capitalistas que criam organizações ditas sem fins lucrativos e as que encontram abrigo sob a denominação de ONGs, encontra ressalva no pensamento deste quando afirma, que numa economia de mercado, não há valor de uso coletivo que, ao se tornar objeto de uma demanda efetiva, não gere um correspondente investimento lucrativo, gerador de um “retorno cidadão” e com eficácia simbólica condizente com o atual estágio de reprodução social.

¹³¹ HADDAD, Sérgio. Apresentação. **Cadernos ABONG**: ongs, identidade e desafios atuais, São Paulo, n. 27, p.1-2, maio 2000.

¹³² ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ongs. **Cadernos ABONG**: ongs, identidade e desafios atuais, São Paulo, n. 27, p.3-27, maio 2000.

Scherer-Warren (2002)¹³³ reafirma o já salientado por outros autores sobre a fluidez do termo ONGs e avança, entre outros aspectos, na identificação de algumas orientações político-normativas das agências cooperadoras do Norte (países “desenvolvidos”) às ONGs do Sul . A identificação das orientações políticas das ONGs permite relacionar a interface destas com as orientações dos centros difusores de idéias e experiências, assumidas no nosso país com crença e esperança na ação que implementam.

Esses centros difusores de discursos e práticas podem ser referências nas ações das ONGs e sofrerem algum tipo de metamorfose conceitual ou prática.

Scherer-Warren (2002, p. 165-167) classifica para fins analíticos quatro tipos de orientações político-normativas, a saber¹³⁴:

a) Assistencialista: resultou principalmente da orientação do trabalho das Igrejas cristãs, com ênfase nas recomendações do Concílio Vaticano II, significando um trabalho de ajuda cristão aos desprivilegiados e pobres em geral e de combate à miséria dos países do Terceiro Mundo;

b) Desenvolvimentista: é derivada de uma concepção utópica de desenvolvimento, sendo que a defasagem dos países do Terceiro Mundo será minorizada por meio de processo educacional, do efeito demonstração e da introdução das tecnologias apropriadas. São exemplos de agências de cooperação envolvidas nessa concepção a Inter-American Foundation, Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional - USAID, Fundação Ford, Rockefeller, Kellogg e outras agências européias e do Japão¹³⁵.

c) Democratizante: o avanço do autoritarismo na América Latina, com desrespeito aos direitos humanos e civis, e a fragilidade dos espaços para o exercício da cidadania sensibilizam as entidades filantrópicas do Primeiro Mundo e as relacionadas aos movimentos da social-democracia e/ou sindicais européias. Projetos que visam a cidadania

¹³³ SCHERER-WARREN, Ilse. Ongs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. 4.ed. São Paulo : Cortez ; Florianópolis : Editora da UFSC, 2002. p.161-180.

¹³⁴ Ibid., p. 161-180.

¹³⁵ Scherer-Warren (2002), ao apresentar a concepção desenvolvimentista, faz referência ao trabalho de Richtey-Vance (1991) que discorre sobre “*The Art Association: NGOS and Civil Society in Colombia*”.

a partir dos grupos comunitários, incluindo-se aí questões de gênero, étnicas, das crianças abandonadas, da saúde e do meio ambiente, são bem-vindos às agências de cooperação; e

d) Neoliberal: acentua o discurso da questão ambiental como guarda-chuva para as demais questões sociais do Terceiro Mundo e nesse bojo a necessidade do ajuste estrutural como política de desenvolvimento. Nessa concepção neoliberal, a transferência de recursos para a sociedade civil é uma estratégia para enfrentar a crise de desenvolvimento.

Entendo que as ONGs, nas suas relações com as agências de cooperação e/ou governos, movimentos sociais e/ou outras ONGs e/ou empresas do mundo dos negócios e/ou Pastorais Sociais ligadas à Igreja Católica, Universidades, defrontam-se com esses núcleos irradiadores de discursos (assistencialista, desenvolvimentista, democratizante, neoliberal), mantendo com estes releituras dos discursos e práticas ou adesão mecânica como estratégia de sobrevivência.

Parte 2 – Internet: Utopia, Ilusão, Espetáculo e Mercadorização Tecnológica

2.1 O Potencial da Internet: Utopia e Crítica

Rheingold (1996)¹³⁶ aborda o potencial da Internet para a liberdade política e sobre a forma como as comunidades virtuais poderão vir a alterar a nossa percepção do mundo enquanto indivíduos e comunidade¹³⁷. Rheingold (1996) se autocalifica como um entusiasta do potencial libertador das comunicações mediadas por computador, todavia,

¹³⁶ RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Lisboa, Po : Gradiva, 1996.

¹³⁷ Para Rheingold (1996, p. 18), as comunidades virtuais “são os agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam por diante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço”. Vale acrescentar que o livro apresenta vivências e observações do autor sobre sua inserção em redes eletrônicas (comunidades virtuais), em especial, a *Whole Earth 'Lectronic Link - WELL*. A Well é definida por Rheingold (1996, p. 13) como um sistema de teleconferência por computador que permitia aos usuários, espalhados pelo planeta, a participação em conversas públicas e a troca de mensagens privadas via correio eletrônico. Conforme Rheingold (1996, p. 22), a WELL tinha como componente telúrica as *Bulletin Board Systems - BBS* (Sistemas de Paineis de Mensagens Eletrônicas), organizada em BBS religiosas, BBS políticas, BBS fora da lei, BBS para o cumprimento da lei, BBS para deficientes, BBS das organizações sem-fins lucrativos, e estas eram constituídas por um grupo de indivíduos que ligavam para um número da sua rede telefônica local, restrita à uma área geográfica local. As BBS tiveram, nos Estados Unidos, sua origem nos anos 70 e expansão nos anos 80. As BBS são tomadas por Rheingold (1996) como referências de comunidades virtuais no ciberespaço.

reconhece que é importante ficar alerta e vislumbrar as armadilhas produzidas pela combinação tecnologia e relações humanas¹³⁸.

O surgimento da primeira rede de computadores, a ARPANET¹³⁹, criada nos anos 70, teve desenvolvimento importante no segmento militar na implementação de projetos de transmissão de dados informáticos, constituindo-se instrumento de militarização da informação e do conhecimento¹⁴⁰. Os conceitos da ARPANET foram direcionados à constituição de uma rede de comunicações, comando e controle, desprovido de um comando centralizador para resistir a um ataque nuclear¹⁴¹.

Progressivamente, nos anos 80, a comunicação por computadores foi sendo apropriada por cientistas, acadêmicos, grandes e pequenas empresas, cidadãos e movimentos contraculturais. Quando os computadores utilizados pela maioria das Universidades e dos laboratórios de investigação começaram a incorporar capacidades de ligação em rede, ocorreu o crescimento explosivo em termos de difusão¹⁴².

Interessante a observação de Rheingold (1996) sobre o fato de que na experiência da WELL, no nível da apropriação da rede pelos utópicos comedores de grãos, entusiastas da energia solar, os imortalistas, futuristas, ambientalistas e ativistas sociais - núcleo duro do início desse sistema por teleconferência - surgiram outros grupos sociais que se expressavam como revolucionários do computador e em si contraculturais, bem como, movimentos que se distanciavam da política e investiam no campo da música (troca de gravações musicais, discussão sobre o significado das letras das canções)¹⁴³. Relaciono tal referência de Rheingold (1996) à trajetória desses agentes. Por exemplo, Steve Jobs, co-fundador da empresas de computadores Apple, foi para a Índia buscar iluminação para seus projetos, e Mitch Kapor, fundador da Lotus, foi professor de meditação transcendental, sendo ambos cerca de cinco a dez anos mais novos do que os *hippies*, comungavam das

¹³⁸RHEINGOLD, 1996, p.17.

¹³⁹ A Internet é apontada por Rheingold (1996, p. 21) e Virilio (2000, p. 36) como a sucessora da ARPANET.

¹⁴⁰ RHEINGOLD, op. cit., p.19-20.

¹⁴¹ Ibid., p. 20.

¹⁴² Ibid., p. 105.

¹⁴³ Ibid., p. 67-69.

tendências defendidas por estes na década de 60, tendo abraçado muitos ideais iconoclastas e de libertação pessoal dos seus “irmãos” mais velhos¹⁴⁴. Para muitos iconoclastas o computador pessoal era o talismã para um novo tipo de guerra de libertação cuja palavra de ordem era “Computadores para o Povo”!

Na década de 80, alguns dos indivíduos que tinham se conhecido por meio de conferências por computador, começaram a alimentar a idéia das redes como movimentos sociais e como uma forma de utilizar o computador para comunicar. Embora nessa época o conceito de ligação em redes se tenha transformado em estratégia para relações sociais no âmbito profissional, a motivação desses promotores originais era o zelo revolucionário e não os interesses financeiros¹⁴⁵. Acredito que um pretense iconoclasta e um empresário, por exemplo, podem ter suas distinções e aproximações eletivas em um jogo de disputas. Em termos concretos, posso imaginar um pretense iconoclasta que combate grandes grupos empresariais do segmento da telemática (junção de telecomunicações e informática) usando dos recursos tecnológicos comprados destes, enquanto serviço, para as suas campanhas por meio eletrônico. Dessa forma, o conteúdo do “zelo revolucionário” e o sentido do que seria o combate à perspectiva econômico-financeira das empresas capitalistas do setor das telecomunicações e informática são mais imaginados do que efetivamente incorporados como práxis cotidiana. Dizendo de uma outra forma: o que importa é o desenvolvimento da ação e não o retorno e crítica ao princípio gerador da ação tomada como estratégica.

Rheingold (1996, p.338) apresenta duas idéias gerais opostas em relação às previsões de observadores acerca dos efeitos políticos das novas tecnologias da comunicação e informação, a saber: uma idéia é a da visão utópica da ágora eletrônica, a “Atenas sem escravos”, possibilitada pelas telecomunicações e computadores baratos e implementados por redes descentralizadas de comunicação e informação; outra é a que combina a visão do consumidor como mercadoria, explorando-se as informações adquiridas

¹⁴⁴ RHEINGOLD, 1996, p.67.

¹⁴⁵ Ibid., p. 249.

deste e vendendo-as a empresas, com as questões relativas à invasão da privacidade possibilitadas pelas redes telemáticas.

No âmbito da ágora eletrônica ocorreria a manifestação livre da comunicação e informação por partes dos indivíduos e grupos. A rede de comunicações livres, informais e pessoais, seria aspecto intrínseco das sociedades democráticas, consubstanciando-se na formação da opinião na esfera pública¹⁴⁶.

No que toca aos críticos da visão utópica da ágora eletrônica, Rheingold (1996) faz um excelente apanhado da crítica social à CMC enquanto meio de aprofundamento da democracia, destacando três escolas de pensamento.

Uma primeira escola de críticos baseia-se na história dos meios de comunicação social, concentrando-se na forma de como a comunicação eletrônica esvaziou a discussão pública, havendo assim a “mercadorização da esfera pública”. Para esses críticos, o processo político tornou-se mercadoria.

Complementa o autor:

A esfera pública é, no dizer destes críticos, aquilo que possuíamos enquanto cidadãos de uma democracia, mas que perdemos com a maré da mercadorização. A esfera pública é igualmente o foco de esperança dos activistas online, que vêem nas CMC uma forma de revitalização do debate aberto e generalizado entre os cidadãos, que constitui a raiz das sociedades democráticas. (RHEINGOLD, 1996, p.339).

Uma segunda escola de críticos fundamenta-se no fato de que as redes interativas podem ser utilizadas como meio de vigilância, controle e desinformação, para além de canal de informação considerado útil. Essa escola de críticos alerta que, quando uma pessoa utiliza o sistema eletrônico, pistas são deixadas, constituindo um indicador dos

¹⁴⁶ Nesta parte do livro, Rheingold (1996, p.342-345), apresenta os conceitos de Habermas sobre esfera pública e opinião pública, relacionando-os com a discussão sobre espaço virtual e esfera pública.

futuros problemas de privacidade¹⁴⁷. Por exemplo, governos e empresas podem se utilizar das informações da pessoa para finalidades diversas, como realizar uma operação eletrônica em meio virtual. Essa escola de críticos é denominada de panóptica, em referência à prisão ideal proposta por Jeremy Bentham¹⁴⁸.

Uma terceira escola de críticos, da denominada escola hiper-realista, acredita que as tecnologias da informação transformaram a realidade em uma simulação eletrônica. A política é vista como um filme, um espetáculo, que faz emergir a tática romana do pão e circo ao nível do hipnotismo das massas. Para estes, a hiper-realidade é cuidadosamente elaborada para “mimar” o mundo real e extrair dinheiro dos consumidores¹⁴⁹. Para os hiper-realistas, a utilização das tecnologias da informação e comunicação torna-se poderosa conduta para o “desinformodivertimento”, e o jogo de poder que ocorre nos bastidores das redes telemáticas provoca “[...] a substituição da democracia por um estado mercantil global, que exerce o controle através da manipulação do desejo, e não pelos meios de vigilância e controle mais ortodoxos”.(RHEINGOLD, 1996, p. 358-359).

Os ativistas *on line* devem investigar as críticas que lhe são feitas, de que a idéia de colocar computadores nas mãos dos cidadãos como forma de se proteger das autoridades totalitárias traz à memória convicções antigas sobre o poder da tecnologia a

¹⁴⁷ RHEINGOLD, 1996, p.339-340.

¹⁴⁸ Rheingold (1996, p.349) esclarece que em 1791, Bentham propunha em *Panoptico; or, the Inspection House* a possibilidade de construir um mecanismo para assegurar o controle social dentro de um edifício, o que denominou de Panóptico. O projeto do edifício poderia ser aplicado em prisões, escolas e fábricas. O método preconizava a construção de células individuais em forma circular e ao centro um poço central, formado um edifício circular. No cimo do poço havia uma torre de inspeção em conjunção com um sistema de iluminação das células individuais. A torre que se mantinha no escuro permitia que uma pessoa vigiasse as demais, sendo do conhecimento destas que eram vigiadas, mas sem saberem quando. Os vigilantes seriam igualmente vigiados por inspetores invisíveis. Bentham pretendia induzir mentalmente que os vigiados soubessem que estavam sendo vigiados sem, no entanto, ver o observador.

¹⁴⁹ Nesta escola, conforme resgata Rheingold (1996, p. 340-341), os críticos afirmam que a teia de ilusão que se cria pela combinação de tecnologias diversas se parece cada vez mais com a realidade. Isto é, uma hiper-realidade tecnologicamente mediada. Esclarece Rheingold (1996, p.358) que algumas críticas da Filosofia Contemporânea são provenientes da França. O autor destaca como críticos sociais franceses Guy Debord, que utilizou a expressão “sociedade do espetáculo” em manifesto francês contra o regime gaulista durante maio de 1968 e Jean Baudrillard, que estudou as alterações dos significados investidos nos sistemas simbólicos (RHEINGOLD, 1996, p.359-360).

serviço dos cidadãos¹⁵⁰. A construção de fato da democracia eletrônica não pode se limitar a evitar os erros, e em vez de se cair na tentação de um anúncio de saldos ou de rejeição das novas tecnologias como instrumento de ilusão, é preciso o exame atento e o questionamento de como essas tecnologias poderão ajudar a construir comunidades coesas e mais humanas ou construir obstáculos a esse fim¹⁵¹. Como bem afirma Maia (2002), é necessário levar em consideração que o fortalecimento da democracia não se reduz às estruturas comunicacionais eficientes e instituições propícias à participação, mas, também, devem envolver a motivação, o interesse e a disponibilidade dos cidadãos para se envolverem em debates.

2.2 Mapeamento e Discussão de alguns Estudos e Pesquisas sobre ONGs e Internet

Rodrigues (1999)¹⁵² realizou pesquisa que tomou como eixo de investigação as definições e as tendências em relação à utilização da Internet por ONGs, especificamente, investigando “se e como” as organizações brasileiras estavam utilizando as redes eletrônicas. Rodrigues (1999) realizou sua pesquisa com base na aplicação da técnica do questionário enviado para 184 ONGs filiadas à ABONG, sendo que 78 responderam à pesquisa, representando 42,39% de retorno. O questionário constava de questões que abordavam, entre outras: como a instituição utilizava os recursos da tecnologia da informação disponíveis; como seus membros trocavam informações entre si e como a entidade utilizava a Internet.

Das ONGs pesquisadas, 61% tinha mais de 10 anos de existência e 35%, de 5 a 10 anos. Foram pesquisadas ONGs das cinco regiões brasileiras com algumas variações quantitativas. No momento histórico de realização da pesquisa, Rodrigues (1999) demonstrou, entre outros elementos, que 92% das ONGs já tinham conexão com a Internet.

¹⁵⁰ RHEINGOLD, 1996, p. 348.

¹⁵¹ Ibid., p. 361-362.

¹⁵² RODRIGUES, Mônica Cairrão. **A sociedade contemporânea constrói um novo mundo: o virtual – um estudo sobre a utilização da internet por ONGs brasileiras**. São Paulo : PUC/SP, 1999. Dissertação de Mestrado em Administração.

Chama a atenção Rodrigues (1999) que esse dado indica que a Internet foi rapidamente absorvida pelas ONGs, principalmente as que já se encontravam consolidadas em sua área de atuação. Outro dado apresentado foi de que 97% dos integrantes das ONGs ficavam conectados até 4 horas na Internet, sendo que destes, 49% ficaram 1 hora ou menos e 29%, aproximadamente 2 horas¹⁵³.

O serviço mais utilizado no tempo de conexão à Internet foi o correio eletrônico, representando 45%. O segundo serviço mais utilizado foi a navegação em endereços eletrônicos, significando 24%. A participação em listas de discussão e grupos de discussão, utilização de salas de bate-papo, vídeo conferência eram, até então, de pouca utilização pelas ONGs. Das ONGs pesquisadas por Rodrigues (1999), 1/3 dispunha de endereço eletrônico próprio na Internet. Outros dados do autor indicaram que 45% tinha funcionário próprio para o desenvolvimento e manutenção da página na rede; 22% contrataram empresas especializadas para este serviço e 19% contaram com a contribuição de voluntários(as). Nesses dados há uma vertente de investigação que pode centrar-se na divisão social do trabalho nas ONGs (agentes, técnicos, dirigentes) com relação ao uso dos dispositivos de comunicação e informação (listas de discussão, fóruns etc.) e às mediações que são estabelecidas em relação à natureza das ocupações profissionais instaladas nas ONGs.

Deduzo que à medida que as ONG investem em corpo técnico como programadores, analistas, técnicos em informática - terceirizados ou não -, em detrimento de mediadores qualificados para a ação política e educativa, por exemplo, em relação à intervenção junto aos governos ou grupos populares, ocorre distanciamento em relação a estes ou ocorrem aproximações híbridas que combinam distanciamento e presencialidade em relação a um dado lugar. Talvez essa situação possa ser mais evidenciada naquelas ONGs que têm como especificidade a atuação junto a grupos populares.

¹⁵³ As opções para o tempo de conexão apresentadas por Rodrigues (1999) em seu questionário aos integrantes das ONGs estavam na escala de menos de 1h; 1h; 2hs, 4hs e 8hs.

Outro indicador importante é que 77% das ONGs se utilizaram de recursos financeiros próprios para a manutenção do serviço de Internet; 13% das organizações usufruíram de serviços gratuitos e cortesia de provedores de acesso e 3% tinham patrocínio de terceiros. Esse indicador abre possibilidades de aprofundamento e análise quanto a relação entre ONGs e mercado. Em termos concretos, no caso da divulgação da imagem da ONG em uma página eletrônica da Internet, associada à venda ou marcas de bens de consumo da sociedade capitalista. Esse foco de estudo pode demonstrar contradições ou não entre os princípios instituídos das ONGs e a prática disseminadora dos bens de consumo capitalista. Em outra vertente de afirmação, posso afirmar, na forma dedutiva de raciocínio, que as ONGs que incorporam a lógica da “informação mercantil” utilizam-se do ambiente virtual tendo como matriz a reprodução dos valores da sociedade capitalista de bens tecnológicos, sendo a informação produto adaptado a clientes específicos. Recordo que Lojkin (1995) tem contribuição teórica nas reflexões que tratam da informação como serviço público universal e aquela que é colocada em série como produto mercantil.

Salienta Rodrigues (1999) que a utilização dos serviços e recursos da Internet provocou alteração na dinâmica de trabalho das ONGs, tornando possível, segundo 35% das entidades, agilizar o contato com outras organizações. Há também, para 28% das ONGs, o reconhecimento de que as informações chegam mais rapidamente ao conhecimento destas e, aproximadamente, 15% acreditam que estão conseguindo divulgar mais os resultados dos seus trabalhos e que a comunidade em geral está interagindo mais com a entidade.

Rodrigues (1999) também apresenta o dado de que “[...] aproximadamente 1/2 das ONGs afirma que a utilização da Internet representou aumento da procura pela comunidade em geral aos trabalhos da entidade e 1/2 afirma que não”. (RODRIGUES, 1999, p.124). Por essa pesquisa evidencia-se outra vez a importância de se analisar, em estudos posteriores, a relação entre o nível efetivo de “procura” da comunidade e a introdução da tecnologia, particularmente, a Internet, como indicador do aumento da procura. Aliás, definindo-se também nesses estudos o que se denomina como “comunidade” e o objeto da demanda. Há indicadores na pesquisa de Rodrigues (1999) que

apontam que o objeto que as ONGs colocam disponível para a “comunidade” em geral são informações sobre o trabalho das próprias entidades. Por outro lado, como frisado anteriormente, resta saber é o que a “comunidade” busca de informação e para quê.

Outros dados da pesquisa de Rodrigues (1999) indicam que 61,36% das ONGs apresentaram planos e projetos que contemplam a estruturação e divulgação de informações através das plataformas eletrônicas na Internet . Concluiu Rodrigues (1999) que as ONGs brasileiras ainda precisam aprender a utilizar a Internet como uma ferramenta profissional e que sua utilização quantitativa e qualitativa ainda não é realizada em sua plenitude, já que há subutilização dos recursos disponíveis.

A pesquisa de Marzochi (2000)¹⁵⁴ teve como referência a crítica sobre as imagens construídas em relação às novas tecnologias como instrumento político para os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. A alusão de que as novas tecnologias derrubam fronteiras temporais, geográficas, nacionais, sociais e culturais, para a criação de uma “esfera pública transnacional” é criticadas à luz de que essas idéias não levam em conta a realidade estrutural das sociedades, organizações e instituições onde as técnicas se instalam. Marzochi (2000, p. 11-12) faz crítica pertinente à noção de rede eletrônica imaginada como uma grande malha de fios que se cruzam em todos os pontos sem um centro específico. No conteúdo da crítica à idéia de rede como metáfora para a compreensão da sociedade está a anulação da noção de estrutura e, por conseqüência, os conceitos de função, previsibilidade e limite. Marzochi (2000, p. 12) faz a análise da relação entre o meio técnico e a interferência na estrutura da sociedade onde se instala, utilizando como referência as ONGs do sul em relação às agências especializadas do sistema das Nações Unidas (organizações multilaterais).

Marzochi (2000) realizou pesquisa em quatro ONGs no Brasil: *Greenpeace*, *SOS-Mata Atlântica* e Instituto Sócio-Ambiental - ISA e *World Wildlife Fund for Nature* -

¹⁵⁴ MARZOCHI, Samira Feldman. **O sentido da comunicação:** o significado da inserção de ONGs em redes eletrônicas no contexto da cultura de massa e das organizações Internacionais. Campinas, São Paulo : UNICAMP, 2000. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

WWF. Estas demonstraram grande interesse pelo uso das novas tecnologias e pela inserção em redes mais amplas de ONGs. Marzochi (2000) enfatiza que o *Greenpeace* tem uma face pública e privada em relação à utilização da Internet. O fato é que o *Greenpeace* mantém canal de comunicação em sistema denominado *Extranet*, que liga os seus escritórios a uma página eletrônica interna da entidade. Além disso, mantém outro endereço eletrônico para consulta de qualquer pessoa. Evidente, nesse tipo de situação, é que essa ONG não disponibiliza informações que fazem parte da sua estratégia de ação articulada na sua rede de relações pela Internet, por isso o caráter privado da informação que circula em âmbito interno. Segue, na mesma linha de ação, a WWF, que também conta com rede interna e externa de comunicação.

Destaco aqui três suspeitas de Marzochi (2000) desenvolvidas em sua dissertação¹⁵⁵.

A primeira suspeita é de que ao invés de contribuir para a anulação das barreiras geográficas, políticas, sociais e culturais, as novas tecnologias podem até reforçá-las, quando apropriadas por instituições dotadas de maior poder político, estratégias bem definidas e tecnologicamente melhor preparadas. Depreendo dessa suspeita o fato de que, na perspectiva da formação da opinião pública, as ONGs de crítica política ao sistema, são transformadas em agentes aceleradores do processo de racionalização avançada, já que conhecimento e informação se tornaram categorias chaves na sociedade contemporânea. Além do mais, a eleição das tecnologias da informação e comunicação como instrumentos privilegiados da formação da opinião pública, ao possibilitar a discussão a distância entre grupos interessados, teria como público privilegiado as empresas, governos, agências de financiamentos, organizações multilaterais, partidos, sindicatos ou mesmo ONGs, atuando

¹⁵⁵ Marzochi (2000, p.13) apresenta, além das três suspeitas expostas, outras duas. As outras suspeitas são as seguintes: a importância atribuída às novas tecnologias é preponderantemente, das organizações multilaterais do que das ONGs; há relação de subordinação entre ONGs do sul às agências do norte, bem como, às organizações multilaterais, condicionando a adoção dessas tecnologias e determinando a dinâmica das primeiras.

em parceria, enquanto a população em geral “assistiria” desarticulada a tal dinâmica informacional¹⁵⁶.

A especificidade da produção de Marzochi (2000), fundada na concepção de opinião pública, leva a afirmações que tendem a enxergar apenas a dimensão do fenômeno investigado atingido pela estruturas sociais, com códigos sociais de ação legitimados e reproduzidos socialmente no interior das ONGs. É admissível pensar tal hipótese, porém uma outra vertente aceitável é que as propriedades específicas adquiridas pelas ONGs em um campo de atuação podem ser utilizadas, no caso do uso da Internet, para favorecer ações de nova significação política e cultural, em que a distância não é barreira em si, mas referência para a utilização das potencialidades contraditórias das novas tecnologias da informação e comunicação.

A segunda suspeita relaciona, por um lado, o interesse das organizações multilaterais em utilizarem as novas tecnologias como meio de coletar informações sobre a situação política, social e econômica dos países do sul, através das ONGs, reforçando sua auto-promoção institucional e propaganda ideológica e, por outro lado, por parte destas entidades, pode ocorrer a utilização das redes telemáticas para a aquisição de recursos financeiros num momento de valorização generalizada das novas tecnologias. A expectativa de (re)financiamento de projetos apoiados por recursos da cooperação internacional, advindos de países desenvolvidos, por exemplo, Alemanha, Itália, França e Holanda, geram nas ONGs nível de competitividade em relação à demonstração da sua eficiência e eficácia na implementação dos seus projetos sociais¹⁵⁷.

Observo que a Internet, como expressão da visibilidade pública da ação das ONGs, pode ser a representação da universalização do acesso público a informações variadas e/ou referência para a “venda” de informações consideradas importantes a

¹⁵⁶ Em Marzochi (2001, p.153-155) há passagens explícitas e implícitas que me levaram à compreensão citada.

¹⁵⁷ Marzochi (2000, p. 150) faz alusão à expectativa do eterno renovar dos projetos financiados pela cooperação internacional. Acrescento que significativa parte das ONGs brasileiras não contam com recursos próprios para a execução dos projetos sociais. Assim, entidades de cooperação internacional (empresas, agências multilaterais, ONGs de outros países, entidades religiosas etc.) financiam projetos no Brasil com duração, por exemplo, de 1 a 4 anos, gerando expectativas da sua renovação ou não.

determinados “clientes”. Aliás, podendo esses “clientes” serem parceiros que disseminam a marca dos seus produtos na página eletrônica de uma ONG julgada de **prestígio, respeito e tradição** em determinada área de atuação.

A terceira suspeita é de que a valorização das novas tecnologias de comunicação tem, como suporte ideológico e histórico, a idéia de um mundo sem fronteiras para a comunicação e entendimento entre os povos. Para sustentar tal suspeita, Marzochi (2000) recupera elementos históricos e cita o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (agência da ONU), que, a partir da Segunda Guerra Mundial, já colocava na pauta da discussão internacional o tema das tecnologias da comunicação. Continua: *“Em 1948, convocou-se em Genebra uma conferência das Nações Unidas sobre a liberdade de informação, assistida por representantes de 54 governos. A UNESCO cooperou em todas as etapas do trabalho, especialmente na preparação de estudos sobre o desenvolvimento dos meios de informação e sobre questões técnicas”*. (MARZOCHI, 2000, p.73). Em outra passagem afirma:

Foi então nos marcos da UNESCO que o termo ‘política nacional de comunicação’ surgiu. Os estudos sobre ‘políticas nacionais de comunicação’ voltam-se para a formulação de ‘políticas democráticas de comunicação’ que deram origem, ao final da década de 70, ao interesse pelo impacto das ‘novas tecnologias de comunicação’, na época vistas como poderosos instrumentos a favor da democracia, se controlados pelo movimento e grupos populares. Informação e comunicação a partir daí, serão consideradas plataformas ideológica para a mobilização de um país ao desenvolvimento, e esquecidas suas funções diretamente econômicas. (MARZOCHI, 2000, p. 149).

Particularmente, a respeito do papel e importância da UNESCO em colocar, desde 1948, na agenda mundial, a temática da informação e do conhecimento, deduzo que esta pode ser uma das instâncias de dimensão internacional que tanto produz quanto reproduz discursos a serem legitimados pelos países membros da ONU e, conseqüentemente, tomados como referência no universo das práticas das ONGs. Amplio um pouco mais tal generalização. A idéia do mundo sem fronteiras pode também advir de organizações do próprio capital que colocam como concepção ideológica o consumo de bens tecnológicos que permitam, segundo estas, “viver sem fronteiras”, sendo as

tecnologias da informação e comunicação portadoras de tal esperança. Adiciono a essas agências instituidoras de discursos e práticas o próprio Estado e ONGs, sendo que cada organização pode ter posição específica em dado campo.

Batista (2004)¹⁵⁸ realizou estudo sobre o trabalho desenvolvido pela RITS, resultando em um panorama amplo das possibilidades de utilização da Internet por ONGs. Aliás, além de focar seu estudo na RITS, Batista (2004) aplicou questionários sobre a utilização da Internet tanto em organizações associadas à essa rede quanto à ABONG. Chamou-me a atenção no desenvolvimento da sua pesquisa o relato de mobilização política por meio da Internet na modalidade “flash mobs”, ou mobilizações-relâmpago. Nesse tipo de ação coletiva, um grupo de pessoas sem nenhuma vinculação anterior, preparava a mobilização para determinado local público, com data e horário marcado pela Internet, definindo a tarefa ou a atitude a ser tomada. No momento combinado as pessoas apareciam, realizavam o que tinham combinado e sumiam sem maiores explicações¹⁵⁹. Um exemplo de “flash mobs” ocorreu na Avenida Paulista, em São Paulo, durando o tempo de um sinal fechado. Nessa ação as pessoas tiraram o sapato ao mesmo tempo e simularam batê-los na rua. Frisa Batista (2004, p. 32): *“Tão rápido quanto surgiu, a moda dos flash mobs desapareceu, mas ela mostrou algumas possibilidades do uso de redes, antes impensáveis pela dificuldade de mobilização e organização de todos os envolvidos”*. A conclusão de Batista (2004, p. 88-89) foi de que a Internet é um importante instrumento de aperfeiçoamento do trabalho das ONGs, com possibilidades variadas de uso no que tange à articulação em redes de ação, à comunicação de suas ações de forma barata e eficaz, não dependendo das mídias tradicionais, à possibilidade de captar recursos, inclusive no exterior, os espaços dos veículos, dentre outros.

Já Steinberg (2001)¹⁶⁰ descreve a forma política que alguns discursos sobre a Internet assumem a partir das concepções de sociedade. Steinberg (2001) toma como referência no seu estudo a noção foucaultiana de poder. A pesquisa incorpora uma

¹⁵⁸ BATISTA, Edgard Antunes Dias. **Ciberong**: o uso da internet por ongs no Brasil. São Paulo : USP, 2004. Dissertação de mestrado em ciências da comunicação.

¹⁵⁹ A descrição dessa ação está em Batista (2004, p. 31) e, de forma mais detalhada, em DIAS (2003, p. 8).

¹⁶⁰ STEINBERG, Gustavo. **Política em pedaços ou política em bits**. São Paulo : PUC/SP, 2001. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.

perspectiva dedutiva, sendo enunciadas afirmações de cunho filosófico e político para a sustentação do raciocínio. Dentre essas afirmações de Steinberg (2001), que são importantes para esta tese em função das alusões diretas ao fenômeno da Internet (mesmo sem citação às ONGs), destaquei duas:

a) as pessoas não podem incorrer no risco de se tornarem meras funcionárias do Estado ou das empresas, reproduzindo as maravilhosas possibilidades de um novo contrato que fundamenta a sociedade em rede ou propagandeando as vantagens da Internet. Todo o cuidado é necessário para que se evite a reprodução dos discursos das propagandas feitas por empresas da área de computação, anunciando a Internet como fábrica de sonhos ou mostrando o democrático mundo cada vez mais conectado como resposta às mazelas da humanidade¹⁶¹.

b) a conexão à rede não pressupõe a fixação de uma adaptação à sua lógica como o estabelecimento de um novo contrato, considerando que a medida da desigualdade social pode ser estabelecida pelo fosso que se estabelece entre a parcela conectada e a não conectada da população.

Penso que, anterior à própria circulação das manifestações que ocorrem pela Internet, há escolhas feitas pelos agentes sociais em relação às propriedades que desejam adquirir para entrar no campo virtual. Isto é, a opção por velocidade maior de acesso à Internet é fruto da combinação da visão que os agentes têm da sociedade e as condições infra-estruturais do capitalismo informacional expandido em determinada sociedade.

As opções por determinadas propriedades específicas de utilização das redes telemáticas se amplia para a relação de confiança estabelecida, consciente ou inconscientemente, com base em um contrato social que regula a função dos agentes sociais envolvidos. Isto significa que o fenômeno do uso das redes telemáticas envolve também relações de confiança que são estabelecidas entre as empresas que vendem serviços de

¹⁶¹ Apesar de Steinberg (2001, p.10-11) não fazer referência às ONGs, julguei importante apresentar suas suspeitas.

acesso à Internet e uma ONG, por exemplo. E essa confiança pode se fundamentar na idéia de privacidade e segurança na utilização da Internet. Uma ONG que realiza denúncias sistemáticas contra organizações do capital ou de um governo pode, perfeitamente, estar sujeita à vigilância eletrônica por parte tanto das próprias empresas que vendem serviços de conexão à Internet quanto das agências de informação do Estado ou grupos de espionagem eletrônica. Isto é, correios eletrônicos de agentes institucionais das ONGs podem ser violados em um campo de disputa política. Por isso, quem entra no jogo das disputas políticas deve saber em que terreno está jogando. Entendo que o Estado ou empresas que divulgam a idéia do “**mundo e vida sem fronteiras**” por meio da utilização das redes eletrônicas podem ser os que realizam vigilância eletrônica do acesso às informações estratégicas de uma organização social.

Steinberg (2001) apresenta interrogação pertinente:

[...] se podemos afirmar que há o surgimento de uma sociedade ou de uma cultura através dos meios de comunicação privados, não deveríamos supor então que uma nova definição de esfera pública, de poder centralizado equivalente ao Estado, na forma da rede, seria não mais o ‘monopólio legítimo da coerção física, mas sim o monopólio legítimo dos meios de comunicação?’ (STEINBERG, 2001, p.6, grifo do autor).

Concordo com Steinberg (2001) quando afirma que podemos conceber a conexão à rede como o procedimento de exclusão mais evidente, já que se exige um computador para se conectar à Internet (menos como propriedade do que como possibilidade de acesso), todavia isso não significa que a grande questão para a construção de uma nova e democrática sociedade seja essa conexão. A conexão, continua Steinberg (2001, p. 96), deve ser entendida como ponto de partida para relações na rede de computadores que estabelecem formas tecnológicas de poder que podem, inclusive, a partir dos discursos de conexão geral e gratuita da sociedade, difundir-se rapidamente.

Em suma, o eixo da reflexão de Steinberg (2001) não é o tipo emergente de sociedade que surge a partir da Internet, mas os perigos constantes nas concepções de sociedade que se estabelecem em relação ao uso das redes telemáticas.

Em outra vertente de investigação que não tomou a questão das redes telemáticas como perigo e sim como oportunidade, a pesquisa de Lopes (1996)¹⁶² estudou as entidades civis que se utilizaram do Alternex e a dinâmica das conferências eletrônicas realizadas por computador, concluindo que as redes formadas por essas organizações formam um colégio invisível de contra-especialistas, isto é, profissionais especializados em diferentes áreas que colocam o seu saber e competência a serviço dos movimentos sociais¹⁶³. Lopes (1996, p. 274) enfatiza que os conceitos de redes, contra-informação, informação, são tipicamente nebulosos, já que constroem inclusões e exclusões. Todavia, convergem para um único e grande problema: o das interações humanas para intercâmbio de informações visando ações coletivas. A autora ainda afirma que a transformação da Internet em “fenômeno da atualidade” abre infinitas possibilidades culturais, sociais e políticas de interação entre as pessoas. Do ponto de vista das necessidades de informação para um desenvolvimento social justo, a Internet representa uma espécie de “latifúndio ainda muito pouco produtivo” e concentrado nas mãos de pequena parcela da população brasileira. E conclui afirmando que, para as ONGs e movimentos sociais que ainda são alheios ao mundo da comunicação digital, torna-se urgente a necessidade de vencer resistências e dificuldades no uso das novas tecnologias da informação e comunicação¹⁶⁴.

Já Ribeiro (2000)¹⁶⁵ discute a relação entre globalização, era da informação e ONGs. A pretensão do artigo de Ribeiro (2000) é avançar em duas definições políticas: o testemunho e o ativismo à distância. Essas definições são construídas tendo como eixo o que o autor julga como a emergência de uma outra dimensão da vida política e cultural: a

¹⁶² LOPES, Sônia Aguiar. **A teia invisível: informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais**. Rio de Janeiro : ECO/UFRJ, 1996. Tese de Doutorado em Comunicação.

¹⁶³ Ibid., p. 274.

¹⁶⁴ Ibid., p. 279.

¹⁶⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual. In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2000.

comunidade transnacional-imaginada. Para fundamentar sua linha de raciocínio marcada pela concepção de “encolhimento do mundo” frente, por exemplo, ao impacto das novas tecnologias da informação e comunicação sobre a formação de novas subjetividades, necessidades sociais, utopias e fluxos de informação, Ribeiro (2000) descreve duas redes julgadas como importantes *loci* de informação e ação política para as ONGs: Associação para Comunicações Progressistas (*Association for Progressive Communications - APC*)¹⁶⁶ e o Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos - INESC¹⁶⁷.

Para Ribeiro (2000), o transnacionalismo manifesta-se através de uma articulação diferente do espaço real e da criação de um novo domínio de contestação política e ambiência cultural que não se equivalem ao espaço normalmente experimentado pelas pessoas, e a base tecno-simbólica para a emergência da comunidade transnacional imaginada-virtual é a Internet, sendo que a transnacionalidade poderá existir em determinada sociedade se houve condições históricas, econômicas, tecnológicas, ideológico-simbólicas, sociais e rituais¹⁶⁸. Ribeiro (2000) acentua que comunidades virtuais e seus aparelhos existiram antes das redes de computadores, sendo parte desses grupos os ouvintes de rádio, rádio-amadores, espectadores de cinema e telespectadores, e que na realidade o que se observa é o incremento quantitativo e qualitativo do universo virtual¹⁶⁹.

O testemunho a distância é caracterizado por Ribeiro (2000) como aquele em que o sujeito toma conhecimento, por meio da Internet, de atos considerados moralmente execráveis e que pode provocar neste a ação para impedir maiores injustiças ou disponibilidade para atestar sua ocorrência¹⁷⁰. Segundo Ribeiro (2000), a transformação da

¹⁶⁶ Ribeiro (2000, p. 482-483) salienta que a APC foi criada em maio de 1990 para coordenar o desenvolvimento e criação de outras redes de organizações, visando o intercâmbio de informações sobre o meio ambiente. Diz Ribeiro (2000, p. 483) que a APC “É o maior sistema global de computadores dedicado à questão social e ambiental e ao incremento da eficiência das ONGs e de suas capacidades e habilidades organizativas”.

¹⁶⁷ De acordo com Ribeiro (2000, p. 486), o INESC durante os anos 80, participou das primeiras discussões sobre a necessidade de socializar e democratizar sistemas avançados de comunicação para as ONGs, sendo esta organização integrante da Alternex. O INESC disponibiliza informações críticas sobre o Congresso Nacional para movimentos sociais, partidos políticos, ONGs, intelectuais e cidadãos.

¹⁶⁸ Ibid., 2000, p. 468.

¹⁶⁹ RIBEIRO, 2000, p.472.

¹⁷⁰ Ribeiro (2000, p.492), citando Wapner (1995, p.321), frisa o uso que as ONGs ambientalistas como o Greenpeace fazem da Internet em relação à divulgação dos abusos ambientais, permitindo que as pessoas

ira moral das pessoas deve se converter em intervenção no mundo real por meio da Internet, sendo tal tipo de ação fundamento para o ativismo a distância, e conclui: “*E isto é o que a Internet permite: a existência do ‘ativismo à distância’ com uma forte capacidade de intervenção no curso dos acontecimentos reais. Apenas a Internet possibilita o ‘ativismo à distância’ instantâneo, coletivo e descentralizado*”. (RIBEIRO, 2000, p. 492).

A APC é caracterizada como organização que se destaca por reunir um grande número de membros e afiliados em torno das posições que aglutinam outras redes de comunicação e informação, constituindo espaço que contribua no processo de tornar-se instância representativa das opiniões das ONGs e intermediária entre estas e agências supranacionais como a ONU¹⁷¹. Atores da sociedade civil como a APC pretendem aumentar a eficácia de utilização da rede de computadores em espaços físicos¹⁷², baseando-se no poder da competência técnica e política disponível na organização.

A partir das entrevistas realizadas com ativistas do INESC¹⁷³, Ribeiro (2000) chegou às seguintes constatações: a necessidade de informação e comunicação é alta no INESC; o correio eletrônico possibilitou a economia de atividades burocráticas e o tempo com reuniões e na socialização das informações entre os membros da organização; a Alternex é usada por correio eletrônico para a participação em conferências virtuais e para envio e recebimento de documentos; a rede é um dos meios, além de fax, telefones, material impresso, para o trabalho administrativo e político da entidade, não substituindo os outros recursos existentes; a disseminação e capilaridade das redes eletrônicas globais, com sua velocidade e simultaneidade, são elementos valorizados pelo INESC em função desta

sejam “testemunhas” e possam agir moralmente. Neste sentido, julgo que a alusão às características do testemunho a distância tem inspiração nas idéias de Wapner (1995).

¹⁷¹ SALLIN, 1994 apud por RIBEIRO, 2000, p. 482.

¹⁷² Ribeiro (2000, p.482) não faz diferenciação no seu trabalho entre os conceitos de espaço e lugar. Utilizei o termo “espaço” como originalmente citado pelo pesquisador.

¹⁷³ A brevidade das referências à APC contrastam com as do INESC no artigo de Ribeiro (2000). A APC foi apresentada no artigo com base em pesquisa bibliográfica. Já a apresentação do INESC foi baseada, além da pesquisa em base bibliográfica, na realização de entrevista com os ativistas do INESC. Vale informar que INESC tem sua sede em Brasília, local de residência do pesquisador. Esta observação não coloca em xeque a validade e a relevância do estudo, porém, assinala o quanto a distância temporal e geográfica podem ser vistas por um pesquisador, como limitadoras em determinadas opções metodológicas de investigação, mesmo tendo a Internet como potencial em termos de comunicação e informação. Por exemplo, o correio eletrônico ou a utilização do bate-papo virtual poderiam ser utilizados para uma entrevista com membros da APC.

entidade ser dependente de informação, contatos e intercâmbios com fontes qualificadas; a rede permite à entidade o armazenamento e a organização das informações¹⁷⁴.

A estratificação das ONGs em função do uso das redes e a valorização da sua utilização em contatos em nível nacional e internacional são duas vertentes das possibilidades de distinção das ONGs que atuam em um mesmo campo temático de intervenção¹⁷⁵.

A estratificação que ocorre no interior de uma associação de ONGs, no que se refere à utilização das redes telemáticas, provoca níveis de distinção, tendo como identificador diferencial - sem pretensão de esgotá-los -, o próprio habitus dos agentes (leitura, escrita e capacidade de conversação em outras línguas); o tempo de atuação da ONG; a qualidade e quantidade da infra-estrutura tecnológica; sua imagem socialmente construídas e os recursos econômicos-financeiros disponíveis. Na outra vertente de destaque, a valorização das interações no plano nacional e internacional pode revelar não só conexões com temas globais colocados na agenda internacional de discussão, mas a circulação de agentes por fóruns, seminários, enfim, eventos irradiadores de discursos e práticas.

A divulgação de violências perpetradas por agentes políticos ou institucionais representa um “[...] *um meio efetivo de controle do abuso dos poderosos. Mas nem o testemunho nem o ativismo à distância são armas totalmente eficientes à disposição dos ativistas políticos. Reconhecer isto implica levantar a difícil questão da relação entre poder e informação*”. (RIBEIRO, 2000, p.493).

Moraes (2001, p. 127)¹⁷⁶ diz que no curso dos anos 90, antes mesmo do desenvolvimento e avanço da Internet, as ONGs foram constituindo redes que engendraram

¹⁷⁴ RIBEIRO, 2000, p.486.

¹⁷⁵ Chamou-me a atenção em Ribeiro (2000, p.486-487) a referência genérica à estratificação das ONGs e ao nível das relações que estas mantém no plano nacional e internacional. Fiz, então, uma ampliação destas colocações do autor na perspectiva de chegar a elementos específicos das distinções das ONGs que serão apresentadas em capítulo posterior da tese.

¹⁷⁶ MORAES, Denis. **O concreto e o virtual**: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro : DP & A, 2001.

ações locais e globais, particulares e universais, intraorganizacionais (divisões e ramificações de uma mesma organização) e interorganizacionais (entre diferentes ONGs). Os fatos apontados por Moraes (2001, p.127-128) para o desenvolvimento de tais ações foram derivados, entre outros, da exigência de intensificar parcerias; desenvolvimento tecnológico; a internacionalização dos conflitos sociais e ambientais; intensificação da oposição ao neoliberalismo e seus efeitos nefastos (desemprego, desprestígio das instituições de representação popular, absolutismo do mercado e do lucro). Frisa ainda:

A Internet veio a dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos e idiosincrasias”. (MORAES, 2001, p. 128).

Moraes (2001) desenvolve sua análise em uma perspectiva sistêmica, fundada no discurso da sociedade em rede de Castells. Descreve que as ONGs virtuais formam redes de organismos independentes sem estarem presas a um lugar ou tempo particular. Formam-se nós na rede nos quais incorporam-se usuários como produtores e emissores de informação a ser consumida a todo instante. As ferramentas de intervenção das ONGs são apresentadas como sendo as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de bate-papo, boletins, manifestos eletrônicos, murais, anéis de páginas eletrônicas e árvores de “links”. Moraes (2001) cita várias organizações que fazem uso das novas tecnologias da informação e comunicação, a saber: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA; Instituto Sócio-Ambiental - ISA; Anistia Internacional; entre outras.

Chamam a atenção três afirmações que o autor realiza, partindo do princípio de que a militância virtual não deve alimentar ilusões¹⁷⁷:

a) a militância virtual - que este denomina originariamente como cibermilitância - necessita aprofundar propostas de comunicação eletrônica e conciliá-las com demandas do público-alvo;

¹⁷⁷ MORAES, 2001, p. 140.

b) o fenômeno da Internet é ao mesmo tempo hiperveloz (rápido desenvolvimento tecnológico) e lento (hábitos culturais e políticos nem sempre fáceis de atualizar); e

c) os movimentos sociais não constituem um todo coeso e harmônico, gerando heterogeneidade de ideários, identidades e práticas em usos e apropriações distintas das tecnologias da informação e comunicação.

Frisa ainda que a Internet não pode ser transformada em apanágio para todas as virtudes como um Eldorado digital.

Sem dúvida, Moraes (2001) dá uma contribuição significativa por descrever e abrir espaços temáticos de investigação os mais variados, entre estes, o que é focado na presente tese: as matrizes sobre as quais assenta-se a relação entre o habitus dos agentes e as práticas constitutivas de ação política e educativa no campo virtual com possível extensão em lugares.

Palácios (1996, p. 87-102)¹⁷⁸ aponta algumas situações em relação às práticas de utilização da Internet por indivíduos e grupos sociais antibélicos que se organizam em redes eletrônicas, gerando novas formas de sociabilidade pouco ou nada conhecidas em decorrência da nova maneira de se comunicar e vivenciar a realidade.

Nas situações apresentadas sobre o uso das redes eletrônicas, Palácios (1996, p. 100) enfatiza, de forma rápida, a sua utilização na Educação a Distância e por grupos de ativista políticos (ecologistas, feministas etc). E, no âmbito da política, o autor diz que a existência e a vivência de tal dimensão podem ser o sinal do renascimento do ativismo político, que esteve em crise nas últimas décadas.

¹⁷⁸ PALACIOS, Marcos. Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço: apontamentos para discussão. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José (orgs). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro : Diadorim Editora Ltda, 1996. p.87-102.

Palácios (1996) não cita nominalmente as ONGs¹⁷⁹ e estende sua reflexão sobre a concepção de comunidade na Sociologia Clássica e Contemporânea. Frisa o autor que a visão da Sociologia Clássica enfoca o presente como avanço de uma forma de organização: a Sociedade Complexa. Enquanto outra forma de expressão social que é a comunidade vai se tornando residual. Conclui Palácios (1996) que na Sociologia do século XX a representação que prevalece é a da Sociedade Complexa, no interior da qual persistem enclaves tradicionais e comunitários¹⁸⁰.

A depender do ponto de vista, tais enclaves são considerados resíduos a serem eventualmente removidos, ou, ao contrário, valorizados como núcleos de resistência, como forma de serem preservadas, incentivadas e multiplicadas, na medida em que representariam, senão uma alternativa, pelo menos uma espécie de antídoto à crescente massificação, despersonalização, desagregação e alienação que caracterizariam a Sociedade Moderna. (PALACIOS, 1996, p. 95).

É evidente na reflexão de Palácios (1996) a abordagem teórica na linha do pensamento de Giddens sobre a modernidade e seus possíveis efeitos, particularmente ao tratar dos elementos arrolados como típicos das comunidades clássicas em relação às comunidades virtuais. Palácios (1996) resgata o conceito de desencaixe de Giddens e relaciona com o sentido de pertencimento e localização no interior das comunidades. A título de exemplo, faz alusão de que o desencaixe nas comunidades virtuais desenvolve um certo sentido de pertencimento que é sempre um pertencimento a distância¹⁸¹. Trazendo a contribuição de Palácios (1996) para a especificidade desta tese, a questão que emerge é a seguinte: os projetos das ONGs para o uso da Internet são caracterizados por sua pontualidade, contingencialidade e/ou se articulam, apontam para um projeto maior de transformação da sociedade?

¹⁷⁹ Mesmo sem utilizar no artigo o termo ONGs, está explícito que os exemplos relacionados ao ativismo político, são sobre esta natureza de organização.

¹⁸⁰ PALÁCIOS, 1996, p.95.

¹⁸¹ Ibid., 1996, p. 96.

A discussão de Palácios (1996) contribui para a emergência de problematizações sobre as interações de caráter comunitário em um “não-lugar” formado pelas redes telemáticas.

Tudo o que explode de bom em termos de bem-estar, conforto e serviços neste país é da classe média para cima. As disparidades que fazem deste um dos países mais injustos do mundo não mostra sinais de melhora significativa. E aqui vem o próximo grande desafio para a sociedade como um todo: construir alternativas de acesso universal a essas tecnologias sabendo que não temos como, no Brasil, garantir o acesso individual a todos. Vamos, sim, fazer Internet II e manter-nos na ponta, mas vamos também avançar fundo nessas alternativas, com telecentros, com conexão das escolas públicas, com espaços de conexão para os trabalhadores nos escritórios, fábricas, sindicatos, etc. É o caminho. (AFONSO)¹⁸².

¹⁸² Declaração citada em: APC. Informações sobre a trajetória de Carlos Alberto Afonso. Disponível em: <<http://lac.derechos.apc.org/ccolaboradores.shtml?x=15134>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

CAPÍTULO 5

O IBASE, O CDDHMP E O CDI-SP

Parte 1 – O IBASE

1.1 O Pioneirismo do IBASE no uso da Comunicação por Computador¹⁸³

Este é o momento das redes – a palavra chave do mundo das ONGs nesta última década do século [XX][...] redes de ONGs como redes de intercâmbio de formas de ação para a justiça social, a participação e a solidariedade, enfim para o desenvolvimento humano. (AFONSO, 1992, 184-185).

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, foi criado em 1981 com a perspectiva do uso do computador no seu processo de trabalho. O que também contribuiu para a inserção da Internet, em etapa posterior, em seus projetos de intervenção política e educativa.

Nas idéias traçadas em 1979 para a criação do IBASE já estava presente a intencionalidade de estabelecer, a partir da linha de intervenção política dessa ONG, a utilização dos recursos da informática disponíveis à época. Em julho de 1979, Carlos Alberto Afonso escreveu para Herbert de Souza, Paulo Freire e Marcos Arruda. Esses, respectivamente, viveram experiências de exílio no México, Suíça e Chile. Carlos Alberto Afonso¹⁸⁴ propôs a eles a criação de um instituto de investigação em políticas

¹⁸³ Em visita ao IBASE, por ocasião da realização das entrevistas, foi possível fazer levantamento documental de alguns relatórios e planos de trabalho que constavam no arquivo da entidade. Todavia, não foi possível o acesso a relatórios anteriores a 1997. O IBASE estava com a perspectiva de reorganizar o seu acervo documental, realizando, entre outras, a digitalização de alguns arquivos. Até meados de 2005, essa perspectiva ainda não tinha sido levada adiante devido ao alto custo de mão-de-obra, software, digitalização de documentos, material, equipamentos (IBASE, Relatório anual 2001, p. 21). O livro de Fico (1999), elaborado a pedido do próprio IBASE, foi uma das fontes de consulta para esse trabalho, considerando a referência que faz a alguns documentos primários da entidade que não pude ter acesso.

¹⁸⁴ Vale destacar alguns elementos da trajetória de Carlos Alberto Afonso, considerando a sua importância na formulação e implementação da telemática no IBASE e sua disseminação em outras organizações. Em 1990, Carlos Alberto Afonso, representando o IBASE, foi co-fundador da Associação para o Progresso das Comunicações (APC), entidade que reúne um consórcio de organizações que têm como objetivo similar a democratização da comunicação e a informação através de rede de computadores. Também representando o IBASE, participou do Comitê Gestor da Internet no Brasil, no período de 1995-1997. Entre 1996-1998, foi diretor executivo da Altercom Serviços Ltda, uma empresa criada para operar e desenvolver o AlterNex fora do IBASE. No ano de 2004, exercia função de 1º secretário do Conselho Curador do IBASE e assumia a função de diretor de desenvolvimento da ONG Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS.

governamentais. Esse Engenheiro Naval, com mestrado em Economia na Universidade de York, no Canadá, e doutorado, na mesma instituição, em Pensamento Social e Político, foi um dos co-fundadores do IBASE junto com o sociólogo e doutor em Ciência Política Herbert de Souza (o Betinho)¹⁸⁵ e o mestre em economia Marcos Arruda.

Ao propor a criação do IBASE, Carlos Alberto Afonso antevia as possibilidades da entidade inserir-se no contexto político brasileiro para cobrir lacunas na produção de análises críticas sobre as políticas governamentais. Essa crítica seria realizada por um grupo selecionado de “cabeças” que deveria acompanhar as políticas governamentais de forma rigorosa, regular e sistemática, intervindo na realidade social e política brasileira com informações e análises de alta confiabilidade e, ainda, com propostas alternativas “cientificamente elaboradas” a partir da realidade brasileira e mundial¹⁸⁶.

No perfil de quem integraria o IBASE estava a própria projeção do que eram os co-fundadores: intelectuais engajados em favor da luta democrática com inserção no meio acadêmico, organizações da sociedade civil com conhecimento científico, capacidade de elaboração intelectual e habilidade para mobilizar os diversos meios para a consecução dos fins pretendidos, entre esses, a informática. Esse perfil de sujeito para a entidade tinha conexão com certas referências dos modelos das organizações que trabalhavam com a análise de informações e produção de conhecimentos em políticas públicas, por exemplo, o centro norte-americano “Institute of Policy Studies” – IPS e também o brasileiro Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, órgão do Ministério da Fazenda¹⁸⁷. Porém, o IBASE pretendia fugir da perspectiva academicista.

Cândido Crzybowski afirma que a entidade surgiu como forma de reinserção política para exilados e anistiados em aliança com os que acreditavam no

¹⁸⁵ Herbert de Souza veio a falecer em agosto de 1997.

¹⁸⁶ Em Fico (1999, p.159-162) há o anexo da carta de Carlos Alberto Afonso para Herbert de Souza, Marcos Arruda e Paulo Freire.

¹⁸⁷ FICO, loc. cit.

potencial transformador da mobilização, organização e participação¹⁸⁸. O IBASE, desde a sua origem e ao longo do seu desenvolvimento, foi abrindo e tecendo de forma pioneira uma rede de relações políticas e sociais tanto presencial quanto virtual, utilizando a CMC e a Internet. A idéia da informação acessível por diversos meios para todas as pessoas sempre esteve no horizonte do trabalho da entidade. Para tanto, o IBASE “centrou-se no desenvolvimento de meios” que favorecessem, entre outras iniciativas, o debate público sobre temas importantes da agenda nacional e mundial, como também o intercâmbio de informações entre ONGs.

Com dois anos de criação o IBASE conseguiu gerar um grande impacto na opinião pública com a divulgação dos dez maiores latifúndios do país. Essa informação era guardada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO¹⁸⁹ e o IBASE, por meio da sua rede de colaboradores, conseguiu esse “furo” de informação¹⁹⁰. A atitude já denotava que “dados” armazenados em bancos de informações deveriam ser públicos. Mas não só isso! A apropriação dos dados ganhava significado na correlação de forças entre os sujeitos que entravam em disputas de “sentido” em torno da interpretação das informações adquiridas. A disseminação da informação por meio da transmissão de dados, era uma “arma” que podia ser utilizada por ONGs e expressava, na sua imediata divulgação e apropriação, a luta contra o monopólio estatal das informações.

A idéia de utilização do computador no processo de trabalho do IBASE teve grande influência de Carlos Alberto Afonso. No exílio, ele viu os primeiros computadores chegarem às Universidades canadenses¹⁹¹, e trabalhou com aplicações em

¹⁸⁸ Sob o título “Por que um livro sobre o Ibase”, Cândido Grzybowski, diretor executivo do IBASE, escreveu a apresentação do livro “Ibase: Usina de Idéias e de Cidadania”, escrito por Fico (1999), fazendo referência a essa reinserção dos exilados e anistiados no cenário brasileiro.

¹⁸⁹ O SERPRO é uma empresa pública de prestação de serviços em tecnologia da informação no Brasil. É um órgão do governo federal vinculado ao Ministério da Fazenda. Foi criado em dezembro de 1964 em plena vigência da ditadura militar em nosso país. Informação disponível em:<<http://www.serpro.gov.br/instituicao/quem/>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

¹⁹⁰ FICO, 1999, p. 40.

¹⁹¹ APC. Informações sobre a trajetória de Carlos Alberto Afonso. Disponível em:<<http://lac.derechos.apc.org/ccolaboradores.shtml?x=15134>>. Acesso em: 2 abr. 2005.

microcomputadores desde o final dos anos 70, tendo encabeçado a criação e operação do que veio a se denominar mais tarde “Alternex”, no Rio de Janeiro¹⁹².

Em 1987, o IBASE contava com um bom padrão de infra-estrutura tecnológica e pessoal qualificado que diferenciava e possibilitava à organização tornar-se referência em relação à grande maioria das ONGs que não tinham ainda aproximação e apropriação da informática como ferramenta política no processo de trabalho das organizações. Essa infra-estrutura tecnológica era gerida por uma equipe denominada de “Centro de Dados” sob a coordenação de Carlos Alberto Afonso, um coordenador de programação, dois programadores, dois operadores-digitadores, um técnico operador de “hardware”, além de estagiários e secretária. O grupo tinha disponível 18 microcomputadores interligados, dois dos quais instalados na sede da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Os computadores do IBASE estavam conectados a uma linha telex e a linhas telefônicas que permitiam a transmissão de dados e a realização de conferências eletrônicas. A equipe do Centro de Dados era responsável pela informatização da base de dados; pela promoção de cursos de capacitação internos e externos e ainda auxiliava outras organizações na concepção de sistemas de computação. O Centro de Dados do IBASE estava avançado a tal ponto que todas as equipes de trabalho da entidade tinham acesso a pelo menos um terminal para consulta e atualização das bases de dados, processamento de textos, produção de tabelas e gráficos, análise estatística e acesso ao Alternex¹⁹³.

A direção intelectual dada por Carlos Afonso, em relação ao uso estratégico do sistema de computação, foi fundamental para disseminar no interior do IBASE e até exteriormente, certa confiança no potencial da informática. O efeito demonstrativo dos recursos da informática dava alguma sobrevida ao investimento feito pelo IBASE e o decidido engajamento sócio-técnico de Carlos Afonso na área técnica teve como desdobramento a criação do Alternex, o primeiro provedor não acadêmico do Brasil, liderado por organização da sociedade civil. Porém, essa direção intelectual muitas vezes

¹⁹² AFONSO, Carlos Alberto. A telemática e as ONGs: o momento das redes. In: IBASE, PNUD. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ongs**: 1º encontro internacional de ongs e o sistema de agências das nações unidas. Rio de Janeiro : IBASE, PNUD, 1992. p. 184-188.

¹⁹³ FICO, 1999, p. 58-59.

foi vista com desconfiança, sofreu resistências e recebeu críticas negativas até se estabelecer por conta do próprio desenvolvimento da telemática no Brasil.

João Sucupira, economista e coordenador do Programa Monitoramento das Políticas Públicas, afirma que em 1991, ao entrar no IBASE, vindo de uma empresa que negociava bilhões de dólares e onde não existia nenhuma cultura de utilização do computador, encontrou na entidade o uso dessa ferramenta em seu processo de trabalho e ainda o próprio Alternex¹⁹⁴. Complementa Sucupira que o IBASE foi fundado com enfoque na tecnologia da informação, já que quando Carlos Alberto Afonso veio do exílio no Canadá para o Brasil, chegou aqui com um computador “debaixo do braço”, e o movimento social e outras ONGs repudiavam essa tecnologia¹⁹⁵.

Ele – Carlos Alberto Afonso – já entrou no IBASE com a cabeça voltada para democratizar a informação e transformar a sociedade. E democratizar a informação num país como o Brasil só poderia ser feito se fosse processando rapidamente a informação. Por isso eu digo que a Internet e o IBASE são inseparáveis. Pode parecer exagero, mas pensar o IBASE sem Internet é inviável.(SUCUPIRA, Entrevista).

O percurso do IBASE, do uso do computador como banco de dados, passando pela criação do Alternex, até a internalização da concepção e prática do uso da Internet como rotina, pode ser representado por movimentos descontínuos que envolvem crises em torno da utilização de sistemas sócio-técnicos. Os dados não são simplesmente dados. O Alternex e a Internet não eram apenas artefatos técnico para o IBASE. No IBASE, pela gênese constitutiva dos seus fundadores, esses sistemas ganharam sentido na lógica dos produtores da informação e conhecimento – pesquisadores do IBASE –, tendo como acento a produção dos argumentos, a cidadania ativa.

¹⁹⁴ SUCUPIRA, João. **Entrevista**. Rio de Janeiro : 10 mar. 2005. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

¹⁹⁵ SUCUPIRA, loc. cit.

1.2 O Alternex e a Internet no IBASE

Em 1988, o IBASE firmou acordo de cooperação com o “Institute for Global Communications” - IGC, operador das redes de comunicação de dados “PeaceNet”, “EcoNet” e “HomeNet”, sediado nos Estados Unidos. O objetivo do acordo foi desenvolver no Brasil um sistema de comunicação de dados (um nodo) que pudesse servir às ONGs latino-americanas a preço de custo e que estivesse interligado a outros nodos similares de outros países. O acordo fazia parte de um grande programa internacional de formação de uma rede alternativa de troca de informações entre ONGs, envolvendo a participação, entre outras, de entidades dos Estados Unidos, Brasil, Nicarágua, Inglaterra, Filipinas, Austrália, Canadá, Suécia e outros. O projeto contou com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Cooperazione e Sviluppo, ONG italiana de apoio ao desenvolvimento. A rede alternativa mundial latino-americana foi batizada pelo IBASE de Nodo Alternex¹⁹⁶. O Alternex funcionou inicialmente como um sistema experimental¹⁹⁷.

O IBASE, com o apoio do PNUD e o CESVI, contribuiu com o projeto no que se referia aos recursos para a compra de equipamentos, programas de computador e o pagamento de consultoria técnica¹⁹⁸.

O IBASE envolveu a participação de outras ONGs brasileiras em um Conselho Consultivo do AlterNex, contando com a participação da Agência Ecumênica de Notícias (São Paulo), Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo), Centro de Cultura Luiz Freire (Recife), Comissão Pastoral da Terra (Goiânia), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Rio de Janeiro), Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Brasília) e o Instituto de Estudos de Religião (ISER)¹⁹⁹.

¹⁹⁶ IBASE. **Encontro nacional de ongs sobre cooperação e redes de ongs**. Brasília : IBASE, 1989. p.1. Documento preparatório.

¹⁹⁷ AFONSO, Carlos Alberto. AlterNex 1994-1995: a brief presentation. Dez. 2005. Disponível em: <http://www.info.fundp.ac.be/~jbl/IFIP/NA1996_Lecture.html>. Acesso em: 1 fev. 2005.

¹⁹⁸ IBASE. **Encontro nacional de ongs sobre cooperação e redes de ongs**. Brasília : IBASE, 1989. p.1-2. Documento preparatório.

¹⁹⁹ Ibid., p.1.

No bojo da operacionalização do Alternex ocorreu fato de grande repercussão mundial: o assassinato do seringueiro Chico Mendes²⁰⁰. Em 22 de dezembro de 1988, quando do crime, o IBASE rapidamente divulgou a notícia via Alternex para o mundo, bem antes da grande imprensa. Essa divulgação gerou intenso fluxo de pedidos de explicação de entidades internacionais ao governo brasileiro, transformando o fato em episódio de repercussão na mídia estrangeira²⁰¹ e dando grande visibilidade à intervenção do IBASE por meio da transmissão de informações por computador.

No ano subsequente ao assassinato de Chico Mendes, precisamente em junho de 1989, em Brasília, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o IBASE realizou Encontro Nacional de ONGs sobre Cooperação e Redes²⁰². O apoio do PNUD a esse evento tinha como um dos pontos de discussão o projeto do Nodo Alternex. A realização desse evento foi de especial interesse do PNUD para a discussão da cooperação envolvendo agências internacionais e bilaterais, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, vinculada ao Itamaraty, e ONGs brasileiras. Entre os objetivos do encontro estavam: *“trocar idéias sobre o desenvolvimento e utilização de redes alternativas de troca de informações; discutir a criação de sistemas que permitam o conhecimento mútuo do trabalho das ONGDs²⁰³”*.

1.2.1 O Adeus ao Alternex

Para chegar à fase da introdução da informática e do desenvolvimento de redes de comunicação e informação, a estratégia de trabalho do IBASE passou por críticas, resistências e avaliações internas.

²⁰⁰ Chico Mendes era conhecido internacionalmente pela defesa do meio ambiente na região amazônica.

²⁰¹ FICO, 1999, p. 58-59.

²⁰² As entidades participantes do Conselho Consultivo do Nodo AlterNex, formado por sete ONGs mais o IBASE, indicaram 40 (quarenta) organizações brasileiras para participarem do evento, somando assim 48 (quarenta e oito). Essa quantidade restrita de ONGs foi estipulada em função do espaço e recursos para a realização do evento. Vale salientar que entre as organizações indicadas para participação no encontro, estava o Movimento Nacional de Direitos Humanos, entidade nacional que tem como uma das organizações filiadas o CDDHMP e o CENARTE, citadas nessa tese. Isso indica a importância da articulação das ONGs e com isso propicia a circulação das informações para outras instâncias da sociedade civil por meio de boletins, jornais informativos e conversas face-a-face, por exemplo.

²⁰³ IBASE, Encontro nacional de ongs..., 1989. p.2.

Nos anos 80, quando Herbert de Souza apresentou e buscou apoio para o projeto do IBASE junto à Igreja Católica, alguns bispos deram cartas de recomendação para que as agências de cooperação internacional subsidiassem a ONG. Outros, porém, julgaram um absurdo mobilizar recursos para a informática, uma vez que o Brasil teria problemas mais urgentes a resolver dada a sua pobreza²⁰⁴.

Quatro anos após integrar-se à coordenação do IBASE, Marcos Arruda desligou-se da entidade por discordar das propostas formuladas por Carlos Alberto Afonso e Betinho. Segundo ele, aqueles pretendiam que a ONG produzisse informações para a base social, no que o primeiro julgava insuficiente²⁰⁵.

Outros problemas internos derivados desse pioneirismo do IBASE ocorreram, a saber:

a) desníveis salariais decorrentes do perfil técnico da equipe do Centro de Dados já que em relação ao mercado, esses profissionais ganhariam melhores salários;

b) nem todo o IBASE abraçou plenamente as potencialidades da telemática pois não havia uma cultura que “naturalizasse” o uso das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação;

c) as potencialidades da telemática estavam além das necessidades de uso do IBASE, pois o instituto nunca as usou plenamente;²⁰⁶

d) a área de telemática envolvia-se nas questões técnicas e participava menos da problemática geral do IBASE²⁰⁷;

e) o crescimento do Alternex já se situava como problema, por não estar claro se esse sistema seria mais um núcleo ou se incorporaria às equipes existentes do IBASE²⁰⁸.

²⁰⁴ FICO, 1999, p. 27-28.

²⁰⁵ ARRUDA, Marcos. A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 12, n. 1, p. 47-56, jun. 2002. Disponível em: <http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/Entrevista_Marcos_Arruda.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2005.

²⁰⁶ Os itens “a”, “b” e “c”, são citados em FICO, 1999, p.61; 71-72;.

²⁰⁷ LEROY, SCHWEMBER, SOARES, 1992 apud FICO, 1999, p.109.

²⁰⁸ WEFORT, LA PUENTE, 1993 apud FICO, 1999, p. 61.

Ao passar por várias crises que envolveram o desafio da sustentabilidade dos projetos do IBASE, uma das estratégias encontradas pela ONG foi de transformar o Alternex em um provedor de acesso à Internet, sendo que os recursos desse serviço seriam repassados à organização.

Mas a crise interna envolvendo o posicionamento do Alternex no IBASE teve o seu desfecho com a análise de que esse sistema já havia cumprido sua função de democratização das informações e que haviam novas condições para a prestação de serviços telemáticos no país. Com isso, o controle do Alternex passou, definitivamente, para a iniciativa privada²⁰⁹.

A experiência de pensar e implementar, no início dos provedores de acesso à Internet no Brasil, em uma ONG como o IBASE, com a capacidade empresarial na venda de serviços como provedor de acesso, foi mal-sucedida. Segundo João Sucupira:

O IBASE teria então uma experiência maior que outros provedores e com isso imaginou que um dia pudesse vir a ter a sustentabilidade financeira a partir de uma empresa chamada Alternex. Essa empresa financiaria a ONG IBASE. Isso foi um tremendo tiro n'água. A capacidade empresarial das pessoas que estavam aqui não justificaria, nem se justificou, dentro daquela empresa e criou-se uma série de problemas. Aquilo que seria solução, virou um problema maior. E ainda ao invés de financiar e levantar recursos para a sustentação, passou a ser um sugador de recursos. Se endividou. Porque nesse processo essa atividade, necessariamente, tem uma demanda de investimento muito alta e muito freqüente. Você não pode doar em escala pequena por que você precisa estar o tempo todo, renovando sua tecnologia. Ninguém quer tecnologia antiga. Você lançou um software novo, ninguém quer mais o velho. E assim tem uma corrida permanente. Não tinha condição de manter essa empresa. Então foi vendida. Não por não acreditar na ferramenta, no potencial, mas por não poder sustentar uma empresa que ao invés de gerar recursos, ela sugava. (SUCUPIRA, Entrevista).

O Alternex, como projeto institucional, demandaria do IBASE não só investimentos específicos em tecnologia da informação e comunicação, como alteraria, de certa forma, alguns dos fundamentos que deram origem à organização e ao próprio perfil da

²⁰⁹ IBASE. **Relatório anual 1997**. Rio de Janeiro : IBASE, 1998. p. 5

equipe. O que depende-se desse fato é a tensão que pode viver uma ONG quando, no caso do IBASE, fica entre deslocar seu acento da democracia como fim, utilizando para isso os mais variados recursos, ou focar no uso das tecnologias para contribuir com o processo de democratização, se posicionando como uma rede de informações. A consequência disso é o dilema entre ser sufocado pelo que a tecnologia demanda e o seu controle efetivo nos processo de trabalho da organização.

A presença de Carlos Alberto Afonso no IBASE foi importante para colocar na agenda interna da organização, e das outras ONGs e instituições públicas, a discussão sobre a Internet no Brasil no que tange a como esse processo, ainda novo no país, poderia ser disseminado nacionalmente e internacionalmente no campo da sociedade civil. Por esse pioneirismo o IBASE não só colocou na agenda de discussão da sociedade civil o tema das redes telemáticas como também abria, para si, possibilidades de prestar assessoria nesse âmbito para outras organizações que desejassem prestar algum serviço por meio da CMC. Quem sabe, Carlos Alberto Afonso projetasse ser o IBASE uma RITS²¹⁰.

1.2.2 O IBASENet

Em novembro de 1998²¹¹, com a passagem do Altercom/Alternex para a iniciativa privada, o IBASE lançou sua página eletrônica na Internet com o objetivo de manter parceiros, colaboradores, amigos e pesquisadores informados sobre os projetos desenvolvidos, sobre a base de dados da memória institucional da entidade e ainda ampliou o acesso à versão de boletins impressos para o meio eletrônico, do *Jornal da Cidadania*²¹², *Revista Democracia Viva*²¹³. A página eletrônica do IBASE, o IBASENet, só conseguiu se manter atualizada, em relação aos assuntos abordados, a partir de setembro de 1999²¹⁴. É possível identificar que esse espaço em meio eletrônico foi, progressivamente, ganhando outros objetivos como de propiciar espaços interativos para a livre manifestação dos usuários da página sobre os temas de interesse do IBASE; divulgar e disseminar campanhas

²¹⁰ Essa suspeita foi levantada por uma das pessoas entrevistadas.

²¹¹ IBASE. **Relatório anual 1999**. Rio de Janeiro : IBASE, 2000. p. 35.

²¹² IBASE. **Relatório anual 1998**. Rio de Janeiro : IBASE, 1999. p. 21.

²¹³ IBASE. **Relatório anual 2000**. Rio de Janeiro : IBASE, 2001. p. 17.

²¹⁴ IBASE, Relatório anual 1999, p. 35.

virtuais por meio de manifestos em meio eletrônico; divulgar os argumentos produzidos pelas equipes de pesquisadores do IBASE; divulgar iniciativas de outras organizações da sociedade civil; ampliar o acesso à educação sobre assuntos relacionados aos projetos do IBASE na modalidade educacional a distância.

A importância atribuída pelo IBASE à sua página eletrônica expressou-se em dois indicadores: aumento da contribuição interna dos pesquisadores ao publicado na Internet, reconhecendo a importância dessa ferramenta; a divulgação do catálogo de publicações da entidade resultou em aumento de venda dos títulos²¹⁵. Todavia, nesse último aspecto, o alavancar recursos por meio da Internet continuava como um novo caminho a ser aprofundado na experiência do IBASE²¹⁶.

A página eletrônica na Internet tem sido, na avaliação da entidade “[...] de grande valia para uma interlocução mais direta com seu público-alvo, em especial com jornalistas que utilizam com razoável frequência as ‘fontes de informação’ divulgadas pelo site do Ibase”. (IBASE, Relatório 2003, p.33, grifo no original). Além do mais, esse meio deu “agilidade”, propiciou a publicização da agenda de mobilização da sociedade civil, reduziu custos de envio e impressão de outros meios de comunicação do IBASE, ampliou o acesso do público-alvo ao conteúdo de algumas publicações impressas na Internet²¹⁷ e ainda abriu perspectivas para levantar recursos econômicos²¹⁸. Uma das medidas de redução dos custos, ocorrida por causa da redefinição do público-alvo, foi o cancelamento do envio das assinaturas individuais da publicação impressa Jornal da Cidadania, com o objetivo de que parte desses leitores passassem a se utilizar do IBASENet²¹⁹.

Para o IBASE, os jornalistas representam segmento estratégico em relação à disseminação das informações, produzidas sob a ótica da organização, contribuindo assim para a formação da opinião pública. Porém, o público-alvo do IBASE não é apenas

²¹⁵ IBASE, Relatório anual 2000, p. 17.

²¹⁶ IBASE. **Relatório anual 2003**. Rio de Janeiro : IBASE, 2004. p. 24.

²¹⁷ Ibid., p.33-34.

²¹⁸ Ibid., p. 24.

²¹⁹ Ibid., p. 33-34.

composto de jornalistas. O público-alvo pode ser diversificado, dependendo do projeto que visa alcançar.

1.3 Política e Educação na WEB

1.3.1 A Campanha Virtual contra o Racismo

A posições do IBASE no plano internacional, isto é, em sintonia com uma agenda temática global, como a derivada da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância²²⁰, repercutiu em algumas ações políticas publicizadas na Internet.

A campanha virtual “Mande um Cartão Vermelho para o Racismo no Futebol”, iniciada em 21 de março de 2005, “Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial”, consistiu no envio de cartas virtuais para a Federação Internacional de Futebol – FIFA, a União das Associações Europeias de Futebol – UEFA e a Real Federação Espanhola de Futebol, exigindo medidas eficazes contra o racismo nos campos de futebol, principalmente, da Espanha²²¹. A iniciativa fez parte da campanha “Onde você guarda o seu racismo?”, implementada ao final de 2004 por 40 ONGs, entre elas o IBASE, e surgiu a partir das notícias sobre brasileiros que jogavam na Espanha e que eram constrangidos pelos torcedores, sendo chamados de macacos no momento em que pegavam na bola. A petição, solicitando providências às autoridades do futebol mundial e da Espanha, foi escrita pelo IBASE.

A estratégia de intervenção não foi planejada para ocorrer apenas pela Internet, combinou-se à divulgação em grandes meios de comunicação e por clubes de futebol nacionais²²². Esse tipo de campanha virtual, divulgada e assumida pelo IBASE para ficar no ar por seis meses, não se caracterizou como um movimento de perturbação eletrônica ou de guerrilha eletrônica a opositores. Os produtores da manifestação

²²⁰ Conferência realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001.

²²¹ MANDE um cartão vermelho para o racismo no futebol! Disponível em: <<http://www.racismonofutebol.org.br/Forms/frmlbaseAbaixoAssinatura.aspx>>. Acesso em: 22 mar. 2005.

²²² MANDE..., Acesso em: 22 mar. 2005.

estabeleceram controles para a adesão à campanha e para o uso político da Internet. Os usuários interessados em participar da campanha deveriam ser identificados pelo nome, carteira de identidade, identificação do e-mail e ainda responderiam a um questionário em meio eletrônico. O “controle político” da manifestação também ficou caracterizado na seguinte posição:

Para evitar congestionamentos nos sistemas de e-mail da Fifa, Uefa e Real Federação de Futebol, foi montado um sistema que não enviará todas as mensagens imediatamente, mas poucos e-mails com o número total de pessoas que assinaram a carta²²³.

Intermediários qualificados, isto é, quadro técnicos especializados na área de informática e um contingente de dirigentes e assessores de ONGs, configuraram os contornos conceituais e práticos para o uso da Internet sob a vertente do controle da ação em rede e na forma de atingir o destinatário. O espaço virtual foi aberto para denúncias e relato de situações de discriminação racial, como também de incentivo para que outras organizações divulgassem em suas páginas eletrônicas, “banners” e e-mail da campanha. A ação do IBASE em redes e articulações por meio da Internet não fica apenas nesse exemplo.

Em um dos programas de ação do IBASE, intitulado “Políticas Públicas e Globalização”, especificamente no projeto “Iniciativa de Gênero”, relata-se a inserção da entidade em diálogos e articulações em redes feministas globais e regionais para garantir a presença, voz e incidência das mulheres no Fórum Social Mundial 2002. Nesse projeto, o IBASE também deu contribuição para a etapa inicial do desenho do Centro de Recursos Virtuais da Rede Dawn²²⁴. Ainda na mesma direção de iniciativas no campo da virtualidade:

²²³MANDE..., Acesso em: 22 mar. 2005.

²²⁴ A Rede Dawn foi criada em 1984 e reúne feministas que discutem o desenvolvimento sob a ótica das mulheres. A Rede Dawn faz articulações e parcerias com outras organizações para influenciar os organismos internacionais e governos a cumprirem acordos negociados em conferências, visando a incorporação da perspectiva de gênero na implementação de políticas sociais. A Rede tem inserção no plano local, regional e mundial, constituindo parcerias para o cumprimento dos seus objetivos com ONGs espalhadas pelo mundo. No Brasil, o apoio é dado pelo IBASE. E essa vinculação tem relação direta pelo fato da Rede Dawn ter pontos focais, ou seja, especialistas, pesquisadoras em determinadas áreas que auxiliam no debate sobre

[...] é interessante sublinhar a articulação com redes, cujo foco de ação política é o uso da internet, como o Global Communities Network, encontro global de ONGs e pesquisadores(as) que atuam na áreas das novas Tecnologias da Informação e Comunicação” (IBASE, Relatório Anual 2001, p. 44).

Essa inserção do IBASE no campo virtual evidencia o quanto a ação por meio de redes eletrônicas incorpora a dimensão política e educativa em vários programas e projetos do IBASE, mesmo que de forma dispersa, em articulação com outras entidades²²⁵. Isso também significa que o próprio IBASE não chama para si a responsabilidade de protagonizar e centralizar em uma equipe, a partir de seus vários projetos, ações sistemáticas de cunho político em ambiente virtual, realizando campanhas, denúncias, já que isso supõe a constituição de uma direção política e técnica aos projetos de intervenção virtual o que, conseqüentemente, repercutiria na revisão do seu modo de atuação.

João Sucupira, ao analisar o IBASE com relação ao uso da Internet, frisa que a entidade está tão inserida nos processos de trabalho das equipes a ponto de que *“se a rede pára o IBASE pára”*. (SUCUPIRA, Entrevista). Júlia Ribeiro, integrante da equipe do IBASE em um curso a distância, diz que *“[...] enquanto muitas organizações estão se adaptando, estão reconhecendo a importância tanto do computador quanto da internet, o IBASE já tem essa questão bem enraizada lá dentro”*. (RIBEIRO, Entrevista).

Júlia Ribeiro avalia que a Internet é um instrumento de comunicação e articulação, ressaltando que realizar manifestações políticas por meio da Internet não significa dizer que essas cheguem ao conhecimento dos destinatários. Conclui enfatizando que as ações do IBASE são realizadas sem perder de vista a dimensão nacional²²⁶.

As parcerias que o IBASE constituiu ao longo da sua trajetória tanto no plano nacional quanto internacional, e o uso que essa ONG faz da Internet não podem ser vistos pela ótica da adaptação aos avanços nas tecnologias da informação e comunicação. O

determinado tema. Informação disponível em:<
http://www.dawn.org.fj/Website%20in%20Port/about_dawn_port.html>. Acesso em: 1 fev. 2005.

²²⁵ Vale salientar que a formação de redes virtuais no IBASE também apareceu no projeto “Iniciativas Autogestionárias no Rio Grande do Sul”, com o objetivo da entidade contribuir para a construção de uma rede virtual de empresas autogestionárias. (IBASE, Plano 2001, p. 28).

²²⁶ RIBEIRO, Júlia. **Entrevista**. Salvador (Ba) : 11 jan. 2005. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

protagonismo do IBASE na concepção do trabalho, originariamente tomado como processamento de dados, foi ampliado para uma inserção voltada para a produção de argumentos qualificados para a agenda pública nacional e internacional por meio de conexões eletrônicas. As redes sociais presenciais, articuladas em fóruns, seminários, reuniões, tiveram extensão virtual em suas formas puras e mistas. Puras naquelas situações de utilização da Internet como campo básico das articulações sem a necessidade de momentos presenciais. Mistos na situação de relação complementar entre o presencial e o virtual. O intenso fluxo informacional do IBASE no plano nacional e internacional, principalmente pelas relações presenciais que constituiu, deu sentido para as conexões e iniciativas por meio da Internet. Agora, entre reconhecer o potencial de uso da Internet para determinadas iniciativas e assumir projetos virtuais por meio da rede, desenvolvendo estrutura e dinâmicas próprias específicas a esse meio, há considerável distância.

1.3.2 O Curso a Distância sobre o Controle Social do Orçamento

Ao longo da sua trajetória o IBASE foi adquirindo acúmulo teórico sobre a questão orçamentária, se engajou e constituiu parcerias tanto no Brasil quanto com organizações de cooperação internacional, objetivando contribuir para a democratização do orçamento. O uso da Internet em um curso na modalidade a distância sobre o orçamento vem no bojo da intensificação dessa inserção, ocorrida na década de 90, e do apoio já dado em 1995 pela organização italiana Centro Internacional Crocevia²²⁷ ao IBASE, para um projeto educativo pela Internet. A esses elementos soma-se o fato da utilização da Internet no IBASE ser uma “solução natural” cujas raízes estavam no próprio histórico da instituição no uso das tecnologias da informação e comunicação²²⁸.

²²⁷ Por falta de registros escritos que deixassem claro a informação sobre se os recursos para implementar um curso a distância já estavam disponíveis no IBASE, busquei essa confirmação junto às pessoas entrevistadas da ONG: Júlia Ribeiro, João Sucupira e Elizabete Cavalheiro. Essas confirmaram que o IBASE já dispunha desses recursos. Além disso, realizei pesquisa complementar na página eletrônica da Crocevia que registra o apoio dado ao IBASE. Isso significa que a questão dos recursos financeiros não se constituiu, em sua origem, problema em si para montar o curso a distância. Todavia, o problema residia em ter as condições de garantir o trabalho de uma equipe e gestão voltadas, especificamente, para os cuidados necessários à essa iniciativa pioneira no IBASE.

²²⁸ IBASE, Relatório anual 2002, p.78.

Presente no Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro, o IBASE orientou também seu trabalho para a produção de informações e capacitação na temática orçamentária com vistas à fiscalização da elaboração e execução do orçamento municipal²²⁹; participação em eventos tanto em âmbito nacional quanto internacional sobre o tema do orçamento e o foco de ação direcionado para a área educacional; elaboração de banco de dados sobre orçamento; processos de sensibilização junto aos jovens; a produção de boletins; “alimentação” da página eletrônica do IBASE²³⁰; lançamento da página eletrônica na Internet “Cidade Transparente”²³¹; trabalho em torno da dinâmica “Prefeito por um Dia” e o curso “Decifrando o Orçamento”. Essas foram algumas das iniciativas desenvolvidas na década de 90, e nos cinco primeiros anos do século XXI, que deram visibilidade para a posição do IBASE como ator político ativo, produtor de argumentos nas redes sociais em que teve participação. A produção e a realização de um curso a distância, por meio da Internet sobre as questões do orçamento, focalizando especialmente a desigualdade social e a educação e a difusão de métodos de análises através da educação a distância²³², configurou-se em mais uma ação pioneira do IBASE.

Portanto, com a perspectiva do curso pela Internet o IBASE entrou em uma fase híbrida ao tratar o tema do orçamento público tanto presencialmente quanto virtualmente. Híbrida por quê? Em 2001, a experiência de engajamento local no acompanhamento e monitoramento do orçamento público na cidade de São João de Meriti (RJ) e a iniciativa do curso pela Internet, também no mesmo ano, expressaram essa dupla estratégia de intervenção do IBASE.

Em São João de Meriti, desenvolveu-se experiência de intervenção local envolvendo a parceria entre o IBASE, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e o Conselho de Entidades Populares, com a perspectiva de que a

²²⁹ IBASE, Relatório anual 1998, p. 13.

²³⁰ Id., Relatório anual 2000, p. 43.

²³¹ O “Cidade Transparente” foi uma atividade concebida para ser implantada em ambiente virtual. Nesse ambiente o usuário encontrava relatórios sobre o dinheiro público do orçamento municipal, identificando os responsáveis pelos gastos, objetivos, local de aplicação, acompanhando assim, pela Internet, o que a Prefeitura do Rio de Janeiro fazia. O “Cidade Transparente” chegou a funcionar, todavia, em abril de 2005, o ambiente virtual já não estava mais na Internet. .

²³² IBASE. **Plano anual 2001**. Rio de Janeiro : IBASE, 2002. p. 30.

ação integrada das ONGs tornasse o município “[...] *uma caixa de ressonância para experiências de empoderamento da sociedade civil, com focalização nas políticas de educação e do orçamento municipal*”. (IBASE, Relatório 2001, p. 55). As entidades parceiras tinham como objetivo o fortalecimento dos Conselhos Municipais de São João de Meriti e a articulação com lideranças locais, movimentos sociais importantes visando a análise das condições das políticas públicas e as potencialidades, estratégias e oportunidades para se trabalhar e alcançar resultados. Em suma, o engajamento no lugar, no caso São João de Meriti, tinha como perspectiva influenciar “[...] *na agenda das políticas locais para incorporar o orçamento como variável permanente do debate e campo de disputa social*”. (IBASE, Relatório 2002, p.33, grifo nosso).

Em 2003, o IBASE redirecionou suas prioridades. Suspendeu o trabalho local em São João de Meriti e reposicionou-se nas questões de âmbito nacional²³³. Acredito que esse redirecionamento, entre outras razões, deveu-se às limitações em termos de pessoas para o acompanhamento mais sistemático em São João de Meriti e a outras demandas da entidade; às limitações econômico-financeiras e à oportunidade de, no governo Lula, discutir o Plano Plurianual - PPA, (re)posicionando estrategicamente o IBASE e o tema do orçamento em âmbito nacional²³⁴.

Em razão disso, os esforços foram concentrados nas ações de articulação, capacitação de atores e produção de meios que permitissem pela sociedade civil maior acesso ao orçamento público federal e o aumento da capacidade de análise das políticas públicas. Um dos focos do trabalho foi na articulação de redes, por meio do Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP) e Fórum Brasil do Orçamento (FBO), de cujas executivas o Ibase integra. (IBASE, Relatório 2003, p. 76).

²³³ IBASE, Relatório anual, p.76.

²³⁴ No Relatório IBASE 2003, há referência sobre o Plano Plurianual. Ricci (2003) frisa que na Constituição Federal há a exigência de que em todos os níveis de governo (municipal, estadual e federal), haja o estabelecimento de diretrizes para o segundo ano de governo e o primeiro ano de governo subsequente, em relação ao orçamento. Segundo Ricci (2003), o governo federal, através da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com a ABONG, coordenaram as audiências públicas em todo o país, discutindo grandes desafios nacionais orientados por três megaobjetivos: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor de desigualdades sociais; e promoção e expansão da cidadania. Essas discussões subsidiariam a elaboração do Plano Plurianual (2004-2007) do governo federal.

No fundo, no fundo, o IBASE estava operando, no segmento das ONGs brasileiras que trabalhavam sobre o tema do orçamento, uma revolução informacional no campo da ação educativa por meio da Internet, já que a distância física não se constituía, por si só, a negação para o trabalho educativo em ambiente virtual.

Desde 1995 o IBASE contava com recursos de uma associação italiana de solidariedade e cooperação internacional chamada Crocevia para implementar um curso a distância. Esse apoio da Crocevia estava entre as linhas de trabalho apoiadas pela entidade, a saber: educação e comunicação social. Essa última área correspondia ao apoio a iniciativas que envolvessem o enfoque nas novas tecnologias, produção de audiovisual, TV, rádio comunitária, democracia participativa e direitos humanos²³⁵. O apoio da Crocevia estava voltado apenas para aqueles investimentos relacionados ao planejamento e não para o pagamento de pessoal que executaria o curso²³⁶.

O IBASE tinha a pretensão de desenvolver iniciativas na modalidade educacional a distância, porém, sem constituir equipes e estruturas organizativas internas²³⁷. Para lançar o curso, a estratégia do IBASE passou pela constituição de parceria com outras organizações e contratação de serviços de terceiros para a adaptação do conteúdo do meio impresso para a Internet²³⁸. Uma parceria foi firmada com a RITS. Em janeiro de 2001, durante a realização do I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o IBASE lança o curso a distância por meio da Internet sobre Orçamento Público²³⁹.

Em 2001, o IBASE contava com um corpo funcional de 48 pessoas constituído de pesquisadores, estagiários, voluntários, pessoal de apoio técnico e administrativo²⁴⁰. A equipe do projeto “Democratização do Orçamento” era composta de

²³⁵ CROCEVIA. Informações institucionais. Disponível em:< <http://www.croceviaterra.it/chisiamo.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2005.

²³⁶ RIBEIRO, Entrevista.

²³⁷ IBASE, Relatório anual 1997, p. 5.

²³⁸ RIBEIRO, loc.cit.

²³⁹ SUCUPIRA, Entrevista; CAVALHEIRO, Elizabeth. **Entrevista**. Rio de Janeiro : 10 mar. 2005. 1 cassette. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

²⁴⁰ IBASE, Relatório anual 2001, p.11.

um coordenador e duas estagiárias²⁴¹. Como bem frisou Júlia Ribeiro em entrevista: “*Em hora nenhuma a educação a distância foi um turno inteiro ou meio turno da minha vida [...]*”. As demandas da equipe eram variadas e o curso a distância era uma das atividades que exigia significativo tempo para a dedicação.

As condições para o IBASE implementar o curso a distância não eram fundadas em um modelo organizacional hierarquizado, com vários sujeitos desenvolvendo diferentes papéis e funções, como em uma escola formal. Além do mais, o curso expressava um novo paradigma educativo em termos de gestão, planejamento do curso, trabalho de mediação e envolvimento com a linguagem da Internet. Em suma, o IBASE não tinha internamente instalada a concepção mínima de um Núcleo ou um Centro de Educação a Distância, formado por profissionais de várias áreas de conhecimento como Pedagogia, Comunicação Social, Informática. Na prática, a entidade disseminou internamente a educação a distância mais como metodologia de trabalho educacional nos projetos desenvolvidos, sem haver a elaboração de uma concepção de educação a distância e coordenação para as ações. Exemplo disso é que, em 2001, o IBASE desenvolvia dois projetos que utilizavam a modalidade educacional a distância, mas que não se integravam e se comunicavam entre si. Um dos projetos, além do curso sobre Controle Social do Orçamento, foi em relação à Segurança Alimentar, dirigido para 120 técnicos de governos e militantes de movimentos sociais dos estados de Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais²⁴². Essa iniciativa, liderada pelo IBASE, respondeu a um das demandas do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, e o curso a distância também se realizou com momentos presenciais em algumas capitais brasileiras²⁴³. Dessa forma, o IBASE tinha dois processos diferenciados de utilização da Internet, mas sem ligações entre si. Talvez isso reflita o tamanho do IBASE. Uma ONG “king kONG” com inúmero tentáculos, frentes de intervenção e com alguma integração em torno dos seus projetos.

No curso sobre Controle Social do Orçamento, a parte tecnológica e o ambiente virtual não foram, respectivamente, geridos e criados pelo IBASE. O IBASE firmou parceria com a RITS e o curso foi hospedado, tecnologicamente, no ambiente

²⁴¹ RIBEIRO, Entrevista; CAVALHEIRO, Entrevista.

²⁴² IBASE, Plano 2001, p. 27; IBASE, Relatório anual 2001, p. 47.

²⁴³ IBASE, Relatório anual 2001, p. 47.

virtual dessa última. A RITS dava algum suporte técnico ao IBASE, todavia, não de forma exclusiva. O ambiente virtual preparado para acessar o curso, com a respectiva senha e nome de usuário, foi uma plataforma tecnológica livre, desenvolvida pela Universidade de Campinas – UNICAMP, chamada TELEDUC. Carlos Alberto Afonso, que não mais se encontrava na direção do IBASE, estava trabalhando como diretor de planejamento e estratégias na RITS.

A RITS hospedou o curso a distância e a proposta feita por eles foi de utilizar o TELEDUC, justamente por ser um software livre. Optamos pela RITS e TELEDUC por não haver esse tipo de curso dentro do terceiro setor. À época a gente pensou nas opções de comprar ou gerar um software. Mas isso iria custar muito caro. Então, a opção foi utilizar algo já preparado pela RITS. (RIBEIRO, Entrevista).

Com uma equipe de três pessoas, composta por um pesquisador (especialista da área), que exercia a função de coordenador e duas estagiárias, o IBASE não pretendia montar estruturas internas para realizar o curso a distância. A equipe do IBASE, principalmente as estagiárias, envolvia-se com questões relacionadas aos aspectos administrativos e pedagógicos do curso. Inscrição no curso, problemas tecnológicos do ambiente virtual, planejamento das atividades avaliativas, correção das avaliações, certificação da participação e uma série de demandas somaram-se à rotina de trabalho da equipe. O curso pela Internet ocorreu em sua forma “pura”, isto é, sem a realização de encontros presenciais. Desta forma, a vinculação entre o espaço virtual (conteúdo a ser aprendido, atividades de aprendizagem) e sua extensibilidade em termos de intervenção em dado lugar, pelos sujeitos que participaram do curso, configuraram-se, de certa forma, em elementos fluidos e frouxos na cadeia informacional. Quando relativizo o alcance do curso no critério de intervenção local, o faço considerando o público-alvo diversificado tanto em seu perfil quanto em relação ao alcance geográfico. Ao tempo que o curso se “abriu para o mundo”, em uma perspectiva de universalização da informação e do conhecimento cientificamente sistematizado sobre o tema do controle social do orçamento, colocou para si o desafio da fragmentação desse alcance político e social.

O tamanho de uma ONG (enquanto número de integrantes), a especificidade do trabalho que abraça, o universo dos projetos que desenvolve, o número de

pessoas envolvidas em um projeto específico, o público-alvo, a tradição na área de intervenção por meio da Internet, as competências do quadro de pessoal para o trabalho educativo por meio da telemática, as parcerias que constitui, são alguns fatores que influenciam no sentido atribuído ao uso da Internet, seu grau de adesão interna à proposta de uso da rede virtual, planejamento, implementação e avaliação do trabalho desenvolvido. Um dos desafios emergentes no IBASE foi que acúmulo da entidade na questão do uso da Internet, no portal do IBASE, não se traduzia, obrigatoriamente, em conhecimento acumulado das pessoas sobre a educação a distância por meio da telemática, e ainda: *“Essa novidade drenou considerável tempo e esforço da equipe na adaptação dos cursos presenciais a esse novo formato”*. (IBASE, Relatório 2001, p. 53).

Mesmo com esses desafios a Internet foi vista como uma ferramenta importante para potencializar um curso que já era oferecido presencialmente, ampliando a possibilidade de atender pessoas de lugares diversificados de dentro e de fora do Brasil²⁴⁴.

A gente estava expandindo as possibilidades de alcançar públicos impensáveis! A gente jamais iria lá no Acre por causa de uma pessoa, duas pessoas, fazer um curso presencial. Então, a questão era potencializar os recursos e também dar visibilidade ao trabalho. A gente teve que desbravar um caminho. (RIBEIRO, Entrevista).

O curso foi oferecido gratuitamente e sem focar no atendimento a grupos localmente instituídos. Isto é, não havia grupos focais como Sindicatos, Associações, redes de ONGs, para serem o público-alvo e que pudessem servir de referências para a verificação dos resultados do curso. Qualquer pessoa, com ou sem vinculação com movimentos sociais ou ONGs, com qualquer nível de formação escolar, sabendo apenas ler e escrever, morando ou não no país, poderia se inscrever e participar do curso²⁴⁵.

A formação de parcerias entre o IBASE e organizações locais, com divisão de responsabilidades em relação à implementação do curso, poderia se constituir em uma excelente estratégia de intervenção local. Júlia Ribeiro aponta para essa perspectiva ao

²⁴⁴ Julia Ribeiro relatou que pessoas de fora do Brasil participaram do curso.

²⁴⁵ RIBEIRO, Entrevista; CAVALHEIRO, Entrevista.

afirmar que a parceria abriria possibilidades de acompanhamento, verificação sobre as condições em que se desenvolvia a iniciativa e no que influenciava a mobilização social em dado lugar²⁴⁶.

No planejamento do curso a distância havia a perspectiva do lançamento de um CD-ROM para as pessoas que não tinham acesso a Internet. Todavia, essa proposta não se concretizou face às dificuldades estruturais do IBASE para levar adiante a produção do CD-ROM.

Essas dificuldades estruturais do IBASE podem ser compreendidas a partir da quantidade de pessoas na equipe para fazer o acompanhamento dos inscritos, como também, da qualidade para implementar uma nova lógica de trabalho de formação em ambiente virtual. As inscrições para o curso ficavam abertas de forma contínua, sem data de término. As pessoas se inscreviam no curso e enfrentou-se a seguinte dificuldade:

[...] gente não tava dando conta de abrir o curso porque não tinha uma pessoa que tivesse ali para acompanhar todo o desenvolvimento da formação. Assim, houve uma defasagem séria, por exemplo, entre o período de inscrição e o envio de uma carta dizendo que a pessoa poderia participar do curso. [...] Quando eu parei de contar, tínhamos em torno de 500 pessoas inscritas no curso. [...] Esse primeiro ano do curso foi muito complicado. (RIBEIRO, Entrevista).

As pessoas realizavam o curso por módulos e a equipe do IBASE não pretendia perder ninguém que quisesse participar da formação²⁴⁷. O público-alvo do curso foi formado por alunos, preponderantemente, dos estados do Rio de Janeiro (18%), São Paulo (17%) e Minas Gerais (13%); com faixa etária de maior frequência entre 31 e 41 anos e 30% constituído por gente ligada a associações de moradores, ONGs, Sindicatos, Conselhos etc.²⁴⁸.

²⁴⁶ RIBEIRO, Entrevista.

²⁴⁷ RIBEIRO, loc. cit.

²⁴⁸ RIBEIRO, Júlia. Agradecimento e solicitação [mensagem pessoal com anexo sobre os dados estatísticos dos 8 meses iniciais do curso]. Mensagem recebida por clopes@tba.com.br em: 13 fev. 2005.

Enquanto resultados do curso, Júlia Ribeiro relata:

O curso direciona para a ação. Mostra o caminho para a participação das pessoas. Mostra os meios, as leis...Agora, nós não damos conta e nunca nos propusemos a dar conta de qual é o desdobramento que o curso tem. [...] Agora, se tem resultado positivo a gente não tem como aferir. Existem alguns desdobramentos que a gente não tem noção. (RIBEIRO, Entrevista).

Qual é o impacto concreto de um curso pela Internet no município? Em outras palavras: O conteúdo se torna significativo para a intervenção individual e/ou de sujeitos coletivos no município? Quais são os obstáculos e pontos que favorecem a intervenção dos sujeitos individuais e/ou coletivos no município? Essas são algumas das questões de fundo sobre o grau de interferência de um processo formativo direcionado para a intervenção em um lugar concreto: o município²⁴⁹.

O IBASE contou inicialmente, além da parceria com a RITS, com a contribuição da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia – COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A COPPE já tinha acúmulos com a educação a distância já que desenvolvia vários projetos nessa modalidade educacional: “[...] eles já tinham essa caminhada e o recurso deles era bem mais sofisticado que o nosso.[...]Eles foram pra gente, um primeiro canal [...] Então, tudo isso a gente tava vendo com eles e havia sim, uma possibilidade da gente formar uma parceria com eles, se nós não tivéssemos optado pela RITS [...]”.(RIBEIRO, Entrevista).

Na operacionalização do curso a equipe do IBASE enfrentou várias dificuldades: problemas técnicos no ambiente virtual do curso, que não atendia totalmente as expectativas, e o conteúdo precisava de uma reformulação²⁵⁰.

À época, o setor de Gestão da Tecnologia da Informação do IBASE se envolvia com o atendimento às necessidades internas dos usuários da entidade, manutenção

²⁴⁹ Esclareço que essa tese não tem o objetivo de verificar e analisar os possíveis resultados de ações políticas e educativas implementadas pela Internet. Aspecto esse que poderá ser tratado por outros pesquisadores.

²⁵⁰ CAVALHEIRO, Entrevista.

do servidor da organização, programação, treinamentos em informática e em programas para computador, em suma, as questões mais técnicas²⁵¹.

A partir de fevereiro de 2005, o IBASE divulga, em sua página principal na Internet, chamada para curso a distância sobre orçamento. Com uma novidade: a parceria com o Consórcio CEDERJ de Educação a Distância do Rio de Janeiro²⁵². Durante o ano de 2004 o curso foi reformulado e foi encerrada a parceria com a RITS. A parceria com o Consórcio CEDERJ ocorreu face à avaliação do IBASE de que esse era especializado na área e isso dava tranquilidade na avaliação e encaminhamentos em relação ao curso²⁵³. Daí, então, o curso entrou em uma nova fase.

1.3.3 IBASE: uma ONG “king kONG”

Desde a origem do IBASE fica evidente uma certa preocupação com uma formulação estratégia mais ampla. Formulação essa que tem um pensamento mais situado na “questão” nacional e internacional e, por vezes, com alguns enraizamentos na questão local. Não é que o local não seja contemplado na produção do conhecimento e das informações por parte dos pesquisadores. Refiro-me a um certo posicionamento diferenciado em relação a outras ONGs que mantêm com o público-alvo uma forte relação, formulando projetos em função das necessidades e interesses de grupos específicos (grupos de geração de renda, mulheres, sindicatos, associações diversas etc.). O IBASE tem como foco o fortalecimento da democracia, derivando dessa opção objetivos que vão desde a dar visibilidade a aspectos relacionados à pobreza e exclusão social até estabelecer alianças estratégicas que promovam a perspectiva democrática, fortalecendo a sociedade civil, a cidadania planetária, vinculando o global ao local²⁵⁴.

²⁵¹ RIBEIRO, Entrevista.

²⁵² O Consórcio CEDERJ reúne a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como as Universidades Públicas (Estadual e Federal), na oferta de cursos na modalidade a distância.

²⁵³ CAVALHEIRO, loc.cit.

²⁵⁴ IBASE. **Plano anual 2005**. Rio de Janeiro : IBASE, 2005. p. 5.

O IBASE traça estratégias para pensar o Brasil e o mundo a partir do seu foco de intervenção. Problematiza essa realidade e sistematiza, constrói conhecimento. O IBASE, como uma ONG “king kONG”, com vários programas e projetos, é uma organização especializada na produção de argumentos para o debate democrático. A assistência informacional do IBASE é voltada para a produção de argumentos que se posicionam em um campo de disputas de sentido e de direção política no seio da sociedade civil, demarcadas por contradições sócio-históricas. No nascimento do IBASE, a opção por conexões, articulações com organizações internacionais sempre esteve na agenda de trabalho. Do uso pioneiro do Alternex à Internet, essas tecnologias de comunicação e informação foram apropriadas com a lógica da informação como direito em uma sociedade marcadamente de relações sociais desiguais. Daí, então, que o IBASE não é gerador de processos cuja centralidade esteja na tecnologia da informação em si, no caso, a Internet, mas no conteúdo que dá sentido à ação política e social por meios desse recurso. Em outras palavras, o IBASE não é uma ONG voltada para a educação política no uso dos meios, para uma espécie, por exemplo, de alfabetização digital. O IBASE se posiciona em uma faixa de ONGs que trabalham com a formação da opinião pública. Em termos gerais, não é uma ONG de resposta a problemas e necessidades de grupos e movimentos localizados. É uma ONG que se assume como ator político, propositor, inclusive, de políticas públicas no plano nacional.

A experiência do IBASE em articulações presenciais, no plano nacional e internacional, alimenta o fluxo informacional em rede, derivado de combinações, arregimentações de diversas forças da sociedade civil que trabalham em certos temas da agenda política nacional e/ou internacional. O IBASE é uma referência no campo de temas e de experiências democráticas. As parcerias que busca com outras ONGs, Universidades, movimentos sociais, organizações de cooperação internacional situam-se no arco de sociedade que pretendem ajudar a construir. Sociedade essa, marcada por sua característica planetária em que as conexões, o conteúdo dessas relações, passam a se encaixar em temas da agenda nacional e internacional num círculo em que a Internet não é o projeto de intervenção, mas é parte da estratégia.

O desafio do IBASE também dá-se no âmbito de pensar o lugar, com suas múltiplas facetas conectadas às redes virtuais e com uma estratégia de intervenção pela Internet que não se expresse como ação episódica de um projeto ou outro. A apropriação da Internet não é um fundamento para a ação do IBASE. O fundamento está no que se constrói inicialmente como intencionalidade que dá sentido ao uso da rede. Quando o IBASE implementa um curso público e gratuito a distância sobre a temática do Controle Social do Orçamento se posiciona com um recado claro perante outras organizações: modelos educativos pela Internet devem servir à apropriação do conhecimento científico da humanidade com perspectiva cidadã e crítica. Em outra vertente, a perspectiva da intervenção política pela Internet é configurada como algo que segue um contorno que não se confunde com a guerrilha informacional, a militância na “web”, de forma a bombardear e fazer da Internet projeto no qual confluem todas as iniciativas do IBASE. É evidente na ONG o pensamento estratégico de fortalecer a idéia do acesso à informação como direito. Mas não um direito que se expressa na pura e simples disseminação da informação. Um direito que se utiliza no campo das disputas políticas e no seu uso autônomo por diferentes forças políticas e sociais. Vale a pena acentuar que o IBASE tem o seu tamanho proporcional aos desafios postos para si em relação à realidade brasileira e mundial: a democracia radical. Democracia essa que supõe o conflito, a construção do consenso e a aposta na mudança social.

Na verdade, a gente está colocando uma vertente humanista, que no Brasil foi totalmente cerceada, dos anos 60 para cá. Estamos precisando voltar a discutir filosofia, discutir o ter, o ser, pois vivemos numa sociedade totalmente massificante, em que você deixa de ser cidadão para tornar-se consumidor. Estamos abrindo, portanto, o Dicionário dos Sentidos Humanos, no qual a gente discute preguiça, utopia, enfim, trabalhando com a questão do prazeroso, do encantamento. [...] Tem que ser rápido e dentro de um modo sedutor. [...] Então, na verdade, estamos precisando nos adaptar à nova conjuntura tecnológica²⁵⁵.

²⁵⁵ AUGUSTO, Paulo. Traçando a rede da cibercidadania. Entrevista de Roberto Monte a Paulo Augusto. Disponível em:<<http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/agitar/digital/guerril4.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

Parte 2 – O CDDHMP

2.1 Direitos Humanos na Internet

2.1.1 O CDDHMP e o CENARTE

Para a compreensão das referências que serão feitas nesse capítulo aos usos da comunicação por computador e Internet, respectivamente nas fases de BBS e, principalmente, no que se denominou mais tarde DHNet²⁵⁶, é importante apresentar duas organizações co-responsáveis por esse espaço virtual: o CDDHMP e o CENARTE. Cabe também destacar o papel de dois sujeitos que transitam nessas e em outras organizações de direitos humanos e que tiveram papel político importante em relação ao projeto da DHNET: o economista Roberto Monte e o poeta popular Aluizio Matias. Roberto Monte é coordenador do CDDHMP e membro do CENARTE. Pelo CENARTE é responsável pelo desenvolvimento temático e de conteúdo da Rede DHNet. Já Aluizio Matias é secretário-executivo do CENARTE e também membro do CDDHMP. Pelas razões que serão apresentadas em outra passagem dessa seção, os acentos institucionais serão mais enfatizados em relação ao CDDHMP do que ao CENARTE, como também, predominantemente sobre Roberto Monte do que Aluizio Matias. A DHNet nasceu do CDDHMP e Roberto Monte foi o idealizador dessa rede virtual.

O CDDHMP foi fundado em 02.12.1986, como desdobramento e continuidade às atividades então desenvolvidas pela Comissão de Justiça e Paz - CJP, da Arquidiocese de Natal (RN). Os integrantes do CDDHMP tiveram envolvimento e militância junto a movimentos da Igreja Católica em especial com aqueles segmentos progressistas identificados com a Teologia da Libertação. Os participantes do CDDHMP acumularam experiências diversificadas no uso dos meios de comunicação: vídeo, TV, rádio, slides. Inicialmente, essas incursões e acúmulos se deram como parte da estratégia de intervenção da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. De início, a utilização do

²⁵⁶ As designações DHNet e Rede DHNet, quando utilizadas no corpo do texto, terão o mesmo sentido.

vídeo como instrumento de grupo em Natal surgiu junto à Igreja Católica. Da mesma forma, a utilização da Rádio Rural de Natal, de propriedade da Arquidiocese, era parte da estratégia de intervenção do CJP buscando atingir o interior do Rio Grande do Norte. Ainda havia a produção de *slides* dirigidos para fundamentar as discussões junto aos grupos²⁵⁷.

O grupo de militantes da CJP transmigrou a sua trajetória de lutas para o meio leigo – CDDHMP - adquirindo mais ousadia e liberdade em sua intervenção na sociedade do que quando estava com vinculação à Igreja Católica.

O CDDHMP, constituído como uma organização da sociedade civil, volta-se eminentemente para a defesa e promoção dos direitos humanos. É uma organização filiada ao MNDH e sócia da ABONG²⁵⁸.

O CDDHMP tem como missão atuar junto à sociedade civil adotando como estratégia a preocupação com a violência e, à medida que compreende esse fenômeno, avança na defesa e promoção dos Direitos Humanos nas temáticas da Cidadania, Justiça e Segurança Pública, na perspectiva de uma política de Segurança Pública mais eficaz e democrática. Com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a necessidade e importância da Política de Justiça e Segurança Pública, voltada para ações direcionadas para a proteção e defesa dos direitos humanos, o CDDHMP desenvolve ações, entre outras, voltadas para o teatro, abordando o tema da cidadania em ruas, praças e escolas; formação e capacitação de pessoal para área da defesa e promoção da cidadania; serviço de informação sobre a violência criminalizada (banco de dados)²⁵⁹.

O CDDHMP tem sua sede própria no centro da cidade de Natal. A organização conta com uma secretária e uma equipe de voluntários e militantes engajados com a causa dos direitos humanos. Alguns desses voluntários e militantes são funcionários

²⁵⁷ MONTE, Roberto. **Entrevista**. Natal (RN) : 10 nov. 2004. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

²⁵⁸ CDDHMP. Estatuto. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/w3/cdhmp/cdh/oquee.html>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

²⁵⁹ CDDHMP, loc. cit.

públicos estaduais que trabalham na área de Direitos Humanos e dedicam alguma parte do seu tempo para as atividades em rede patrocinadas pelo CDDHMP. O próprio coordenador do CDDHMP, Roberto Monte, é funcionário público e, até meados de 2005, exercia a função de presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte. Portanto, todas as suas atividades se combinavam. Em sua trajetória de vida, Roberto Monte acumulou várias experiências no uso das mais diversas mídias: slides, rádio, TV, vídeo, material impresso e inseriu-se na área da comunicação por computador, criando o BBS Direitos Humanos e Cultura.

Por sua vez, o CENARTE foi fundado em 9 de fevereiro de 1987, atuando com estudos, pesquisas e educação nas áreas de Direitos Humanos, Comunicação e Cultura. O CENARTE desenvolve três programas básicos: Cultura, Educação para os Direitos Humanos e Memória Histórica. Essa ONG articula-se com outras redes sociais, entre elas a Rede Vozes do Silêncio e a Fundação Fronteiras Eletrônicas, funcionando em contato permanente com os grupos locais, movimentos sociais, artistas e produtores culturais. O CENARTE é filiado ao MNDDH e é sócio da RITS. Aluizio Matias dirige, praticamente sozinho, a ONG CENARTE e é referência mais forte do que a própria. Ele é um animador e referência de uma rede de artistas e poetas populares do Rio do Grande do Norte que necessita de uma organização formal que, de alguma forma, legitime sua participação em instâncias governamentais, junto a outras organizações da sociedade civil e os produtores culturais. Outro dado importante: o CENARTE funciona em uma pequena sala na sede do CDDHMP²⁶⁰. Aluizio Matias afirma sobre sua experiência com o computador:

Minha experiência com tecnologia é uma coisa louca! Eu não sei ficar mexendo com vídeo. Eu não sei como abrir essas coisas do computador [refere-se aos acessórios do computador]. A única coisa que eu sei fazer em informática é acessar, gravar às vezes. O que eu aprendi em informática, durante esses anos todinhos que eu trabalho aqui, foi na prática. [...] Eu nunca fiz curso de digitação. Eu aprendi digitação, sozinho, nos computadores daqui. E coisa de internet eu aprendo com o Roberto, com consultores. Agora a gente tem uma equipe. Tem uma equipe massa de consultoria e técnicos. Meu trabalho dentro da DHNET é de gerenciamento, conteúdos, textos. (MATIAS, Entrevista)²⁶¹.

²⁶⁰ Observação pessoal a partir de visita “in loco” à sede do CDDHMP.

²⁶¹ MATIAS, Aluizio. **Entrevista**. Natal (RN) : 10 nov. 2004. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

Há um traço comum nas organizações citadas e nesses sujeitos individuais: o engajamento sócio-político e cultural em uma Rede Estadual de Direitos Humanos no Rio Grande do Norte. Outro aspecto importante foi a dimensão significativa que teve a utilização da CMC e da Internet em alguns projetos desenvolvidos, principalmente, pelo CDDHMP, gerando, por vezes, crises, incompreensões e ações inovadoras por parte dos integrantes da ONG.

2.1.2 O BBS Direitos Humanos e o Manifesto dos Sem-Tela

Do processo de inserção política e social do CDDHMP e, sobretudo, da iniciativa de Roberto Monte, foi ao ar ao final de 1994, o BBS Direitos Humanos e Cultura, mas seu lançamento oficial foi realizado em 1º de maio de 1995. A carga simbólica de oficialização da criação do BBS Direitos Humanos e Cultura, em 1º de maio, é marcada pelo ideário do compromisso às causas vinculadas aos direitos humanos, à cidadania, à difusão da cultura popular e ao acesso e o uso sistemático da Internet por parte das organizações da sociedade civil e cidadãos em geral, em prol do combate à exclusão social, econômica e cultural. Além do mais, 1995 representou o ano de “entrada” oficial do Brasil na Internet e, especificamente, o BBS significou a passagem da linguagem analógica para a digital nas experiências já desenvolvidas no âmbito do CDDHMP²⁶².

A parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE na aprovação de dois projetos possibilitou a aquisição dos primeiros computadores, scanner etc²⁶³.

Entre os antecedentes e fatos que estimularam a inserção do CDDHMP no uso das redes telemáticas está a iniciativa operada pelo IBASE com as transmissões para o mundo, por computador, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

²⁶²MONTE, Entrevista.

²⁶³DHNet. 1ª oficina de cibercidadania. Disponível em:< <http://www.dhnet.org.br/w3/prelazia/diaum.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro (ECO/1992), via AlterNex²⁶⁴, e da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena (1993)²⁶⁵.

Também importante foi a realização do Seminário Nacional de Comunicação, Cultura e Direitos Humanos, coordenado pelo CDDHMP e realizado em Natal, em junho de 1994, que entre outros temas discutiu a “Infocomunicação”. Em uma análise sobre o século XX, enfatizou-se que esse foi marcado por uma grande concentração de informações e a idéia de ‘aldeia global’ estava se tornando cada vez mais uma utopia, sendo que, divididos em “Infóricos” e “Infopobres”, os países ricos levavam vantagem alarmante em relação aos pobres, destacando-se o quanto a economia mundial estava girando em torno da informação, comunicação e do poderio das empresas no controle dos meios de comunicação. O grande desafio apontado no seminário foi o de se evitar a concentração das informações. Como dado positivo apontou-se o uso crescente, por parte das organizações da sociedade civil, das redes de informação. Um exemplo citado foi o das ONGs ligadas ao AlterNex²⁶⁶.

A iniciativa do IBASE, em torno do AlterNex, repercutiu em 1994 no CDDHMP, quando um grupo de ativistas em direitos humanos ligados à ONG realizou discussão sobre “Direitos Humanos e Realidade Virtual”. O grupo que discutiu a realidade virtual era constituído por militantes, artistas, pesquisadores, técnicos, gente ligada aos movimentos sociais. Em que a realidade virtual podia contribuir para os movimentos sociais?²⁶⁷. Que tipo de relação podia existir entre direitos humanos e a realidade virtual²⁶⁸? Essas foram perguntas colocadas naquele momento histórico.

As experiências de Roberto Monte na produção e locução em programa na Rádio Rural de Natal; a experiência com slides, vídeo e TV; a participação na Associação

²⁶⁴ BATE-PAPO EM MEIO ELETRÔNICO entre Roberto Monte e Marlene de Araújo em [2001?]. Arquivo pessoal de Roberto Monte em CD-ROM.

²⁶⁵ MONTE, Roberto. Carta à Maya Mitre. Resposta de um formulário a uma pesquisadora mineira. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/teiavida/digital/maya_rom.htm>. Acesso em: 1 fev. 2005.

²⁶⁶ CDDHMP. Relatório do 1º seminário nacional de comunicação, cultura e direitos humanos. Natal (RN), 23-26 jun. 1994.

²⁶⁷ MATIAS, Entrevista.

²⁶⁸ CONDORELLI, Antonino. Direitos humanos em rede. RITS, Rio de Janeiro, mar. 2004. Disponível: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_mar2004.cfm>. Acesso em: 1 fev. 2005.

Brasileira de Vídeo Popular – ABVP e TV dos Trabalhadores, também foram acúmulos importantes que o motivaram, como coordenador do CDDHMP, a inserir a CMC nessa ONG²⁶⁹.

É importante destacar que a CMC surgiu no CDDHMP por conta da rede de relações sociais construídas pelos próprios agentes dessa ONG. Isto é, consultores, técnicos, também tiveram papel importante no desenvolvimento da rede telemática do CDDHMP. Isso significa, que a construção do sistema de comunicação e informação não derivou somente da experiência do Roberto Monte, mas de um conjunto de agentes sociais²⁷⁰.

Em relação ao surgimento de outras iniciativas brasileiras que se utilizavam à época do sistema BBS, contabilizadas em mais de 300, aquele implementado pelo CDDHMP apareceu e buscou se constituir, segundo um dos militantes da ONG, em um contraponto para temas enfocados, via CMC, sob a ótica do neoliberalismo²⁷¹ ou focado na disseminação do racismo e do nazismo²⁷².

Onde é que você encontraria um guia lhe dando dicas para quem é deficiente físico? [...] Onde você teria um guia de proteção aos gays? Onde você teria uma espécie de vademecum, como dizem os de notório saber jurídico, com as questões de violência doméstica, a violência sexual? Tem que ser guerrilheiro em termos de método e de mentalidade, para contrapor-se à pasteurização do mundo. Recusamo-nos a ser padrão. Sei que o que estamos fazendo aqui em Natal é uma coisa pequena, mas é uma coisa que tem alma. É isto que está faltando²⁷³.

Roberto Monte, ao tempo do surgimento do BBS Direitos Humanos e Cultura, referia-se a essa iniciativa como emergente dos movimentos populares organizados, que se utilizavam do que havia de mais avançado em termos tecnológicos,

²⁶⁹Em várias fontes, a saber: BATE-PAPO EM MEIO ELETRÔNICO entre Roberto Monte e Marlene de Araújo em [2001?]. Arquivo pessoal de Roberto Monte em CD-ROM; DHNET FAZ guerrilha eletrônica por direitos humanos: site é braço cibernético de auxílio à militância. **Magner**, [S. l.], 3 jul. 2000.

²⁷⁰MATIAS, Entrevista.

²⁷¹BBS ENGAJADA: informática reforça direitos humanos. **Jornal de Natal**, 1 maio 1995. Caderno de Informática. p. 5.

²⁷²ALBERTO, Jóis. Movimento popular entra na internet. **O Poty**, Natal (RN), 30 abr. 1995. Caderno de Informática, p. 24.

²⁷³BBS ENGAJADA..., loc.cit.

designando esse sistema de comunicação e informação como engajado e não neutro²⁷⁴. Contudo, nos documentos do CDDHMP não há referências à participação de Associações de Moradores ou de Sindicatos na criação do BBS. Dessa feita, o que subjaz fortemente é que a referência ao movimento popular era ao próprio CDDHMP.

Seis meses depois de ser inaugurado, o BBS Direitos Humanos e Cultura começou a consolidar sua infra-estrutura e ampliou seu espaço dentro do CDDHMP²⁷⁵. Mas essa ampliação vinha acompanhada de necessidades e desafios. Era necessário divulgar esse sistema, pouco conhecido no Rio Grande do Norte, por meio de cartazes, *folders* e boletins e constituir usuários para o BBS, realizando campanhas de filiação e oficinas de capacitação²⁷⁶. O paradoxo enfrentado pelo CDDHMP foi ter um sistema de comunicação e informação avançado, mas sem ter uma gama significativa de pessoas para manter a interação, isto é, um público-alvo bem definido e capacitado para o uso do BBS. Daí a preocupação com a divulgação do BBS e da apropriação da ferramenta: “[...] o CDHMP inicia no próximo sábado, uma oficina semanal sobre como navegar no BBS, destinado a dois público distintos: o difuso e o originário dos movimentos populares”²⁷⁷.

O lançamento e desenvolvimento do BBS Direitos Humanos e Cultura teve grande repercussão nos canais de TV e jornais de Natal. A tal ponto que nos dois ou três primeiros anos de aniversário de criação do BBS, dia 1º de maio, Roberto Monte dava muitas declarações nos canais de televisão local. As organizações locais, sindicatos, associações, estavam muito enfraquecidas na realização das atividades de 1º de maio e o BBS conseguiu ter mais visibilidade pública do que essas atividades, considerando que se estava fazendo algo “novo”, na “periferia”, no “interior” do país²⁷⁸. Concluí Roberto Monte: “Eu sei que no dia 1 de maio, só dava BBS na cabeça. E a gente devia ter umas três linhas telefônicas”²⁷⁹.

²⁷⁴ BBS ENGAJADA..., 1995, p.5.

²⁷⁵ CDDHMP OFICINA para quem quer navegar no BBS. **Jornal de Natal**, 6 nov. 1995. Caderno Informática, p. 5.

²⁷⁶ BBS ENGAJADA..., loc.cit.

²⁷⁷ CDDHMP OFICINA..., loc. cit.

²⁷⁸ MONTE, Entrevista.

²⁷⁹ MONTE, loc.cit.

Em termos da realidade concreta na qual se inseriu a proposta do BBS Direitos Humanos e Cultura, Roberto Monte admitiu ser uma coisa “meio louca” se falar em robótica, telemática, interatividade, frente a um contexto de necessidades gritantes como falta de água ou onde ainda se registrava a presença de lombrigas. Mas esse apostou no trabalho do BBS Direitos Humanos e Cultura como um projeto mais amplo de confluência dos excluídos da sociedade e de apropriação do conhecimento tecnológico²⁸⁰. Frente a essas contradições, Roberto Monte afirma que toda prática nova tem que estar alicerçada em idéias novas:

No momento em que um grupo vinculado a movimentos de base discute uma tecnologia de ponta, a agente também vai desmistificar a questão da comunicação. Porque a comunicação, num veículo de exploração (sic), a gente tenta reverter esse lance da opressão, transformando o veículo enquanto meio num veículo de libertação. Numa linguagem bem tecnológica da libertação. A gente tem um corte muito claro: numa sociedade de excluídos e de excludores, de pessoas que oprimem e de oprimidos, nós estamos do lado dos lascados. Estamos do lado dos excluídos. E vamos ser a ferramenta, vamos ser o fermento, como se dizia antigamente, exatamente para levantar essa discussão [...] ²⁸¹.

A visão em relação à desmistificação das novas tecnologias da informação vem acompanhada do papel do instrumento e da linguagem como portadora da emancipação. A desmistificação passaria pela apropriação do instrumento de intervenção e utilização dos novos códigos de linguagem em fluxo informacional entre os sujeitos sociais em interação. Do fluxo informacional ocorreria o processo emancipatório. O papel da ONG seria o de animar o fluxo em rede a partir do lugar (comunidades, municípios etc.).

2.1.2.1 O Manifesto dos Sem-Tela: Acessar, Digital e Interagir!

Em 1º de maio de 1996, por ocasião do primeiro ano de aniversário do sistema de comunicação e informação do CDDHMP, é divulgado na rede virtual, o “Manifesto dos Sem-Tela”²⁸². Esse documento surge na esteira de outros manifestos e

²⁸⁰ BBS ENGAJADA..., 1995, p. 5.

²⁸¹ BBS ENGAJADA..., loc. cit.

²⁸² DHNET. Manifesto dos sem-tela. Documento lançado em 1º maio de 1996. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/ciber/democratizar/semtelas/manst.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

declarações divulgadas no mesmo ano e em período anterior ao surgimento da DHNet, como o da “Declaração de Independência do Ciberespaço” e o “Manifesto da WEB Independente”²⁸³.

O “Manifesto dos Sem-Tela” é um dos elementos que demarca a posição do uso da telemática no campo virtual. O manifesto é parte integrante do “Movimento dos Sem-Tela”. O direito à expressão e à informação em prol da consciência em torno da democratização da informação, pelo pleno exercício da cidadania e difusão do bom uso das novas tecnologias, são termos identificadores de quem pretende fazer parte do movimento.

Os sujeitos desse campo são identificados e formados por aqueles que utilizam meios alternativos de comunicação, a saber: computadores considerados obsoletos, megafones, tvs e rádios comunitárias e fanzines produzidos na periferia. Porém, o enfoque do “Manifesto dos Sem-Tela” parte da idéia de que grupos, entidades, militantes,

²⁸³ A “Declaração de Independência do Ciberespaço”, de John Perry Barlow, lançado em Davos, Suíça, em 8 de fevereiro de 1996, apresenta, além de enunciados de oposição no campo virtual, perspectivas de construção de um mundo livre das coações sociais. Os governos do “mundo industrial” são, de acordo com o manifesto, agentes da coerção física que ocorre pelas leis. O poder dos governos nasce em lugares a partir do consenso dos governados. Porém, para aqueles sujeitos que “habitam” o ciberespaço, suas posições são de independência e de liberdade em um espaço em que não há governos eleitos. No ciberespaço serão estabelecidas formas de governos de acordo com as condições do mundo virtual. O manifesto acentua ainda que o espaço virtual é um mundo que está em todos os lugares e em nenhum lugar, sendo este diferenciado de onde as pessoas vivem. No ciberespaço estão sendo construídas as possibilidades para que todas as pessoas possam entrar sem privilégios ou preconceitos de acordo com a raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento. Em suma, no manifesto se faz a proclamação de um novo lar da mente, o ciberespaço (BARLOW, John Perry. Declaração de independência do ciberespaço. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005) Já o “Manifesto da WEB Independente” dirige apelo para que os usuários da Internet tomem consciência do papel que desempenham no espaço virtual. A WEB independente é formada por sujeitos que, em suas páginas eletrônicas, manifestam paixões, opiniões e informações construídas por usuários conscientes de seus direitos como cidadãos. Nesse campo de disputas, os opositores da WEB independente são designados como os magnatas da mídia, das telecomunicações, computação e agências militares que pretendem controlar a Internet. A oposição se dá entre os que querem dispor de informações independentes e gratuitas ao contrário daqueles que gostariam de vendê-las ou controlá-las e que servem de espaço para propaganda e matérias publicitárias. Em outra vertente, o manifesto chama a atenção para a postura agressiva de “websites” comerciais que não respeitam a privacidade do indivíduo e que o torna mero espectador. Já a WEB independente deve propor fóruns abertos e a troca de idéias na Internet, propiciando elo entre as pessoas e a construção do conhecimento. No manifesto chama-se a atenção para riscos estruturais que corre a WEB independente, citando-se fatores como o alto valor para a criação, manutenção e atualização das páginas eletrônicas; a pressão publicitária e os grandes monopólios da comunicação. (MANIFESTO da web independente. Disponível em: <www.dhnet.org.br/ciber/textos/webid.htm>. Acesso em: 1 fev. 2005).

intelectuais, artistas, em busca do acesso às redes eletrônicas, têm a perspectiva de romper o isolamento, incluir os excluídos e instaurar o processo de cibercidadania.

No manifesto a sociedade é nomeada como “partida”, “repartida” pela exclusão econômica, social e política. Nessa sociedade posicionam-se num campo os representantes da grande mídia monopolizadora dos meios de comunicação e informação e de outro as “vozes do silêncio”, “navegantes democráticos”, “marginalizados tecnológicos” e “infonautas do desejo”. Ao tempo que o manifesto alude que o destino dos que não têm acesso, não têm tela, não tem e não são, foi perpetrado por adversários - *a priori* apenas identificados no manifesto como sendo “os grandes grupos de comunicação” - há a convocação para aqueles que queiram desafiar o destino, a agir rapidamente. No manifesto há a visão de um sistema social que perpetra coerção, mas que pode ser desafiado a partir da ação dos sujeitos. Essa mesma perspectiva aparece quando se afirma que as pessoas e cidades estão cada vez mais articuladas com a tecnologia e a ciência da informação. Essa afirmação está no horizonte de ver a sociedade coberta por processos de informatização.

O manifesto dá a entender a “articulação” entre o indivíduo e a tecnologia e não a ação desta última como algo externo ao sujeito, imprimindo nesse determinadas atitudes e comportamentos. O Manifesto dos Sem-Tela tem o sentido simbólico de constituir argumentos para a ação política, fundada no paradigma da dominação de classe, relações de força e luta social.

Ora, mas o que se disputa no campo virtual? O manifesto responde: a informação como poder de fogo, seja na manutenção do *status quo* ou como potencial interativo, dinâmico, formador de opiniões e disseminador de idéias.

2.1.1.4 O Assassinato de Gilson Nogueira e a Crise no CDDHMP envolvendo a DHNET

O potencial da telemática, inicialmente como BBS e em fase posterior na Internet, como DHNet, teve a sua maior utilização por parte do CDDHMP ao final de 1996, por força de coerção externa: o assassinato de Gilson Nogueira, advogado e militante dessa

ONG. Em 1997, dois outros fatos importantes ocorreram no CDDHMP: o BBS Direitos Humanos e Cultura transformou-se em DHNet e a gestão da DHNet saiu do CDDHMP e passou para a ONG CENARTE, filiada à RITS.

Em outubro de 1996 foi assassinado com 13 tiros, na porta de sua casa, o advogado Gilson Nogueira de Carvalho, integrante do CDDHMP que acompanhava as investigações de duas chacinas ocorridas em Natal²⁸⁴: a chacina de Mãe Luiza e a Chacina de Nova Natal²⁸⁵. Segundo registros do CDDHMP, Gilson Nogueira foi morto por um grupo de extermínio composto por policiais civis do Rio Grande do Norte. Após o assassinato de Gilson foram também ameaçados Roberto Monte e Aluizio Matias.

O CDDHMP sempre trabalhou na denúncia de todos os tipos de violação dos direitos humanos, tendo também demanda no atendimento especializado às vítimas de tortura policial, daí então, a razão para as ameaças feitas aos seus integrantes²⁸⁶.

Como desdobramento ao assassinato de Gilson Nogueira, foi solicitada pelo CDDHMP e várias organizações da sociedade civil proteção federal aos militantes do Centro ameaçados de morte. Entre esses, Roberto Monte²⁸⁷.

Algumas definições conceituais em torno da DHNet e a dimensão política e educativa no uso da telemática ganharam força no processo de intervenção do CDDHMP, sobretudo, após o assassinato de Gilson Nogueira. Como bem afirma Roberto Monte: *“Com a morte de Gilson é que a gente talvez começa a sacar o poder da internet”*²⁸⁸.

Mas o que é a DHNet? A Rede DHNet é um provedor de informações via Internet que, segundo seus organizadores, constitui-se no maior banco de dados sobre direitos humanos no Brasil. A proposta da DHNet surgiu vinculada a um lugar em que as disputas com segmentos da oligarquia e grupos de extermínio necessitavam de um espaço

²⁸⁴ A chacina ocorreu em bairros da cidade de Natal.

²⁸⁵ LEÃO, Renata. Hora extra na terra. [Revista] Trip, São Paulo, n. 120, s. p., mar. 2004.

²⁸⁶ LEÃO, loc. cit.

²⁸⁷ Roberto Monte teve a proteção da Polícia Federal, somente em julho de 2003, depois da Organização dos Estados Americanos - OEA solicitar ao governo brasileiro que garantisse a sua segurança (LEÃO, mar. 2004).

²⁸⁸ MONTE, Entrevista.

virtual que servisse de elo digital para cobrir as lacunas de informação no Rio Grande do Norte²⁸⁹.

A DHNet volta-se para dois grandes temas: a democratização da informação e a difusão dos Direitos Humanos. No primeiro tema busca-se aglutinar e disseminar a maior quantidade de informações no que se refere às leis, convenções e instituições de promoção e proteção dos Direitos Humanos. No segundo tema foca-se em grupos sociais alvo das violações dos Direitos Humanos e discriminados face a clivagens sócio-econômicas, como pobreza, origem migratória, gênero, geração, raça e etnia, opção sexual, portadores de necessidades especiais²⁹⁰. Essas temáticas buscam atingir o maior número de pessoas. Além dos temas que enfoca, a DHNet abriga páginas individuais de colaboradores e de algumas ONGs.

Mas a concepção e utilização da DHNet, mesmo tendo suas vantagens, nem sempre foi algo consensual no CDDHMP. A tal ponto que, em 1997, o sistema saiu da gestão dessa ONG e passou para o CENARTE.

Entre as vantagens apontadas em relação à utilização da Internet destacam-se: o fato da Internet ajudar a alavancar outros processos; o fato de ser uma comunicação barata e ágil e de abrir possibilidades para reflexão, troca, interatividade²⁹¹.

Mesmo com essas vantagens, podem ser indicados como fatores que contribuíram para a mudança do CDDHMP para o CENARTE²⁹²:

a) o fato de o CDDHMP não ter programa específico e nem ser prioridade o trabalho com a Internet;

²⁸⁹ DHNET, Prêmio USP..., Acesso em: 1 fev. 2005.

²⁹⁰ DHNET, loc. cit.

²⁹¹ E-MAIL a uma pessoa interessada em trabalho voluntário na DHNet. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 1, [199?]. CD-ROM.

²⁹² As letras “a”, “b” e “c” e “d” foram organizadas a partir de elementos identificados na entrevista com Aluizio Matias. Já as letras “e” e “f” derivaram da entrevista com Roberto Monte.

b) houve um progressivo crescimento das iniciativas em torno do BBS pelo CDDHMP e o trabalho com a Internet demandaria maior investimento e gestão (pagamento das linhas telefônicas, pessoal, programas, equipamentos, pagamento do provedor);

c) a DHNet estava se tornando, em termos de visibilidade, maior do que o CDDHMP;

d) o CDDHMP não pretendia se envolver sozinho na gestão de um sistema como a DHNet e nem criar um “departamento” de informática;

e) alguns agentes do CDDHMP não compreendiam o trabalho realizado com a Internet e isso gerava problemas internos na ONG e

f) frente às mudanças tecnológicas, que são grandes, o trabalho com a Internet urgia decisões rápidas e a ONG não podia entrar em assembleísmo para tomar decisões sobre esse sistema de comunicação e informação.

A alusão ao fato da ONG não entrar em “assembleísmos” para tomar decisões rápidas em relação ao conteúdo e às ferramentas tecnológicas que serão utilizadas, bem como, em todos os aspectos inerentes à decisão do uso do meio, reflete um elemento de tensão na dinâmica interna no uso da Internet nas organizações: o poder de decisão de uma instância coletiva ou de um agente individual que passa a agir autonomamente em relação aos conteúdos e recursos que disponibiliza em rede. Em suma, a DHNet se tornou algo de iniciativa do Roberto Monte, com a contribuição do Aluízio Matias, independentemente da gestão coletiva do CDDHMP, dando mais liberdade de ação para os dois militantes de direitos humanos²⁹³.

A constituição de uma estrutura para a DHNet, com sede e funcionários, não fez parte do ideário na sua concepção e implementação, mesmo quando essa saiu da gestão do CDDHMP para o CENARTE. Todavia, tanto Roberto Monte quanto Aluízio Matias, se referem à DHNet como se essa fosse uma ONG dentro de outra ONG²⁹⁴. Essa percepção da DHNet como uma ONG virtual tem relação com o fato de que a ação dos agentes por meio da Internet não se dá a partir de uma sede onde estão vários funcionários. A intervenção por

²⁹³ Em entrevista, o próprio Aluízio Matias diz que a saída da DHNet para o CENARTE deu mais liberdade de ação. Já Roberto Monte, sobre a mesma questão, também em entrevista, usou a expressão independência.

²⁹⁴ MONTE, Entrevista; MATIAS, Entrevista.

meio da DHNet pode ocorrer de forma descentralizada, contando com uma rede de colaboradores²⁹⁵. Essa ação descentralizada não dispensa pessoal especializado das organizações envolvidas para o trabalho com a Internet e nem um lugar de referência para reunião dos integrantes das ONGs. Alguns integrantes das ONGs, envolvidos com a DHNet, têm conhecimento da área tecnológica. Mas isso, por si só, não se constituía como algo suficiente para dar sustentação à iniciativa no que se referia à produção de conteúdo para a DHNet. Daí, então, a estratégia de buscar apoio em pessoas e entidades, articulando assim a produção de conteúdo de forma descentralizada²⁹⁶. A perspectiva dessa ação em rede foi o enriquecimento do banco de dados e de informação sobre direitos humanos na Internet²⁹⁷. Outro aspecto importante é que a infra-estrutura tecnológica básica para a atualização de alguns programas e conteúdos da DHNet está na casa de Roberto Monte.

Com essas tensões envolvendo o espaço da DHNet no CDDHMP e a sua passagem para o CENARTE, com o dado adicional da movimentação dos seus integrantes sem estabelecer fronteiras entre as duas ONGs, o espaço virtual teve a configuração de ser um braço tecnológico da Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, sendo esse estado base de outras incursões no plano regional e internacional e o CDDHMP, uma ponta da rede. O CENARTE, que já desenvolvia atividades culturais, participava de atividades como o Fórum Social Potiguar e discutia questões relacionadas à Lei de Incentivo à Cultura, abrigou formalmente o trabalho com a DHNet, adaptando-se e agregando novos elementos específicos ao trabalho em ambiente virtual. Roberto Monte afirma que a idéia da Rede Estadual de Direitos Humanos deu mais clareza sobre o papel da DHNet no conjunto das atividades em direitos humanos. Ele, particularmente, não enfrentava crises de identidade entre ser coordenador do CDDHMP e presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e da DHNet²⁹⁸. A Rede Estadual de Direitos Humanos, estruturada e impulsionada no âmbito do CDDHMP, aglutina pessoas, organizações, comprometidas com os direitos humanos, indo além dessa ONG e do CENARTE.

²⁹⁵ GURGEL, Júlio César. Estudioso acredita que a internet favorece cibercidadãos. **Tribuna do Norte**, Natal (RN), 1999.

²⁹⁶ MONTE, Roberto. Carta à Maya Mitre..., Acesso em: 1 fev. 2005.

²⁹⁷ GURGEL, 1999, s.p.

²⁹⁸ MONTE, Entrevista.

Aluizio Matias, em uma definição política, reafirma que a DHNet é um instrumento de luta em torno da informação²⁹⁹. Numa linha também política, Roberto Monte destaca que a DHNet trabalha com o fluxo da informação, reunindo outras organizações e as pessoas que desejam mudanças na realidade: líricos, visionários, vanguardistas. E complementa afirmando que todo ato político também terá que ser um ato de comunicação³⁰⁰. A Rede DHNet passou a ser então um espaço que abriga sujeitos sociais envolvidos e comprometidos com os direitos humanos.

Mas o pensamento sobre o envolvimento com a causa dos direitos humanos em meio virtual ganhou dimensão planetária:

A proliferação da informação, hoje em dia, se dá num processo muito rápido e o mundo, sob alguns enfoques, realmente começa a ser uma aldeia global. Nós é (sic) que moramos num pequeno estado, de (sic) um lugar muito longe de onde as coisas acontecem. Mas é preciso ficarmos atentos para o fato de que a questão local ganha uma nova dimensão quando a gente começa a ter uma sociedade civil planetária. [...]. Na verdade, estamos querendo utilizar os novos meios de comunicação para agregar militantes de direitos humanos em nível planetário. [...] Acho que, com a tecnologia de ponta, os novos meios de comunicação fazem com que uma experiência seja planetarizada; com criatividade, faz tornar o que é local em global, e o que é global, em local³⁰¹.

Essa visão da “glocalização”, como combinação do local que busca repercutir no global e vice-versa, ganha uma acentuada ênfase e valorização no lugar. É a ação voltada para a sensibilização, para a animação, para a disseminação da informação no lugar que alimenta o sentido e a perspectiva de intervenção em ambiente virtual, dando-se “testemunho a distância” das ações idealizadas e desenvolvidas. O lugar, marcado por experiências desenvolvidas em direitos humanos, publicizadas pela Internet, apela para a perspectiva da formação de redes temáticas.

²⁹⁹ MATIAS, Entrevista.

³⁰⁰ BATE-PAPO EM MEIO ELETRÔNICO..., [2001?].

³⁰¹ AUGUSTO, Paulo. Cidadania ao alcance das mãos: tecnologia. **O Poty**, Natal (RN), [199?].

O espírito e a práxis ‘glocais’ da Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (REDH-RN) – ou seja, a dialética constante entre micro-práticas locais de promoção, proteção e garantia de todos os direitos da pessoa, concebidos como universais e indivisíveis, e princípios e sistemas globais, tendo entre os eixos norteadores a comunicação e como suporte as tecnologias digitais [...] ³⁰².

Roberto Monte aponta para a perspectiva do trabalho em relação ao global, entre outras iniciativas, a articulação com os povos de língua portuguesa.

Não estamos mais raciocinando só a nível de Nordeste, mas observando todo o Brasil, sabendo que há um espaço para se trabalhar com os povos de língua portuguesa. Porque se você pega a questão do Timor Leste, de Angola, de Moçambique, por mais que se discuta a questão da paz, da desminagem, desse negócio todo, o grande lance vai ser a educação. Às vezes, o camarada está em Angola, mas o material feito no interior de qualquer Estado brasileiro pode ser uma referência para ele. Como aquilo que o cara faz lá também pode nos servir. O negócio é como fazer esse intercâmbio, porque as condições, em nível técnico, existem ³⁰³.

Para a ação em escala global a ONG necessita ter um eixo ordenador para sua intervenção. No caso do CDDHMP, esse eixo ordenador é a informação em direitos humanos, que abre possibilidades de gerar conhecimento e intervenção política e educativa, em territórios que se utilizam da língua portuguesa.

O conceito de rede, entendido como nós interconectados, busca ampliar-se para além do lugar e sua dinâmica sócio-histórica, no caso, Natal. Um dos objetivos que o CDDHMP persegue é o de estabelecer parcerias com países da África. Essa amplificação virtual se constituiria demarcada pela língua portuguesa, por exemplo, com aqueles membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP ³⁰⁴. Essa amplificação virtual daria visibilidade à dimensão transnacional da Rede DHNet e da questão dos direitos humanos e da cidadania. Essa idéia tem sido alimentada pelo CDDHMP devido às demandas de países como Angola, Cabo Verde e Moçambique, em busca de informações

³⁰² CANDORELLI, Antonio. 1º de maio de 2005: 10 anos de dhnet. **Tecido Social**, Natal (RN), n. 133, 27 abr. 2005. Edição em meio eletrônico e recebida por e-mail.

³⁰³ AUGUSTO, Paulo. Traçando a rede da cibercidadania. Entrevista de Roberto Monte a Paulo Augusto. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/agitar/digital/guerril4.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

³⁰⁴ A CPLP foi constituída em 17 de julho de 1997, sendo formada por Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Portugal.

sobre direitos humanos. Outro aspecto a ser salientado é que os conteúdos sobre direitos humanos, disseminados em redes virtuais, podem ser apropriados, intercambiados, criticados, reconstruídos como referentes universais no campo dos direitos humanos. Mas para serem trabalhados na perspectiva educativa, não basta acessá-los, há a necessidade da interação, da intersubjetividade entre os sujeitos. O contexto é gerador de conteúdos que se complementam ao saber acumulado pela humanidade em redes, envolvendo pessoas e entidades.

A idéia de rede constituída e praticada em torno do BBS e, em seguida, da DHNet, conseguiu erguer e publicizar uma leva de consultores espalhados pelo Brasil. Em alguns casos, esse capital social mobilizado apenas emprestou o nome para a DHNet; em outros, cedeu textos, enfim, materiais diversos. Essa contribuição de consultores enriqueceu o banco de dados e ampliou a área de conhecimento sobre a temática em direitos humanos³⁰⁵. Essa estratégia de constituir colaboradores abre possibilidades de articulações nos planos local, estadual, regional e internacional.

2.2 “Guerrilha” Informacional: a Transmissão do Julgamento do Policial Jorge “Abafador” pela Internet

Em 15 de outubro de 1998, os membros do CDDHMP, realizaram pela Internet, diretamente do Tribunal do Júri de Natal, a transmissão do julgamento do policial Jorge Luiz Fernandes (Jorge Abafador), acusado da chacina de Mãe Luiza. A disponibilização das informações do julgamento, ocorria por meio de boletins eletrônicos com textos e imagens acessados pela DHNet. Essa ação ocorreu na conjuntura da apuração do assassinato do advogado do CDDHMP, Gilson Nogueira, e da grande repercussão nacional e internacional sobre os grupos de extermínio no Rio Grande do Norte.

³⁰⁵ GURGEL, 1999, s.p.

O julgamento foi acompanhado no local por integrantes da Human Rights Watch, da Secretaria do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Anistia Internacional, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e outras entidades³⁰⁶.

Precedeu a cobertura do julgamento pela Internet ampla campanha desenvolvida sob a responsabilidade do CDDHMP, utilizando diversos recursos de mídia, que alertava a população para a questão dos direitos humanos no Rio Grande do Norte, contra a impunidade e, em especial, o julgamento do policial Jorge Abafador³⁰⁷. Foram distribuídas faixas espalhadas pela cidade; notas à imprensa; panfletos para a população e ocorreu a exibição de programa publicitário na televisão³⁰⁸.

A ação política divulgada na Rede DHNet compreendeu o uso estratégico e integrado de várias mídias. O lugar da ação política direta, do corpo-a-corpo, ganhou não só visibilidade na Internet mas propagou um jeito de agir de forma crítica em uma conjuntura na qual se colocava em questão, além da sobrevivência da causa pela qual se lutava, a vida dos sujeitos que a sustentavam.

O relato de Roberto Monte esclarece a estratégia de uso integrado das mídias:

³⁰⁶JULGAMENTO do policial assassino Jorge Abafador. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 2, 1998. CD-ROM.

³⁰⁷ O policial Jorge Abafador foi julgado e condenado a 47 anos de prisão pela Chacina da Mãe Luiza (Cf. NUNES, Walter. Matança oficial. **Revista Época**, São Paulo, n. 344, p. 36-39, 20 dez. 2004).

³⁰⁸ ATIVISTAS de direitos humanos alertam a população através do vôo da cidadania. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 2, 1998. CD-ROM.

Durante o julgamento do Jorge Abafador, eu ficava com o gravador e a máquina fotográfica digital. Em frente ao Fórum eu relembro os tempos da Rádio Rural.

Lá do Fórum eu ligava do celular e às vezes a cobrar. Como eu sempre tive uma infra-estrutura em casa, ficava uma pessoa recebendo as notícias e eu mandava um motoqueiro com a máquina digital. Pra mim, isso é guerrilha! Não tem outra coisa né? Aí eu diria: guerrilha com não violência ativa! Isso é uma marca do grupo e a DHNet é apenas o nosso elo virtual. (MONTE, Entrevista)

A estratégia de ação política, quando combina várias mídias, expressa a importância da experiência que os membros da ONG conquistaram no uso dos meios. Portanto, o diferencial que uma ONG pode ter em relação à combinação do uso das mídias como impressos, rádio, vídeo, TV e a Internet, está diretamente relacionado ao conhecimento, à experiência, à visão do lugar como “locus” da ação direta dos sujeitos sociais e gerador do fato midiático para a sociedade em geral. O CDDHMP foi conhecido por muito tempo como a “galera” da comunicação³⁰⁹. Seus integrantes, a exemplo de Roberto Monte, estruturaram iniciativas que refletiam o acúmulo conceitual e prático no uso dos meios.

A guerrilha virtual por meio da DHNet, entendida aqui como aquela feita por um grupo de militantes que detêm conteúdo e metodologia de ação naquilo que lhe dá especificidade no seu fazer - os direitos humanos -, tem como base da ação direta o lugar sócio-histórico das contradições sociais, sendo a virtualidade um dos momentos da expressão criativa, estética, poética, política e educacional do que, predominantemente, ocorre localmente. A guerrilha virtual ocorre pela DHNet de forma episódica. Exemplo expressivo de ação política pela Internet girou em torno do caso Gilson Oliveira. A gênese dessa guerrilha foi reativa e protagonizada pelos agentes do CDDHMP que corriam risco de morte. A DHNet não tem espaços eletrônicos organizados e regulares para a guerrilha virtual, para a ação sistemática de pessoas e grupos, indicando alvos para atacar ou criticar como, por exemplo, o Estado, as grandes corporações do mercado ou outras ONGs. Dessa forma, o termo guerrilha virtual é de apelo semântico.

³⁰⁹ MONTE, Entrevista.

2.3 Oficinas e Curso Virtuais de Acesso à Justiça

No CDDHMP, o desafio de fazer a luta pelos direitos humanos também envolveu o planejamento de atividades educacionais a distância e presencial no formato de cursos e oficinas. Dessa forma, a educação em direitos humanos visou propiciar, de uma maneira geral, que as pessoas ficassem antenadas aos acontecimentos sociais e políticos, cômicas das responsabilidades e deveres enquanto cidadãos críticos³¹⁰. Esses cursos foram planejados para ficarem conectados ao desenvolvimento da Rede Estadual de Direitos Humanos³¹¹. A concepção de educação do CDDHMP volta-se para uma visão dinâmica, criadora, cultural e humanista, capaz de promover mudanças e facilitar a interação entre os sujeitos.

Planejado para ser realizado a distância, o curso “Os Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos” visava a popularização dessa temática e tinha como público-alvo organizações, estudantes, professores, assessores, militantes e público difuso com interesse no uso desses mecanismos³¹².

O curso foi estruturado para ser executado em seis módulos e pautava sua metodologia pela interatividade e pelos recursos multimídia oferecidos pela Internet. A favor dessa iniciativa, enfatizava-se: “*A nosso favor está o fato de termos um provedor próprio (<http://www.dhnet.org.br>) e possuímos know-how em novas tecnologias, baseado em experiências com o vídeo e o sistema BBS, iniciadas em 1995*”³¹³.

A proposta de curso envolvia a realização de ciberoficinas a distância e encontros presenciais em Natal, Belém e Rio de Janeiro.

³¹⁰ AUGUSTO, [199?], s.p.

³¹¹ CDDHMP. Arquiteturas globais: direitos humanos no Rio Grande do Norte (2005-2015). Natal (RN), jan. 2005. 1ª versão.

³¹² MONTE, Roberto. Proposta do curso interativo sobre sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos. In: ENCICLOPÉDIA DIGITAL DE DIREITOS HUMANOS. Natal (RN), v. 1, [199?]. CD-ROM. Áudio sobre o curso interativo.

³¹³ NOTAS introdutórias sobre o curso sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 1, [199?]. CD-ROM.

Ciberoficinas virtuais, planejadas e disponibilizadas para acesso pela Internet e por CD-ROM, tinham por objetivo criar mecanismos interativos através da virtualidade, utilizando os recursos facilitadores da informática. Nesse sentido, a perspectiva da interatividade era dirigida para a intervenção, promoção e difusão dos conhecimentos em direitos humanos e cidadania.

As ciberoficinas tinham como objetivos específicos:

Oferecer um ambiente de aprendizagem, via rede Internet, que canalize atividades educativas e de capacitação para ativistas, pesquisadores, estudantes, professores e dirigentes ou militantes de Entidades e Organizações de Direitos Humanos, com uma visão pedagógica compatível com as demandas de formação para atuação em serviço e atividades específicas;

Oferecer, num mesmo material educacional, formas alternativas de estudo, de busca de informações e de aprofundamento sobre as questões do Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos, de acordo com as características dos potenciais usuários e as demandas de conhecimento em sua formação, e em especial nas suas atividades profissionais³¹⁴.

O projeto do curso foi enviado para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e PNUD, que aprovaram a iniciativa. Mas, em 1999, por falta de apoio econômico-financeiro, teve sua implementação comprometida e não foi realizado³¹⁵.

Também disponibilizado na Internet e produzido com base nas experiências de formação realizadas presencialmente, inclui-se o curso Agentes da Cidadania, igualmente com destaque especial para a temática do acesso à Justiça. Na perspectiva desse curso, os participantes envolvidos, em especial as lideranças comunitárias, compreenderiam os direitos humanos como valor universal, a questão das políticas públicas, os mecanismos de acesso à Justiça, e destacariam as demandas da própria comunidade a partir de uma nova ótica, possibilitando com isso a criação de Núcleos de Bairro/Clube de Direitos Humanos³¹⁶.

³¹⁴NOTAS introdutórias: o que são as ciberoficinas. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 1, [199?]. CD-ROM.

³¹⁵DHNET, E-mail a uma pessoa..., Acesso em: 1 fev. 2005.

³¹⁶ DHNET. Curso agentes da cidadania: fundamentos. Disponível em: <www.dhnet.org.br/oficinas/cursosac/textos/fundamentos.html>. Acesso em: 1 fev. 2005.

Os conteúdos do curso Agentes da Cidadania foram concebidos e ficaram disponibilizados como “livros abertos” na Internet, para o acesso livre de qualquer pessoa. Todavia, sem uma definição de prazos, sistemática de orientação e acompanhamento a distância em relação aos conteúdos. Quando refiro-me ao termo “livro aberto”, é pelo fato de o curso ficar totalmente disponível sem a necessidade de acessá-lo por meio de nome e senha pessoal. Portanto, os conteúdos foram disponibilizados na concepção da educação aberta a distância, no sentido da remoção de eventuais barreiras de acesso à formação em direitos humanos pela Internet.

Tanto na proposição das ciberoficinas quanto dos cursos é observável a intencionalidade dessas atividades não perderem de vista alcançar determinados segmentos sociais e lugares estratégicos, antevendo a possibilidade dos participantes serem “empoderados” em relação à perspectiva de intervenção local (comunidades, municípios) nas questões de defesa e de promoção dos direitos humanos, as políticas públicas, os mecanismos de acesso à Justiça, destacando as demandas da própria comunidade e possibilitando com isso a criação de Núcleos de Bairro/Clube de Direitos Humanos.

À idéia da formação de Núcleos ou Clube de Direitos Humanos, nas comunidades e municípios agregou-se, como outra possibilidade estratégica, a implantação do projeto Ponto Eletrônico da Cidadania. Por esse Ponto Eletrônico da Cidadania³¹⁷, equivalente à idéia de um Telecentro, a pessoa, por meio de um microcomputador, poderia ter acesso a uma gama de conteúdos e interatividades virtuais. Assim, seria desenvolvida a popularização do acesso do cidadão à informação, inclusive democratizando o próprio uso da informática. Para acessar o Ponto Eletrônico da Cidadania, o cidadão deveria ter ao seu alcance um computador com conexão à Internet, uma caixa de som e o CD-ROM “Enciclopédia Digital Direitos Humanos”. No bairro ou no sindicato, a pessoa poderia ter acesso a uma imensa quantidade de informações, não só em textos, mas em sons e imagens. A prática da cibercidadania poderia se iniciar com o uso do Ponto Eletrônico da

³¹⁷ O Núcleo ou Clube de Direitos Humanos pode também receber a denominação Ponto Eletrônico da Cidadania.

Cidadania³¹⁸. A Enciclopédia Digital de Direitos Humanos funcionaria como um ordenador prévio do que conectar, evidenciando assim a intencionalidade e direção por parte dos membros da ONG em relação à utilização do sistema.

O Ponto Eletrônico da Cidadania foi concebido para ser algo além da possibilidade de acesso ao computador em certo lugar, mas fomentador da aglutinação, manifestação, criação e intervenção crítica em redes presenciais e virtuais. Roberto Monte afirma:

Eu não quero discutir computador! Eu quero chegar no lugar com o computador! A gente chama Ponto Eletrônico da Cidadania o local que você abre espaço para a arte, cultura, jornal, o escambau! (MONTE, Entrevista).

Evidentemente que para os usuários serem inseridos nessa lógica educativa e de intervenção, devem ser iniciados na própria navegação virtual e no sentido do posicionamento pela Internet. Isso significa que no lugar sócio-histórico os sujeitos coletivos locais (comunitários, sindicatos), parceiros dessa iniciativa, devem ter outras condições - não só pessoal e infra-estrutura tecnológica, mas um projeto delineado como estratégia de ação pela Internet. Caso contrário, a visão sobre lugar e os computadores com acesso à Internet tenderão a ser vistos, por parte dos sujeitos da ONG mais sob o enfoque da ação no lugar idealizado do que na sua expressão real. Essa expressão real poderá ser o interesse individual em torno da conexão à Internet para realizar pesquisas para a escola, enviar currículo e não a participação e a intervenção pensadas a partir de um coletivo.

Vale acrescentar que, na concepção dos Núcleos ou Clube dos Direitos Humanos, uma pessoa que tivesse computador em casa com acesso à Internet poderia fazer parte e receberia e transmitiria informações pela rede³¹⁹. Evidencia-se, assim, a idéia da formação de elos individuais e coletivos em torno da temática dos direitos humanos e cidadania.

³¹⁸ DHNET. Ponto eletrônico da cidadania: acesso público à informática. Disponível em: <www.dhnet.org.br/ciber/democratizar/semtelas/orelhao.htm>. Acesso em 1 fev. 2005.

³¹⁹ MONTE, Entrevista.

Como estratégia, tanto educativa quanto política, de intervenção que repercutisse na criação ou potencialização das organizações locais em torno da temática dos direitos humanos, o CDDHMP, como elo animador da Rede Estadual de Direitos Humanos, realizou em 2004, oito Caravanas de Direitos Humanos em municípios do Rio Grande Norte. Essas Caravanas de Direitos Humanos tiveram por objetivo:

[...] interiorizar as lutas pelos direitos humanos no Rio Grande do Norte, coletar informações sobre as realidades locais, efetuar ações de valorização da cidadania, desenvolver articulações com as mais diversas organizações da sociedade civil, incentivando a participação dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e promovendo a formação de Núcleos de Cidadania no seu município³²⁰.

A Caravana de Direitos Humanos deslocava-se de Natal para outros municípios do Rio Grande do Norte em alguns veículos que levavam os integrantes do CDDHMP e outras pessoas da Rede Estadual de Direitos Humanos: militantes de direitos humanos, artistas populares. Ao chegar ao município realizava-se, com a participação das organizações locais, uma coleta de informações em delegacias, penitenciária, acampamento de sem-terra, lixão, asilo de idosos, SOS criança, informações sobre a realidade local. Os dados levantados eram discutidos e sistematizados em um momento posterior da realização da Caravana quando se debatiam, entre outros temas: Reforma Agrária e Política Agrícola, Cidadania e Meio Ambiente, Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Estatuto e Defesa dos Idosos³²¹. Antevia-se como desdobramentos da Caravana de Direitos Humanos a formação de Núcleos da Cidadania ou o reforço às atividades já existentes nesse segmento. Essa idéia de Núcleos da Cidadania converge com o proposto em torno da ciberoficinas: a formação de Núcleos ou Clubes de Direitos Humanos. Sem perder de vista a vinculação entre o local e o nacional. Isto é, a formação de estruturas organizadas no plano local, vinculando-se a um Sistema Nacional de Direitos Humanos³²².

³²⁰ CDDHMP. **Participe das caravanas de direitos humanos**. Natal (RN), [2004?]. Cartaz colorido.

³²¹ CARAVANAS de direitos humanos 2: Mossoró. Direção geral Roberto Monte/CDDHMP. Natal (RN) : CDDHMP, [2004?]. Vídeo em CD-ROM.

³²² CDDHMP; SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Vamos criar um conselho municipal de direitos humanos. Natal, RN. [200?]. Cartilha.

Essa ação no lugar tem certas características daquilo que se denominou na década de 60 de “animação popular”. Um dos aspectos característicos da animação popular, que converge com a iniciativa do CDDHMP, é a ação objetiva, visível, com repercussão e conseqüências sensíveis, sendo que ação não se estreita aos problemas imediatos e se insere como ponto de reflexão e ação no contexto de luta pela transformação das estruturas, esquemas mais humanos, sem o quê o sentido dessa ação se esvaziaria³²³. Ao tempo que chega ao lugar com as Caravanas de Direitos Humanos, o CDDHMP também divulga a Enciclopédia Digital de Direitos Humanos e, conseqüentemente, a própria DHNet.

Ter recursos tecnológicos e colocar um conteúdo na Internet não significa dizer que se tem um curso a distância. Talvez essa apreensão do que é e de como trabalhar a distância, mesmo tendo experiências com rádio, vídeo, tv, não significaram a apropriação dessa modalidade e sua aplicabilidade por parte da ONG. Mas não foi só esse o problema para a execução do curso. Ao buscar parcerias junto a embaixada, governo, outras ONGs, ficou evidenciado que uma ONG sozinha, do porte do CDDHMP, não dá conta de implementar esse tipo de iniciativa sem uma estrutura mínima de pessoal e de recursos econômicos para bancar os investimentos.

Ao citar a iniciativa do Ministério da Justiça³²⁴ em torno da implantação de cursos a distância, chegando em todo o país através da montagem de Telecentros, Roberto Monte aponta alguns receios, vantagens e condições necessárias para realizar processo formativo nessa modalidade educacional, ao afirmar:

³²³Esse traço característico da “animação popular” está presente no estudo de Wanderley (1984), sobre a experiência do Movimento de Educação de Base – MEB, em livro intitulado “Educar para Transformar”.

³²⁴O projeto de educação a distância foi uma iniciativa do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento de Polícia Federal e pretendeu alcançar policiais federais, civis, militares, corpo de bombeiros, guardas municipais, prevendo a instalação de Telecentros em vários lugares do Brasil e seguindo, enquanto enfoque temático, as orientações da Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública. Ver maiores informações sobre o projeto em educação a distância e a Matriz Curricular, respectivamente, em: RESENDE, Jô. Educação a distância. TV Segurança Humana. Disponível em: <<http://www.segurancacidade.org.br/home.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2005; BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para a formação em segurança pública: princípios e conteúdos.** Brasília : Ministério da Justiça, [2004?]. Documento provisório.

[...] fico com medo de entrar muito nesse tipo de coisa e me perder nas outras, entendeu? Então, prefiro ir com uma certa tranquilidade para não ampliar demais o universo. [...] Eu quero encurtar a distância do cara vir para Natal pra fazer o curso. [...] Eu só faria um curso a distância se eu fizesse uma parceria com a Universidade Federal da Paraíba. [...] Pra fazer [um curso a distância] é muito complicado. Você tem que ter tempo. [...] Eu vou com tranquilidade porque eu sei que não é tão fácil (MONTE, Entrevista).

É um horizonte novo para as ONGs, não só do porte e posição sócio-histórica do CDDHMP, estruturar iniciativas educacionais a distância. Isso devido às exigências que se apresentam tanto na concepção quanto desenvolvimento e avaliação desse tipo de iniciativa. A ONG, familiarizada com a inserção local, com a relação face-a-face, ao envolver-se com a educação a distância, deve dedicar considerável parte do seu tempo para se reposicionar diante de um novo paradigma educacional, conseqüentemente, reavaliando as noções de lugar e espaço virtual. Para esse intento, a constituição de parcerias agregaria valor à iniciativa. A Universidade Federal da Paraíba é apontada como parceira privilegiada pela abertura e a realização de atividades de formação em direitos humanos nos níveis de extensão universitária e curso de especialização para militantes e profissionais interessados nesse segmento de atuação³²⁵. A relação de identidade com a Universidade Federal da Paraíba está expressa no conteúdo da DHNet. Nela há uma seção específica com textos voltados para a formação em direitos humanos cuja contribuição advém de professores da Universidade Federal da Paraíba com atuação no campo dos direitos humanos. Dessa forma, não só em termos de apoio de pessoal especializado em educação a distância mas tecnológico, a ONG pode viabilizar projetos nessa modalidade.

Outra vertente importante em torno da implementação de cursos a distância, como também, da ação política, está no desafio de implantar processos de interatividade no ambiente virtual da DHNet.

Na verdade eu nunca tive um suporte de interatividade que levasse a isso. [...] Na verdade a DHNET é um lance burro. Ela tem muita informação, mas não tem interatividade. Ela, a partir de agora, vai ter interatividade e eu, talvez, possa te dar uma resposta. (MONTE, Entrevista).

³²⁵DHNet. Formação em direitos humanos na universidade. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/w3/cdhp/cursos/acao.html>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

Reside nesse aspecto da interatividade a concepção de ambientes virtuais preparados para possíveis mediações intersubjetivas e manifestações de prováveis usuários que visitem a página da DHNet³²⁶. Mas não só: pessoal com tempo para estar em sintonia com o projeto de interatividade desenvolvido pela ONG.

Ao final de 2004, a CORDAID, uma agência holandesa de cooperação internacional, encerrou projeto de apoio às atividades do CDDHMP. Nesse ano e durante o primeiro semestre de 2005, o CDDHMP realizou um balanço das suas atividades e traçou perspectivas de continuidade das suas atividades sem aportar muitas esperanças na cooperação internacional. Além do mais, Roberto Monte, coordenador do CDDHMP, enfatiza: *“Como terminei economia, inverti a lógica das coisas. Em vez de enviar projetos, coloco a onda no ar e vou vender nossos, por assim dizer, ‘produtos’”*³²⁷.

ONGs que fazem intervenção política e/ou educativa pela Internet projetam uma realidade futura que poderá ser mais rotineira no seu processo de trabalho. Será que elas se converterão em ciberongs, deixando suas relações sociais presenciais de lado e apelando para o brilho próprio no ciberespaço? Acredito que sempre haverá espaço para a intervenção direta e, talvez, muitas ONGs nem se utilizem da Internet em seu processo de inserção política e social.

³²⁶ No início de 2005 foram criados na DHNet alguns espaços para a interatividade, entre outros: salas de bate-papo, livros de visita virtual, fóruns de discussão virtual.

³²⁷ MONTE, Roberto. Carta à Maya Mitre..., Acesso em: 1 fev. 2005.

O novo trabalhador deve ser um sujeito com permanente capacidade de aprendizagem e de adaptação a mudanças, deve saber trabalhar em grupo, de preferência em equipes multidisciplinares, e ter domínio da linguagem das máquinas. Ou seja: deve ser alfabetizado do ponto de vista digital. Assim, o mundo da tecnologia também se configura como uma forma de inclusão social. A aprendizagem da informática e o acesso às novas linguagens de comunicação e informação não só possibilitam oportunidades econômicas, de geração de renda, como também representam um importante capital social. (BAGGIO, 2000, p. 16)³²⁸.

³²⁸ BAGGIO, Rodrigo. A sociedade da informação e a infoexclusão. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 16-21, maio/ago. 2000.

Parte 3 – O CDI – SP

3.1 O CDI-SP em Rede

Em 1993, foi criada a *Jovemlink*, um serviço de boletim *on-line* (BBS) que buscava dar aos jovens das comunidades de baixo poder aquisitivo a oportunidade de debater assuntos como meio ambiente, direitos humanos e cidadania. A idéia era, literalmente, fruto de um sonho que eu tivera e que me deixou impressionado. Nesse sonho, eu via jovens e crianças pobres usando o computador para discutir seus problemas. (BAGGIO, 2000, p. 17, *grifo nosso*).

O CDI-São Paulo faz parte da Rede do Comitê pela Democratização da Informática, cuja matriz fica no Rio de Janeiro e essa se organiza nacionalmente e internacionalmente, sendo filiada à ABONG³²⁹, mantém relações diretas com os grupos e organizações locais, diferentemente do CDI Nacional, que foi constituído juridicamente para arrecadar recursos, firmar convênios e viabilizar os projetos dos CDIs Regionais. Todavia, o CDI-SP é uma filial do Nacional: um “braço da matriz em São Paulo”.

Para a compreensão, entre outros aspectos, da natureza do trabalho específico do CDI-SP, das condições e dos desafios postos à utilização da Internet, é importante situá-lo no contexto da Rede CDI e, principalmente, das idéias do criador dessa ONG: Rodrigo Baggio. Em seguida haverá a exposição de idéias mais específicas sobre o trabalho do CDI-SP.

3.1.1 O Bill Gates da Favela³³⁰

Desde criança, Rodrigo Baggio teve envolvimento com a área de informática, aprendendo sozinho, aos 12 anos, programação de *software*. Seu fascínio pela informática, somado à sua inserção como coordenador voluntário em programas esportivos

³²⁹ ABONG. Informes ABONG, São Paulo, n. 148, 9 a 15 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2003.

³³⁰ Segundo a publicação UpdaTe, sob o título “O Risco da Exclusão Digital”, de 1 ago. 2000, por seu trabalho que aliou informática e cidadania, Roberto Baggio ganhou o apelido de “Bill Gattes” da favela.

para meninos de rua das favelas do Rio de Janeiro e, nessa mesma cidade, a experiência como auxiliar na administração de um escritório de uma reserva extrativista da Amazônia; o trabalho como programador em uma empresa de consultoria empresarial; o breve período em que estudou Ciências Sociais e a fase em que abriu uma empresa de integração entre informática e sistemas, desenvolvendo *softwares* educativos para escolas nas áreas de astronomia, anatomia e biologia, foram alguns dos aspectos que marcaram sua trajetória e abriram horizontes para que desenvolvesse sua meta de “ensinar” computação e cidadania³³¹.

Em 1993, com a criação da *Jovemlink*, um BBS que buscava dar aos jovens das comunidades de baixo poder aquisitivo a oportunidade para o debate de temas sobre meio ambiente, direitos humanos e cidadania, Baggio constatou que as favelas para as quais o projeto era direcionado não participavam da iniciativa, já que não possuíam equipamentos necessários³³². A campanha “Informática para Todos”, que contou com o apoio de voluntários como também do IBASE e da ONG Viva Rio, arrecadou computadores e os repassou para centros comunitários. Todavia, uma outra dificuldade enfrentada foi que os computadores arrecadados apresentavam defeitos e eram, conseqüentemente, inutilizados³³³.

O sonho que teve em certa noite e que relatara a outras pessoas, de ver crianças pobres usando computadores para discutir sua realidade, era descartado como maluco. Graças à sua persistência, ele encontrou apoio em uma Igreja Católica na favela Dona Marta, que cedeu um espaço para ele iniciar sua escola no ano de 1995. Uma grande loja de roupa doou cinco computadores de última geração e a ONG local Grupo Eco coordenou o trabalho na favela Dona Marta. A mídia local e nacional cobriu a inauguração da escola, dando ao projeto a publicidade que ele precisava. Para garantir o funcionamento do trabalho, Ricardo Baggio recrutou voluntários para treinar no uso das ferramentas de informática os professores locais que deveriam ensinar as pessoas que estavam inscritas,

³³¹CONSTANCE, Paul. Magnata da informática em busca de lucros sociais no Brasil. Disponível em:< <http://www.iadb.org/idbamerica/Archive/stories/2000/por/1-2n.htm> >. **BID América**, jan./fev. 2000. Acesso em: 25 maio 2005.

³³² BAGGIO, 2000, p. 17.

³³³ Ibid., p. 17.

sendo essas, principalmente, jovens. O curso ensinava a trabalhar com aplicativos básicos de informática, processadores de texto e planilhas. Com o aprendizado das planilhas, processavam os indicadores da saúde local e usavam os processadores de texto para imprimir boletins e panfletos comunitários. No início da instalação das EICs, Baggio buscou parcerias junto às companhias telefônicas para que doassem equipamentos necessários à conexão das escolas à Internet³³⁴.

Baggio tem muito claro o momento histórico do nascimento, desenvolvimento e de como operacionalizar sua proposta, considerando a sociedade emergente, ao salientar:

O ingresso da humanidade na Era da Informação é um fato, mas ainda apenas para uma pequena parcela da população. As novas tecnologias, em particular a Internet, vieram para ficar e já começaram a alterar o comportamento da sociedade – como um dia fizeram o telefone, o rádio e a TV. Há cem anos, ninguém imaginava que o desenvolvimento tecnológico nos daria a alcunha de Sociedade da Informação. Agora temos uma infinidade de soluções digitais cada dia mais surpreendentes e avançadas. Entretanto, devemos estar mais atentos para não nos iludirmos confundindo progresso com pirotecnia. Se esse conhecimento acumulado não for compartilhado pela sociedade como um todo, corremos o risco de ratificarmos o abismo que separa os ricos dos pobres [...]. (BAGGIO, 2000, p. 16).

Às perguntas: por que informática e como o CDI trabalha? A resposta institucional é:

As Tecnologias da informação e Comunicação (TICs) representam uma atração irresistível para os jovens. A ação do CDI as utiliza como agente motivador e como instrumento para incentivar a mobilização e a ação popular nas comunidades onde estão presentes as Escolas de Informática e Cidadania (EICs)³³⁵.

³³⁴ CONSTANCE, 2000, s.p.

³³⁵ CDI. Página eletrônica com informações diversas sobre a rede CDI. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2003.

Sem dúvida que o CDI, por meio do seu idealizador, Rodrigo Baggio, quando a Internet era, em 1995, algo emergente no Brasil, colocou na pauta de discussão da mídia e por que não dizer, na sociedade brasileira, a temática da inclusão digital via apropriação dos novos códigos de linguagem da informática como uma resposta efetiva e prática. Resposta essa configurada no efeito demonstrativo e com grande força simbólica da instalação de uma EIC em uma favela. Evidentemente que, aglutinando em torno dessa informática de caráter social, principalmente focada no atendimento a jovens, aliados estratégicos como os empresários e a mídia. O CDI fez então um certo descolamento de, em suas origens, caracterizar-se como uma organização com certa distância crítica ante as políticas públicas ou ausência delas no seu campo de intervenção.

Na ótica do seu criador, a realidade das transformações na sociedade capitalista, vê a tecnologia, principalmente em sua aplicação por meio da informática, como algo externo, impactando as pessoas e coletivos sociais. Essas pessoas, pela força da Sociedade da Informação, necessitam “integrar-se” a esse modelo social emergente por meio do processo de alfabetização digital. Daí então que a superação do “apartheid digital”, principalmente de jovens, é concebida pela interação com máquinas, sendo esse um passo importante para a perspectiva de empregabilidade desse segmento social. Mas o que o CDI procura agregar como diferencial em sua proposta é a aliança entre informática e cidadania, sendo o computador o instrumento que fascina e que pode incentivar, por meio da EIC, a produção do conhecimento a partir das necessidades do seu público-alvo, da realidade local, abrindo perspectivas para a ação e a mobilização popular.

Por que há a separação, o abismo entre ricos e pobres em relação à apropriação das novas tecnologias da informação e comunicação? A resposta a essa pergunta está no nível da cultura, da educação, contudo, sem estabelecer críticas a algum modelo econômico, político ou social de um ou outro governo. Em entrevista ao jornal *La Tercera*³³⁶, quando do lançamento do CDI – Chile, Baggio frisa em relação a outras organizações sociais que “*no começo o mais difícil foi consolidar a idéia de que trabalhar*

³³⁶ CORDOVA, Marcelo. Brasileiro usa internet para lutar contra la pobreza. **Jornal La Tercera**, Santiago, Chile, 18 maio 2001.

com a tecnologia em comunidades pobres era importante porque os movimentos sociais se concentravam em dar comida e roupa”³³⁷.

Já em artigo publicado na Revista “Time”, intitulado “The Digital Revolution”, Baggio salienta que grupos e movimentos sociais usam a Internet para reforçar suas ciberações, citando o movimento Zapatista no México e o Greenpeace como organizações que compreendem o poder desta ferramenta de informação³³⁸. A opção do CDI não é de ser uma ONG que dá comida e roupa, nem agir pela Internet realizando ciberações de caráter político como fazem outras ONGs. Sua diretriz está na linha de favorecer que haja o compartilhamento da “inteligência” incorporada às máquinas com os seres humanos.

O CDI tem sua origem marcada no ideário de Rodrigo Baggio, educado na linguagem das novas tecnologias da informação e comunicação, sem história de militância política em movimentos sociais e que construiu um quadro referência para intervenção social a partir de parcerias estratégicas com empresas de capital no campo, principalmente, das tecnologias da informação e comunicação. Sendo assim, sujeitos coletivos como, as associações de moradores passaram a compor a representação da inserção do CDI no comunitário, em “lugares pobres”, “lugares de reclusão”, não tomando como eixo institucional a luta das organizações por melhores condições de vida junto ao poder público, por direitos sociais no quadro de contradições da sociedade brasileira. Mas na visão de integração das pessoas ao sistema dos novos códigos da linguagem informacional, com algum acento em temas sociais, sendo o CDI o protagonista principal.

O trabalho de Baggio ganhou grande repercussão, sendo homenageado pela ONU e pelos Banco Mundial e Interamericanos como um dos cinquenta futuros líderes da humanidade. Em 2000, o CDI recebeu da Microsoft U\$ 4,5 milhões de dólares em

³³⁷ Tradução nossa.

³³⁸ BAGGIO, Rodrigo. The real digital revolution. **Time**, Nova York, p. 60, 5 fev. 2001.

softwares. A proposta do CDI também foi exportada para países da América Latina, África e Ásia³³⁹.

No Brasil, o CDI está em 35 cidades de 20 estados e, internacionalmente, tem sua presença em 10 países³⁴⁰. O CDI tem grande potencial em termos de capilaridade nacional e internacional, o que, em termos de ação política e educativa em conexões pela Internet, abre perspectivas de intervenção na realidade, seja local ou em um escala maior (regional, nacional ou internacional).

O CDI Matriz desenvolveu um modelo de “franquia social”, no qual definiu as principais diretrizes a serem seguidas na replicação da experiência pelos Comitês Regionais criados dentro e fora do Brasil. O CDI segue certos parâmetros de uma empresa ao adotar, por exemplo, a estratégia do *franchising* social. Aliás, seu projeto de franquia foi desenvolvido pela Cherto, pioneira do *franchising* da América Latina³⁴¹.

Cada CDI Regional trabalha em parceria com organizações comunitárias locais, provendo equipamentos, *softwares* e acompanhando os coordenadores e educadores das EICs. Como responsável pela captação de recursos, o CDI Matriz firma convênios e parcerias com empresas, organizações filantrópicas e poder público para garantir o desenvolvimento dos seus projetos. A Rede CDI conta, entre outros, com o apoio de empresas como a Philips, Accenture, Microsoft, Telefônica, Esso e do Banco Interamericano e Banco Mundial³⁴².

No Fórum Econômico Mundial, realizado em 2002, foi apresentada a seguinte tese por José Maria Figueres, coordenador do evento, e apresentada no jornal O Globo: “*Os países em desenvolvimento devem colocar as tecnologias da informação e da comunicação como uma das prioridades em seus esforços de desenvolvimento para*

³³⁹ O RISCO da exclusão digital. **Update**, 01 ago. 2000. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

³⁴⁰ CDI, Página eletrônica..., Acesso em: 20 ago. 2003.

³⁴¹ LEITÃO, Miriam. Mundos paralelos. **O Globo**, 05 maio 2002. Coluna Panorama Econômico.

³⁴² CDI, loc. cit.

aumentar a categoria do seu crescimento social e econômico”³⁴³. Diante dessa afirmação, foi apresentada no Fórum Econômico Mundial a iniciativa do CDI, relatada por Baggio. No relato, Baggio destacou o quadro da exclusão digital no país, enfatizando a discrepância, em termos comparativos, do acesso maior de estudantes das escolas privadas em relação às públicas; além do fato de muitas escolas públicas não terem acesso à eletricidade; sofrerem déficits em termos de bibliotecas e da disposição de linhas telefônicas e o acesso desigual à Internet entre as classes sociais, arrematando:

Desse pequeno grupo, 80% são da classe alta, 6% da classe média e o restante de classes de menor ingresso. É preciso aumentar drasticamente o número de pessoas com acesso direto ou indireto à internet. Do contrário, o Brasil jamais conseguirá dar um salto qualitativo em desenvolvimento social e econômico³⁴⁴.

Baggio, na visão da sociedade que preconiza, mesmo reconhecendo condições infra-estruturais precárias e apropriações desiguais no campo das novas tecnologias da informação e comunicação, estabelece o parâmetro da superação do “apartheid digital” pelo crivo do acesso às tecnologias da informação, principalmente, a telemática, como símbolo para que o país cresça em desenvolvimento científico e tecnológico.

Contudo, a divisão da sociedade em classes e a apropriação das novas linguagens não são observados pelo prisma do econômico determinando a posição social das pessoas na estrutura das sociedades, mas o capital cultural sendo importante nesse posicionamento.

³⁴³ PASSOS, José Meirelles. Exclusão digital pode barrar desenvolvimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 fev. 2002. Caderno Especial sobre o Fórum Econômico Mundial/Fórum Mundial Social.

³⁴⁴ PASSOS, 2002.

3.1.2 CDI em São Paulo: a Vinculação ao CDI Matriz e à Câmara Americana do Comércio

O objetivo e a atuação do CDI-SP são os mesmos definidos pela Matriz: promover a inclusão digital de populações menos favorecidas como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania³⁴⁵.

A criação da ONG em São Paulo remonta o ano de 2000, por iniciativa de Rodrigo Baggio junto à Câmara Americana de Comércio (AMCHAM), atuando na área da Grande São Paulo e entorno desde 2001. Até a data de sua criação legal como filial do CDI Matriz (26/9/2002), funcionou vinculado juridicamente à AMCHAM, como um projeto social desenvolvido por essa organização³⁴⁶. O CDI-SP não possui estatuto próprio, regendo-se pelas normas estatuídas pelo CDI Matriz. Daí, então, o CDI-SP estar mais próximo da Matriz que outros regionais.

À época da implantação do CDI-SP, as dificuldades referiam-se à “vida dupla” da ONG, ora reportando-se à AMCHAM, pela vinculação jurídica, ora ao CDI Matriz, pela constituição do Comitê Regional que passava a funcionar como sua filial³⁴⁷.

A equipe do CDI-SP tem 19 pessoas em seu quadro de pessoal e conta ainda com cerca de 600 voluntários, atuando na área de manutenção e capacitação de educadores. A coordenação do CDI-SP é realizada por Rodrigo Alvarez, formado em Administração de Empresas e que atua também desenvolvendo atividades do CDI-Matriz. Além do coordenador regional, o CDI conta com três coordenações de área: projetos, pedagógica e logística e voluntariado. É importante destacar, pela função de ligação entre o CDI-SP e as EICs, a coordenação pedagógica. A coordenação pedagógica é realizada por Fátima Oliveira, graduada e mestra em Ciências Sociais. Ela teve uma experiência de inserção em

³⁴⁵ CDI. Página eletrônica com..., Acesso em: 20 ago. 2003.

³⁴⁶ IDECA. Comitê para Democratização da Informática: avaliação externa. São Paulo, nov. 2004. 3 v. Relatório por estados. p.3.

³⁴⁷ IDECA, 2004, p. 5.

projetos de educação popular e de militância junto aos movimentos sociais em Natal (RN)³⁴⁸. Vale salientar que na equipe do CDI-SP havia um coordenador de comunicação, mas essa função passou a ser exercida em parceria com o CDI Matriz. Cada coordenação conta com o apoio de assistentes³⁴⁹.

3.2 A Internet no CDI-SP

O pessoal do CDI-SP se utiliza de computadores com acesso à Internet. Na sede do CDI-SP há uma sala com vinte e um computadores que são utilizados no processo de formação dos coordenadores e educadores das EICs³⁵⁰.

Segundo Rodrigo Alvarez:

[...] a Internet é uma ferramenta de vital importância para o funcionamento do CDI, sendo utilizada para comunicação com o CDI Matriz, as EICs e o público externo que demanda informações, assim como para pesquisas referentes ao trabalho que desenvolvem. (IDECA, nov. 2004, p. 4).

O CDI-SP usa dos meios eletrônicos como o e-mail para se relacionar tanto internamente quanto externamente. Uma avaliação do trabalho da ONG apontou para o fato de que os recursos da Internet poderiam ser melhor aproveitados, sobretudo, com vistas à capacitação das equipes regionais³⁵¹. O CDI Matriz utiliza em sua rede um ambiente virtual chamado *Quick Place*³⁵², considerado pouco atraente e demorado, mas que, mesmo assim, poderia ter uma melhor utilização³⁵³.

³⁴⁸ OLIVEIRA, Fátima. **Entrevista**. São Paulo : 11 mar. 2005. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

³⁴⁹ IDECA, 2004, p.12-14.

³⁵⁰ Cada EIC tem um coordenador e um educador.

³⁵¹ IDECA, 2004, p. 17.

³⁵² O *Quick Place* é um *software* utilizado na Internet para a construção de ambientes colaborativos, propiciando a publicação de documentos *Word*, *Excel*, *Power Point* e HTM, conta ainda com biblioteca, banco de dados integrados, sistema de gerenciamento de conteúdo, sistema de administração de equipe, espaço para discussões em salas de bate-papo. Em suma, é uma ferramenta que possibilita o compartilhamento de informações de projetos desenvolvidos (arquivos, idéias, programações). Essas

O *QuickPlace* foi doado pela IBM ao CDI Matriz em dezembro de 2001, porém, somente a partir de outubro de 2003 a Rede adotou a ferramenta para o trabalho colaborativo entre os Comitês³⁵⁴. A partir dessa doação foram ocorrendo descobertas para novas aplicações de programas de computador doados em âmbito local e a perspectiva que se abriu para a Rede CDI foi:

No longo prazo, o ambiente de colaboração a distância deve ser usado para criar uma comunidade digital internacional, integrando as escolas do CDI e permitindo que as comunidades implementem a produção de conteúdo local. A plataforma será usada para criar uma TV e uma rádio on-line, permitindo disseminar o conteúdo digital produzido pelas escolas e pela rede CDI. (CRUZ, 2004, p. 85-86).

Nem sempre uma boa aquisição tecnológica significa sua condição de uso efetivo em uma ONG. Mesmo com o apoio de empresa da área de informática e tecnologia com doação de softwares para o trabalho cooperativo em Rede e com a capilaridade que a ONG tem no Brasil e no exterior, a Internet no CDI é mais utilizada para troca de mensagens em meio eletrônico do que para implementação de projetos educativos e de intervenção política a distância.

3.2.1 As Escolas de Informática e Cidadania

Para a compreensão da relação que se mantém entre o CDI-SP e as EICs e, principalmente, as condições que se tem para o uso da Internet, o quadro a seguir apresenta a natureza dessas escolas e como elas se estruturam.

informações estão disponíveis em:
http://www.sobopec.org.br/QuickPlace/tutorial/Main.nsf/h_Instructions/776B31F14C605D5C0525670800167204>. Acesso: 1 maio 2005.

³⁵³ IDECA, 2004, p. 17.

³⁵⁴ CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo : Instituto Ethos, 2004.

As EICs estão situadas em diferentes áreas geográficas de São Paulo e se distribuem em 03 categorias: comunitárias, públicas e vinculadas a empresas privadas³⁵⁵. O quadro a seguir apresenta a distribuição das EICs de acordo com a sua natureza e situação de funcionamento.

EICs em funcionamento na região do CDI-SP, por município e natureza				
Município	Natureza			Total
	Comunitária	Pública	Empresa	
São Paulo – Capital	25	15	04	44
Cotia	02			02
São Bernardo do Campo	03			03
Embu-Guaçu	01			01
Osasco	01			01
Taboão da Serra	01			01
Mauá			01	01
Itaquaquecetuba		01		01
Total	33	16	05	54

Pelos dados da tabela, há a predominância das EICs de base comunitária (61%), quase 30% delas são públicas e apenas 9% são mantidas por empresas. As EICs de base comunitária são aquelas que estão, entre outras, sob a responsabilidade de associações comunitárias, associação evangélica, lar de apoio a crianças, creches. Já as de natureza pública estão localizadas em escolas públicas, Fundação de Apoio e Bem-Estar do Menor – FEBEM, sistema prisional. As de caráter privado estão dentro da empresa, por exemplo, a EIC da Unisys e Philips. O arco das relações do CDI-SP é extremamente amplo do ponto de vista do alcance social: crianças e jovens da FEBEM, pessoas que estão no sistema prisional, jovens em comunidades de baixa renda, estudantes de escolas públicas. Números

³⁵⁵ IDECA, 2004, p. 19.

muito aproximados indicam que o CDI-SP atingiu, no primeiro semestre de 2004, cerca de 3.300 pessoas³⁵⁶.

O CDI-SP faz parceria com as organizações e os recursos financeiros para a manutenção das EICs advêm dos mantenedores, apoiadores³⁵⁷, organizações comunitárias, governos e de contribuições voluntárias e simbólicas efetuadas pelo público que frequenta as EICs³⁵⁸. Vale ressaltar que, em 2004, 75% dos recursos financeiros do CDI-SP foram conquistados através de parcerias estabelecidas pelo CDI Matriz, já que a ONG em São Paulo é filial e atua em conjunto com a direção nacional da Rede. Ao contrário de outras ONGs que contam com recursos de agências de cooperação internacional, para o CDI vem o apoio decisivo, principalmente, das empresas.

Quando as EICs são implantadas, elas recebem em comodato dez computadores, uma impressora, um scanner, além da licença para uso dos *softwares*³⁵⁹.

3.2.2 A Alfabetização Digital e Ação Digital

Além do hibridismo originário na criação do CDI em SP, isto é, a relação ora ao CDI Matriz, ora à AMCHAM, a ONG enfrentou crise em São Paulo na relação entre integrantes do regional e a direção Matriz, chegando ao ponto de existirem no estado duas organizações com nomes semelhantes: o CDI-SP e o CDISP. O CDI-SP afirmando ser o

³⁵⁶ IDECA, 2004, p. 27.

³⁵⁷ Destaco entre os mantenedores empresas como Microsoft, Accenture, PrincewaterhouseCoopers, Visanet, Alcatel e entre apoiadores a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo e o Instituto Ethos. O primeiro bloco patrocina institucionalmente com recursos financeiros e equipamentos para as EIC. O segundo bloco auxilia, entre outras coisas, com cessão de espaço físico, participa da mobilização para adquirir computadores para as EIC.

³⁵⁸ IDECA, 2004, p. 6.

³⁵⁹ Ibid., p. 23.

CDI, porém, filiado à Matriz³⁶⁰. O CDISP se posicionando como voltado para a ação digital em contraponto à “franquia” CDI, portanto, desvinculado de uma Matriz³⁶¹.

A crise nas relações entre integrantes do CDI no estado de São Paulo e a Matriz são expostos por dois integrantes das diferentes organizações: Ricardo Kobashi, coordenador do CDISP e Rodrigo Alvarez, coordenador do CDI-SP³⁶². No centro da crise, aspectos relacionados ao modelo do CDI³⁶³.

Ricardo Kobashi afirma que não gosta de ser chamado de dissidência do CDI Nacional e nem de CDI do Kobashi, frisando que o que ocorreu foi que o CDISP foi expulso ou “pretensamente” expulso da Rede CDI pelas críticas e discordâncias ao modelo de CDI que se gestou e se desenvolveu sob a direção de Rodrigo Baggio³⁶⁴. Já Rodrigo Alvarez, do CDI-SP, acentua que o que ocorreu foi um descredenciamento, já que atitudes políticas³⁶⁵ e questões que diziam respeito ao porquê o CDI era CDI interferiram no desenvolvimento da proposta.

O CDISP reivindica ser o CDI originariamente criado em São Paulo. Aliás, enquanto há o registro do CDI filiado à Matriz, frisando o nascimento da organização no

³⁶⁰ Para efeito de diferenciação, designo CDI-SP o que é filiado à Rede CDI e CDISP o que é coordenado por Ricardo Kobashi. Ressalto que o foco da exposição recai sobre a primeira organização, considerando sua antecedência histórica no ideário de Rodrigo Baggio e em termos da atuação em rede.

³⁶¹ Esse comentário foi feito por Hernani Dimantas, membro do Conselho do CDISP, em nota intitulada “Comitê para a Democratização da Informática”, disponível em: <<http://www.marketinghacker.com.br/index.php?itemid=2820>>. Acesso: 1 fev. 2005.

³⁶² Esse elemento da crise envolvendo integrantes do então constituído CDI e o CDI Matriz não consta no relatório de avaliação externa implementada pelo IDECA, em novembro de 2004, sendo essa identificada em fontes complementares de pesquisa.

³⁶³ Nessa crise, destaco aspectos mais relacionados à questão da alfabetização digital, computador e Internet, principalmente, articulados à dimensão política e educativa do uso das ferramentas informacionais, não entrando em outros detalhes como gestão econômico-financeira das EICs, aspectos da filiação partidária ou não dos agentes envolvidos na crise, ressaltando esses elementos, quando necessário, em notas de rodapé.

³⁶⁴ KOBASHI, Ricardo. CDISP. In: EDUCAR 2002. **Informática comunitária: casos concretos**. São Paulo : USP, Cidade do Conhecimento, 28 nov. 2002. Áudio 118’05. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/multimedia/m12a7.php>>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁶⁵ Para pesquisas posteriores sobre a “suposta” relação entre ONGs e Partidos Políticos que, aliás, não é objeto dessa tese, é que acentuo o conteúdo a seguir. Pela fala de Rodrigo Alvarez, as atitudes políticas eram de caráter partidário. Explicitamente esse afirmou que o descredenciamento não ocorreu pela opção político partidária de pessoas do CDISP ao Partido dos Trabalhadores – PT, já que o próprio CDI defende que todas as pessoas tenham sua postura política (ALVAREZ, 2002). Por outro lado, Kobashi (2002) afirma que a alegação feita para o descredenciamento foi que os integrantes do CDISP faziam política partidária nas EICs, o que foi negado por esse.

ano de 2000³⁶⁶, o CDISP acentua seu nascimento a partir de 1996, “inspirado” no CDI criado por Rodrigo Baggio e contando com o apoio da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida (fundada por Betinho), e que, em abril de 1996, criou o primeiro Núcleo de Informática, Educação e Cidadania, no Centro de Profissionalização de Adolescentes “Pe. José Bello dos Santos”³⁶⁷. Além desse aspecto, em termos históricos, os dois CDIs reconhecem que seguem o conteúdo da Proposta Política Pedagógica³⁶⁸ desenvolvido em parceria com a colaboração do Núcleo de Informática Aplicada à Educação – NIED, da Universidade de Campinas – UNICAMP³⁶⁹. Esse conteúdo aponta para a contextualização da intervenção e indica uma metodologia de trabalho junto às EICs com foco na Pedagogia de Projetos³⁷⁰, tendo como referencial as idéias do educador Paulo Freire. Na contextualização apresentada no documento, acentuam-se as modificações ocorridas no cenário mundial com as novas tecnologias da informação e comunicação; a reestruturação produtiva e o novo perfil profissional; a informática e o mercado de trabalho e conclui frisando que o “[...] CDI busca o desenvolvimento de habilidades voltadas para o manuseio de **software** básicos, tais como **Windows, Word e Excel**, tendo como contexto a sua utilização dentro das novas relações de trabalho que se estabelecem e um aprofundamento das discussões em torno do tema da Cidadania”(grifos do autor)³⁷¹.

A cidadania é assumida conceitualmente como o direito a compartilhar dos bens materiais (alimentação, moradia, vestimenta); dos bens culturais (valores, crenças, maneira de pensar, agir e interpretar o mundo) e dos bens sociais (relações entre as pessoas que passam pelas relações de poder) e, acima de tudo, o cidadão é aquele que possui uma

³⁶⁶ IDECA, 2004, p.3.

³⁶⁷ CDISP. História do CDISP. Disponível em:<<http://utopia.com.br/cdi/conheça/historia.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁶⁸ Fátima Oliveira ressaltou que a proposta está sendo discutida por uma comissão representativa dos Comitês Regionais do CDI e que poderá sofrer alterações. O resultado dessa discussão será apreciado em Encontro Internacional do CDI.

³⁶⁹ Esse conteúdo foi desenvolvido antes da “expulsão” dos integrantes do CDISP da Rede CDI.

³⁷⁰ Como o objetivo aqui não é fazer um estudo sobre a concepção pedagógica e metodológica de intervenção do CDI, focalizarei a exposição no que tem relação direta com a perspectiva da relação entre o lugar (comunidade etc) e o espaço virtual, particularmente, no que se refere a Internet.

³⁷¹ CDISP. Contextualização: novas tecnologias e globalização. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/proposta/contexto.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

consciência crítica a respeito da vida em sociedade³⁷². Em Freire (1995) buscou-se a afirmação de que a educação cria a cidadania, sendo difícil construir essa última sem a primeira. Assume-se, teoricamente, que a educação sozinha não faz a cidadania, mas sem ela não se a faz. Ainda toma-se a idéia de que a educação não é a chave da transformação mas é indispensável³⁷³. Dessa forma, o lugar em que o sujeito se insere é referência importante para a reflexão sobre a realidade social dentro de um contexto sócio-político e visando a elaboração de propostas que apontem para a transformação social.

Na metodologia da Pedagogia de Projetos, o conteúdo das reflexões realizadas pelo educador, educandos e comunidade transforma-se em projetos desenvolvidos sobre temas específicos oriundos da realidade dos educandos. O conteúdo específico de informática incorpora-se ao processo de formação, por exemplo:

[...] um grupo desenvolve um Projeto de Trabalho sobre o lixo e detecta a necessidade de construir uma tabela para fazer um levantamento da quantidade de lixo produzida durante um mês por uma determinada família. Se esse grupo não souber usar a ferramenta computacional para construir uma tabela, esse é o momento de fazer uma pausa no Projeto de Trabalho e realizar um módulo de aprendizagem cujo conteúdo será a elaboração de tabelas usando a ferramenta computacional³⁷⁴.

A diretriz dessa proposta aponta para submeter à técnica, no caso, o uso da informática como ferramenta, um significado social e político socialmente construído e compartilhado coletivamente.

A proposta do CDI reconhece que os educandos das EICs podem ter expectativas e necessidades diferenciadas, daí que os caminhos escolhidos por esses para a elaboração dos projetos de intervenção poderão ser diferentes em cada realidade em que

³⁷² Esse conceito de cidadania foi buscado em Severino (1992) e é citado literalmente no documento Proposta político-pedagógica: construção da cidadania. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/proposta/propostapp.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁷³ O conceito de educação de Freire (1995) é citado no documento Proposta político-pedagógica: construção da cidadania. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/proposta/propostapp.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁷⁴ CDISP. Pedagogia de projetos: introdução. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/projeto/index.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

estão instaladas³⁷⁵. Na Pedagogia de Projetos o educador exerce papel importante, considerando que sua intervenção deverá se dar no sentido de criar propostas para além das paredes da instituição, integrando, entre outros recursos, a Internet³⁷⁶.

Para cada ferramenta computacional desenvolvida nas EICs elege-se uma questão desencadeadora que se desdobra em um eixo temático principal e outro complementar. Alguns exemplos³⁷⁷:

Ferramenta Computacional	Questão Desencadeadora	Eixo Temático
Introdução ao Windows	Cidadania	Principal: O que é cidadania
Editor de planilhas	O homem e suas relações	Principal: Geração de renda a partir do lixo. Complementar: custo de vida
Internet	O homem e a comunidade no espaço global	Principal: O cidadão comunicando-se com o mundo

Ricardo Kobashi destaca alguns pontos que contribuíram e se somaram à crise na ONG, ao destacar:

³⁷⁵ CDISP. Pedagogia de projetos: características dos projetos de trabalho. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/projeto/carac.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁷⁶ CDISP. Pedagogia de projetos: projetos de trabalho - pesquisa, sistematização e produção. Disponível em: <http://cdisp.org.br/pedagogico/projeto/4_pesq.htm>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁷⁷ CDISP. Pedagogia de projetos: temas de projetos. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/projeto/temas.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

[...] depois que [o documento] ficou pronto, a primeira coisa que a gente fez foi criticar o conteúdo pedagógico porque não levava em conta o uso da Internet. Ao final desse trabalho o uso da Internet era precário. Foi um remendo o uso da Internet. Como a gente a sabe, a explosão da Internet foi muito rápido e o NIED não estava preparado para isso. Ao invés de investir, desenvolver pra valer, o que seria utilizar a Internet para essas comunidades, foi feito um remendo no uso, não de Internet, mas de como usar um navegador. Ao invés de como explorar as possibilidades da tecnologia da informação colocando uma comunidade em acesso, em conexão com o resto do mundo³⁷⁸.

Rodrigo Alvarez reconhece que a questão do acesso à Internet é relevante e é encarada como calcanhar de Aquiles do CDI, já que significativa parte das EICs não tem conexão com a grande rede³⁷⁹. Em 2004, 42% das EICs do CDI-SP tinham conexão com a Internet e não havia um acompanhamento sobre o como e com que finalidade essa ferramenta estava sendo utilizada nas EICs³⁸⁰.

Rodrigo Alvarez ainda enfatiza:

A gente sabe que é importante ter o acesso à Internet em todas as escolas. Agora, também importante é a gente começar e dar um primeiro passo na montagem de uma EIC. [...] Vários projetos de desenvolvimento comunitário surgiram a partir do desenvolvimento de EIC em comunidades que não tinham o acesso à Internet. Agora, estamos estudando milhões de formas para prover o acesso à Internet³⁸¹.

Fátima Oliveira aponta duas condições para que o CDI-SP se utilize da Internet. Uma dessas condições é a estrutura física para a conexão das EICs³⁸². Uma

³⁷⁸ KOBASHI, 2002.

³⁷⁹ ALVAREZ, Rodrigo. CDI. In: EDUCAR 2002. **Informática comunitária**: casos concretos. São Paulo : USP, Cidade do Conhecimento, 28 nov. 2002. Áudio 118'05. Disponível em:<<http://www.cidade.usp.br/multimedia/m12a7.php>>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁸⁰ IDECA, 2004, p. 23.

³⁸¹ ALVAREZ, Rodrigo. CDI. In: EDUCAR 2002. **Informática comunitária**: casos concretos. São Paulo : USP, Cidade do Conhecimento, 28 nov. 2002. Áudio 118'05. Disponível em:<<http://www.cidade.usp.br/multimedia/m12a7.php>>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁸² Mais à frente há aspectos que tratam diretamente das questões que vinculam a problemática do acesso à Internet pelas EICs.

segunda condição é que a cultura de utilização só existirá se houver exercício. Como ela bem esclarece:

Se você não tiver acesso, você não vai ter exercício. Primeiro, é necessário o acesso à ferramenta. Segundo, é necessário a capacitação da equipe. [...] Como meta, a gente está nesse caminho. [...] A gente está verdinho, entendeu? A gente não consegue ainda trabalhar com o virtual. No CDI, a gente tem uma lista [de discussão virtual]. Mas a gente acaba usando **a lista**. A gente quase não entra no site do CDI. Por exemplo, o CDI tem a plataforma *QuickPlace* mas a gente quase não usa. Você vai lá, tem um ou outro coordenador ou uma pessoa que cuida. [...] A plataforma é para discussão e tem também banco de dados, banco de recursos e lista de discussão. Tem espaço de interação. Tem tudo! Mas a gente esquece isso! Todo mundo esquece! A prática é a lista! [...] A gente acaba concentrando nossas energias na lista. A lista é fundamental pra gente. Eu acho que essa cultura acaba também sendo a cultura das EICs. Porque a gente não fomenta isso. Não provoca de outra maneira. Então, a gente acaba passando essa cultura para as EICs [...] Assim, a questão da distância se resume a listas. (OLIVEIRA, Entrevista, grifo nosso).

Trabalhar as dimensões da intervenção social e política presencialmente, considerando os limites da realidade em que estão os sem-conexão à Internet ou abrir EICs já focadas na concepção de articulação entre o presencial e o a distância por meio da grande rede? Acesso ativo em redes para a ação cidadã ou acesso passivo para apropriação de parte da inteligência incorporada às máquinas? Trabalho político e social em torno da EIC ou além EIC em uma escala maior, por exemplo, municipal, nacional ou global? Quem decide e qual o conteúdo da ação em uma conexão ativa pela Internet? Quê projeto de sociedade se (re)produz com a alfabetização digital? Parece-me que essas são algumas questões que perpassaram a crise interna do CDI em São Paulo. De certa forma, essa crise expressou, por parte do grupo que se retirou da Rede CDI, a crítica à identidade e ao modelo de ação instituído pela ONG.

Internamente, o CDI-SP tem limites na incorporação do trabalho mais sistemático a distância por meio da Internet, envolvendo os seus integrantes e esses em relação ao público-alvo, apesar do uso do e-mail. Ao se introduzir uma ferramenta virtual

em uma ONG, essa corre o risco de se tornar alienígena quando há a ausência de uma direção intelectual para o uso do meio e avaliação contínua do projeto que se quer instituir. É exemplo significativo disso o uso limitado do *QuickPlace* no CDI-SP, mesmo que essa ferramenta tenha suas deficiências tecnológicas. O caráter alienígena, quase estranho à organização, passa a ser utilizado episodicamente. Outro aspecto que chama a atenção, para uma ONG do porte do CDI que trabalha em Rede no eixo “Informática e Cidadania”, é que a página eletrônica da organização é algo que reflete o quanto o espaço virtual não é privilegiado para interação e intervenção política e social. De outubro de 2004 a junho de 2005, a página do CDI-SP na Internet não recebeu nenhuma atualização e nem havia qualquer informação se estava em manutenção.

Junto ao público-alvo, os sujeitos do CDI-SP reproduzem, idiossincraticamente, pela ausência do discurso e uso mais sistemático, as possibilidades de compatibilizar, complementar, o trabalho a distância por meio da Internet junto aos coordenadores, educadores e educandos das EICs. O olhar para o computador acentua-se como máquina em que se aprende informática básica com algum conteúdo social. O acesso ativo, que passa pela publicação em espaços virtuais, fica condicionado ao limite do usuário local. O CDI-SP convive, mesmo nas EICs que têm acesso à Internet, com o desafio de promover informática e acessibilidade com produção local, expressão e memória da cultura local em espaços virtuais na grande rede.

Fátima Oliveira afirma que a articulação entre a Escola Informática e Cidadania e o espaço do virtual, por meio da Internet, não existe de fato. Há uma promessa de que este exercício de conexão à Internet ocorra. Problemas relacionados à estrutura do CDI-SP e da própria cultura do presencial são ainda fortes e fazem com que a “*exigência das redes seja a de está lá [na EIC] e que se esteja[também] aqui [na sede da entidade]. Então, a exigência é muito presencial*”. Se por um lado essa exigência do face-a-face permite um contato mais próximo, uma visão “in loco” das condições em que a proposta de Informática de Cidadania é trabalhada, por outro, há certas interdições em desenvolver de forma contínua um fluxo informacional em redes virtuais com o público-alvo das EICs, que já tem conexão a Internet.

Mas as interdições para desenvolver iniciativas de caráter educativo e político pela Internet têm também relação com aspectos extrínsecos à realidade da organização. Até que ponto há relação entre a expectativa por parte de uma ONG para que ocorra, primeiramente, a massificação do processo de acesso a Internet para que essa defina diretrizes de trabalho que envolve a intervenção política e educativa por meio dessa ferramenta? Por vezes, as justificativas para desenvolver ou não projetos e iniciativas pela Internet encontram abrigo na mesmo argumento: o “fosso digital” que separa os ricos e os pobres do acesso à informação na Internet. Fátima Oliveira tece considerações sobre o aspecto do acesso e seu uso por determinados segmentos sociais:

O acesso é só entrar na Internet? É só pegar o computador? O que é acesso? Então pra mim, pessoalmente, o acesso ele teria que ser ativo. O que é ser ativo nesse processo? Pra mim, é você estar usando a ferramenta para estar fazendo alguma coisa que faz com que a sua comunidade, o seu local, venha se desenvolver. Então, eu vejo assim: essa discussão de inclusão digital está nos [grandes] centros e é fundamental. [...] as coisas acabam se concentrando no Rio e São Paulo. Brasília acaba tendo um braço por causa do Governo Federal que está ali colocado. [...] Eu vejo que a informação é de suma importância para você que está construindo um mundo melhor. Você está mudando e fazendo uma transformação na sociedade. E se você não tem essa informação, como é que fica? Se a informação está só com a elite, como é que fica? Então, eu acho que é importante. E o CDI tem este papel. De estar comentando isso com a sociedade. Estar discutindo. Estar trazendo, inclusive, alternativas práticas de mudanças neste sentido, já que trabalha com a proposta da inclusão digital. (OLIVEIRA, Entrevista).

A informação é apropriada, por meio da Internet, de forma desigual. E essa desigualdade está circunscrita também ao lugar e a determinados estratos sociais no que se refere às possibilidade de acesso e conexão. De certa forma, ganha mais corpo se falar em inclusão digital em grandes centros urbanos, ou até mesmo em cidades de médio porte, do que naquelas que vivem situação de quase isolamento social. O acesso às informações, e a perspectiva de agir, de criar, em relação às informações, tem relação com o território social em que se disseminam e com o grau de apropriação das classes sociais às possibilidades de efetivar comunicação, acessar e disseminar informações pela Internet.

Outro aspecto crítico levantado por Ricardo Kobashi que se circunscreve ao modelo do CDI³⁸³, refere ao trabalho na linha da alfabetização digital.

A gente não gosta de falar em alfabetização digital. Em cursos de informática. Esses cursos ferramentais: ensinar Word, Excel etc. A gente percebeu, estatisticamente, que as pessoas faziam o curso, passa três, quatro meses, voltavam lá, por que tinha esquecido tudo. Não tinham computador pra usar. Não aplicavam em lugar nenhum. [...] O curso não resolveu a vida dela pra nada! Ela não arrumou emprego. Não melhorou a empregabilidade. [...] Ela ficou lá um tempo legal, convivendo com outras pessoas, pensou um pouco. Mas o curso em si, não resolveu! Se ao invés de Word fosse qualquer outra coisa, teria dado exatamente a mesma. A gente preferiu assumir isso. [...] A gente procura ter outras atividades em função da experiência, da vontade, da necessidade que o nosso usuário tem, do que tentar encaixar um curso nessa necessidade. (KOBASHI, 2002).

Essa crítica à alfabetização digital, tomada como apropriação das noções básicas de informática, é associada à visão de que as classes médias e alta não tiveram que estudar em escolas para acessar a Internet ou utilizar um processador de texto: *"Eles foram usando, de acordo com a necessidade, e aprendendo. Para as comunidades carentes, o processo tem que ser o mesmo sob pena de transformar algo fascinante em mais uma matéria sem função"*³⁸⁴.

Segundo Fátima Oliveira, as pessoas que iniciaram o CDI em São Paulo eram ligadas aos movimentos e organizações populares. Dessa afirmação, abstrai-se que a perspectiva do questionamento contínuo, típico de significativa parte de agentes originários ou bem próximos aos movimentos sociais, à linha política da Rede CDI, apontavam para um novo modelo de organização. Esse questionamento punha em cheque a concepção de apropriação dos códigos informacionais sem alguma ação mais substantiva do ponto de vista político e social em torno da proposta de EIC. Em suma, na raiz da crítica ao trabalho com informática estava o fato de ela, no CDI, ser o fim e não o meio para a intervenção social e política.

³⁸³ Ao referir-me ao CDI, estarei também referindo-me ao CDI-SP.

³⁸⁴ Declaração de Kobashi em artigo elaborado por Ribeiro (2002), intitulado "Inclusão digital vai muito além de um PC: acesso à informática requer iniciativas articuladas", disponível em: <http://www.correios.com.br/servicos/mostra_noticias.cfm?tiponot_codigo=1¬icia_codigo=2393>. Acesso em: 1 maio 2005.

Eu acho que na Rede não existia amadurecimento para estar discutindo, construindo e acabou que esse grupo saiu e o CDI São Paulo está em outro rumo. [...] O CDI, como lhe disse, enquanto instituição, passa por esse amadurecimento, essa busca de identidade. Antes, **a gente era vista, ainda é vista, eu acredito**, - esta desconstrução até que chegue ao resto do mundo vai ser um processo - **como o pessoal da Microsoft**. Hoje a gente tem uma postura diferente. Internamente a gente acredita no que está construindo. A gente, inclusive, [...] quer trabalhar com todos os *softwares*". (OLIVEIRA, Entrevista, grifo nosso).

A questão da identidade do CDI passa por elementos que se aproximam de um modelo de gestão empresarial com a preocupação voltada para a assistência informacional mediadora, oferecedora das possibilidades de que, principalmente, jovens das classes populares se apropriem dos códigos básicos da informática. A organização do CDI como franquia, centralizado em uma personalidade nacional, com alianças estratégicas com alguns grandes grupos da área da tecnologia da informação e da comunicação, com a força de levar algo material (computador) para uma população de baixa renda, constitui parte significativa do diferencial da ONG em relação às demais, que têm um perfil mais crítico e/ou propositivo sobre temas como a desigualdade social e a participação e controle social da gestão pública. Dessa forma, constitui-se uma imagem social do CDI-SP como de representação, no plano da inserção comunitária, da cultura que alia o "hard", a dureza da vida das classes populares que habitam lugares pobres, ao "soft" (domínio de programas básicos de informática) com a promessa da empregabilidade. Com isso, uma das imagens sociais do CDI que emerge, frente à sua associação, principalmente, com o segmento da área da tecnologia da informação e comunicação, é a do seu próprio fortalecimento institucional, bem como da disseminação positiva da imagem dessas entidades parceiras que, entre seus objetivos, querem cativar mercados de consumidores. Aliás, a imagem positiva que uma organização queira construir sobre sua filosofia é algo importante e não deve ser desprezada por qualquer segmento social.

Rodrigo Alvarez, ao discutir o tema da inclusão como política pública ou iniciativa da sociedade civil ou empresas, enfatiza que " *o tema da inclusão digital, ele é tão grande, ele é tão importante, que ele deve contar com participação e a sinergia de*

todos os setores, para que ele se resolva". (ALVAREZ, 2002). Por sua vez, Ricardo Kobashi, ao comentar o mesmo tema, afirma que cada organização:

[...] entra com sua parte, com suas idéias e objetivos em relação à parceria. E, como ONG, tenho que ter a percepção que a empresa quer ter uma base de usuário. Da mesma forma em relação ao governo. É mais barato que o cidadão utilize o computador, a Internet, para baratear a prestação de serviços do que a pessoa ir lá na instituição. Quando uma organização do poder público abre um quiosque e diz que só se pode usar ponto.gov é por que tem determinada intencionalidade. A ONG tem que saber [...] as intenções de cada um dos participantes. (KOBASHI, 2002).

Que interesses, necessidades, conteúdos se constituem numa relação de parceria entre ONGs ou entre uma ONG e empresa ou com governos? Quais as implicações dessas parcerias que se constituem? Quais critérios e críticas a ONG estabelece, respectivamente, para firmar ou romper uma relação de parceria? Alia-se a essa questão o "custo político" que uma determinada parceria pode provocar numa relação entre ONG e empresas. Custo político que pode se traduzir no abandono de uma proposta filosófica de intervenção de uma ONG em nome da sua sustentabilidade econômico-financeira.

O modelo de formação com base na idéia de "escola" ganha acento no CDI no campo da informática. A dimensão social, reproduz o modelo formal de educação. A própria coordenação pedagógica do CDI-SP tem consciência do desafio na relação entre informática e cidadania e, conseqüentemente, no projeto desenvolvido por cada EIC enquanto problematização e intervenção, o que urge repensar o próprio modelo e processo de formação dos coordenadores e educadores das EICs.

Avaliação que eu encontrei foi essa: que os projetos que eles construíam eram escolares. 'Vamos fazer um slide sobre drogas', aí ficava fazendo slide sobre drogas. Discutia um tema e fazia slide sobre alguma coisa. Acabava sendo um trabalho resultante de uma pesquisa escolar. A gente começou a questionar isso, quer dizer, eu cheguei neste momento de questionamento.(OLIVEIRA, Entrevista)

A idéia de cidadania que se expressa no CDI reporta-se ao que deveria ser de apropriação universal: a linguagem das máquinas informacionais, notadamente, o

computador e a conexão à Internet. Levar o computador para a periferia tem um apelo muito grande. Mobiliza as percepções para algo que é desconhecido enquanto domínio por um determinado segmento social. E o CDI-SP tem uma resposta prática que mobiliza essas expectativas, a princípio, vistas como não ideológicas por possíveis parceiros. Ora, se no plano da existência de uma EIC em um “lugar pobre” os desafios são grandes, em uma empresa são maiores ainda. Uma EIC desenvolvida no interior de uma empresa e que provoca os trabalhadores a problematizarem seu contexto social, a articularem, possivelmente, denúncias sobre as condições de trabalho, se não está fadada à morte prematura, resume-se às noções ferramentais de programas de informática.

3.2.3 A Campanha Megajuda

A divulgação das ações desenvolvidas pelo CDI-SP é realizada por meio de sua página eletrônica, de links que estão em páginas de outras organizações, de jornais e de revistas. Eventualmente, quando há uma motivação que justifique inserções sobre os temas inclusão digital e cidadania, há divulgação por rádio e TV. Uma campanha que ganha muito impulso no CDI-SP, como também em toda a Rede, é a “Megajuda”.

Para essa campanha o CDI-SP arregimenta voluntários, empresas, organizações e comunidade com o objetivo de arrecadar computadores e outros equipamentos de informática para que possam ser destinados à manutenção ou diretamente enviados às EICs³⁸⁵. Na página eletrônica da “Megajuda” há a relação das EICs com endereço e pessoa responsável para ser contactada. Assim, o usuário da Internet – provável doador - tem a possibilidade de ter mais algumas informações sobre o lugar em que a EIC está instalada e, inclusive, poderá visitá-la. Com isso, o CDI-SP dá certa publicização, visibilidade às EICs, às empresas e à sua mobilização institucional. A campanha na Internet conta com espaço estruturado em que a pessoa se identifica e diz como participará da atividade: se doando computadores e/ou periféricos como pessoa física ou como pessoa

³⁸⁵MEGAJUDA. Informações diversas sobre a megajuda. Disponível em: <<http://www.megajuda.org.br/>>. Acesso 01 maio 2005.

jurídica ou ainda se quer participar como voluntário ou quer adotar uma EIC³⁸⁶. A primeira campanha Megajuda foi realizada em 2000 com a AMCHAM e obteve os seguintes resultados: envolveu a mobilização de 30 empresa; 45 voluntários; 906 computadores arrecadados; 64% dos computadores aproveitados e um total de 34.800 pessoas beneficiadas. Já na campanha de 2002, houve um salto nos indicadores: 66 empresas mobilizadas; 785 voluntários mobilizados; 2.351 computadores arrecadados; 1.255 computadores aproveitados e 75.300 pessoas beneficiadas³⁸⁷.

O lançamento da campanha Megajuda é realizado, geralmente, na sede de uma empresa. A campanha de 2004 foi realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP³⁸⁸, reunindo Rodrigo Baggio, o CDI-SP e representantes de empresas. A programação da campanha de 2004 contou com a participação de alunos das EICs na sede da FIESP que fizeram depoimentos sobre a importância dessas escolas. Nos depoimentos, os ex-alunos destacaram, respectivamente: a conquista do primeiro emprego na PriceWaterHouseCoopers, empresa do ramo tecnológico, e outro que comparou o computador a uma “máquina de sonhos”, já que abre, para jovens que moram em comunidades de baixa renda e castigados pela violência, perspectiva de futuro.

O espaço virtual é complementar às articulações que o CDI realiza para sensibilizar os empresários e arrecadar computadores. A página eletrônica da campanha Megajuda na Internet, tem o apoio de um provedor, o IG³⁸⁹.

Ricardo Kobashi, quando integrava a Rede CDI, participou da primeira campanha Megajuda e relata:

³⁸⁶MEGAJUDA, Informações diversas sobre..., Acesso em: 01 maio 2005.

³⁸⁷ Até junho de 2005, os dados da campanha referentes aos anos de 2003 e 2004, não estavam computados na página eletrônica da Megajuda. Citei os dados de 2000 e 2002 para a percepção do salto em termos de mobilização realizada pelo CDI em torno da Campanha Megajuda. Esses dados apresentados na tese estão disponíveis em: <<http://www.megajuda.org.br/>>. Acesso em: 1 maio 2005.

³⁸⁸ MEGAJUDA, loc. cit.

³⁸⁹ MEGAJUDA, loc. cit.

A gente tem de 50% a 70% de descarte, quando a gente faz uma campanha dessa. A gente acaba tendo um esforço imenso que acaba servindo mais para sensibilizar o empresariado do que para ter um retorno em equipamento.

Esse equipamento que sobra é um equipamento de baixa qualidade. É lixo tecnológico. É Pentium 100, na melhor das hipóteses, que enquanto estar servindo para a empresa, ela não descarta. Ela usa. Ela deixa lá em cima da mesa. Só na hora que aquilo vira uma tranca, que não funciona, a Internet não roda, aí esse é o momento de dar baixa no balanço, na relação de ativo. Fazer a depreciação do bem e entregar pra gente. Existem(sic) doações de computadores bons? Existem! Mas são minoria (sic). A imensa maioria são (sic) computadores são de baixíssima qualidade que o uso é precário.

Bem, agora o sujeito não tem nada. Ele tá lá na periferia. É melhor um 486, um Pentium 100, do que nada. [...] Mas eu acho que a gente não pode chamar isso de inclusão digital. [...] A gente deve chamar isso de melhor do que nada. É a melhor definição que a gente tem. Se a gente quiser fazer direito, a gente precisa de um computador bom, a gente precisa de acesso a Internet, a gente precisa de bons profissionais, não só voluntários, mas bons profissionais, bem pagos e que se mantenham durante um tempo longo no projeto pra que consigam absorver o conhecimento, consigam aprender como fazer isso e aí repassar para a comunidade. Se essa situação de alguma maneira não se monta, a gente tem um imenso melhor do que nada. (KOBASCHI, 2002).

A consciência que o CDI tem dos limites encontrados em alguns computadores reflete-se em ações como a ocorrida em 2003, quando deu uma placa às empresas que se destacaram nos quesitos qualidade e quantidade ao doar computadores³⁹⁰. Fazer inclusão digital no parâmetro do “melhor do que nada” tem relação com algo anterior: a opção do CDI por uma campanha que mais sensibiliza do que efetivamente dá sustentabilidade a uma proposta de intervenção que vá além da doação de computadores. Essa opção, analisada paradoxalmente, anula a alternativa de pressão que o CDI possa fazer junto ao poder público e iniciativa privada pela produção de computadores de baixo custo para as classes populares.

O CDI é uma grande rede, uma corporação com princípios organizacionais de uma empresa. E isso se reflete no CDI-SP, já que há grau de dependência em relação ao CDI Matriz. Tanto no que se refere às EICs quanto à campanha “Megajuda”, há o

³⁹⁰MEGAJUDA, Informações diversas sobre..., Acesso em: 01 maio 2005.

fortalecimento da instituição CDI, sendo o seu protagonismo, a sua visibilidade institucional, mais acentuada do que a da comunidade e seus agentes locais enquanto potencial de produção e ação. A EIC é uma “escola”, reproduzindo, em certos aspectos, o modelo de educação formal, levando informática para a comunidade. Os integrantes do CDI-SP vão, presencialmente, às EICs. Todavia, o fluxo informacional envolvendo os coordenadores, educadores, educandos que estão nas EICs e a equipe do CDI-SP, por exemplo, no potencial que a Internet possibilita da comunicação de um para muitos, de muitos para um ou de um para um, não se manifesta nas ações desenvolvidas pela ONG. A página eletrônica do CDI-SP expressa a ausência de uma formulação para a prática em ambientes virtuais estruturados para a interação por meio de fóruns, salas de bate-papo, o que abriria possibilidade de trocas de experiências, idéias, projetos em curso nas EICs. Quem sabe, esse fluxo ajudasse o CDI-SP a repensar o próprio nome EIC e o desenho da sua intervenção. Por enquanto, por diversas limitações, a ação presencial do CDI-SP não se estendeu e se encontrou no virtual. Por fim, o CDI faz parte da história da inclusão digital no Brasil. Sua iniciativa colocou em pauta possibilidades de se pensar não só o uso do computador junto às camadas populares mas outras óticas que o uso pode ter.

[...] com perfis bastante diferenciados em termos dos recursos humanos, materiais e financeiros que gerenciam e das clientelas que beneficiam, as organizações não-governamentais têm em comum a ênfase nas atividades de produção, tratamento, difusão e transferência de informações, através das quais buscam ‘religar’ indivíduos e grupos humanos excluídos dos processos intelectuais, produtivos e decisórios que afetam ou impedem a sua plena realização subjetiva, cultural e cidadã. (LOPES, 1997, p.11)³⁹¹.

³⁹¹ LOPES, Sônia Aguiar. **A teia invisível**: informação e contra-informação nas redes das ONGs e movimentos sociais. Rio de Janeiro : UFRJ, 1997. Tese de Doutorado em Comunicação.

CAPÍTULO 6

ONGS: O APETITE PELO “NOVO” É O CONNECT@R-SE?

Parte 1 – A Sociedade vista sob a Ótica da Integração, Luta e Trânsito

Não há projeto de universalização de acesso à Internet que resista, mesmo que embrionariamente impulsionada por ONGs, sem o desenvolvimento de uma infraestrutura energética e tecnológica de comunicação e informação, de políticas públicas no que se refere à sua apropriação pelas diferentes classes sociais e distribuição de renda. Lembro que entre as bases da infra-estrutura que possibilitam ao computador conectar-se à Internet, estão as usinas hidroelétricas que geram energia elétrica e os satélites criados pela ação humana com códigos próprios aos sistemas de informação e comunicação. Portanto, a Internet não existe fora de uma ordem econômica e social, sem a presença do mercado - grupos empresariais da área de telecomunicação -, Estado, governos, sociedade civil, sujeitos individuais, bem como das relações sociais que a fizeram e fazem ser o que ela é. Além do mais, a possibilidade de acesso não significa o seu uso efetivo, considerando aspectos como o pagamento dos custos de acesso.

No Brasil, a apropriação desigual das máquinas informacionais se traduz, também, em diferenciações regionais quanto à inclusão digital³⁹². As cinco unidades da federação que apresentam um grau maior de inclusão digital no Brasil são: Distrito Federal com 23,87%; São Paulo com 17,98%; Rio de Janeiro com 15,51%; Santa Catarina com 12,30% e Paraná com 11,59%. Já os estados com os menores indicadores de inclusão digital são: Maranhão com 2,05%; Piauí com 2,78%; Tocantins com 2,76%; Acre com

³⁹² O CDI Matriz e a Fundação Getúlio Vargas traçaram um Mapa da Exclusão Digital no Brasil. O sumário completo da pesquisa encontra-se disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/SUMARIO/sumario%20interativo.htm>. Acesso em: 1 dez. 2004.

3,42% e Alagoas com 3,60%³⁹³. O Rio Grande do Norte está com 5,32% e se coloca na 8ª posição.

Em janeiro de 2004, somente 30,3 milhões de brasileiros usavam a Internet dentro e fora das residências³⁹⁴. E o acesso à Internet é feito, predominantemente, pelas classes A e B³⁹⁵. Outro dado significativo dessa apropriação é o de que, em 2005, 98% das declarações do imposto de renda foram efetuadas pela Internet³⁹⁶.

Por trás desses dados, aspectos como a escolaridade e a renda, influenciam no grau de acesso à Internet em diferentes regiões brasileiras. Contudo, a despeito desse critério que toma como parâmetro para a inclusão digital a relação entre pessoa e máquina, é importante pensar uma outra vertente de análise: a apropriação que os sujeitos coletivos sociais organizados, por exemplo, sindicatos, associações de moradores, ONGs, implementam como ação digital, tanto se apropriando dos serviços oferecidos pelo Estado, iniciativa privada, organizações sociais, por meio eletrônico, quanto demandando, intervindo politicamente no debate no espaço público, promovendo processos educativos.

Esses dados ainda indicam que o dinamismo da sociedade brasileira, enquanto acesso e apropriação social das novas tecnologias da informação e comunicação, é diferenciado tanto em termos geográficos quanto em certos segmentos sociais. Por parte das ONGs, o desenvolvimento tecnológico e, particularmente, o fluxo informacional no ciberespaço, possibilitado pela Internet, tende a ser encarado de forma diferenciada nos cenários da ação dessas organizações.

³⁹³ Os dados das cinco unidades da federação com maior e menor inclusão digital foram extraídos do “Mapa da Exclusão Digital”. Os dados do “Mapa da Exclusão Digital” tiveram como uma das referências de análise as informações do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A segunda parte do documento citado está em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CDI. Mapa da exclusão digital. Elaboração do Centro de Políticas Sociais da FGV. abr. 2003. Disponível em:< http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/Texto_Principal_Parte2.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2004.

³⁹⁴ CRUZ, 2004. p. 26.

³⁹⁵ CARPANEZ, Juliana. Reduzir exclusão digital vira desafio para nova década da internet. **Folha On Line**, 25 maio 2005. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18519.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2005.

³⁹⁶ CARPANEZ, loc. cit.

Certas ONGs, a exemplo do CDI³⁹⁷, têm a visão de que o desenvolvimento tecnológico nos deu a alcunha de Sociedade da Informação e de que uma pequena parcela da população se insere nesse modelo de sociedade³⁹⁸. Dessa forma, é importante integrar, adaptar os não incluídos à inteligência que fôra incorporada às máquinas. Máquinas essas que ordenam o social e que exigem, como resposta dessas ONGs, que se trabalhe nos efeitos gerados e não no questionamento às causas do hiato digital entre as classes sociais. Trabalhar os efeitos derivados da Sociedade da Informação significa, por exemplo, levar a informática para jovens que moram em lugares pobres, que estão em internatos ou para trabalhadores no local de trabalho. A habilidade para trabalhar a linguagem das máquinas informacionais, particularmente, o computador e não necessariamente a Internet, é o requisito para que se abram possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a intervenção institucional da ONG passa pela integração do seu público-alvo ao modelo de sociedade emergente e pela aglutinação das empresas – algumas delas da área de tecnologia da informação e comunicação - associações comunitárias, governos, outras ONGs, associadas a um modelo integrado de intervenção social, sem conflitos, sem oposições declaradas. Vale frisar que o exemplo do CDI também é expressivo pela sua capilaridade internacional e reproduz, nesse plano, a lógica da sua intervenção nos âmbitos local e nacional. Frente aos avanços tecnológicos é necessário que o tempo “perdido”, principalmente dos jovens que não tiveram acesso ao computador, seja recuperado com a apropriação social da linguagem informacional das máquinas. Dessa forma, a modernidade tem a conotação de ser a oportunidade para a apropriação instrumental, prática cuja base é a preocupação com os meios. A mudança social é vista pelo prisma da posição do indivíduo no mercado de trabalho e não em relação à ação de questionamento e/ou de proposição ante as bases estruturais de organização da sociedade brasileira.

³⁹⁷ Essa afirmação é válida para o CDI-SP, por sua filiação ao CDI Matriz. Talvez, outros regionais do CDI, consigam ter outra visão de sociedade que lhe proveja a agir com algum acento diferenciado do que emana do CDI Matriz. O que não vem o caso aqui discutir.

³⁹⁸ BAGGIO, 2000, p. 16.

Em outra vertente, ONGs como o IBASE percebem a dinâmica social marcada pela luta entre sujeitos com posições adversas. Essa luta, que não é necessariamente física, é predominantemente discursiva, argumentativa e advém do questionamento à pobreza, desigualdade social, dentro de uma ordem econômica mundial com acento em políticas neoliberais, sendo que essas políticas estão no centro da globalização econômico-financeira³⁹⁹. A característica da ONG é a de voltar-se para a produção de argumentos qualificados para o debate democrático, dando conotação a uma racionalidade mais substantiva e articulando fins e valores. As ações políticas e educativas se dão no espaço das contradições estruturais do capitalismo, enfatizando aspectos relacionados à radicalização da democracia e dos direitos sociais em conjunturas determinadas. O pensamento estratégico da ONG volta-se para temas nacionais, globais e locais, articulando-os entre si e em relação a termos como “sociedade civil planetária” e “redes” que expressam a idéia de se trabalhar fora dos limites impostos pela distância e em parceria com outras organizações sociais. As linhas de intervenção do IBASE incorporam as lutas sociais que representam desafios à sua capacidade de intervenção como “ator social”. Portanto, a sociedade, mesmo com a importância atribuída à informação, é vista sob o ponto de vista do conflito.

Para uma ONG que já tem uma trajetória de concepção, produção e utilização de diferentes mídias em seu processo de trabalho, não é a Internet que ordena, imperativamente, sua nova dinâmica social, como disseminadora de informações e de argumentos produzidos por especialistas que se voltam para a luta democrática. A Internet é apenas mais um canal que se associa a outros meios para promover a participação e a democracia. Os sujeitos coletivos são, em potencial, partícipes importantes do jogo democrático para a mudança social.

Há outras ONGs que, tendo sua característica política, em termos de projeto de intervenção social, percebem a sociedade em um trânsito dialético que vai da

³⁹⁹ IBASE. **Plano anual 2000**. Rio de Janeiro : IBASE, 2002.p. 5.

acomodação à ação em redes presenciais e virtuais e vice-versa. Trânsito que se move entre a necessidade de respeito e construção da norma e a oposição, a luta, que se constitui quando do desrespeito a essas na sociedade hodierna. Aponto como expressão da norma universal e estadual, respectivamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Programa Estadual de Direitos Humanos. Nessa perspectiva de ação em torno da norma está o CDDHMP. O CDDHMP é filiado ao MNDDH. Vale enfatizar o aspecto conjuntural que pode gerar a acomodação em relação ao questionamento, principalmente, de normas instituídas pelo poder público. Ativista de direitos humanos ligados ao CDDHMP atuam na Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Natal⁴⁰⁰ e no Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Nesses governos há a participação de partidos políticos que mantêm estreita relação com as questões relacionadas aos direitos humanos, a saber: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Dessa forma, o elemento da acomodação surge da visão de que militantes da causa dos direitos humanos podem estar reformando, mudando uma porção do Estado por dentro⁴⁰¹. E daí, as normas, parcerias formadas entre governo e ONGs propiciam certa acomodação em relação a eventuais críticas aos governos.

A Sociedade da Informação não é a referência sobre a qual se constroem discursos e ações, mesmo que termos a princípio tomados como correlatos, se manifestem, a saber: “glocalização” e redes. ONGs que transitam em temáticas relacionadas aos direitos humanos, meio ambiente, paz, por exemplo, têm maior possibilidade de constituir conexões que vão do local ao global ou do global ao local utilizando as potencialidades da Internet, mas não como o símbolo de uma era em transformação. O CDDHMP é um elo de uma Rede de Direitos Humanos e, sob essa égide, busca unir, aglutinar, pessoas, organizações em torno da perspectiva de construção de um novo mundo que está no interior de cada

⁴⁰⁰ Ao tempo dessa pesquisa, a Prefeitura Municipal de Natal era administrada por Carlos Eduardo (PSB) e Wilma Faria (PSB) era a governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

⁴⁰¹ De 2003 a julho de 2005, Nilmário Miranda, membro do MNDH, filiado ao Partido dos Trabalhadores, ocupou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Em dezembro de 2005, por ocasião das entrevistas realizadas na sede do CDDHMP, foi possível identificar que ativistas da Rede Estadual de Direitos Humanos, muitos deles, colaboradores diretos do CDDHMP, estavam ocupando cargos no governo estadual, como ouvidor e corregedor da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Esse dado não constitui problema em si. Fiz a observação apenas para destacar um aspecto que pode comprometer ou não a intervenção de uma ONG, do ponto de vista crítico, em relação às políticas públicas dos governos.

sujeito social, para interferir de alguma forma na realidade. É a existência humana, quando ameaçada por qualquer estrutura, que urge resposta sob a forma da denúncia da violação dos direitos humanos. Essa ênfase, de certa forma existencialista, dá um cunho mais substantivado à percepção da sociedade. Além do mais, a sociedade é concebida a partir da ação em redes, inclusive por meio da Internet. Parcerias são formadas para lutar, por exemplo, contra opositores anunciados: grupos de extermínio, pessoas que exploram o turismo sexual ou o pensamento neoliberal. Existência também vinculada a uma memória sócio-histórica que busca unir parceiros para uma mesma causa.

Parte 2 - A Internet nas ONGs: Conteúdo, Projeto e Intervenção

A Internet, como produto da ação social, é um instrumento importante de comunicação e informação na sociedade contemporânea. Ao tempo que a considero produto, tomo-a, também, como tema identificador de um momento histórico ao abrir possibilidades de se constituir uma rede de relações humanas ou de propiciar a relação entre pessoa e máquina. Por esse instrumento têm-se operado no ciberespaço processos relacionados a transações bancárias, pesquisas científicas, intercâmbio cultural, relações de caráter amoroso, acesso aos serviços públicos, manifestações de cunho político, implementação de modelos educacionais, crimes virtuais, publicidade e marketing de produtos e serviços, enfim, inúmeras iniciativas de diferentes conteúdos e formatos. Conteúdos virtualmente apresentados, por e-mail, páginas eletrônicas, boletins eletrônicos, listas de discussão, fóruns virtuais, geram sentimentos variados de adesão, desconfiança, incredulidade, espanto, medo. Por isso a Internet, como produto da ação humana, é, também, um tema social. E as ONGs podem se inserir no contexto informacional ao se utilizarem dessa ferramenta em seu processo de trabalho, quando se posicionam sobre temas relacionados à democracia; aos direitos humanos ou à inclusão digital.

No horizonte das relações sociais e políticas é possível constituir, por meio da Internet, de forma ampliada, sociabilidades de diferentes tipos. Sejam relações de conflitos ou de consensos imaginados ou não e, ainda, ações solidárias mediadas pela linguagem (sonora, imagem, texto). As relações de conflitos imaginadas, protagonizadas

por ONGs aportam a esperança de que suas mensagens cheguem ao destinatário e gerem algum tipo de repercussão. Nesse tipo de situação virtual, o clima, o “calor humano” do conflito face-a-face não é sentido, é apenas projetado. No caso do consenso, refiro-me às relações intersubjetivas entre os sujeitos que até podem partir do conflito, todavia, o alvo a ser atingido é a construção do consenso. Além do mais, conflitos e consensos presenciais com rosto podem adquirir feições sem rosto a partir do que se projeta nos conflitos imaginados virtuais, de extensão municipal, estadual, nacional e internacional, sendo admissível o percurso do virtual para o presencial. Campanhas solidárias disseminadas pela Internet representam também, expressivo espaço para o “povoamento” virtual.

No âmbito educativo são muitas as possibilidades de utilização da Internet, particularmente na modalidade educacional a distância ou em aplicações em torno do uso das novas tecnologias da informação e comunicação em atividades educativas pontuais ou sistemáticas. Dentre as ferramentas que podem vir a ter uso e contorno educativo há as salas de bate-papo, fóruns virtuais, dentro, é claro, de um projeto que pretenda ser educativo e com as condições para a sua implementação e sustentabilidade. Mas essas relações constituídas ou que buscam se constituir pela Internet abrem também espaço para o fluxo de idéias, experiências que não residem numa perspectiva do conflito ou do consenso.

Assim como o acesso ao livro – também expressão tecnológica –, a apropriação da Internet é desigual pelas classes e segmentos sociais específicos. As próprias ONGs, em várias de suas matizes, se apropriam de forma desigual da Internet. Acrescento que o fato de uma ONG ter acesso à Internet não a faz diferente de outra por si só. O grande risco que uma ONG corre, ao incorporar a Internet como um conteúdo ou como um dos projetos da sua intervenção ou ainda como simples ferramenta para a intervenção, é de naturalizar que as condições para a sua ação nesse eixo se reduzem à sua conexão. Vale assinalar que as dimensões conteúdo, projeto, intervenção podem ser interrelacionadas. Todavia, podem se encontrar em estágios diferenciados quanto à perspectiva do uso educativo e político. Aliás, as duas últimas dimensões, projeto e intervenção, têm maior proximidade. Há casos em que uma ONG tem a Internet como

projeto, mas não faz intervenção. Há casos em que na ONG a Internet é um dos projetos dentro da área de comunicação e que exige condições para seu uso efetivo. Há também casos em que a Internet não é considerada um projeto da entidade, mas sim um espaço de intervenção. Em todas as dimensões há condições específicas que a ONG deve ter para operar a Internet.

Nas EICs do CDI-SP, como em outras ONGs, a Internet é ainda, em muitos casos, apenas um conteúdo a ser aprendido por seu público-alvo (o que é a Internet, como se navega etc.). O ciberespaço do CDI-SP é representativo de um fluxo informacional baixo em relação às possibilidades de mediação com os eventuais usuários. Se não fosse o espaço aberto para receber a doação dos computadores, quando da campanha anual “Megajuda” (2004), ou o informe dos e-mails da equipe do CDI-SP, esse espaço não teria a funcionalidade de possibilitar contatos a distância⁴⁰². A página eletrônica do CDI-SP indica, de certa forma, que a ONG não fez a passagem do foco da informática para a telemática, refletindo assim a concepção e as condições que tem para a sustentabilidade das suas iniciativas no espaço virtual.

Internamente, o CDI-SP está na Rede CDI por meio de um ambiente virtual voltado, preponderantemente, para a gestão da informação na ONG. Nesse sentido, os sujeitos do CDI-SP já conhecem e têm algumas habilidades para lidar com a Internet. Todavia, a página eletrônica no CDI-SP assume certa aparência de neutralidade política sobre temas e questões da sociedade brasileira, pelo menos naqueles assuntos que podem significar conflitos de posições envolvendo a posição da ONG em relação a governos, empresas, personalidades públicas. Além do mais, os sujeitos do CDI-SP são quase alheios à sua página eletrônica na Internet, já que essa não é atualizada e valorizada como oportunidade para a intervenção.

O grande potencial do CDI-SP em chegar aos bairros e empresas com computadores se traduz em iniciativa de grande significado quanto à idéia da possibilidade do acesso dos jovens à Internet e, conseqüentemente, a ambientes virtuais diversos. Pelo

⁴⁰² De 28 de outubro de 2004 a 30 de julho de 2005, a página do CDI-SP não recebeu nenhuma atualização.

menos naqueles lugares onde existem as condições necessárias para o acesso à Internet. Portanto, a Internet, no âmbito do CDI-SP, é um conteúdo a ser aprendido no âmbito das EICs e coerente à concepção de levar computadores aos bairros e a algumas empresas, já que foca na idéia da igualdade da possibilidade de acesso à informática. Todavia, os limites, quanto ao uso com sentido e à apropriação social da Internet, revelam-se uma lacuna pela própria ausência do CDI-SP em construir um projeto de sociabilidade política e educativa no ciberespaço.

No IBASE, o IBASENet é o espaço virtual disseminador de argumentos para a radicalização da democracia. E como tal o IBASENet é, ao mesmo tempo, projeto e estratégia de intervenção da ONG. Por vezes, certas ONGs, por meio da ação dos sujeitos, saem de uma perspectiva reativa para ativa em relação ao uso da Internet. Posição passiva no sentido da página eletrônica cumprir a mera função de informar as atividades institucionais. Ativa no sentido de ser um espaço que vai além da informação institucional e incentiva a participação e o debate sobre temas e causas relacionadas à sociedade brasileira ou mundial. O IBASENet expressa esse movimento. Em 1998, o plano de trabalho para a utilização do IBASENet voltava-se para a divulgação da agenda institucional da entidade e tinha uma atualização mensal. Em 2005, na página eletrônica do IBASE, eram mais visíveis as iniciativas articuladas em redes virtuais com outras organizações nos aspectos político e educativo. O IBASENet passou da atualização mensal para semanal, refletindo esse movimento. O IBASENet tem sua página nas versões em português e inglês, e para 2005 já projetava implantá-la na língua espanhola.

Há páginas eletrônicas na Internet que são abrigadas em “condomínios virtuais”⁴⁰³. Os “condomínios virtuais” abrigam páginas eletrônicas de ONGs e de sujeitos individuais identificados, entre outras, com a perspectiva da informação democrática, do abrir-se para a troca e compartilhamento de experiências, para a denúncia, manifestos virtuais, a explicitação de sonhos e utopias, visando modificações no aparelho do Estado e induzindo ações em redes presenciais e virtuais. Exemplo de condomínio virtual, a DHNet

⁴⁰³ DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rosiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DHNET. In: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2005. p. 111.

não é do CDDHMP, apesar de ter se originado dessa organização e de se utilizar desse espaço virtual. O CDDHMP é um elo importante da Rede Estadual de Direitos Humanos e faz da DHNet um dos seus instrumentos de publicização e intervenção em torno dos direitos humanos. Vale frisar que o CDDHMP, assim como o CENARTE, tem sua página eletrônica institucional na DHNet, mas essa apresentação é apenas representativa de uma separação formal entre a DHNet e o CDDHMP. Aliás, agentes individuais que militam no CDDHMP e CENARTE têm páginas individuais na DHNet. O que expressa que as redes virtuais podem se constituir em espaços de pensamento legitimado por coletivos e por idéias que são de responsabilidade estritamente individual. A DHNet não é algo solto no ar como se fosse autogerida. Há uma gestão na DHNet. Gestão essa realizada, principalmente, por alguns sujeitos do CDDHMP que não se assumem como operando em nome da ONG, mas sim em nome da Rede Estadual de Direitos Humanos. O que o CDDHMP planeja para o virtual não é colocado em sua página específica na DHNet, mas no espaço geral. Exemplo disso é o “Correio Tecido Social”, periódico eletrônico da Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, escrito em português, italiano, espanhol e inglês, que se manteve regular nas informações disseminadas em rede por e-mail e também disponibilizado na página da DHNet⁴⁰⁴. Dessa forma, busca-se uma sintonia com temas e questões da conjuntura na qual se situa o tema dos Direitos Humanos. Todavia, o CDDHMP não tem como foco ser um elaborador sistemático de argumentos especializados para a discussão no campo dos direitos humanos. Ela, a ONG, é animadora para as informações e ações em Rede. Dessa forma, o CDDHMP entra em um circuito como organização que valoriza politicamente a circulação social e política da informação em redes. Portanto, a Internet volta-se para a construção de uma informação independente, democrática, aberta e horizontal. A Internet, como rede de relações humanas, é vista como a oportunidade para amplificar virtualmente a ação política e educativa, reunindo pessoas, coletivos, a partir do lugar que estejam.

⁴⁰⁴ O informativo eletrônico é produzido por um italiano, Antonino Candoreli, voluntário no CDDHMP e que conheceu o trabalho dessa ONG pela DHNet. Antonio Candoreli mora em Natal.

Parte 3 - Regularidades na Introdução do Computador e da Intervenção por meio da Internet

As ONGs que se utilizam da Internet para fins, entre outros, políticos, educacionais, culturais, de divulgação, querem ser socialmente percebidas, reconhecidas, adquirindo importância dentro de um campo específico de atuação enquanto organização da sociedade civil. E isso não é diferente no IBASE, CDI-SP e CDDHMP.

Ora, mas para introduzirem, inicialmente, o computador no processo de trabalho e, mais tarde, em diferentes níveis, adotar a Internet como referência, sujeitos individuais tiveram ousadia para, em contextos adversos, obter essa infra-estrutura tecnológica nas ONGs. Carlos Alberto Afonso (IBASE), Rodrigo Baggio (CDI) e Roberto Monte (CDDHMP), protagonizaram iniciativas por meio de BBS, enfrentando a descrença, a resistência a essa introdução. Isso significa que a introdução de tecnologias da informação e comunicação nas organizações é um processo que exige liderança para dar direção intelectual e política à iniciativa, formando também equipe para debater e agregar sentido e conteúdo ao projeto de intervenção.

No IBASE, CDI-SP e CDDHMP, a tensão, o conflito, crises, também foram elementos de regularidade em relação ao papel da comunicação mediada por computador. Tensões e crises como essas não resultam da simples instalação de um computador conectado ou com a promessa de conexão à Internet, mas são oriundos do sentido e da posição desse sistema sócio-técnico na lógica da intervenção política e social, em dado contexto sócio-histórico. Isto é, o projeto de intervenção de uma ONG, utilizando-se da Internet, não dispensa a própria reflexão, problematização sobre o artefato tecnológico no conjunto das ações da ONG e as implicações decorrentes, quando se age ou não, no campo político ou educativo por meio das redes virtuais.

As páginas eletrônicas das ONGs foram criadas na segunda metade da década de 90. A fase de desenvolvimento do espaço virtual das ONGs tem também relação

com o processo de privatização do Sistema Telebrás (1998), ocorrida no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Não que a privatização tenha facilitado a criação e o acesso à ferramenta virtual, já que nem sempre a suposta facilidade em ter a conexão significa a capacidade de pagamento do serviço. Quando refiro-me à expressão “também tem relação” é pelo fato dos sujeitos dessas organizações terem desenvolvido, em fase anterior ao processo de privatização, experiências com o uso do sistema BBS⁴⁰⁵. Portanto, anteviam a inserção da telemática nas suas lógicas de trabalho, independentemente das expectativas em relação ao processo de privatização.

Outro aspecto importante, porém, com suas distinções de enfoque, é o nível de inserção internacional. O IBASE mantém conexões com organizações internacionais, formando redes de articulação temática em uma espécie de sociedade civil planetária que se movimenta em relação a uma agenda global. Já o CDI-SP é parte de uma rede constituída, além de Comitês Regionais no Brasil, por Comitês Internacionais. Portanto, é da natureza do CDI o seu funcionamento em rede territorial. Por sua vez, o CDDHMP trabalha com o enfoque internacional no que se refere à constituição de uma Rede de Direitos Humanos de Países de Língua Portuguesa. Nesse caso, o enfoque é demarcado pela língua portuguesa.

Parte 4 - Lugar e Ciberespaço

O trânsito que as ONGs fazem ou deixam de fazer pela Internet, entre o lugar e determinado espaço virtual estruturado para iniciativas políticas e educativas, relaciona-se à visão sobre o projeto sócio-histórico que desejam ajudar a construir, além do público-alvo que pretendem alcançar e das parcerias constituídas. Em suma, das condições da organização para propiciar conexões de natureza política e educativa pela Internet.

Em certa ocasião, “navegando” pela Internet, defrontei-me com uma chamada na página eletrônica de uma ONG divulgando e convocando os catadores de lixo para uma reunião. Fico a pensar sobre até que ponto, nesse caso específico do anúncio de uma reunião com catadores de lixo, as organizações, no seu plano político e educativo, ao se utilizarem da Internet, conseguem se perguntar e balizar a dimensão social desse alcance,

⁴⁰⁵ Carlos Afonso com a iniciativa do Alternex; Roberto Monte com o BBS Direitos Humanos e Cultura e Rodrigo Baggio com o BBS *JovemLink*.

seja como limite ou potencialidade a partir do lugar de vida de usuários idealizados ou reais. Talvez, como boa parte dos brasileiros, certa parcela dos catadores de lixo nem saibam o que é e qual a utilidade da Internet.

A velocidade da informação e comunicação por meio da Internet, de um para um, de um para muitos, de muitos para muitos, de muitos para um, não pode representar para as ONGs a lógica de que esse processo, por si só, incorpore a mudança ou a transformação necessária em relação à realidade. Essa lógica pode ser movida pela idéia de que a transformação social está, em si, na velocidade do meio tecnológico. Além do mais, o público-alvo que se pretende atingir pode ser tanto um receptáculo passivo da informação quanto ativo nos fluxos informacionais pela Internet. Sobre esse público-alvo, a ONG pode projetar uma identidade imaginária pelo ponto de acesso à Internet, ou seja, a estrutura física e lógica disposta, por exemplo, em um quiosque eletrônico em um sindicato, associação de moradores, e não por causas vinculadas às demandas coletivas de um grupo social ou até mesmo individual.

Como as ONGs operam ou não o fluxo informacional do lugar para o ciberespaço ou do ciberespaço para o lugar em projetos de intervenção política e educativa, levando em consideração o público-alvo que alcançam ou pretendam atingir?

O projeto de intervenção do CDI-SP valoriza que as questões, temas, oriundos das EICs sejam objetos de intervenção do público-alvo (alunos das escolas) a partir da reflexão do lugar na qual se inserem. Isso é importante, já que valoriza o processo de construção do conhecimento pelo grupo e o protagonismo local. Todavia, essa concepção que orienta o trabalho com o grupo não pode significar que a ONG sempre opere com base nas demandas do grupo, como se essa não tivesse sua intencionalidade e agenda próprias. Aqui não se coloca em questão a inadmissibilidade de uma ONG operar em função das demandas do grupo. Aliás, vale diferenciar o caso de ONGs que têm sindicatos, associações de moradores, grupos de mulheres, negros como seu público-alvo, agindo em função das demandas dessas, da relação que o CDI-SP tem com as EICs. No caso do CDI-SP, a relação não é mantida diretamente entre os sujeitos da ONG e os que

participam das EICs. Na estrutura das EICs há coordenadores e educadores. Os coordenadores e educadores são os que mantêm relação direta com os que estudam nas EICs. Portanto, no caso do CDI-SP a relação com as EICs se dá com as organizações que se co-responsabilizam pelo trabalho educativo (creche, associação comunitária, empresa) e com os coordenadores e educadores.

Quando uma ONG consegue apoios e desloca computadores para um bairro da periferia, institui referências simbólicas, com variáveis relacionadas a um modo de vida e de pensar. Modo de vida enquanto uma perspectiva de consumo - ter o computador, ter a expectativa de acesso às informações pela Internet -, como também de produção da própria informação, conhecimento. O pensar pode estar relacionado a esse modo de vida, mas também a uma expectativa de posicionamento pessoal no mercado de trabalho e visão sobre o entorno social. Por levar computadores para lugares marcados, principalmente, por condições adversas de vida, sendo algo “atraente”, o CDI-SP consegue ter capilaridade significativa em bairros e empresas de São Paulo, contribuindo positivamente para um determinado nível de alfabetização digital dos segmentos sociais que atinge.

O fluxo informacional marcado por noções de valorização do lugar, da experiência, saberes, memória histórica, denúncias, atividades educativas, não encontram elo, pela Internet, no próprio ambiente virtual do CDI-SP, a partir daquelas EICs onde já há conexão à grande rede. O desafio é, então, da ONG experimentar e avaliar a passagem da informática para a telemática. Além do mais, quando se abre a perspectiva de utilização da Internet pelas classes populares, principalmente a partir de bairros considerados “periféricos”, deve se realizar uma mudança do sentido do termo “periferia”, já que essa pode se colocar como “centro” em novas referências de relações sociais pela Internet. A indução da ONG, quando tem páginas eletrônicas estruturadas para a interação política e educativa, pode ser o exemplo para ação em rede, vinculada a temas sociais, políticos econômicos, culturais, que também pode propiciar, entre outras, a intervenção no lugar.

Há ONGs, como o CDDHMP, que incorporaram a idéia da intervenção em redes, valorizando a animação em lugares. Quanto maior a possibilidade de encontros e de

comunicação face-a-face, por parte dos agentes das ONGs ou intermediários qualificados, em determinada faixa de tempo, e a ocorrência de fatos indutores para ação, maior poderá ser o sentido que se atribui para o uso das Internet por parte da ONG. O que denomino de fatos indutores para a ação são, principalmente, aquelas atividades reativas ou não planejadas pela ONG e que provocam a possibilidade de sensibilização, iniciativas, encontros presenciais de caráter político ou educativo. Um fato de dimensão reativa e que, em etapa posterior, ganhou acento planejado nas ações do CDDHMP foi o assassinato do advogado e militante em direitos humanos Gilson Nogueira. Outro fato provocado pelo CDDHMP são as caravanas de direitos humanos realizadas em municípios do Rio Grande do Norte. Essas caravanas são a expressão da ação direta “in loco”, que repercutem no espaço virtual como “um exemplo” da combinação necessária e importante entre o presencial e o a distância. Esses são exemplos de fatos indutores implementados pelo CDDHMP. A partir da ação em lugares dá-se sentido para capilarizar e globalizar temas, lutas, atividades, denúncias, agendas relacionados aos direitos humanos. Mas a projeção não é apenas do conteúdo manifestado por meio da Internet. O estado do Rio do Grande do Norte se apresenta para o Brasil e para o mundo. O CDDHMP participa de conexões entre o presencial e o virtual, constituindo fluxos que têm como ponto de partida e de chegada a realidade de cada município, de cada comunidade, de cada pessoa. Vale salientar que enquanto certas ONGs têm base de recepção organizada de conteúdos disseminados pela Internet em telecentros ou quiosques eletrônicos, o CDDHMP, ao contrário, não a tem nos municípios do Rio Grande do Norte. O público-alvo do CDDHMP não é focado em sindicatos, associação de moradores ou grupos específicos enraizados na comunidade. O público-alvo do CDDHMP é a sociedade em geral. Dessa forma, o CDDHMP, na relação com os grupos sociais do Rio Grande do Norte, não planeja suas ações em função das demandas e necessidades desses. O CDDHMP se porta como parte do movimento popular e, portanto, como protagonista histórico.

A Enciclopédia Digital de Direitos Humanos, que reproduz em CD-ROM o conteúdo da página eletrônica da DHNet, é a expressão de que a “chegada” do conteúdo ao lugar não pode ser prisioneira de uma única mídia, no caso a Internet. O curso Agentes da Cidadania - estruturado em módulos na página específica do CDDHMP e também

disponível na Enciclopédia Digital de Direitos Humanos - é uma proposta educativa que, apesar de totalmente disponibilizada na Internet com conteúdos que tratam, entre outros temas, do que são os direitos humanos e de como impetrar mandado de segurança e ação popular, não é apresentado pela ONG como atividade formativa a distância. Isso significa que ter um conteúdo educativo estruturado na Internet não implica ter um curso a distância e nem que a ONG tenha apropriação dessa modalidade educacional. Um curso a distância requer, entre outras condições, uma estrutura mínima de orientação e acompanhamento por parte dos agentes da ONG a quem dele queira participar. O que o CDDHMP tem é um conteúdo educativo que se apresenta como um “livro aberto” na Internet que pode ser acessado a qualquer tempo por qualquer usuário. Além desse conteúdo, na DHNet há todo um conjunto de ferramentas para interação em salas de bate-papo, fóruns virtuais, livros de visita, porém, sem a participação de mediadores ativos do CDDHMP. Conteúdos em áudio, TV, textos, sons dão uma dinâmica de que o uso da Internet pelo CDDHMP, como parte da Rede Estadual de Direitos Humanos, é um laboratório de experimentação multimídia. Pode-se afirmar que o CDDHMP tem potencial para vir a constituir mediações intersubjetivas entre os agentes da ONG e prováveis interessados em participar dessa formação. A realização do Curso de Agentes da Cidadania encontra-se relacionada a uma perspectiva de intervenção no lugar, a saber: Rio Grande do Norte. E nesse lugar tem impregnado a animação que ainda não estabeleceu fluxo com o ciberespaço. Essa é ainda uma promessa virtual. Um livro aberto a ser escrito.

O IBASE, toma como eixo do seu processo de intervenção a questão da democracia e a elaboração de argumentos no contexto das disputas políticas. O IBASENet é um dos espaços da ONG que propicia conexões políticas e educativas por meio da Internet.

No âmbito político, a campanha virtual “Dê um Cartão Vermelho para o Racismo”, direcionada às autoridades do futebol internacional (FIFA,UEFA, RFEF) contra o racismo em relação aos jogadores negros que atuam no futebol da Europa, é resultado de articulações presenciais envolvendo várias ONGs brasileiras, destacando-se entre essas o

IBASE, como parte de um movimento maior: a campanha “Onde você Guarda o seu Racismo?”.

ONGs que se articulam em redes presencial e virtual e que têm páginas eletrônicas na Internet abrem a possibilidade de potencializar manifestações virtuais quando cada organização constitui um nó da rede. Essa espécie de “guerrilha” informacional por meio da Internet tem característica diferenciada daquelas que são livres de qualquer controle da ação do usuário ao aderir a uma campanha virtual. Essa diferenciação se expressa no controle político do usuário tanto ao participar da campanha quanto na distribuição da mensagem às autoridades. Ao participar da campanha o cidadão apresenta seu nome, e-mail, estado e identidade⁴⁰⁶, com o argumento de que é para comprovar o número de pessoas que participam da campanha. O envio da mensagem é controlado por intermediário qualificado, no caso, pessoa do suporte tecnológico, que guarda a mensagens e envia em quantidades que evitam congestionar o sistema de e-mail dos destinatários. Essas medidas refletem o apelo à responsabilidade cidadã do usuário ao aderir à campanha e a negação da ação política no espaço virtual configurando-se como uma mera “agitação no ciberespaço”. Além do mais, ao controlar o sistema de envio, o destinatário é visto como um provável aliado da causa e não como um inimigo a ser abatido ou interpelado de forma radical. Da leitura de um aspecto específico da realidade brasileira, o IBASE, junto com outras ONGs, faz uma leitura mais global do mundo e dissemina ações políticas tendo como ponto de partida o Brasil e aquilo que o brasileiro tem como grande paixão: o futebol. A campanha é dirigida à sociedade brasileira e agrega parceria de ONGs, clubes nacionais e, por meio da página eletrônica da campanha, solicita que o usuário divulgue a iniciativa para outras pessoas.

Assim como na Internet é possível encontrar cursos a distância como “livros abertos”, sem mediações intersubjetivas, o contrário também é verdadeiro. Quando refiro-me às mediações intersubjetivas, quero dizer da relação educativa, presencial ou não, entre

⁴⁰⁶ Eu aderi à campanha no dia 22 de março de 2005, preenchendo os dados solicitados no sistema. Curiosamente, em 9 julho do mesmo ano, não mais se exigia o número da identidade do participante. Na página eletrônica, não havia informação sobre essa alteração e desapareceu a nota que explicava a importância da apresentação do número da identidade do participante.

o agente de uma ONG e um participante de um processo formativo a distância pela Internet. E não me refiro a qualquer processo formativo a distância. Refiro-me a cursos que estabelecem de forma clara a dimensão política da proposta educativa em consonância com o contexto sócio-histórico. Há casos, por exemplo, de cursos públicos e gratuitos pela Internet – e são ainda raros – que se abrem para mediações intersubjetivas, propiciando a apropriação de conteúdos socialmente significativos e o pensar sobre a realidade na qual se insere o público-alvo do curso. Tanto no caso do curso que se apresenta como um “livro” aberto quanto aquele que tem toda uma estrutura de acompanhamento e orientação a distância, por parte da ONG, é preciso ter as condições básicas para a oferta da atividade formativa a distância.

Uma das condições necessárias para implementar um curso a distância pela Internet é ter um conteúdo sistematizado que possa ser adaptado para o ambiente virtual. Evidentemente que essa não é a única condição. O IBASE, tendo essa condição, no caso, um curso sobre Controle Social do Orçamento Público, implementado em vários processos formativos presenciais pelo Brasil, passou a oferecê-lo pela Internet com o acompanhamento e orientação a distância por parte de um agente da ONG. Quando se oferece um curso a distância com o enfoque no “público e gratuito”, como o oferecido pelo IBASE, dá-se uma conotação desprivatizante em torno da apropriação da informação e construção do conhecimento. Além do mais, o curso utiliza um ambiente virtual gerido por um Consócio de Instituições de Ensino Superior – o Consócio CEDERJ –, que também oferece outras oportunidades de formação gratuitas na modalidade a distância. Aspecto significativo é que o IBASE é que orienta e certifica os estudantes que concluem o curso. Dessa forma, desloca-se a concepção da Universidade como detentora e legitimadora da certificação, mesmo estando o curso em um ambiente virtual de característica acadêmica e sob a responsabilidade do governo do estado do Rio de Janeiro.

Cursos a distância atingem um público-alvo disperso geograficamente, o que, paradoxalmente, amplia o seu alcance social mas se torna um desafio para práticas de intervenção política em um município ou região. Cursos na perspectiva do oferecido pelo IBASE podem agregar maior poder de fogo, enquanto intervenção em certa realidade, se

também forem focados em certo número de pessoas em determinado lugar. Esse foco em determinado grupo de pessoas de um lugar ou região, as possibilidades de relações de proximidade face-a-face, familiaridade com o lugar e por algumas atividades presenciais, com a participação de mediadores qualificados, faz o movimento de enraizamento sócio-histórico na leitura daquela realidade específica em relação ao orçamento municipal. A presença de intermediário qualificado no lugar pode auxiliar na releitura do conteúdo. Isto é, o conteúdo padrão, universalizado no ambiente virtual para todas as realidades, é revalorizado a partir da informação e conhecimento contextualizados, que possibilitam, entre outros, a identificação e posicionamento dos sujeitos na cena política onde ocorrem relações solidárias ou de conflito, por exemplo, em torno das questões orçamentárias. Cursos a distância oferecidos por ONGs, e acredito que esse aspecto pode ser generalizado para outras organizações – têm a possibilidade de assumir características massivas enquanto atendimento numérico de participantes. A implementação de processos formativos de natureza massiva, em escala de formação “industrial”, pode retirar o maior grau de intersubjetividade entre os participantes em relação, por exemplo, à leitura do mundo de forma compartilhada e que aponte para alguma transformação em certo lugar sócio-histórico. Em suma, o risco que há, em qualquer processo educacional - e no virtual não é diferente - é de o virtual realizar o enxugamento do cotidiano ou o esvaziamento desse, cujo conteúdo significativo não está restrito a um tema que “cintila” em um ambiente virtual, mas que se circunscreve como importante nas relações sociais cotidianas. Esse também é um paradoxo que se encontra no potencial e alcance de cursos disseminado pela Internet. Ressalto que a questão não está em si no aspecto “massivo” em termos de cobertura e alcance social de um curso a distância, mas na intencionalidade política que calibra a qualidade do processo de formação e a perspectiva de interação sócio-política.

Tanto na campanha virtual “Dê um Cartão Vermelho para o Racismo” quanto no curso Controle Social do Orçamento, o IBASE, por meios da ação dos sujeitos que se utilizam da Internet, transitou da ação política e educativa do lugar para o ciberespaço e vice-versa. Fóruns nacionais, internacionais, cursos, todos realizados presencialmente, tiveram extensão no ciberespaço por meio da Internet, refletindo intensidades e variações nas relações sociais reestruturadas do lugar para o ciberespaço.

Uma campanha virtual e um curso a distância têm suas intencionalidades e especificidades, demarcadas dentro de um campo de relações sociais constituídas ou que venham a constituir.

Parte 5 – Condições para o uso da Internet por ONGs

Para ser levado a bom termo o uso da Internet, como projeto institucional de uma ONG, há certas condições. Acredito que algumas delas possam ser de responsabilidade direta da ONG e outras externas a ela por meio da constituição de parceria estratégica com outras organizações e, também, da própria realidade sócio-histórica enquanto desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Entre as condições que são da própria ONGs estão: a) visão da sociedade, mundo, homem e mulher; b) direção política orgânica ao projeto de intervenção da ONG por meio da Internet (articulação interna dos agentes da ONG); c) objetivos claramente delineados em relação à utilização da Internet nos campos político e educativo; d) conceitos do ferramental tecnológico à concepção política e educativa da organização; e) sujeitos das ONGs qualificados para mediações por meio das ferramentas de comunicação e informação; f) parceria com outras organizações; g) público-alvo da ação estabelecido; h) estratégia bem definida quanto às combinações entre a intervenção no lugar e aquela realizada pela Internet e as mídias que podem ser combinadas ou não; i) recursos econômico-financeiros; j) infra-estrutura tecnológica básica (equipamentos e programas).

Algumas dessas condições podem ser gestadas a partir de parcerias constituídas com outras organizações: empresas, ONGs, governos, pessoas. Tanto no âmbito político quanto educativo a ação pode ser potencializada quando se formam redes, nós interconectados a um propósito comum. Certas ONGs precisam, “a priori”, criar ambientes virtuais para cursos a distância ou ter suas páginas específicas para a ação política. Esse aspecto pode ser distribuído dentro de uma cadeia de relações sociais mantidas por uma ONG. Isto é, podem ser criados no ciberespaço ambientes compartilhados para a ação educativa ou política ou até mesmo se aproveitar os já existentes em outras organizações. No caso das organizações que já têm cursos a distância

estruturados pode ocorrer o compartilhamento solidário com outras ONGs. Condições como a sustentabilidade política e econômico-financeira da proposta; pessoa ou equipe responsável pela gestão da tecnologia da informação e comunicação; outros equipamentos da infra-estrutura tecnológica também podem ser compartilhados a partir das parcerias firmadas. Na formação da parceria será importante discutir e dimensionar os aspectos éticos e políticos da relação. Outro aspecto importante diz respeito às condições que o país tem, do ponto de vista de sua posição no mundo, enquanto apropriação e desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação.

O fato é que o compartilhamento de cursos pode também gerar a possibilidade de avaliações mais sistemáticas em relação à efetividade dessas iniciativas no segmento das ONGs.

É importante que a ONG tenha sempre em mente a “leitura” do contexto e da instituição no momento que disseminar ações de natureza política e educativa pela Internet. Além do mais, com a Internet abrem-se possibilidades de conexões mais amplas nos âmbitos local, nacional e internacional nos planos político e educacional. O que, teoricamente, deveria induzir o “olhar” da ONG para articular iniciativas, por exemplo, com organizações como a APC, RITS e ABONG. Portanto, o uso da Internet por ONGs envolve não só aspectos eminentemente tecnológicos mas relações sociais e políticas.

Vale alertar para o fato de que a dinâmica social presencial, implementada por uma ONG ou grupo de ONGs, não pode correr o risco de imaginar que a velocidade e a instantaneidade da relações mediadas pela Internet se reproduzam em mudanças sociais também velozes. A luta, a disputa política presencial, seja com palavras ou gestos, é bem diferente daquela em que se cria a sensação do conflito virtual. Sensação essa que até é admissível ocorrer virtualmente. Todavia, é necessários que os agentes das ONGs procurem evitar certos mimetismos em relação ao presencial.

Parte 6 - ONGs e Internet: a Economia da Presença em Ação

No trânsito que os agentes da ONG fazem do lugar para a intervenção por meio da Internet, chegando assim ao ciberespaço, há um movimento que denomino de “Economia da Presença”. Também é possível pensar sobre esse trânsito do ciberespaço para o lugar ou, até mesmo, nas relações presenciais. Porém, meu foco aqui será do lugar para o ciberespaço, considerando que, em muitos casos, quando a ONG retira-se totalmente ou parcialmente da ação “in loco” junto a segmentos sociais específicos, o seu espaço privilegiado para a intervenção passa a ser por meio da Internet. O que é a “Economia da Presença”? A “Economia da Presença” se caracteriza pela ausência da relação direta, face-a-face, nas relações sociais de conflito, consenso ou de solidariedade, no âmbito local, nacional ou internacional, ancorada nas idéias da vantagem do uso da Internet para ganhar tempo, encurtar distâncias, evitar deslocamentos para o lugar, reduzir custos, otimizar a comunicação e a informação, tendo em vista a perspectiva de maior alcance político e social das iniciativas implementadas. Esse alcance político e social poderá ser operado pela lógica da redução do custo ou do custo-benefício.

Destaco algumas vantagens emergentes na utilização da Internet por parte das ONGs e que podem compor o quadro da “Economia da Presença” em ação: a redução de custos com a formação de lideranças comunitárias ou qualquer outro perfil de público-alvo; a “facilidade”, na visão das ONGs, em relação ao alcance de público no país ou fora dele em várias partes do mundo; a disponibilidade para o usuário participar da ação política ou educativa pela Internet em tempos mais estendidos; o lugar do usuário para intervir no debate ou participação política pode ser de casa, do trabalho, da rua; a definição do momento de participar da ação política e educativa, dentro de uma escala de tempo, é do usuário.

Um dos “grandes” símbolos da “Economia da Presença” é a Internet. E uma ONG poderá tê-la como projeto mobilizador, refletindo, no fundo, a opção pela “Economia da Presença”. Ou ainda, como um “germe” - em curso mas não totalmente desenvolvido - ou algo híbrido entre a valorização da ação no lugar e a sua expressão no ciberespaço.

Nessas três situações especificadas anteriormente, posicione o IBASE, o CDI-SP e o CDDHMP.

Na trilha daquelas ONGs que trabalham junto ao seu público-alvo no campo da alfabetização digital e, quando possível, no uso da Internet, como promessa de que não existirá futuro se não existir apropriação dessa linguagem tecnológica; àquela ação animada no lugar que “espirra” no virtual, chegando à concepção dos produtores de argumentos para o estudo, o debate e a intervenção pela grande rede, há um movimento diferenciado em termos do sentido atribuído à utilização das novas tecnologias da informação e comunicação de acordo com a especificidade de cada organização.

Vale salientar que na relação com os segmentos sociais conectados à Internet, a “Economia da Presença” também pode se manifestar. E se manifesta na ausência sistemática de mediadores qualificados para o debate político ou de acompanhamento e orientação educativa a distância. Quando a ONG instala espaços para intervenção política ou participação educativa no ciberespaço, e essa se “esconde” frente às participações de outros usuários, não realizando balanços avaliativos da ação ou mediações intersubjetivas, há nesse tipo de postura a ação da “Economia da Presença”. Ressalto, novamente, que a “Economia da Presença” também se dá nas relações presenciais e que essa não é uma propriedade específica do ciberespaço. Pela Internet pode se configurar uma lógica da presença na distância.

De forma desigual, as ONGs têm se apropriado das novas tecnologias da informação e comunicação. E naquelas em que, por exemplo, a Internet já está introduzida, de alguma forma, por meio da constituição de páginas eletrônicas, se estão introduzindo, conscientemente ou inconscientemente, conceitos distintos sobre o sentido da “distância” na ação política e educativa.

Nas iniciativas que as ONGs têm, ou poderão vir a ter pela Internet, ocorre o desafio de pensar as nuances do seu papel e da noção de distância política, educativa, psicológica, cultural, que se constituem a partir da ação política e educativa no ciberespaço.

Aliás, a ação pela Internet não pode negar a força que tem o lugar, com sua gente, seu cheiro, sua cultura, por exemplo, como expressões do movimento vivo da sociedade nas relações sociais presenciais.

De todas as ideias políticas defendidas pelos entusiastas da informática, não há nenhuma mais pungente do que a crença no destino do computador como poderoso nivelador da sociedade moderna [...] Presumivelmente, o cidadão vulgar equipado com um microcomputador poderia assim contrariar a influência de grandes organizações baseadas no computador.

Ideias deste género trazem à memória as crenças dos revolucionários do século XVIII, segundo os quais a entrega de armas de fogo aos cidadãos era essencial para expulsão da autoridade entricheirada. Na Revolução Americana, na Revolução Francesa, na Comuna de Paris e na Revolução Russa o papel do ‘povo armado’ era um aspecto fundamental do programa revolucionário. Contudo, tal como a derrota militar na Comuna de Paris demonstrou claramente, o facto de as forças populares estarem armadas pode não ser decisivo. Numa competição de força contra força, o opositor maior, mais sofisticado, mais impiedoso e melhor equipado consegue quase sempre a vitória. Como tal, a disponibilidade de potência computacional a baixo custo poderá deslocar o limite que define a dimensão electrónica da influência social, mas não tem necessariamente de alterar o equilíbrio de poderes. Dizer que um computador pessoal confere a um indivíduo um poder semelhante, digamos, ao da Agência Nacional de Segurança é dizer que um piloto de asa-delta é adversário para a força aérea”. (WINNER, 1986, p. 112 apud RHEIGOLD, 1996, p. 348-349)⁴⁰⁷.

⁴⁰⁷ O livro de Rheigold (1996) segue padrão ortográfico de Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Sociedade da Informação tem sido muito debatido em diversos países e nas mais diferentes áreas do conhecimento. Vez por outra, essa denominação chega a ser tomada como sinônima ou ainda diferenciada em relação à expressão Sociedade do Conhecimento. Mas a discussão não fica somente entre essas duas acepções. Outras aparecem: sociedade informática, revolução informacional ou ainda modernidade.

Essas acepções têm algo em comum: elas buscam refletir sobre o sentido e a direção das mudanças sócio-históricas que passam ou passarão os países frente ao avanço da ciência e da tecnologia. E partem de perspectivas variadas de análise: da emergência de uma nova forma de organização social cuja base é o informacionalismo; do papel da informação no modo de produção capitalista constituindo uma nova hierarquia de classes sociais e da reflexão sobre a relação entre o tempo e o espaço. Em muitas ONGs esses termos não são objetos da reflexão e sistematização. O que se pode identificar e analisar em certas ONGs é o posicionamento delas na sociedade que se edifica frente às suas linhas de intervenção.

Sem dúvida nenhuma, no IBASE, no CDDHMP e no CDI-SP, foi importante a autodeterminação de sujeitos individuais que puseram na pauta da organização o tema do computador e/ou das redes telemáticas, associadas à perspectiva da intervenção da ONG. Os sujeitos que introduziram e que motivaram a utilização da CMC em ONGs passaram por experiência de utilização desse recursos e de formação derivada dos valores do mundo empresarial (Rodrigo Baggio) e de militância política e social (Roberto Monte e Carlos Alberto Afonso). Evidentemente, refletindo a forma da ONG se posicionar na sociedade.

O IBASE foi organização pioneira na CMC, atualizando a sua intervenção por meio do AlterNex e, depois, pelo IBASENet. O efeito demonstrativo dos recursos da informática repercutiu em outras ONGs. O CDDHMP também atualizou a sua intervenção, agregando à experiência com outras mídias a utilização da DHNet circunscrita a uma rede

de relações sociais no plano estadual. Já o CDI-SP, como parte da Rede CDI, iniciou sua incursão fazendo referência à “Campanha Informática para Todos”, tendo ido buscar no IBASE o apoio para essa iniciativa. Mas cada uma dessas organizações constituiu uma gênese própria em relação à utilização dos recursos da Internet. Em cada umas dessas organizações as conseqüências ou os riscos diante da opção para trabalhar com a informática e a Internet foram levantados em dado momento histórico.

ONGs como o CDI-SP trabalham no foco da informática e da cidadania. O CDI-SP dá acento maior ao aspecto da formação dos jovens para apropriação de valores socialmente aceitos, como o de saber lidar com o computador. Essa ONG trabalha no foco da ampliação das capacidades intelectuais das pessoas para o trabalho com máquinas informacionais, secundarizando, até certo ponto, a intervenção política em contexto sócio-histórico em que a ONG poderia exercer certa direção. O uso do computador busca, por meio da intervenção do CDI-SP nas EICs, a superação da ignorância das pessoas em relação ao próprio computador. Frente ao avanço e as exigências do uso qualificado das tecnologias da informação e da comunicação, o CDI-SP move-se pela visão da integração funcional do seu público-alvo em relação à captura de um “tempo perdido” pelas classes populares, possibilitando que essas possam ter alguma perspectiva de atualização e posicionamento no mercado de trabalho. A questão da Internet, por limitações do acesso do seu público-alvo, é utilizada de forma restrita como processo de intervenção política e educativa da ONG. O ciberespaço do CDI-SP é um espaço aparentemente neutro diante de questões e temas nacionais. O fluxo do lugar para ciberespaço, ou vice-versa, em relação a qualquer perspectiva de ação política e educativa pela Internet, restringe-se, até então, à dimensão da campanha política-institucional de arrecadação de computadores e de adesão de voluntários na “Megajuda”. A força que o CDI-SP tem de instalar-se por meio das EICs em bairros, empresas não se traduz na otimização e uso do seu ciberespaço.

Como salientado, o IBASE foi uma organização pioneira na CMC, acentuando o caráter da ação voltada para a justiça social, a participação e a solidariedade, enfim, acompanhando as políticas públicas com gente especializada na “produção de argumentos”. O foco do IBASE é a questão da democracia, intervindo na realidade social e

política, principalmente a brasileira, no que se refere às políticas públicas, podendo gerar relações sociais de conflito. Vale salientar que o IBASE também busca, junto com outras ONGs, interferir na agenda mundial.

A campanha virtual “Mande um Cartão Vermelho para o Racismo no Futebol” e o curso a distância sobre “O Controle Social do Orçamento” são exemplos de iniciativas importantes do IBASE, utilizando-se da CMC. O IBASE, por meio do ciberespaço, realizou fluxo informacional com acento na informação democrática que repercutisse na intervenção no lugar por meio do curso a distância sobre “O Controle Social do Orçamento”. Já a campanha virtual “Mande um Cartão Vermelho contra o Racismo” refletiu a articulação realizada presencialmente por ONGs, sobre a temática do racismo. O fluxo informacional do IBASE, no plano nacional e internacional, ganhou sentido pelas relações presenciais que essa ONG constituiu, repercutindo nas iniciativas por meio da Internet. Dessa forma, essas relações sociais, tanto no curso a distância quanto na campanha contra o racismo, refletiram os mecanismos de desencaixe e reencaixe realizados pela ONG, em temas da agenda nacional e internacional, num círculo em que a Internet é parte da estratégia de ação. Os argumentos utilizados no campo virtual ou na rede de relações sociais presenciais são racionalmente estruturados para o embate político. Não é a toa o foco na produção dos argumentos para uma cultura democrática.

O CDDHMP, integrado por militantes da área de direitos humanos, acumulou experiências diversificadas no uso de várias mídias, a saber: vídeo, TV, rádio, slides. Essa ONG se volta para a defesa e promoção dos direitos humanos, acentuando-se a preocupação com a violência, segurança pública, acesso à Justiça, sensibilizando e intervindo nesses temas. O CDDHMP se articula com outras ONGs, a exemplo do CENARTE, além de técnicos, consultores cujo ponto de convergência se dá no engajamento sócio-político e cultural em uma Rede Estadual de Direitos Humanos no Rio Grande do Norte e que tem abrigo na DHNet: um espaço que funciona como um condomínio virtual de entidades e pessoas envolvidas com os direitos humanos. Fato que teve grande repercussão nacional e internacional foi o assassinato de Gilson Nogueira, membro do CDDHMP, que provocou essa ONG a utilizar a DHNet de forma mais

intensiva. Esse uso mais intenso e de forma sistemática ocorreu por ocasião da cobertura do julgamento de um policial acusado de uma chacina na cidade de Natal (RN). Outra iniciativa pela Internet, desta vez como intenção de oferecer e realizar formação a distância, foram os cursos “Os Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos” e “Agentes da Cidadania”, que visavam a intervenção, promoção e difusão dos conhecimentos em direitos humanos e cidadania. Esses cursos a distância vislumbravam suas articulações com momentos presenciais. Tanto no caso da cobertura do julgamento pela Internet quanto nas iniciativas voltadas para a formação a distância, a informação no campo virtual ganha sentido em um campo de disputas como potencial interativo, dinâmico, formador de opiniões e disseminador de idéias. Os inimigos, a princípio, são os grandes grupos de informação e comunicação que concentram e não liberam informações que possam fortalecer a ótica dos direitos humanos. Todavia, o CDDHMP não é uma organização que trabalha com o método da guerrilha virtual, utilizando a Internet para campanhas virtuais cujo eixo central seja a perturbação eletrônica. Até certo ponto, sua guerrilha é, predominantemente, semântica.

O “Ponto Eletrônico da Cidadania e as “Caravanas da Cidadania” foram atividades pensadas pelo CDDHMP para valorizar o lugar como fomentador da aglutinação, manifestação, criação e intervenção crítica em redes presenciais e virtuais. O CDDHMP, por meio de redes de articulação, realiza ações cuja característica se aproxima da animação popular. A ONG dá o “testemunho a distância”, na Rede DHNet, das ações idealizadas e desenvolvidas no lugar. A perspectiva internacional do CDDHMP é marcada pelo firme propósito de articular uma rede de direitos humanos formada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, amplificando virtualmente a questão dos direitos humanos e da cidadania.

Há situações desafiadoras, condições e riscos para o posicionamento da Internet e a constituição de ciberespaço por parte das ONGs.

Destaco alguns dos desafios: a) tratar de palavras como *softwares*, telemática desvinculadas de universos cujas condições sociais refletem, ainda, necessidades

prementes em termos, por exemplo, educacionais e de condições de sobrevivência humana (água, comida); b) optar por perfis técnicos para o trabalho na ONG com a Internet, sem que esses se envolvam com a filosofia da organização⁴⁰⁸; c) o tamanho de uma ONG, enquanto número de integrantes, a especificidade do trabalho e dos projetos que desenvolve; d) disseminar processo de “naturalização” do uso das ferramentas da comunicação e informação no interior da ONG frente às eventuais resistências; e) o dilema entre ser sufocado pelo que a tecnologia demanda e o seu controle efetivo nos processo de trabalho da ONG; f) visão de que a Internet faz parte de uma realidade sócio-histórica.

Olhando para a sociedade brasileira em geral, principalmente para aquele estrato social que não está nos quase 100% que enviam sua declaração de imposto de renda pela Internet, ou seja, aquele segmento que não está em posição de igualdade de acesso, nem tem bases para estabelecer mediações intersubjetivas para a construção do sentido e apropriação social da Internet, identifico que os desafios são duplos, tanto para o público-alvo que as ONGs pretendem atingir quanto para essas próprias entidades. Elementos de resistência, por vezes de natureza psicológica (medo do computador e da Internet), aspectos educacionais e culturais (saber conectar-se, escrever, ter uma visão mais ampla das possibilidades e risco que a Internet oferece), os aspectos tecnológicos (quais as ferramentas utilizadas para determinadas funções), fazem parte de um quadro que atinge, desigualmente a sociedade brasileira em geral. Não se pode também perder de vista as situações concretas do dia-a-dia que impelem o cidadão a lutar pela garantia da sua sobrevivência, das suas diferentes necessidades, do que colocar em ordem de prioridade a conexão à Internet. Já que, para a maioria da sociedade brasileira, a Internet pode não ser o aspecto mais importante na vida. O mais importante é a luta pela própria sobrevivência. Nesse sentido, o posicionamento da ONG no campo virtual dá-se, também, circunscrito a uma realidade sócio-histórica. Ressalto que os desafios da realidade não se esgotam no que foi citado.

⁴⁰⁸ Esse aspecto quando a ONG tem organização interna e pessoal próprio voltado para a gestão da tecnologia e da informação.

As condições para que as ONGs operem por meio da Internet, chegando a ciberespaços estruturados para a ação política e educativa, dependem de questões políticas, pedagógicas, tecnológicas e organizacionais. O conhecimento dos sujeitos; o sistema de gestão dos mecanismos de comunicação por meio das redes telemáticas; a opção política e educacional por determinada modalidade de intervenção em relação às necessidades conjunturais ou estruturais da sociedade e às possibilidades econômico-financeiras, fazem parte do conjunto dos elementos que permitem identificar as bases operativas das ações realizadas por meio da Internet. Essas condições têm níveis de imbricamento com os desafios a serem enfrentados.

Abstraio, do movimento de utilização da Internet por parte das ONGs, que o grande risco da modernidade para essas entidades, ao substituírem total ou parcialmente as relações presenciais, é de passarem a funcionar sob a lógica da “Economia da Presença”. O “germe” dessa lógica começa a se manifestar na idéia do “ganhar tempo”, “encurtar distâncias”, “evitar deslocamentos para o lugar”, “reduzir custos”, “otimizar a informação e comunicação a distância”. Esses termos, por si só, não são temerários. Passarão a ser quando as ONGs justificarem suas opções de relações sociais pelo prisma do custo-benefício. O “grande” símbolo da “Economia da Presença” está na Internet. E, voltando a ressaltar o já dito em outra passagem dessa tese, uma ONG poderá ter a Internet como projeto mobilizador, refletindo a opção pela “Economia da Presença”, algo em curso mas não totalmente desenvolvido ou algo híbrido entre a valorização da ação no lugar e a sua expressão no ciberespaço. Quando a ONG age na perspectiva da Economia da Presença pode haver, em relação ao lugar de intervenção educativa e política, a acomodação da consciência do que é limite e ilimitado no uso da Internet, ocorrendo, em consequência, um movimento de desengajamento sócio-político.

Nas ONGs em que a Internet já faz parte de certa rotina de comunicação e informação, principalmente tendo ciberespaço estruturado, essas poderão estar introduzindo, conscientemente ou inconscientemente, conceitos distintos sobre o sentido da ação política e educativa a distância. Sem dúvida nenhuma, as novas tecnologias da informação e comunicação representam espaço em potencial para o uso com sentido

político e educativo por parte das ONGs. E essa utilização da Internet, associada ou não a outras mídias, pode favorecer o acesso democrático à educação continuada sob a ótica cidadã, favorecer a manifestação política como parte do jogo democrático e, porque não dizer, a própria apropriação da lógica estrutural do ciberespaço.

No curso dessa tese algumas questões surgiram. Essas questões poderão fazer parte de futuras agendas de pesquisa, a saber: Nos processos educativos e políticos a distância, desenvolvidos pelas ONGs no ciberespaço, estabelecem-se relações atomizadas no lugar que alimentam a perspectiva individualista e/ou cooperativa de ação? Quais motivos levam as pessoas a participarem de campanhas políticas ou de cursos a distância pela Internet promovidas por ONGs? Como os conflitos virtuais são tratados pelos sujeitos das ONGs quando suas posições são questionadas, criticadas no ciberespaço? Quais os indicadores que apontam a efetividade da ação política e educativa das ONGs ao se utilizarem da Internet? Como os jornais de grande circulação qualificam as iniciativas políticas e educativas das ONGs realizadas pela Internet?

A sociedade brasileira desenvolve seus processos de inovação tecnológica em um campo marcado por contradições. As tecnologias da informação e comunicação podem ter ou não impacto nos processos de trabalho das ONGs. As ONGs não podem, deterministicamente, hipotecar o seu futuro às tecnologias da informação e comunicação, nem tão pouco devem descartá-las. O uso da Internet não prescinde da utilização de recursos como o rádio, material impresso, CD-ROM, TV e outros. Cada ONG constitui, a partir da leitura da sua especificidade, do contexto sócio-histórico, o tempo para a sua compreensão, o tempo da ação e o tempo da comunicação e da informação por meio da Internet. Quero dizer com isso que a Internet é apenas um meio a mais que faz circular a informação e o conhecimento dentro de certas hierarquias do social em uma realidade social, política e econômica. Quando uma ONG se utiliza da Internet como parte da estratégia política e educativa, se expõe ao mundo no ciberespaço, se apresenta à sociedade de acordo com a imagem que ela cria de si e pretende fazer crer certas realidades que apresenta. Agora, por outro lado, é pertinente levantar uma indagação imaginária por parte de um cidadão, usuário da Internet, ao interrogar-se: “Quem diz o que diz é de fato

quem diz ser o que é?”. Compreendo que a adesão a campanhas e a iniciativas educativas a distância implementadas por ONGs também se fundam em relações de confiança no espaço virtual.

“Embalagens” tecnológicas, apresentadas como o “novo”, podem se converter em instrumento a serviço da dominação, de relações autoritárias e centralistas. O contrário também pode ser verdadeiro, isto é, ter projetos que se utilizam da Internet em uma perspectiva emancipatória. Os “corredores virtuais” (e-mails, salas de bate-papo, fóruns virtuais) cintilam. Esses espaços podem representar ou não o canto da sereia em sua expressão do político e do educativo em sua forma estética. Os corredores virtuais das ONGs, expressão da ação estratégica dos sujeitos, por meio de mensagens eletrônicas e/ou ambientes estruturados de educação a distância, são o espaço da manifestação da sensação de presença e ação em um mundo concebido nos marcos do dualismo com e sem fronteiras, para a acomodação ou mudanças em torno do que é jogado em um determinado campo de relações sociais.

As ONGs ambientalistas, pacifistas, com conexão internacional, podem ser inseridas na lógica de uma “sociedade civil globalizada” por terem adquirido propriedades midiáticas específicas que se somam à capacidade de formulação estratégica dos seus integrantes, permitindo a essas organizações “aparecerem e agirem no mundo” de forma transnacional, disputando ou conquistando bens simbólicos ou de acumulação econômico-financeira. Vale frisar que os temas meio-ambiente e paz são constantes na agenda mundial. Por essas temáticas circulam tanto governos quanto organizações da sociedade civil em encontros e desencontros de posições. Por sua vez, o IBASE, o CDDHMP e o CDI-SP têm grande potencial, respectivamente, em termos da intervenção nacional, estadual e local. Mas a ação de cada uma dessas organizações pode, por exemplo, fazer cruzar o local com o nacional. O IBASE faz esse movimento. Como também o faz nas articulações no plano internacional. Já o CDDHMP dá acento à Rede Estadual de Direitos Humanos, mas essa articulação tem sentido a partir das iniciativas ocorridas no plano local, por meio, por exemplo, das “ações animadas” via Caravanas de Direitos Humanos. O CDI-SP, como parte de uma Rede, tem grande potencial e faz fluir a articulação entre o local e o nacional,

todavia, a centralidade das suas articulações dá-se em torno de campanhas institucionalizadas cuja ênfase está na temática da inclusão digital e doação de computadores para Escolas de Informática e Cidadania. Acredito que a orientação político-normativa do CDI-SP está mais voltada para uma perspectiva assistencialista e desenvolvimentista. Assistencialismo no sentido de mover-se em ações como ajuda aos “pobres desplugados”. Desenvolvimentismo no sentido da crença no processo educacional que inclua a apropriação da linguagem das novas tecnologias da informação e comunicação como patamar para o desenvolvimento econômico e social do país. Já o IBASE e o CDDHMP estão mais envolvidos por uma perspectiva democratizante com acento em questões voltadas para a radicalização da democracia, os direitos humanos e civis⁴⁰⁹.

Por fim, ressalto que no campo das ONGs há o desenvolvimento de boas iniciativas políticas e sociais sem fazer uso da Internet. Um computador conectado à Internet pode transferir e receber informações, mas não será ela – a ferramenta - que determinará a disposição política e educacional do usuário para intervir.

⁴⁰⁹Ao referir-me às orientações político-normativas do CDI-SP, IBASE e CDDHMP, fundamento-me nas idéias de Scherer-Warren (2002, p. 165-167), já apresentadas em capítulo anterior, ressaltando a fluidez dessas tipologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, DISSERTAÇÕES E TESES

BATISTA, Edgard Antunes Dias. **Ciberong**: o uso da internet por ongs no Brasil. São Paulo : USP, 2004. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação.

BEMFICA, Juliana do Couto. **Estado, mercado e redes transnacionais na constituição da sociedade da informação**: um estudo sobre os princípios norteadores das políticas para a infra-estrutura da informação. Belo Horizonte, MG : UFMG, 2002. Tese de Doutorado em Ciência da Informação.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo : Editora Cultrix, 1973.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicos. 3. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, set. 2000.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo : Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.1).

CAZELOTO, Edilson. **A idéia de democracia nas políticas de disseminação da internet**: uma análise do livro verde da sociedade da informação no Brasil. São Paulo : PUC, 2003. Dissertação de mestrado em Comunicação e Semiótica.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo : Instituto Ethos, 2004.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**. 2. ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2002.

FERNANDES, Rubem. **Ongs anos 90**: a opinião dos dirigentes. Rio de Janeiro : ISER, 1991.

_____. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, Dumará, 1994.

- FICO, Carlos. **Ibase: usina de idéias e cidadania**. Rio de Janeiro : Garamond, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. São Paulo : Zahar Editores, 1978.
- _____. **As conseqüências da modernidade**. 2. ed. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2002.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo : Edições Loyola, 2004.
- KOGA, Dirce Harue Ueno. **O tecer-se das ONGs**. São Paulo : PUC/SP, 1995. Dissertação de Mestrado em Serviço Social.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Tradução de Paulo Neves. Rio de Janeiro : Editora 34, 1996. (Coleção Trans).
- LOJKINE, Jena. **A revolução informacional**. São Paulo : Cortez, 1995.
- LOPES, Sônia Aguiar. **A teia invisível: informação e contra-informação nas redes das ONGs e movimentos sociais**. Rio de Janeiro : UFRJ, 1997. Tese de Doutorado em Comunicação.
- MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições de deliberação pública. In: EISENBERG, José, CEPIK, Marco (orgs). **Internet e política**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2002.
- MARZOCHI, Samira Feldman. **O sentido da comunicação: o significado da inserção de ONGs em redes eletrônicas no contexto da cultura de massa e das organizações Internacionais**. Campinas, São Paulo : UNICAMP, 2000. Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- MORAES, Denis. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro : DP & A, 2001.
- PALACIOS, Marcos. Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço: apontamentos para discussão. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José (orgs). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro : Diadorim Editora Ltda, 1996. p.87-102.
- RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Lisboa, Po : Gradiva, 1996.
- RODRIGUES, Mônica Cairrão. **A sociedade contemporânea constrói um novo mundo: o virtual – um estudo sobre a utilização da internet por ONGs brasileiras**. São Paulo : PUC/SP, 1999. Dissertação de Mestrado em Administração.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Polítizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo : Editora 34, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1997.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. 4.ed. São Paulo : Editora da Universidade Paulista : Brasiliense, 1995.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. São Paulo : Jorge Zahar Editora: UNESCO, 2003.

STEINBERG, Gustavo. **Política em pedaços ou política em bits**. São Paulo : PUC/SP, 2001. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. 3.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

VIRILIO, Paul. **Cibermundo**: a política do pior. Teorema : Lisboa, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1984.

ARTIGOS EM REVISTAS, LIVROS E JORNAIS IMPRESSOS

AFONSO, Carlos Alberto. A telemática e as ONGs: o momento das redes. In: IBASE, PNUD. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ongs**: 1º encontro internacional de ongs e o sistema de agências das nações unidas. Rio de Janeiro : IBASE, PNUD, 1992. p. 184-188.

_____. **Internet**: quem governa a infra-estrutura? [S. l], abr. 2002. Versão final para publicação pelo ILDES/FES.

ALBERTO, Jóis. Movimento popular entra na internet. **O Poty**, Natal (RN), 30 abr. 1995. Caderno de Informática, p. 24.

ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ongs. **Cadernos ABONG**: ongs, identidade e desafios atuais, São Paulo, n. 27, p.3-27, maio 2000.

BAGGIO, Rodrigo. A sociedade da informação e a infoexclusão. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 16-21, maio/ago. 2000.

_____. The real digital revolution. **Time**, Nova York, p. 60, 5 fev. 2001.

BBS ENGAJADA: informática reforça direitos humanos. **Jornal de Natal**, 1 maio 1995. Caderno de Informática. p. 5.

BEBBINGTON, Anthony. Reflexiones sobre la relación norte-sur en la construcción de conocimientos sobre las ongs en América Latina. In: SEMINARIO ESTUDIOS SOBRE LAS ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES EN AMÉRICA LATINA – SITUACIÓN Y PERSPECTIVES, 2001, São Paulo. **Seminario...PUC (SP) : ALOP : ABONG**, 2001.

CDDHMP OFICINA para quem quer navegar no BBS. **Jornal de Natal**, 6 nov. 1995. Caderno Informática, p. 5.

CORDOVA, Marcelo. Brasileiro usa internet para lutar contra la pobreza. **Jornal La Tercera**, Santiago, Chile, 18 maio 2001.

DARNTON, Robert. Rede de intrigas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2000. Mais!, p. 6-13.

DIAS, Roberto. Flash mobs enfrentam crise de identidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2003, Folha Informática, p. 8.

DHNET FAZ guerrilha eletrônica por direitos humanos: site é braço cibernético de auxílio à militância. **Magner**, [S. l.], 3 jul. 2000.

DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rosiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DHNET. In: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2005. p. 107-129.

GURGEL, Júlio César. Estudioso acredita que a internet favorece cibercidadãos. **Tribuna do Norte**, Natal (RN), 1999.

HADDAD, Sérgio. Apresentação. **Cadernos ABONG**: ongs, identidade e desafios atuais, São Paulo, n. 27, p.1-2, maio 2000.

LEÃO, Renata. Hora extra na terra. [Revista] **Trip**, São Paulo, n. 120 , s. p., mar. 2004.

LEITÃO, Miriam. Mundos paralelos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 maio 2002. Coluna Panorama Econômico.

MOLLER, Alois. Organização popular e clientelismo internacional. **Cadernos CEAS**, Salvador, n. 133, p. 35-50, [ca. 1990].

NUNES, Walter. Matança oficial. **Revista Época**, São Paulo, n. 344, p. 36-39,

20 dez. 2004

OLIVEIRA, Francisco de. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade civil no Brasil. In.: LARANGEIRA, Sônia (Org.). **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo : Hucitec, 1990.

PASSOS, José Meirelles. Exclusão digital pode barrar desenvolvimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 fev. 2002. Caderno Especial sobre o Fórum Econômico Mundial/Fórum Mundial Social.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual. In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Ongs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. 4.ed. São Paulo : Cortez ; Florianópolis : Editora da UFSC, 2002. p.161-180.

AUGUSTO, Paulo. Cidadania ao alcance das mãos: tecnologia. **O Poty**, Natal (RN), [199?].

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Os sujeitos sociais em questão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 40, p. 141-156, dez. 1992.

_____. A particularidade da questão social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 76, p.37-57, nov. 2003.

WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ONGs E O SISTEMA DE AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1, 1992, Rio de Janeiro. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro : IBASE : PNUD, 1992, p. 17-34.

RELATÓRIOS EM MEIO IMPRESSO

ABONG. **Democratizar a democracia**: o trabalho da abong em 2002. São Paulo : ABONG, 2003. Relatório.

BALBIS, Jorge. Ongs, governancia y desarrollo en América Latina y el Caribe: concept paper. Uruguai, , ago. In: SEMINARIO: ONGs, GOBERNANCIA Y DESARROLLO EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 2001, Montevideo (Uruguay). **Seminario...** Comité Nacional de Enlace. Programa MOST/UNESCO.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para a formação em segurança pública**: princípios e conteúdos. Brasília : Ministério da Justiça, [2004?]. Documento provisório.

CDDHMP. Relatório do 1º seminário nacional de comunicação, cultura e direitos humanos. Natal (RN), 23-26 jun. 1994.

CDDHMP. Arquiteturas globais: direitos humanos no Rio Grande do Norte (2005-2015). Natal (RN), jan. 2005. 1ª versão.

_____. **Participe das caravanas de direitos humanos**. Natal (RN), [2004?]. Cartaz colorido.

CDDHMP; SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Vamos criar um conselho municipal de direitos humanos. Natal, RN. [200?]. Cartilha.

IBASE. **Encontro nacional de ongs sobre cooperação e redes de ongs**. Brasília : IBASE, 1989. p.1. Documento preparatório.

_____. **Relatório anual 1997**. Rio de Janeiro : IBASE, 1998.

_____. **Relatório anual 1998**. Rio de Janeiro : IBASE, 1999.

_____. **Relatório anual 1999**. Rio de Janeiro : IBASE, 2000.

_____. **Relatório anual 2000**. Rio de Janeiro : IBASE, 2001.

_____. **Relatório anual 2001**. Rio de Janeiro : IBASE, 2002.

_____. **Relatório anual 2002**. Rio de Janeiro : IBASE, 2003.

_____. **Relatório anual 2003**. Rio de Janeiro : IBASE, 2004.

_____. **Plano anual 2000**. Rio de Janeiro : IBASE, 2002.

_____. **Plano anual 2001**. Rio de Janeiro : IBASE, 2002.

_____. **Plano anual 2005**. Rio de Janeiro : IBASE, 2005.

IDECA. **Comitê para Democratização da Informática**: avaliação externa. São Paulo, nov. 2004. 3 v. Relatório por estados.

PNUD/IPEA. Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil 1996. Brasília : PNUD: IPEA, 1996.

RITS; ABONG. **Informação e comunicação na era das redes**: uso estratégico da internet pelas ongs. 2002. Material impresso do programa de capacitação para associadas à abong.

RITS; FUNDAÇÃO KELLOG. **Articulação e fortalecimento de redes no Nordeste**. São Paulo : RITS : FUNDAÇÃO KELLOG, 2003. Relatório final.

DOCUMENTO EM ÁUDIO E VÍDEO EM MEIO ELETRÔNICO

ALVAREZ, Rodrigo. CDI. In: EDUCAR 2002. **Informática comunitária: casos concretos**. São Paulo : USP, Cidade do Conhecimento, 28 nov. 2002. Áudio 118'05. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/multimedia/m12a7.php>>. Acesso em: 1 maio 2005.

CARAVANAS de direitos humanos 2: Mossoró. Direção geral Roberto Monte/CDDHMP. Natal (RN) : CDDHMP, [2004?]. Vídeo em CD-ROM.

ELIZABETH, Cavalheiro. **Entrevista**. Rio de Janeiro : 10 mar. 2005. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

RESENDE, Jô. Educação a distância. TV Segurança Humana. Disponível em: <<http://www.segurancacidade.org.br/home.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2005.

MATIAS, Aluizio. **Entrevista**. Natal (RN) : 10 nov. 2004. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

MONTE, Roberto. **Entrevista**. Natal (RN) : 10 nov. 2004. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

_____. Proposta do curso interativo sobre sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos. In: ENCICLOPÉDIA DIGITAL DE DIREITOS HUMANOS. Natal (RN), v. 1, [199?]. CD-ROM. Áudio sobre o curso interativo.

RIBEIRO, Júlia. **Entrevista**. Salvador (Ba) : 11 jan. 2005. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

SUCUPIRA, João. **Entrevista**. Rio de Janeiro : 10 mar. 2005. 1 cassete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Lopes de Sousa.

KOBASHI, Ricardo. CDISP. In: EDUCAR 2002. **Informática comunitária: casos concretos**. São Paulo : USP, Cidade do Conhecimento, 28 nov. 2002. Áudio 118'05.

Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/multimidia/m12a7.php>>. Acesso em: 1 maio 2005.

JORNAIS, ARTIGOS, BOLETINS, BLOGS, RELATÓRIOS, INFORMES VARIADOS, PÁGINAS ELETRÔNICAS DE INSTITUIÇÕES EM MEIO ELETRÔNICO

ABONG. Informes ABONG, São Paulo, n. 148, 09 a 15 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2003.

_____. **Especiais – links pela paz**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 2 de fev. 2003.

AFONSO, Carlos Alberto. AlterNex 1994-1995: a brief presentation. Dez. 2005. Disponível em: <http://www.info.fundp.ac.be/~jbl/IFIP/NA1996_Lecture.html>. Acesso em: 1 fev. 2005.

APC. *Informações sobre a trajetória de Carlos Alberto Afonso*. Disponível em: <<http://lac.derechos.apc.org/ccolaboradores.shtml?x=15134>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

A REDE DAWN. Informações diversas sobre a rede dawn. Disponível em: <http://www.dawn.org.fj/Website%20in%20Port/about_dawn_port.html>. Acesso em: 1 fev. 2005.

ARRUDA, Marcos. A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 12, n. 1, p. 47-56, jun. 2002. Disponível em: <http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/Entrevista_Marcos_Arruda.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2005.

BARLOW, John Perry. Declaração de independência do ciberespaço. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005)

CARPANEZ, Juliana. Reduzir exclusão digital vira desafio para nova década da internet. **Folha On Line**, 25 maio 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18519.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2005.

_____. Diversão, serviços e governo dominam presença na rede. **Folha On Line**, 25 maio 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18520.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2005.

CONDORELLI, Antonino. Direitos humanos em rede. RITS, Rio de Janeiro, mar. 2004. Disponível:< http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_mar2004.cfm>. Acesso em: 1 fev. 2005.

CONSTANCE, Paul. Magnata da informática em busca de lucros sociais no Brasil. **BID América**, jan.fev. 2000. Disponível em: < <http://www.iadb.org/idbamerica/Archive/stories/2000/por/1-2n.htm> >. Acesso em: 25 maio 2005.

CROCEVIA. Informações institucionais. Disponível em:< <http://www.croceviaterra.it/chisiamo.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CDI. Mapa da exclusão digital. Elaboração do Centro de Políticas Sociais da FGV. abr. 2003. Disponível em:< http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/SUMARIO/sumario%20interativo.htm>. Acesso em: 1 dez. 2004.

_____. Mapa da exclusão digital. Elaboração do Centro de Políticas Sociais da FGV. abr. 2003. Disponível em:< http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/Texto_Principal_Parte2.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2004.

MANIFESTO da web independente. Disponível em:<www.<http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/webid.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005

MARKETING hacker. Comitê para a democratização da informática. Webblog criado e gerenciado por Hernani Dimantas. Disponível em:<<http://www.marketinghacker.com.br/index.php?itemid=2820>>. Acesso: 1 fev. 2005.

O QUE É o QuickPlace. Disponível em:< http://www.soboje.org.br/QuickPlace/tutorial/Main.nsf/h_Instructions/776B31F14C605D5C0525670800167204>. Acesso: 1 maio 2005.

O RISCO da exclusão digital. **UpdatE**, 1 ago. 2000. Disponível em:<<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

MEDEIROS, Marcelo. Vários idiomas, a mesma língua. Entrevista do presidente da FUNREDES, Daniel Pimenta, a Marcelo Medeiros. **Revista RETS**, 22 out. 2004. Disponível em:<<http://arruda.rits.org.br/notitia1/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=10&dataDoJornal=1098479099000>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

MISTICA. Trabalhando a Internet com uma visão social. Set. 2002. Disponível em:< http://72.14.207.104/search?q=cache:Xz0jczhL-kYJ:www.redistic.org/brecha/pr/1_-

CV_M%25EDstica_portugu%25E9s.html+trabalhando+a+Internet+com+uma+vis%C3%A3o+social+&hl=pt-BR>. Disponível em: 1 fev. 2005

RIBEIRO, Shirley. Inclusão digital vai muito além de um PC: acesso à informática requer iniciativas articuladas. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 out. 2002. Seção Tecnologia e Telecomunicações, Sociedade. Disponível em:<
http://www.correios.com.br/servicos/mostra_noticias.cfm?tiponot_codigo=1¬icia_codigo=2393>. Acesso em: 1 maio 2005.

RIBEIRO, Júlia. Agradecimento e solicitação[mensagem pessoal com anexo sobre os dados estatísticos dos 8 meses iniciais do curso]. Mensagem recebida por clopes@tba.com.br em: 13 fev. 2005.

*RICCI, Rudá. O plano plurianual federal: a outra face do governo Lula. Revista Espaço Acadêmico. [S. l], n. 26, s.p., jul. 2003. Disponível em:<
<http://www.espacoacademico.com.br/026/26ricci.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005.*

RITS. **Redes em articulação:** rede Ocara/CENAP. Disponível em:<
http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_redesdesenv_ocara.cfm>. Acesso em: 20 de ago. 2003.

SERPRO. Informações diversas sobre o SERPRO. Disponível em:<
<http://www.serpro.gov.br/instituicao/quem/>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

IBASE (TEXTOS DIVERSOS EM MEIO ELETRÔNICO)

IBASE. **Página eletrônica com informações diversas sobre o IBASE.** Disponível em:<
http://www.ibase.org.br/por_home.asp>. Acesso em: 20 de ago. 2003.

MANDE um cartão vermelho para o racismo no futebol! Disponível em:<
<http://www.racismonofutebol.org.br/Forms/frmIbaseAbaixoAssinatura.aspx>>. Acesso em: 22 mar. 2005.

CDDHMP (TEXTOS DIVERSOS EM MEIO ELETRÔNICO)

ATIVISTAS de direitos humanos alertam a população através do vôo da cidadania. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 2, 1998. CD-ROM.

AUGUSTO, Paulo. Traçando a rede da cibercidadania. Entrevista de Roberto Monte a Paulo Augusto. Disponível em:<
<http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/agitar/digital/guerril4.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

BATE-PAPO EM MEIO ELETRÔNICO entre Roberto Monte e Marlene de Araújo em [2001?]. Arquivo pessoal de Roberto Monte em CD-ROM.

CDDHMP. Estatuto. Disponível em:<<http://www.dhnet.org.br/w3/cdhmp/cdh/oquee.html>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

CANDORELLI, Antonio. 1º de maio de 2005: 10 anos de dhnet. **Tecido Social**, Natal (RN), n. 133, 27 abr. 2005. Edição em meio eletrônico e recebida por e-mail.

DHNET. Página eletrônica com informações e serviços variados sobre direitos humanos e cidadania. Disponível em:<<http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>>. Acesso em: 20 de ago. 2003.

_____. Manifesto dos sem-tela. Documento lançado em 1º maio de 1996. Disponível em:<<http://www.dhnet.org.br/ciber/democratizar/semtelas/manst.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

_____. *Formação em direitos humanos na universidade. Disponível em:< <http://www.dhnet.org.br/w3/cdhpb/cursos/acao.html>>. Acesso em: 1 fev. 2005.*

_____. Prêmio USP direitos humanos. Disponível em:<www.dhnet.org.br>. Acesso em: 1 fev. 2005.

_____. *1ª oficina de cibercidadania. Disponível em:< <http://www.dhnet.org.br/w3/prelazia/diaum.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2005.*

_____. Curso agentes da cidadania: fundamentos. Disponível em:<www.dhnet.org.br/oficinas/cursosac/textos/fundamentos.html>. Acesso em: 1 fev. 2005.

_____. Ponto eletrônico da cidadania: acesso público à informática. Disponível em:<www.dhnet.org.br/ciber/democratizar/semtelas/orelhao.htm>. Acesso em 1 fev. 2005.

E-MAIL a uma pessoa interessada em trabalho voluntário na DHNet. Enciclopédia Digital de Direitos Humanos, Natal (RN), v. 1, [199?]. CD-ROM.

JULGAMENTO do policial assassino Jorge Abafador. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 2, 1998. CD-ROM.

MONTE, Roberto. **Carta à Maya Mitre**. Resposta ao formulário de uma pesquisadora mineira. Disponível em:<<http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2002.

NOTAS introdutórias sobre o curso sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 1, [199?]. CD-ROM.

NOTAS introdutórias: o que são as ciberoficinas. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**, Natal (RN), v. 1, [199?]. CD-ROM.

CDI (TEXTOS DIVERSOS EM MEIO ELETRÔNICO)

CDI-SP. Página eletrônica com informações diversas sobre o CDI-SP. Disponível em: <<http://www.cdisp.org.br>>. Acesso em: 20 de ago. 2003.

_____. Pedagogia de projetos: introdução. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/projeto/index.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

_____. Pedagogia de projetos: características dos projetos de trabalho. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/projeto/carac.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

_____. Página eletrônica com informações diversas sobre a rede CDI. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2003.

_____. Contextualização: novas tecnologias e globalização. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/proposta/contexto.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

_____. Proposta político-pedagógica: construção da cidadania. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/proposta/propostapp.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

_____. História do CDISP. Disponível em: <<http://utopia.com.br/cdi/conheca/historia.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

_____. Pedagogia de projetos: projetos de trabalho - pesquisa, sistematização e produção. Disponível em: <http://cdisp.org.br/pedagogico/projeto/4_pesq.htm>. Acesso em: 1 maio 2005.

_____. Pedagogia de projetos: temas de projetos. Disponível em: <<http://cdisp.org.br/pedagogico/projeto/temas.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

MEGAJUDA. Informações diversas sobre a megajuda. Disponível em: <<http://www.megajuda.org.br/>>. Acesso 01 maio 2005.

O CDI Matriz e a Fundação Getúlio Vargas traçaram um Mapa da Exclusão Digital no Brasil. O sumário completo da pesquisa encontra-se disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/SUMARIO/sumario%20interativo.htm>. Acesso em: 1 dez. 2004.

